



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2018

Sexta-feira - 17 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Guaramirim .....	188	Pinheiro Preto .....	400
Água Doce .....	4	Guarujá do Sul .....	190	Planalto Alegre .....	403
Alto Bela Vista .....	7	Herval d'Oeste .....	191	Pomerode .....	415
Anchieta .....	8	Ibiam .....	192	Ponte Serrada .....	416
Antônio Carlos .....	17	Ilhota .....	194	Porto Belo .....	419
Arabutã .....	20	Imarui .....	195	Porto União .....	421
Arroio Trinta .....	24	Imbituba .....	200	Pouso Redondo .....	425
Ascurra .....	25	Indaial .....	207	Presidente Castello Branco .....	427
Aurora .....	34	Ipumirim .....	217	Presidente Nereu .....	428
Balneário Piçarras .....	35	Irineópolis .....	219	Princesa .....	434
Barra Bonita .....	36	Itá .....	220	Rio do Sul .....	435
Barra Velha .....	37	Itapema .....	232	São Bento do Sul .....	442
Bela Vista do Toldo .....	38	Itapiranga .....	233	São Carlos .....	444
Benedito Novo .....	39	Itapoá .....	237	São Domingos .....	447
Biguaçu .....	40	Ituporanga .....	241	São João do Oeste .....	450
Blumenau .....	45	Jaraguá do Sul .....	242	São João do Sul .....	451
Bom Jesus do Oeste .....	56	Joaçaba .....	256	São Joaquim .....	452
Bom Retiro .....	58	Laguna .....	264	São José .....	453
Botuvera .....	60	Lajeado Grande .....	266	São José do Cedro .....	455
Braço do Trombudo .....	61	Lauro Muller .....	267	São Lourenço do Oeste .....	456
Brunópolis .....	62	Lebon Regis .....	268	São Miguel do Oeste .....	464
Brusque .....	64	Leoberto Leal .....	269	Schroeder .....	465
Caçador .....	68	Luzerna .....	294	Seara .....	469
Camboriú .....	71	Macieira .....	299	Serra Alta .....	471
Campo Alegre .....	72	Mafra .....	303	Siderópolis .....	477
Campo Erê .....	78	Maracajá .....	305	Sombrio .....	490
Campos Novos .....	79	Maravilha .....	306	Sul Brasil .....	491
Canoinhas .....	80	Massaranduba .....	308	Tigrinhos .....	492
Capinzal .....	82	Meleiro .....	313	Timbó .....	494
Catanduvas .....	83	Modelo .....	314	Três Barras .....	497
Caxambu do Sul .....	84	Mondaí .....	316	Tunápolis .....	499
Chapadão do Lageado .....	86	Monte Carlo .....	317	Turvo .....	501
Chapecó .....	87	Morro da Fumaça .....	318	Urussanga .....	502
Cocal do Sul .....	89	Navegantes .....	319	Vargeão .....	503
Concórdia .....	91	Nova Trento .....	320	Vidal Ramos .....	504
Corupá .....	129	Otacílio Costa .....	325	Videira .....	506
Curitibanos .....	130	Ouro Verde .....	326	Vitor Meireles .....	511
Ermo .....	142	Palhoça .....	328	Xanxerê .....	512
Forquilha .....	143	Papanduva .....	364	Xavantina .....	514
Fraiburgo .....	144	Paraíso .....	366	Xaxim .....	516
Garopaba .....	155	Passos Maia .....	390		
Garuva .....	158	Paulo Lopes .....	392		
Gaspar .....	160	Penha .....	393		
Governador Celso Ramos .....	163	Peritiba .....	398		
Grão Pará .....	186	Petrolândia .....	399		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2018

Sexta-feira - 17 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Associações

EGEM ..... 518

### Consórcios

CIMCATARINA..... 533

CIMVI..... 533

CIS/AMURC ..... 534

CIS/AMERIOS ..... 534

Consórcio Mampituba ..... 535

CIASS..... 536

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **ERRATA 72/2016**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
ERRATA do Pregão Presencial 72/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA FIAT-LIS FR 10.

ONDE SE LÊ

Abertura da Sessão: 10:00hs

LEIA-SE

Abertura da Sessão: 14:00hs

Abdon Batista 14 de junho de 2016.

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Elaine Grisa Klotz aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeiro – 40 horas para apresentar-se em Quinze dias contados a partir desta convocação para comparecer ao departamento de Recursos Humanos, a fim de tomar posse no cargo em caráter temporário, para substituição da licença maternidade de Silvia Monica Bortolini Braga.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 15 de junho de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Elaine Grisa Klotz

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) André Cruber aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Operador de Máquinas para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo, para suprir vaga de funcionário que requereu exoneração, Israel Cristiano de Oliveira.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 16 de junho de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

André Cruber

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### DECRETO Nº 068/2016

DECRETO Nº 068/2016 – DE 14 DE JUNHO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.431, de 14 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.445,37 (trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.1.0002.0/9 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.445,37

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F

4.4.90.00.00.3.0000.0/42 Aplicações Diretas ..... R\$ 17.445,37

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

4.4.90.00.0.1.0002.0/3 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL .....R\$ 37.445,37

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de junho de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 069/2016

DECRETO Nº 069/2016 – DE 14 DE JUNHO DE 2016

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.092/2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, constituído pelo Decreto nº 052/2014:

I - Representação Governamental - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: JUCIANA SOUZA DE ARAÚJO SOARES

II - Representação Sociedade Civil - Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS - Sindicato Rural de Água Doce: MÁRCIO LUIZ BITTENCOURT

Art. 2º. Em substituição aos membros mencionados no artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - Representação Governamental Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: LUCIANI CRISTINA ALVES

II - Representação Sociedade Civil Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS - Sindicato Rural de Água Doce: TATIELLI DE CÁSSIA ELEUTÉRIO RAMPAZZO

Art. 3º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das



suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce - SC, 14 de junho de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.431/2016

LEI Nº 2.431/2016 – DE 14 DE JUNHO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.445,37 (trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.3.90.00.00.1.0002.0/9 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.445,37

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE  
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F  
4.4.90.00.00.3.0000.0/42 Aplicações Diretas ..... R\$ 17.445,37

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE  
4.4.90.00.0.1.0002.0/3 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
TOTAL .....R\$ 37.445,37

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de junho de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 157/2016

PORTARIA Nº 157/2016 de 15 de junho de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária IVONETE CARDOZO MOREIRA, inscrita sob CPF nº 018.871.269-02, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar de Defesa Civil, a partir de 15/06/2016 a 14/07/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 158/2016

PORTARIA Nº 158/2016 de 15 de junho de 2016

“DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER EFETIVO”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência, do Concurso Público 015/2014, de Ronaldo Paulo Venturin, referente ao cargo em caráter efetivo de Operador de Máquinas – 40 horas, conforme pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 159/2016

PORTARIA Nº 159/2016 de 15 de junho de 2016

“CONCEDE CESSÃO REMUNERADA DE FUNCIONÁRIO CONFORME CONVÊNIO Nº 004/2012 de 31/08/2012 ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder cessão remunerada do servidor ALAN DIONE SOSTER, inscrito no CPF nº 035.656.179-85 funcionário efetivo no cargo de Auxiliar de Defesa Civil, admitido em 04/03/2015, atendendo ao convênio nº 004/2012 de 31 de agosto de 2012, firmado entre o município de Água Doce e o Estado de Santa Catarina

- Corpo de Bombeiros Militar.

Artigo 2º É de responsabilidade desta municipalidade o pagamento dos vencimentos mensais, bem como adicionais previstos em Lei, de acordo com a Lei 015/99, Lei Complementar 058/2009 e Convênio 004/2012.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### **PORTARIA 160/2016**

PORTARIA Nº 160/2016 de 15 de junho de 2016

“CONCEDE CESSÃO REMUNERADA DE FUNCIONÁRIO CONFORME CONVÊNIO Nº 004/2012 de 31/08/2012 ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder cessão remunerada do servidor DIEGO TRENTO CORREA, inscrito no CPF nº 078.971.719-06 funcionário efetivo no cargo de Auxiliar de Defesa Civil, admitido em 01/09/2015, atendendo ao convênio nº 004/2012 de 31 de agosto de 2012, firmado entre o município de Água Doce e o Estado de Santa Catarina – Corpo de Bombeiros Militar.

Artigo 2º É de responsabilidade desta municipalidade o pagamento dos vencimentos mensais, bem como adicionais previstos em Lei, de acordo com a Lei 015/99, Lei Complementar 058/2009 e Convênio 004/2012.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### **PORTARIA 161/2016**

PORTARIA Nº 161/2016 de 16 de junho de 2016

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família, por 30 dias ao funcionário DENIS CONCI BRAGA, inscrito sob CPF nº 761.118.220-04, conforme atestado anexo, a referida licença passa a contar da data de 08/06/2016 a 07/07/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### **PORTARIA 162/2016**

PORTARIA Nº 162/2016 de 16 de junho de 2016

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. Lei complementar 059/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para PATRICIA APARECIDA DE MATOS DA SILVA, brasileira, inscrita sob CPF o nº 765.788.799-00, a partir de 16/06/2016 para exercer o cargo de Professor 6º ao 9º ano – Ciências – 20 horas, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999 para ocupar vaga de professora exonerada por motivo de concessão de aposentadoria Hilda Vieira.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de passeios públicos, rampas de acesso e muros de contenção.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante R9 CONSTRUTORA LTDA – ME, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 506.607,02 (quinhentos e seis mil seiscentos e sete reais e dois centavos); a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 519.391,05 (quinhentos e dezenove mil trezentos e noventa e um reais e cinco centavos); a licitante CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 534.512,89 (quinhentos e trinta e quatro mil quinhentos e doze reais e oitenta e nove centavos); a licitante F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 537.366,53 (quinhentos e trinta e sete mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos); a licitante RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADOR LTDA, ficou na quinta colocação com o valor global de R\$ 557.511,91 (quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e onze reais e noventa e um centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório caso a licitante se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Alto Bela Vista, SC, 16 de junho de 2016.

VILMAR JOSÉ ZONTA

Presidente da CPL

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 104/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 104/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) referente ao Concurso Público n. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF II (MICRO ÁREA 13)   Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
3	306069	Daiana Ortolan	23/06/1988	6,65	1,40	0,80	8,85	1º
4	309439	Marlete Mattanna Slaviero	03/04/1977	5,25	1,20	0,80	7,25	2º
2	299648	Patricia Lucian	27/12/1990	4,55	0,80	0,40	5,75	3º
1	313266	Nanci Maria Guth Vidori	17/11/1973	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO   Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
10	302218	Fagner Vinicius Salvi	19/06/1982	5,95	1,40	0,40	7,75	1º
6	312987	Fernanda Regina Flach Prevedello	23/01/1983	5,95	0,40	0,80	7,15	2º
19	313038	Isabel Schenkel Lago	02/03/1995	4,90	1,00	0,60	6,50	3º
13	312810	Franciani A. Freitas Pinotti	29/03/1992	4,55	1,00	0,60	6,15	4º
8	313134	Guilherme Sikorski Bisol	19/11/1997	4,90	0,60	0,60	6,10	5º
20	311769	Lucelia A. Foschiera Brancher	12/10/1986	4,90	0,00	0,80	5,70	6º
14	313258	Carolina Schneider	22/04/1995	3,50	1,20	1,00	5,70	7º
7	302743	Adiles Cazuni	17/04/1984	4,20	0,40	0,80	5,40	8º
18	312159	Daniele Wolff	29/06/1998	4,55	0,20	0,60	5,35	9º
9	313136	Ana Julia Provin	15/11/1996	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
21	313186	Caroline Da Costa	02/05/1996	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
15	313161	Daiana Longhini	02/08/1986	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
16	310530	Ana Paula Negri	13/11/1987	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
11	311958	Josias Dos Santos Ferreira	11/09/1995	3,85	0,00	0,60	4,45	Desc.
12	309689	Mayara Prevedello	21/12/1995	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
22	310302	Vanira Suzana Moresco	05/12/1987	2,80	0,20	0,20	3,20	Desc.
17	309107	Aline De Fatima Gasparetto	06/11/1997	1,75	0,20	0,20	2,15	Desc.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS   Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
42	312807	Deoclesia Brasil	06/05/1988	6,30	1,00	0,60	7,90	1º
45	313109	Dilvete Brancher Garlet	02/12/1981	5,60	1,20	0,80	7,60	2º
26	311923	Fabiane De Abreu	23/12/1996	5,60	0,80	0,80	7,20	3º
29	313196	Elenir Schio	06/09/1981	5,60	0,60	0,60	6,80	4º
67	312651	Lidiani Zuppa Somavilla	19/10/1982	5,60	0,40	0,80	6,80	5º
44	310689	Elci Ines Diehl Stefanello	15/09/1970	5,25	0,80	0,60	6,65	6º
55	311829	Marlei Diana Hoffelder Brancher	15/07/1983	5,60	0,60	0,20	6,40	7º
65	303308	Taina Lagni Gaspar	27/12/1997	4,90	0,80	0,60	6,30	8º

68	311587	Juliana Do Amaral	09/06/1998	5,25	0,80	0,20	6,25	9º
57	310979	Skarletty Vaz Jovanase	04/09/1997	5,60	0,40	0,20	6,20	10º
66	313025	Juliana Marisa Negri Schaeffer	08/04/1996	4,90	1,00	0,20	6,10	11º
63	309769	Maristela P. Franca De Bortoli	01/10/1985	4,20	1,00	0,40	5,60	12º
56	312000	Marivane De Aguiar Brancher	22/06/1997	4,20	0,80	0,40	5,40	13º
25	303977	Carlos Miguel Parisotto	06/07/1996	4,55	0,80	0,00	5,35	14º
51	306407	Viviane Da Silva Fernandes	25/07/1980	4,55	0,00	0,60	5,15	15º
60	312896	Marisete Graff	26/09/1986	3,85	1,00	0,20	5,05	16º
27	313237	Ediane Crestani	10/06/1998	3,85	0,40	0,80	5,05	17º
64	310320	Patricia Diniz Batista	19/10/1986	4,20	0,60	0,20	5,00	18º
52	312313	Marivete Dos Santos Dalmoro	04/07/1979	4,20	0,40	0,40	5,00	19º
41	310187	Damaris Da Rosa	05/08/1997	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
58	311751	Jussara Wanzing Lima	29/04/1988	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
31	306479	Adrejane De Souza Machado	02/02/1987	3,85	0,40	0,20	4,45	Desc.
61	308983	Leandra Roscete Garlet	27/09/1972	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
48	309520	Lenice De Lima	26/06/1988	3,50	0,60	0,20	4,30	Desc.
50	302165	Tatiana Carine Langhini	26/04/1996	3,15	0,80	0,20	4,15	Desc.
54	312011	Silvamar Mllmann	08/09/1989	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
53	310831	Pierina Da Conceicao Scwirke	29/06/1960	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
28	313201	Diego Paulo Regert	05/07/1993	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
40	305404	Eloa Aparecida Roth Perin	13/07/1968	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
43	312162	Ivanir De Souza	11/06/1974	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.
30	307445	Izadete Lemes	27/11/1982	2,45	0,60	0,60	3,65	Desc.
32	304024	Joselaine Dos Santos Freitas	13/10/1974	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
49	309551	Marciane Teixeira Teles	17/01/1990	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
39	306398	Eliane Canabarro De Lima	01/09/1995	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
38	306400	Eliane Dias Rodrigues Da Rosa	26/08/1989	3,15	0,00	0,20	3,35	Desc.
24	309947	Carla Cassol	12/12/1992	2,10	0,40	0,40	2,90	Desc.
46	308553	Jaqueline Nunes De Oliveira	21/04/1992	1,75	0,40	0,60	2,75	Desc.
62	306960	Neiva Lucia Folgiarini Mapelli	06/02/1962	1,75	0,40	0,40	2,55	Desc.
59	300778	Solange Ril Wolfart	19/04/1984	1,05	0,80	0,40	2,25	Desc.

## BIOQUÍMICO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
72	309595	Thais Regina Garlet	24/01/1987	5,95	1,80	0,80	8,55	1º
71	311927	Francielle De Negri	26/07/1978	4,90	1,00	0,40	6,30	2º
77	310015	Caroline Paula Schwerz	13/03/1991	4,55	0,60	0,40	5,55	3º
75	311902	Juliana Cassol	04/05/1986	4,20	0,60	0,40	5,20	4º
76	311453	Taisa Paula Giacomini	14/01/1994	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
74	312558	Gustavo Negri	12/01/1993	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.

## ENGENHEIRO CIVIL | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
78	311702	Joao Everton Ruby	17/06/1989	4,55	1,20	0,60	6,35	1º
95	312197	Luiz Eduardo Cassol Daga	22/09/1993	3,85	1,60	0,80	6,25	2º
105	313238	Alexsander Tome	28/08/1987	3,85	1,40	1,00	6,25	3º
80	306055	Cezar Felipe Ferri	13/12/1989	4,20	1,20	0,80	6,20	4º
98	309539	Lucas Mazzoleni Pinto	17/11/1992	4,20	1,00	1,00	6,20	5º
85	306798	Fernanda Naue	30/10/1991	4,20	0,80	1,00	6,00	6º
102	310743	Eduardo Jose Bordin Rupp	19/03/1992	3,50	1,40	1,00	5,90	7º

94	309543	Douglas Jackson Pereira	09/11/1992	3,85	1,00	1,00	5,85	8º
83	312390	Iolanda Meier Lohmann	29/12/1993	4,20	0,80	0,80	5,80	9º
97	306974	Doglas Atilio Rodrigues	04/07/1993	3,50	1,40	0,80	5,70	10º
79	310982	Marilize Heberle	18/03/1994	3,50	1,40	0,80	5,70	11º
101	303532	Karine Fernandes Brasil	13/08/1992	3,85	1,00	0,60	5,45	12º
82	300132	Alan Zanella	08/04/1993	3,85	0,80	0,80	5,45	13º
96	313055	Isabela Caroline Gagliotto Galvan	01/11/1994	3,85	0,80	0,80	5,45	14º
81	310535	Carolina Gass	03/10/1991	3,85	1,00	0,40	5,25	15º
106	311976	Lucas Zanatta	22/01/1994	2,80	1,60	0,60	5,00	16º
99	313264	Karios Roger Scapin	26/09/1988	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
103	312984	Marcelo Zanrosso	09/01/1983	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
107	313027	Roger Raphael Rossi	14/03/1990	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
104	301442	Ana Regina Rodrigues	29/10/1979	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
93	305430	Andressa Karlini Ludwig	11/10/1994	2,10	1,20	0,60	3,90	Desc.
84	313082	Thais Mara Casagrande	27/01/1992	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
100	306004	Gustavo Wellinton Britz	02/07/1993	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.

## MÉDICO SAÚDE FAMÍLIA | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
119	312360	Laura Toledo Lago De Assuncao	17/08/1982	4,55	1,80	0,80	7,15	1º
117	312980	Renan Lucas De Aquino	26/12/1987	4,90	1,00	0,80	6,70	2º
118	309736	Wagner De Cesare	24/01/1989	4,20	1,60	0,80	6,60	3º
121	300490	Renan Prigol	24/04/1984	4,20	1,20	1,00	6,40	4º
112	310148	Leticia Tomazoni Gottardo	28/10/1992	3,15	1,80	0,80	5,75	5º
111	313075	Fernando Guaranha	04/06/1985	3,50	1,40	0,60	5,50	6º
114	309297	Andressa Mitsuko Santos Kono	15/01/1987	3,85	0,60	0,80	5,25	7º
113	311320	Antonio Batista De Siqueira	08/07/1974	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
120	312482	Ricardo Andreski Moita	01/03/1956	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.

## MECÂNICO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
125	312023	Marcelo Graff	27/03/1984	4,90	1,00	1,00	6,90	1º
127	310651	Leandro Marcos Pessetto	09/08/1981	4,90	1,00	0,80	6,70	2º
128	312423	Leomir Thums	06/12/1988	4,55	0,80	1,00	6,35	3º
123	312021	Ederson Dos Santos	30/01/1983	4,90	0,80	0,60	6,30	4º
124	303280	Rafael Baccarin	01/04/1995	4,90	0,80	0,60	6,30	5º
122	309544	Ronaldo Dalberto	15/11/1989	4,55	1,00	0,00	5,55	6º
126	313092	Fabio Junior Mezzaroba	26/06/1995	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
129	312342	Janice Treviso	16/07/1987	5,95	0,40	0,40	6,75	1º
131	308950	Fabiane Somera	23/02/1981	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.
130	312480	Cassiane Narciso	18/09/1994	2,80	0,20	0,20	3,20	Desc.

## TESOUREIRO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
157	311703	Robson Swirke	17/03/1986	4,55	1,20	1,00	6,75	1º
142	303786	Rafaela Somera Zago	22/09/1996	5,25	0,80	0,60	6,65	2º
138	302066	Monica Schaeffer	03/09/1996	5,25	0,60	0,80	6,65	3º



158	311849	Willian Ricardo Lamb	29/08/1990	4,55	0,80	0,80	6,15	4º
156	303776	Cassiano Schneider	12/04/1991	3,50	1,60	1,00	6,10	5º
137	310582	Kelly Cristina Favretto Acorsi	01/03/1993	4,55	0,60	0,80	5,95	6º
139	307002	Mateus Poloniato	22/07/1987	4,20	0,60	0,80	5,60	7º
136	312015	Carine Ines Pelisser	06/01/1995	4,20	0,60	0,60	5,40	8º
151	311253	Lourdes Geremias	07/10/1996	4,55	0,00	0,80	5,35	9º
155	313244	Jessica Maria De Campos	20/04/1991	4,90	0,40	0,00	5,30	10º
132	309237	Maradiane Izoton	05/02/1986	3,85	0,80	0,60	5,25	11º
159	309161	Sergion Klein	28/05/1987	3,85	0,40	1,00	5,25	12º
160	310170	Sabrina Feyh	08/04/1986	4,20	0,40	0,60	5,20	13º
162	300700	Sandra B. Dos Santos Scholtze	28/08/1976	4,20	0,20	0,80	5,20	14º
140	301796	Marcio Bedin	23/12/1989	4,20	0,20	0,80	5,20	15º
141	312982	Elio Jair Schio	05/05/1976	3,85	0,60	0,60	5,05	16º
133	307481	Ivanete Maria Gubert	27/08/1976	3,85	0,20	1,00	5,05	17º
134	302800	Mayara Regina Gomes Goncalves	01/05/1987	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
152	311836	Ana Lucia Scantamburlo	06/10/1995	3,50	0,40	1,00	4,90	Desc.
163	311925	Sandra Regina Roth	10/05/1975	3,85	0,20	0,80	4,85	Desc.
144	313097	Idenes Maria Fiorentin Schena	12/02/1982	3,50	0,20	1,00	4,70	Desc.
143	309223	Lucimara Nunes Ribeiro Da Costa	08/07/1990	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
154	298985	Lucas Stanquevisiki	18/06/1993	3,50	0,20	0,80	4,50	Desc.
161	312150	Rosangela Dondoefer Teixeira	16/03/1974	3,85	0,40	0,20	4,45	Desc.
153	308575	Marta Derossi Sigolin	25/01/1988	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
135	313235	Giana Dieiniffer Eschembach	08/03/1997	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
150	311379	Natalia Pasqualon	24/12/1996	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.

## VIGIA | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
176	310793	Leandro Da Rosa	17/06/1989	5,60	1,20	1,00	7,80	1º
175	313152	Elivelton Durigon	03/11/1992	5,95	0,60	1,00	7,55	2º
173	307570	Laercio Ferreira De Macedo	13/08/1964	5,25	1,40	0,80	7,45	3º
171	308082	Daniel S. Machado De Campos	15/02/1991	4,90	0,80	0,80	6,50	4º
167	311241	Lucas Santin	14/04/1997	3,85	1,20	0,80	5,85	5º
179	306397	Anderson Simioni Lemes	19/07/1994	4,20	0,60	1,00	5,80	6º
169	312814	Cleiton Pinotti Freitas	29/07/1991	4,20	0,60	0,40	5,20	7º
174	311223	Josemar Zucchi	13/03/1983	4,20	0,60	0,20	5,00	8º
172	312541	Alvaro Valentim Roscete	22/02/1966	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
170	298853	Jair Da Fonseca	29/01/1979	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.
168	304128	Anderson Lago	18/09/1993	3,50	0,00	0,20	3,70	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o item 13 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 15 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 15 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO Nº. 103/2016, de 15 de junho de 2016.**

DECRETO Nº. 103/2016, de 15 de junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO E ANEXAÇÃO DOS LOTES URBANOS Nº 190 E 191, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento e anexação dos lotes urbanos nº 190 e 191, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do Lote Urbano nº 191, com a área atual de 1.000,00m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), situado na Rua Minas Gerais, na cidade e comarca de Anchieta - SC. O imóvel matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 512. Desmembrado a área de 554,69m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e quatro metros e sessenta e nove centímetros quadrados) para fins de anexação com a matrícula nº 5.348 referente a Parte do Lote Urbano nº 190 com a área de 500,00m<sup>2</sup>, cujo acesso se dá pela servidão existente na Rua Minas Gerais, com 3,00 metros de largura. Formando Parte dos Lotes Urbanos nºs 190 e 191 com as áreas respectivas de 500,00 m<sup>2</sup> e 554,69m<sup>2</sup>, num total em conjunto de 1.054,69m<sup>2</sup> (um mil cinquenta e quatro metros e sessenta e nove centímetros quadrados). Ficando a área remanescente Parte do Lote Urbano nº 191 com a área de 445,31m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e cinco metros e trinta e um centímetro quadrado), constante de uma casa residencial de alvenaria, com a área de 120,75m<sup>2</sup>.

I - ÁREA DESMEMBRADA: Parte do Lote Urbano nº 191, com a área de 554,69 m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e quatro metro e sessenta e nove centímetros quadrados), situado na Rua Minas Gerais, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. Sendo o desmembramento para fins de anexação com a matrícula nº 5.348. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com a Sanga Mandorin.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 190, por linha seca de 27,78 metros.

Ao Sudeste: Com parte do lote urbano nº 191, por linha seca de 15,24 metros.

Ao Sudoeste: Com parte do lote urbano nº192, por linha seca de 43,78 metros.

II - ÁREA REMANESCENTE: Parte do Lote Urbano nº 191, com a área de 445,31m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e cinco metros e trinta e um centímetros quadrados), constante de uma casa residencial de alvenaria com a área de 120,75m<sup>2</sup>; situado na Rua Minas Gerais, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com parte do lote urbano nº 191, por linha seca de 15,24 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 190, por linha seca de 29,22 metros.

Ao Sudeste: Com a Rua Minas Gerais, numa extensão de 15,24 metros.

Ao Sudoeste: Com parte do lote urbano nº192 por linha seca de 29,22 metros.

III - ÁREA ANEXADA: Parte dos Lotes Urbanos nºs 190 e 191, com as áreas respectivas de 554,69m<sup>2</sup> e 500,00m<sup>2</sup>, num total em conjunto de 1.054,69m<sup>2</sup> (um mil cinquenta e quatro metros e sessenta

e nove centímetros quadrados), situado no perímetro urbano desta cidade, cujo acesso se dá pela servidão existente na Rua Minas Gerais, com 3,00 metros de largura e a área de 78,66m<sup>2</sup>, de parte do lote nº190, da área remanescente. Com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com a Sanga Mandorin.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 189, por linha seca de 23,78 metros.

Ao Sudeste: Com parte do lote urbano nº 190, por linha seca de 19,07 metros. E ainda com parte do lote urbano nº 191, por linha seca de 15,24 metros.

Ao Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 192, por linha seca de 43,78 metros. Com parte do lote urbano nº 191, por linha seca de 3,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 15 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 15 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 200/2016**

PORTARIA nº. 200/2016

De, 16 de Junho de 2016.

Nomeia em caráter efetivo, Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Laura Toledo Lago de Assunção, portadora do CPF nº. 092.258.007-38 e CI nº 200.633.287 - DIC/RJ, aprovada no Concurso Público nº. 001/2016 para o cargo de Médica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 16 de Junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 201/2016**

PORTARIA nº. 201/2016

De, 16 de Junho de 2016.

Nomeia em caráter efetivo, Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2016;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Renan Lucas de Aquino, portador do CPF nº. 059.296.539-25 e CI nº. 4512547 - SSP/

SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2016 para o cargo de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 16 de Junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA 011/2016**

PORTARIA Nº 011/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Paulo Fusieger, percepção de 3,5 (três e meia) diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016. A saída será no dia 21 de junho de 2016, pelas 09h00 da manhã e o retorno dia 24 de junho pelas 17h00min, bem como requer a inscrição e transporte de ida e volta (passagens aérea de Chapecó-SC para Florianópolis-SC) para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.592,80 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de junho de 2016.

Valderez Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.  
Secretaria da Câmara Municipal,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

### **PORTARIA 012/2016**

PORTARIA Nº 012/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Eduardo Rafael Schneider, percepção de 3,5 (três e meia) diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016. A saída será no dia 21 de junho de 2016, pelas 09h00 da manhã e o retorno dia 24 de junho pelas 17h00min, bem como requer a inscrição e transporte de ida e volta (passagens aérea de Chapecó-SC para Florianópolis-SC) para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.592,80 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de junho de 2016.

Valderez Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.  
Secretaria da Câmara Municipal,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

**PORTARIA 013/2016**

PORTARIA Nº 013/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Valderéz Izotton, percepção de 3,5 (três e meia) diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016. A saída será no dia 21 de junho de 2016, pelas 09h00 da manhã e o retorno dia 24 de junho pelas 17h00min, bem como requer a inscrição e transporte de ida e volta (passagens aérea de Chapecó-SC para Florianópolis-SC) para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.592,80 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de junho de 2016.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.  
Secretaria da Câmara Municipal,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

**PORTARIA 014/2016**

PORTARIA Nº 014/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º FIXAR, a Secretaria Administrativa do Legislativo, Jussara Santin percepção de 3,5 (três e meia) diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016. A saída será no dia 21 de junho de 2016, pelas 09h00 da manhã e o retorno dia 24 de junho pelas 17h00min, bem como requer a inscrição e transporte de ida e volta (passagens aérea de Chapecó-SC para Florianópolis-SC) para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.592,80 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de junho de 2016.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.  
Secretaria da Câmara Municipal,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

**PORTARIA 015/2016**

PORTARIA Nº 015/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º FIXAR, ao Advogado do Legislativo, GILMAR DE SOUZA, percepção de 1 (uma) diária com destino à Chapecó-SC, no dia 18 de junho de 2016, para o quarto encontro do Curso de Excelência em Processo Civil (novo CPC), serão quatro encontros no Centro de Excelência em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC, localizado na Av. Porto Alegre, 373-D, Centro, Chapecó. A saída será no dia 18 de junho de 2016, pelas 05h00 da manhã e o retorno dia 18 de maio pelas 19h00min, bem como requer a inscrição para referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 2,71 UFRM, perfazendo o total de R\$ 227,12 (duzentos e vinte e sete reais e doze centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de junho de 2016.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.  
Secretaria da Câmara Municipal,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

**ROTEIRO DE VIAGEM 010/2016**

ROTEIRO DE VIAGEM Nº010/2016

Nome: EDUARDO RAFAEL SCHNEIDER

CPF: 064.967.589-48 MATRICULA: 110

Dispositivo Legal Portaria nº 012/2016

Cargo: Vereador

Objetivo da Viagem: para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016.

Destino da Viagem: Florianópolis, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Florianópolis, Santa Catarina.

Meio de transporte utilizado: Veículo Oficial Fiat Siena Placa: MHW 0226(ate Chapecó)

Transporte Aéreo: Data de Saída do voo: 21/06/16 às 14:15 e chegada 21/06/16 às 15:10

Data do retorno do voo: 24/06/16 às 12:50 e chegada 24/06/16 às 13:45

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, e Relatório.

Início da viagem: 21/06/2016 Término da Viagem: 24/06/2016

Horário: 09h00min Horário: 17h00min

Valor de cada diária: R\$ 5,43 UFRM

Nº de diárias concedidas: 3,5 (três e meia) diárias

Valor total a receber: R\$ 1.592,80

Cheque ao Portador: ( ) Depósito em conta: ( x )

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,  
Em 15 de junho de 2016.

EDUARDO RAFAEL SCHNEIDER

### **ROTEIRO DE VIAGEM 011/2016**

ROTEIRO DE VIAGEM Nº011/2016

Nome: PAULO FUSIEGER

CPF: 296.112.109-49 MATRICULA: 115

Dispositivo Legal Portaria nº 011/2016

Cargo: Vereador

Objetivo da Viagem: para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016.

Destino da Viagem: Florianópolis, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Florianópolis, Santa Catarina.

Meio de transporte utilizado: Veículo Oficial Fiat Siena Placa: MHW 0226(ate Chapecó)

Transporte Aéreo: Data de Saída do voo: 21/06/16 às 14:15 e chegada 21/06/16 às 15:10

Data do retorno do voo: 24/06/16 às 12:50 e chegada 24/06/16 às 13:45

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, e Relatório.

Início da viagem: 21/06/2016 Término da Viagem: 24/06/2016

Horário: 09h00min Horário: 17h00min

Valor de cada diária: R\$ 5,43 UFRM

Nº de diárias concedidas: 3,5 (três e meia) diárias

Valor total a receber: R\$ 1.592,80

Cheque ao Portador: ( ) Depósito em conta: ( x )

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,  
Em 15 de junho de 2016.

Paulo Fusieger

### **ROTEIRO DE VIAGEM 012/2016**

ROTEIRO DE VIAGEM Nº012/2016

Nome: JUSSARA SANTIN

CPF: 026.265.849-67 MATRICULA: 135

Dispositivo Legal Portaria nº 014/2016

Cargo: Secretária Administrativa do Legislativo

Objetivo da Viagem: para participar Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016.

Destino da Viagem: Florianópolis, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Florianópolis, Santa Catarina.

Transporte Aéreo: Data de Saída do voo: 21/06/16 às 14:15 e chegada 21/06/16 às 15:10

Data do retorno do voo: 24/06/16 às 12:50 e chegada 24/06/16 às 13:45

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, e Relatório.

Início da viagem: 21/06/2016 Término da Viagem: 24/06/2016

Horário: 09h00min Horário: 17h00min

Valor de cada diária: R\$ 5,43 UFRM

Nº de diárias concedidas: 3,5 (três e meia) diárias

Valor total a receber: R\$ 1.592,80

Cheque ao Portador: ( ) Depósito em conta: ( x )

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,  
Em 15 de junho de 2016.

Jussara Santin

### **ROTEIRO DE VIAGEM 013/2016**

ROTEIRO DE VIAGEM Nº 013/2016

Nome: VALDEREZ IZOTTON

CPF: 027.963.459-55 MATRICULA: 11

Dispositivo Legal Portaria nº 013/2016

Cargo: Presidente da Câmara

Objetivo da Viagem: para participar do Curso Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais, conforme convite e programação recebidos pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 22 a 24 de junho de 2016.

Destino da Viagem: Florianópolis, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Florianópolis, Santa Catarina.

Meio de transporte utilizado: Veículo Oficial Fiat Siena Placa: MHW 0226(ate Chapecó)

Transporte Aéreo: Data de Saída do voo: 21/06/16 às 14:15 e chegada 21/06/16 às 15:10

Data do retorno do voo: 24/06/16 às 12:50 e chegada 24/06/16 às 13:45

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, e Relatório.

Início da viagem: 21/06/2016 Término da Viagem: 24/06/2016  
Horário: 09h00min Horário: 17h00min

Valor de cada diária: R\$ 5,43 UFRM  
Nº de diárias concedidas: 3,5 (três e meia) diárias  
Valor total a receber: R\$ 1.592,80  
Cheque ao Portador: ( ) Depósito em conta: ( x )

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,  
Em 15 de junho de 2016.

Valderez Izotton

### **ROTEIRO DE VIAGEM 014/2016**

ROTEIRO DE VIAGEM Nº014/2016

Nome: GILMAR DE SOUZA

CPF: 559.834.800-49 MATRICULA: 89

Dispositivo Legal Portaria nº 015/2016

Cargo: Advogado do Legislativo

Objetivo da Viagem: para participar Curso de Excelência em Processo Civil (novo CPC), serão quatro encontros no Centro de Excelência em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC, localizado na Av. Porto Alegre, 373-D, Centro, Chapecó.

Destino da Viagem: Chapecó, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Chapecó, Santa Catarina.

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, e Relatório.

Início da viagem: 18/06/2016 Término da Viagem: 18/06/2016  
Horário: 05h00min Horário: 19h00min

Valor de cada diária: R\$ 2,71 UFRM  
Nº de diárias concedidas: 1 (uma) diária  
Valor total a receber: R\$ 227,12  
Cheque ao Portador: ( ) Depósito em conta: ( x )

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,  
Em 15 de junho de 2016.

Gilmar de Souza

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 01 EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO N 001/2016

01º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2016 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 17/06/2016 a 17/07/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 046/2016, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de junho de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

#### Anexo I

Cargo: MEDICO – 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
1º	ERIC SILVEIRA ITO	369462

Cargo: MEDICO – 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
1º	JOAO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO	366896

Cargo: AGENTE Comunitário DE Saúde (ÁREA I) CENTRO/CANUDOS

OBS.: A candidata Márcia Cristina Weber aprovada na primeira posição do concurso público 001/2016 do município de Antônio Carlos, não está sendo convocada em virtude de processo judicial autuado sob o número 0300937-14.2016.8.24-0007, em trâmite na Comarca de Biguaçu/SC. Assim que houver definição da demanda, e dependendo do resultado, será convocada regularmente.

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
2º	RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN	359673
3º	MARTHA VALLADARES MESSIAS	335354

Cargo: AGENTE Comunitário DE Saúde (ÁREA II) EGITO/SANTA MARIA/BRAÇO DO NORTE/LOURO/USINA/SANTA BARBARA

OBS.: A candidata Carla Junkes Schappo aprovada na terceira posição do concurso público 001/2016 do município de Antônio Carlos, não está sendo convocada em virtude de processo judicial autuado sob o número 0300937-14.2016.8.24-0007, em trâmite na Comarca de Biguaçu/SC. Assim que houver definição da demanda, e dependendo do resultado, será convocada regularmente.

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
1º	VIVIANE MARTINS MALICHESKI	367311
2º	LEONICE MARTENDAL SCHMITT	335333
4º	VERALDINA GUESSER	337693

Cargo: AGENTE Comunitário DE Saúde (ÁREA III) vila doze/rachadel/alto rio farias/faxinal/guiomar

OBS.: A candidata Lucimere Guesser Junkes aprovada na segunda posição do concurso público 001/2016 do município de Antônio Carlos, não está sendo convocada em virtude de processo judicial autuado sob o número 0300937-14.2016.8.24-0007, em trâmite na Comarca de Biguaçu/SC. Assim que houver definição da demanda, e dependendo do resultado, será convocada regularmente.

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
1º	MARCELO JOSÉ CARVALHO DE SOUZA	366670
3º	CARLA REGINA BESEN KLEIN	353882
4º	SOLENE KUHN	338555

### DECRETO N 045/2016

DECRETO Nº 000045/16 de 14 de Junho de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.629,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.244.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.629,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.244.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.629,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Junho de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal



**DECRETO N 046/2016**

DECRETO NO 46/2016

Regulamenta a realização de inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público - caráter efetivo.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os exames e os procedimentos de inspeção médica oficial que precedem a nomeação em cargo público (caráter efetivo), haja vista a realização de concurso público realizado pela municipalidade.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Regulamentar a realização da inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público, tendo como empresa contratada para este fim “PERICIAL SUL”, situada no CEISA CENTER – Bloco C, 10º andar, sala 1002 – Centro Florianópolis – SC, a qual obrigatoriamente observará as disposições deste Decreto.

Art. 2º - O candidato aprovado em concurso público, quando de sua convocação para o ingresso no cargo, deverá proceder à realização dos exames admissionais e agendar, quando da posse dos resultados destes, a inspeção médica oficial, junto empresa PERICIAL SUL, sob pena de desclassificação.

Art. 3º - Os exames clínicos admissionais, de acordo com o cargo ocupacional – sua natureza, atribuições, responsabilidades e/ou condições de serviço, encontram-se discriminados, conforme relação constante do Anexo I, deste Decreto.

Art. 4º - Fica a critério do perito designado pela empresa contrata, objetivando aferir a aptidão física e mental do candidato à assunção no cargo ocupacional, a exigência de avaliações e /ou exames complementares que julgar imprescindíveis à sua conclusão pericial, verificada durante a inspeção admissional.

Art. 5º - Na data agendada para a realização da inspeção médica oficial, o candidato deverá comparecer munido dos laudos avaliativos constantes no anexo I deste Decreto.

Art. 6º - A nomeação no serviço público fica condicionada à decisão exarada pela perícia oficial do Município, por meio do laudo médico oficial, emitido pela empresa contratada PERICIAL SUL, comprovando a aptidão física e mental do candidato ao exercício do cargo pleiteado.

Art. 7º - Este Decreto permanecerá disponível para acesso e consulta dos candidatos e demais interessados, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, no endereço eletrônico antoniocarlos.sc.gov.br.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de junho de 2016.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I – exame de admissão para ingresso no serviço público – caráter efetivo

JUNTA MEDICA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS:  
PERICIAL SUL - SITUADA NO CEISA CENTER – BLOCO C, 10º ANDAR, SALA 1002 – CENTRO FLORIANOPOLIS/SC.

Item I - EXAMES EM GERAL PARA TODOS OS CARGOS:

1. Hemograma Completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia Para Lues;
4. Parcial De Urina;
5. Rx Do Torax (Pa + Perfil) Com Laudo Médico;
6. Creatinina;
7. Vdrl;
8. Eletrocardiograma Com Laudo (Acima De 35 Anos).

**Item II - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

1. Todos do Item I;
2. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. RX de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação (Tétano).

**Item III – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

1. Todos do Item I;
2. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. RX de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação(difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino).

**Item IV - PROFESSOR GRADUAÇÃO (ARTES)**

1. Todos do Item I;
2. RX de ombro dominante com descrição acrômio;
3. Audiometria;
4. Laringoscopia indireta;
5. Carteira de vacina rubéola (sexo feminino).

**Item V - PROFESSOR GRADUAÇÃO (EDUCAÇÃO FISICA)**

1. Todos do Item I;
2. RX dinâmico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. Rx de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação (tétano e Rubéola, sexo feminino);
6. Audiometria;
7. Laringoscopia indireta.

**Item VI - MEDICO**

6. Todos do Item I;
7. HCV anti Hepatite C;
8. HBsAg e Anti HBS;
9. Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino).

Antônio Carlos, 16 de junho de 2016.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2015****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 153/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: MODELO PNEUS LTDA; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 153/2015, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 12 para R\$ 1.670,73 (um mil seiscentos e setenta reais e setenta e três centavos) e do item 18 para 1.437,64 (um mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 16 de junho de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 141/2014; Origem: Processo Licitatório nº 072/2014 – Tomada de Preço nº 06/2014. Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores de Antônio Carlos – IPREANCARLOS Contratada: SMI Prime - Consultoria de Investimentos Ltda.; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo ministério da previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente web privativo ao instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da resolução do CMN 3.922/2010, na portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato, em conformidade com o termo de referencia anexo i e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos. Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 01 de julho de 2017. Valor: Fica alterada a cláusula II do presente contrato, cujo valor mensal corrigido pelo INPC (9,81%) passará a ser de R\$ 1.791,44 (um mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), totalizando a importância anual de R\$ 21.497,28 (vinte e um mil quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos).

Antônio Carlos, 16 de junho de 2016.  
ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI  
DIRETORA EXECUTIVA DO IPREANCARLOS

# Arabutã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº.1902/2016

DECRETO Nº 1.902, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicionar por conta de anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 6.600,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicionar:

Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC.,IND.,COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	2101	Participação no Projeto Lambari		
Modalidade:	107	33710000000000	Transferências a Consórcios Públicos	5.500,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC.,IND.,COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	2101	Participação no Projeto Lambari		
Modalidade:	109	44710000000000	Transferências a Consórcios Públicos	1.100,00
		0000		
TOTAL .....				R\$ 6.600,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC.,IND.,COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	2101	Participação no Projeto Lambari		
Modalidade:	108	33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	5.500,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC.,IND.,COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	2101	Participação no Projeto Lambari		
Modalidade:	110	44930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	1.100,00
		0000		
TOTAL .....				R\$ 6.600,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 14 de junho de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.  
Em 14 de junho 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pelas Publicações



**PORTARIA Nº. 155/2016**

PORTARIA Nº 155/2016

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º. Designar os servidores abaixo mencionados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº. 29/2016, no qual o Município de Arabutã é o contratante:

- a) NEUDI EINSWEILER, inscrito no CPF sob nº. 567.922.719-34, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;
- b) DIRCEU WAZLAVICK, inscrito no CPF sob nº. 770.377.669-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico; e
- c) DILMAR ALOISIO SCHNEIDER, inscrito no CPF-MF sob nº. 430.286.679-91, ocupante da função temporária de Mecânico.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de junho de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 156/2016**

PORTARIA Nº 156/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º. Designar o servidor NEUDI EINSWEILER, inscrito no CPF sob nº. 567.922.719-34, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº. 092/2016.

Art. 2º. Determinar que o fiscal designado deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento da ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela detentora, em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de junho de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação

**HOMOLOGAÇÃO Nº. 38/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 39/2016 Processo de Licitação: 38/2016 Data do Processo: 30/05/2016
Folha: 1/2	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2016  
b) Licitação Nr.: 26/2016-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 16/06/2016  
e) Data da Adjudicação: 16/06/2016 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**LOTE: 1****MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (9063)**

1	ROLAMENTO DO COMANDO FINAL - Marca: NTN	UN	2,00	0,0000	3.800,00	7.600,00
2	RETENTOR DUOCONE - Marca: REVELAN	UN	1,00	0,0000	614,00	614,00
3	ARRUELA DO COMANDO - Marca: TT PARTES	UN	1,00	0,0000	397,00	397,00
4	ENGRENAGEM PLANETÁRIA - Marca: TT PARTES	UN	3,00	0,0000	1.400,00	4.200,00
5	ROLAMENTO DO COMANDO FINAL 12Y2711320 - Marca: TINKEM	UN	6,00	0,0000	189,00	1.134,00
6	PINO CARRIER - Marca: TT PARTES	UN	3,00	0,0000	140,00	420,00
7	ESFERA DE AÇO - Marca: TT PARTES	UN	3,00	0,0000	2,00	6,00
8	CUBO ANELAR - Marca: TT PARTES	UN	1,00	0,0000	11.000,00	11.000,00
9	PINHÃO - Marca: TT PARTES	UN	1,00	0,0000	641,00	641,00
10	ANEL TRAVA - Marca: TT PARTES	UN	1,00	0,0000	48,00	48,00
11	CARRIER PEQUENO DO COMANDO FINAL - Marca: LUFER	UN	1,00	0,0000	2.280,00	2.280,00
12	ENGRENAGEM PLANETÁRIA 12Y-27-11130 - Marca: TT PARTES	UN	3,00	0,0000	750,00	2.250,00
13	ROLAMENTO CARRIER - Marca: KFB	UN	3,00	0,0000	120,00	360,00
14	ARRUELA CARRIER PEQUENO - Marca: OEM	UN	6,00	0,0000	30,00	180,00
15	PINO CARRIER 12Y-27-11250 - Marca: KOMATSU	UN	3,00	0,0000	130,00	390,00
16	PINO ELÁSTICO 20Y-2721280 - Marca: KOMATSU	UN	3,00	0,0000	5,00	15,00
17	PINHÃO DE ACIONAMENTO - Marca: LUFER	UN	1,00	0,0000	877,00	877,00
18	ARRUELA CALÇO - Marca: ITR	UN	1,00	0,0000	60,00	60,00
19	ANEL DE BORRACHA - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	227,00	227,00
20	ANEL DE BORRACHA07002-62434 - Marca: NOK	UN	4,00	0,0000	15,00	60,00
21	ANEL DE BORRACHA07002-61023 - Marca: NOK	UN	2,00	0,0000	6,00	12,00
22	ANEL DE BORRACHA07002-61423 - Marca: NOK	UN	2,00	0,0000	2,00	4,00
23	ANEL DE BORRACHA706-86-53530 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	70,00	70,00
24	ANEL DE BORRACHA07000-B2014 - Marca: NOK	UN	5,00	0,0000	5,00	25,00
25	ANEL DE BORRACHA07000-B2030 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	3,00	3,00
26	ANEL DE BORRACHA706-86-53230Q - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	80,00	80,00
27	ANEL DE BORRACHA07000-B2055 - Marca: NOK	UN	2,00	0,0000	20,00	40,00
28	ANEL DE BORRACHA07000-B2012 - Marca: NOK	UN	2,00	0,0000	8,00	16,00
29	ANEL DE BORRACHA07000-B1004 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	9,00	9,00
30	ANEL DE BORRACHA07001-01004 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	14,00	14,00

Arabutã, 16 de Junho de 2016.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2016 - PR</b>
	Processo Administrativo: 39/2016 Processo de Licitação: 38/2016 Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 1****MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (9063)**

31	ANEL DE BORRACHA07000-A5260 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	35,00	35,00
32	RETENTOR708-27-22811 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	980,00	980,00
33	ANEL DE BORRACHA07000-B5240 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	60,00	60,00
34	ANEL DE BORRACHA706-86-90290 - Marca: NOK	UN	1,00	0,0000	110,00	110,00
35	RECUPERAÇÃO DO MOTOR DE TRAÇÃO - Marca:	UN	1,00	0,0000	2.400,00	2.400,00
36	MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DAS PEÇAS E DA RECUPERAÇÃO - Marca:	SER	1,00	0,0000	4.500,00	4.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>41.117,00</b>	
<b>Total Geral:</b>					<b>41.117,00</b>	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 16 de Junho de 2016.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 172

PORTARIA Nº 172, de 13/06/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, FERNANDO ANDRÉ MANENTI, admitido por concurso público para o cargo de FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA, através da Portaria de Nomeação nº 122 de 02/05/2005, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2007 à 01/05/2012, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016 - AQUISIÇÃO DE CAMINHAS, CADEIRINHAS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIS E BABYS BALANÇO PARA A CRECHE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0014/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHAS, CADEIRINHAS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIS E BABYS BALANÇO PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO – PROFABI.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 01/07/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 01/07/2016

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br), [licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 16 de junho de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2016 FMS  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 30/6/2016 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E PRESTACAO DE SERVICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, PARA REALIZAR TREINAMENTO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PARA ATUALIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS, CONFECCAO DE RELATORIOS MENSAL E ANUAL PARA O MINISTERIO DA SAUDE, SENDO NO SIA, CNES, SIAB, BPA/MAC, AIH, APAC, BEM COMO CAPACITACAO PARA AGENTES DE SAUDE, ORIENTACAO SOBRE A LEGISLACAO DO SUS E DO DECRETO 7508/2011, PLANO MUNICIPAL DE SAUDE, ENTRE OUTROS SERVIÇOS, conforme informações no edital e termo de referência em anexo.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 17 de junho de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO N. 52/2016

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 52/2016

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

Onde lia-se

#### 1 - DO OBJETO

A presente licitação na modalidade de PREGÃO tem por objetivo receber propostas para:

LOTE	Quantidade	Unidade	Descrição
2	1,00	UND	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Vlr Máx.Unit: R\$ 23.726,00			
Cotação Máx.: R\$ 23.726,00			

Passa a ler-se:

#### 1 - DO OBJETO

A presente licitação na modalidade de PREGÃO tem por objetivo receber propostas para:

LOTE	Quantidade	Unidade	Descrição
2	1,00	UND	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Vlr Máx.Unit: R\$ 39.200,00			
Cotação Máx.: R\$ 39.200,00			

Onde lia-se :

2.8 O corretor poderá obter reserva de mercado junto à no máximo três seguradoras.

Passa a ler-se:

2.8 O corretor poderá obter reserva de mercado junto à no máximo duas seguradoras.

Onde lia-se:

k) Declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá a Prefeitura Municipal de Ascurra na vigência do contrato, devendo esta mencionar:

- Indicação da localização da sede da Corretora, que deverá estar estabelecida no Vale do Itajaí/SC;
- Que a Corretora possui estrutura adequada para a realização dos serviços, a fim de garantir o devido cumprimento do contrato;
- Que não haverá substituição da Corretora no decorrer do contrato, salvo por motivo de força maior, ou por acordo das partes.

Passa a ler-se

k) Declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá a Prefeitura Municipal de Ascurra na vigência do contrato, devendo esta:

- Mencionar a indicação da localização da sede da Corretora, que deverá estar estabelecida no Município de Ascurra ou cidades vizinhas limítrofes;

- Mencionar que a Corretora possui estrutura adequada para a realização dos serviços, a fim de garantir o devido cumprimento do contrato (para a realização de aviso de sinistro segurado e terceiros, auxílio na assistência 24 horas, dúvidas, esclarecimentos, cotações de endosso de inclusão ou de exclusão, ou qualquer situação referente ao objeto deste edital, que a corretora compareça a Prefeitura em até 24 horas quando chamada a mesma;
- Mencionar que não haverá substituição da Corretora no decorrer do contrato, salvo por motivo de força maior, ou por acordo das partes.
- Apresentar cartão de CNPJ da corretora para comprovação do endereço da mesma.

Onde lia-se:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

A licitação será dividida em 2 (dois) lotes, abaixo especificados.

LOTE	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	1	LOTE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCF E COMPREENSIVA TOTAL DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	R\$ 38.593,43
2	1	LOTE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	R\$ 23.726,00

LOTE 1 VEÍCULOS SEGURADOS E COBERTURAS CONTRATADAS:

N.	VEÍCULO	PLACA	CHASSI/Nº SÉRIE	ANO / MO-DELO	BÔNUS	CASCO	VALOR UNIT. MÁXIMO ANUAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.241.709/0001-03							
1	CHEVROLET CELTA LIFE 8V FLEX 5P	MFA-5695	9BGRZ489019G185133	2008/2009	5	TOTAL	R\$ 367,00
3	FIAT UNO MILLE ELETTRONIC 1.0 2P	MGR-1079	9BD15822AA6387724	2009/2010	3	TOTAL	R\$ 589,00
4	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 2P	MGR-1029	9BD15802AA6390752	2009/2010	3	TOTAL	R\$ 561,00
6	FIAT UNO MILLE WAY ECON 4P	MIN-0722	9BD15844AC6574342	2011/2012	3	TOTAL	R\$ 561,00
7	FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY 1.0 4P	MIR-8728	9BD15822AC6644308	2011/2012	2	TOTAL	R\$ 823,00
8	FIAT PALIO FIRE	MMF-5185	9BD17122CF5947117	2014/2015	0	TOTAL	R\$ 589,00
9	CHEV/SPIN 1.8L KTZ	MMA-8576	9BGJC75Z0EE288959	2014/2015	0	TOTAL	R\$ 1.850,00
10	RENAULT MASTER 2.5 AMBULANCIA	MXK-1296	93YADC1H6DJ274443	2013/2013	7	TOTAL	R\$ 3.225,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA CNPJ: 83.102.772/0001-61							
11	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 8V	MBQ-2224	98D1582254401893	2002/2002	0	RCF+AS-SIST.	R\$ 627,00
12	FIAT UNO MILLE 1.0 4P	MJL-4871	9BD15822AC6674587	2012/2012	2	TOTAL	R\$ 685,00
13	VOLKSWAGEN KOMBI STANDART 1.6	LYY-7936	9BWZZZ237VP030737	1997/1998	3	RCF+AS-SIST.	R\$ 548,00
14	FIAT STRADA WORKING 1.5	MFD-6420	9BD27801222797582	2001/2002	1	RCF+AS-SIST.	R\$ 627,00
15	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 4P	MHS-0120	9BD15822764788254	2005/2006	7	TOTAL	R\$ 685,00
16	FIAT PALIO ATTRACTIVE 1.4 8V 49	MLL-8730	9BD373121E51050099	2013/2014	0	TOTAL	R\$ 642,00
17	CHEVROLET CORSA HATCH WIND 1.0	MLU-9986	9BGSC68N02C114124	2001/2002	1	RCF+AS-SIST.	R\$ 2.012,00
18	FIAT MILLE FIRE ECONOMY 1.0 4P	MIR-8568	9BD15822AC6644245	2011/2012	2	TOTAL	R\$ 685,00
19	VOLKSWAGEN 13.130	MAS-4396	V039473W	1987/1987	8	RCF	R\$ 1.786,00
20	VOLKSWAGEN 26.220 6X4	MDC-3282	9BW4M8ZU82R208278	2002/2002	10	RCF	R\$ 2.323,00
21	FIAT STRADA 1.4 FIRE FLEX CS	MHM-9611	9BD27803MA7229998	2010/2010	5	TOTAL	R\$ 685,00
22	FIAT SIENA ESSENCE 1.6 FLEX 4P	MHY-6092	8AP17277EB2184743	2011/2011	3	TOTAL	R\$ 685,00
23	MERCEDES BENZ 2729K ATRON 6X4	MMJ-6392	9BM693388EB950719	2014/2014	0	RCF	R\$ 3.499,00
24	VOLKSWAGEN 26.260 CNM 6X4	MHY-0996	9534B8263AR019761	2009/2010	3	RCF	R\$ 2.323,00
25	VOLKSWAGEN KOMBI STANDART 1.6	LYY-7996	9BWZZZ237VP030775	1997/1998	10	RCF+AS-SIST.	R\$ 521,43
26	FORD CARGO 1517 E	MEA-2443	9BFXCE5U77BB91485	2007/2007	1	RCF	R\$ 2.000,00
27	IVECO DAILY CHASSI 70C16HD CD MASSI	MHK-1357	93ZC68B01B8417071	2010/2011	0	RCF	R\$ 2.172,00
28	FORD CARGO 1722T	MJE-8964	9BFYEAXV5CBS83571	2012/2012	0	RCF	R\$ 1.975,00
29	VOLKSWAGEN KOMBI 1.6	MEC-1117	9BWGF07X07P000796	2006/2007	0	RCF+AS-SIST.	R\$ 548,00
30	CATERPILLAR – PATROLA 120K	MAQ-0001	CATO120KHJAP04987		0	RCF	R\$ 500,00
31	FIATLLIS – PATROLA	MAQ-0004	DD-2444		0	RCF	R\$ 500,00
32	CASE – CARREGADEIRA W20E	MAQ-0005	IHF0030636		0	RCF	R\$ 500,00
33	CASE – RETRO 580M	MAQ-0006	NAAH22898		0	RCF	R\$ 500,00
34	CATERPILLAR – RETRO 416E	MAQ-0007	CATO416ECMFG06808		0	RCF	R\$ 500,00
35	VALMET – TRATOR 68	MAQ-0008	SL108E87216		0	RCF	R\$ 500,00

36	VALTRA – TRATOR 785	MAQ-0009	22904410117		0	RCF	R\$ 500,00
37	NEW HOLLAND – TRATOR 01	MAQ-0010	ZBCB84944		0	RCF	R\$ 500,00
38	NEW HOLLAND – TRATOR 02	MAQ-0011	ZBGB84966		0	RCF	R\$ 500,00
39	JOHN DEERE TRATOR	MAQ-0012	BMG6415A080670		0	RCF	R\$ 500,00

VALOR TOTAL DESTE LOTE: R\$ 38.593,43

COBERTURAS CONTRATADAS:

1) OS ITENS 1 A 10, 12, 15, 16, 18, 21 E 22 TERÃO COBERTURA DE SEGURO TOTAL (COMPREENSIVO) COM AS SEGUINTE COBERTURAS:

CASCO: 100% TABELA FIPE

FRANQUIA CONFORME TABELA ACIMA PARA CADA ITEM.

R\$ 150.000,00 DANOS MATERIAIS

R\$ 150.000,00 DANOS CORPORAIS

R\$ 30.000,00 DANOS MORAIS

R\$ 5.000,00 APP MORTE

R\$ 5.000,00 APP INVALIDEZ

ASSISTENCIA 24 HORAS – KM ILIMITADO DE GUINCHO

VIDROS: CONTRATADO

2) OS ITENS 11, 13, 14, 17, 25 E 29 TERÃO COBERTURA DE SEGURO RCF+ASSIST. (TERCEIRO + ASSISTÊNCIA 24 HORAS) COM AS SEGUINTE COBERTURAS:

0% TABELA FIPE

R\$ 150.000,00 DANOS MATERIAIS

R\$ 150.000,00 DANOS CORPORAIS

R\$ 30.000,00 DANOS MORAIS

R\$ 5.000,00 APP MORTE

R\$ 5.000,00 APP INVALIDEZ

ASSISTÊNCIA 24 HORAS – 600KM GUINCHO

3) OS ITENS 19, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 30 A 39 TERÃO COBERTURA DE SEGURO RCF (TERCEIRO) COM AS SEGUINTE COBERTURAS:

0% TABELA FIPE

R\$ 200.000,00 DANOS MATERIAIS

R\$ 200.000,00 DANOS CORPORAIS

R\$ 40.000,00 DANOS MORAIS

R\$ 5.000,00 APP MORTE

R\$ 5.000,00 APP INVALIDEZ

ASSISTÊNCIA 24 HORAS – NÃO CONTRATADO.

LOTE 2 VEÍCULOS SEGURADOS E COBERTURAS CONTRATADAS:

N.	VEÍCULO	PLACA	CHASSI/Nº SÉRIE	ANO / MO-DELO	BÔNUS	CASCO	VALOR UNIT. MÁXIMO
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.241.709/0001-03						
1	FIAT DUCATO MINIBUS 2.8 16LUG	MFB-0185	93W245L3392030673	2008/2009	0	RCO	R\$ 3.732,00
2	FORD TRANSIT VAN 3550 14LUG	MJL-4851	WFOXXBTBFTS12328	2011/2011	0	RCO	R\$ 3.732,00
3	FIAT DUCATO MAXI CARGO 2.8	MIA-1723	93W245G34A2050397	2009/2010	3	RCO	R\$ 3.730,00
	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA CNPJ: 83.102.772/0001-61						
3	FORD TRANSIT 16LUG	MLI-9955	WF0DXPTCFCTD02500	2012/2012	0	RCO	R\$ 2.233,00
4	MERCEDES BENZ CIFERL 54 LUG	LCD-7184	9BM384073WB1535	1998/1998	0	RCO	R\$ 2.835,00
5	VW/15.190 EOD E.HD ORE	MMC-6685	9532E82W5ER429823	2014/2014	0	RCO	R\$ 2.835,00
6	FIAT/DUCATO MINIBUS	MCL-5148	93W23159121008258	2002/2002	0	RCO	R\$ 3.732,00
7	MARCOPOLO/VOLARE V6L MO	QHY-6772	93PB771MFC053473	2014/2015	0	RCO	R\$ 3.732,00

VALOR TOTAL DESTE LOTE: R\$ 23.726,00

COBERTURAS CONTRATADAS:

1) OS ITENS 1 A 7 TERÃO COBERTURA APP (RCO DETER), COM AS SEGUINTE COBERTURAS:

APP MORTE CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00

APP INVALIDEZ CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00

DANOS MEDICOS HOSPITALARES CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 7.000,00

APP MORTE PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00

APP INVALIDEZ PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00

DANOS MÉDICOS HOSPITALARES PASSAGEIROS: R\$ 7.000,00

Obs.: os valores tiveram como base o seguro atual pago por este Município.

DA VIGÊNCIA

A vigência da apólice será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da lei 8.666/93 e suas alterações.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 3 parcelas sucessivas, em 30, 60 e 90 dias após a entrega das apólices de seguro ao Setor de Compras e



Licitações.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas do processo licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária do município para o exercício de 2016:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2	GABINETE DO PREFEITO
1	GABINETE DO PREFEITO
4	ADMINISTRACAO
122	ADMINISTRACAO GERAL
20	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
3	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
1	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
4	ADMINISTRACAO
121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10100	Receitas de Impostos – Educação
6	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
1	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
20	AGRICULTURA
606	EXTENSAO RURAL
90	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
1	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
15	URBANISMO
452	SERVICOS URBANOS
30	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
1	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
15	URBANISMO
452	SERVICOS URBANOS
30	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
2061	MANUTENCAO MELHORIA DE ILUMINACAO PUBLICA
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP

#### OUTROS DETALHES

- O corretor poderá obter reserva de mercado junto a somente três seguradoras;
- A empresa vencedora deverá sempre que necessário disponibilizar pessoal para ir até a sede da prefeitura de Ascurra, para fazer coleta de documentos, sempre dentro do prazo necessário, para que o município não perca seus direitos;
- Deverá ser solicitado na licitação declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá a Prefeitura Municipal de Ascurra na vigência do contrato, devendo esta mencionar:



- a) Indicação da localização da sede da Corretora, que deverá estar estabelecida no Vale do Itajaí/SC;  
 b) Que a Corretora possui estrutura adequada para a realização dos serviços, a fim de garantir o devido cumprimento do contrato;  
 c) Que não haverá substituição da Corretora no decorrer do contrato, salvo por motivo de força maior, ou por acordo das partes.

Ascurra, 9 de junho de 2016.

LEANDRO CHIARELLI  
Secretário de Administração

MARCOS ALEXANDRE DE LIZ  
Secretário da Educação

JOÃO VANSUITA  
Secretário da Saúde

VILMAR DOMINGOS PESSOTI  
Secretário Municipal de Transporte e Obras

ADEMIR FRAINER  
Secretário da Agricultura

Passa a ler-se:

ANEXO VIII  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016  
TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

A licitação será dividida em 2 (dois) lotes, abaixo especificados.

LOTE	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	1	LOTE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCF E COMPREENSIVA TOTAL DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	R\$ 38.593,43
2	1	LOTE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO RCO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	R\$ 39.200,00

LOTE 1 VEÍCULOS SEGURADOS E COBERTURAS CONTRATADAS:

N.	VEÍCULO	PLACA	CHASSI/Nº SÉRIE	ANO / MO-DELO	BÔNUS	CASCO	FRANQUIA MÁXIMA	VALOR UNIT. MÁXIMO ANUAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.241.709/0001-03								
1	CHEVROLET CELTA LIFE 8V FLEX 5P	MFA-5695	9BGRZ489019G185133	2008/2009	5	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 367,00
2	FIAT UNO MILLE ELETRONIC 1.0 2P	MGR-1079	9BD15822AA6387724	2009/2010	3	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 589,00
3	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 2P	MGR-1029	9BD15802AA6390752	2009/2010	3	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 561,00
4	FIAT UNO MILLE WAY ECON 4P	MIN-0722	9BD15844AC6574342	2011/2012	3	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 561,00
5	FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY 1.0 4P	MIR-8728	9BD15822AC6644308	2011/2012	2	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 823,00
6	FIAT PALIO FIRE	MMF-5185	9BD17122CF5947117	2014/2015	0	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 589,00
7	CHEV/SPIN 1.8L KTZ	MMA-8576	9BGJC75Z0EE288959	2014/2015	0	TOTAL	R\$ 2.000,00	R\$ 1.850,00
8	RENAULT MASTER 2.5 AMBU-LANCIA	MKX-1296	93YADC1H6DJ274443	2013/2013	7	TOTAL	R\$ 4.000,00	R\$ 3.225,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA CNPJ: 83.102.772/0001-61								
9	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 8V	MBQ-2224	98D15822524401893	2002/2002	0	RCF	R\$ 1.200,00	R\$ 627,00
10	FIAT UNO MILLE 1.0 4P	MJL-4871	9BD15822AC6674587	2012/2012	2	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 685,00
11	VOLKSWAGEN KOMBI STAN-DART 1.6	LYY-7936	9BWZZZ237VP030737	1997/1998	3	RCF		R\$ 548,00
12	FIAT STRADA WORKING 1.5	MFD-6420	9BD27801222797582	2001/2002	1	RCF	R\$ 1.200,00	R\$ 627,00
13	FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 4P	MHS-0120	9BD15822764788254	2005/2006	7	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 685,00
14	FIAT PALIO ATTRACTIVE 1.4 8V 49	MLL-8730	9BD373121E51050099	2013/2014	0	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 642,00
15	CHEVROLET CORSA HATCH WIND 1.0	MLU-9986	9BGSC68N02C114124	2001/2002	1	RCF	R\$ 1.200,00	R\$ 2.012,00
16	FIAT MILLE FIRE ECONOMY 1.0 4P	MIR-8568	9BD15822AC6644245	2011/2012	2	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 685,00

17	VOLKSWAGEN 13.130	MAS-4396	V039473W	1987/1987	8	RCF		R\$ 1.786,00
18	VOLKSWAGEN 26.220 6X4	MDC-3282	9BW4M8ZU82R208278	2002/2002	10	RCF		R\$ 2.323,00
19	FIAT STRADA 1.4 FIRE FLEX CS	MHM-9611	9BD27803MA7229998	2010/2010	5	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 685,00
20	FIAT SIENA ESSENCE 1.6 FLEX 4P	MHY-6092	8AP17277EB2184743	2011/2011	3	TOTAL	R\$ 1.200,00	R\$ 685,00
21	MERCEDES BENZ 2729K ATRON 6X4	MMJ-6392	9BM693388EB950719	2014/2014	0	RCF		R\$ 3.499,00
22	VOLKSWAGEN 26.260 CNM 6X4	MHY-0996	9534B8263AR019761	2009/2010	3	RCF		R\$ 2.323,00
23	VOLKSWAGEN KOMBI STAN-DART 1.6	LYY-7996	9BWZZZ237VP030775	1997/1998	10	RCF		R\$ 521,43
24	FORD CARGO 1517 E	MEA-2443	9BFXCE5U77BB91485	2007/2007	1	RCF		R\$ 2.000,00
25	IVECO DAILY CHASSI 70C16HD CD MASSI	MHK-1357	93ZC68B01B8417071	2010/2011	0	RCF		R\$ 2.172,00
26	FORD CARGO 1722T	MJE-8964	9BFYEAXV5CBS83571	2012/2012	0	RCF		R\$ 1.975,00
27	VOLKSWAGEN KOMBI 1.6	MEC-1117	9BWGF07X07P000796	2006/2007	0	RCF		R\$ 548,00
28	CATERPILLAR – PATROLA 120K	MAQ-0001	CATO120KHJAP04987		0	RCF		R\$ 500,00
29	FIATLLIS – PATROLA	MAQ-0004	DD-2444		0	RCF		R\$ 500,00
30	CASE – CARREGADEIRA W20E	MAQ-0005	IHF0030636		0	RCF		R\$ 500,00
31	CASE – RETRO 580M	MAQ-0006	NAAH22898		0	RCF		R\$ 500,00
32	CATERPILLAR – RETRO 416E	MAQ-0007	CATO416ECMFG06808		0	RCF		R\$ 500,00
33	VALMET – TRATOR 68	MAQ-0008	SL108E87216		0	RCF		R\$ 500,00
34	VALTRA – TRATOR 785	MAQ-0009	22904410117		0	RCF		R\$ 500,00
35	NEW HOLLAND – TRATOR 01	MAQ-0010	ZBCB84944		0	RCF		R\$ 500,00
36	NEW HOLLAND – TRATOR 02	MAQ-0011	ZBGB84966		0	RCF		R\$ 500,00
37	JOHN DEERE TRATOR	MAQ-0012	BMG6415A080670		0	RCF		R\$ 500,00
38	FORD/F250 XL L	MCP-9902	9BFFF25L72B073158	2002/2002	0	RCF		R\$ 548,00

VALOR TOTAL DESTE LOTE: R\$ 38.593,43

#### COBERTURAS CONTRATADAS:

1) OS ITENS 1 A 8, 10, 13, 14, 16, 19 E 20 TERÃO COBERTURA DE SEGURO TOTAL (COMPREENSIVO) COM AS SEGUINTE COBERTURAS: CASCO: 110% TABELA FIPE – FRANQUIA MÁXIMA CONFORME TABELA ACIMA PARA CADA ITEM

R\$ 200.000,00 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS

R\$ 200.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS

R\$ 30.000,00 DANOS MORAIS

R\$ 30.000,00 APP MORTE

R\$ 30.000,00 APP INVALIDEZ

ASSISTENCIA 24 HORAS – KM ILIMITADO DE GUINCHO E TÁXI

VIDROS: CONTRATADO (SEM COBRANÇA DE FRANQUIA)

2) OS ITENS 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21 A 38 TERÃO COBERTURA DE SEGURO RCF (TERCEIRO) COM AS SEGUINTE COBERTURAS:

0% TABELA FIPE

R\$ 200.000,00 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS

R\$ 200.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS

R\$ 40.000,00 DANOS MORAIS

R\$ 30.000,00 APP MORTE

R\$ 30.000,00 APP INVALIDEZ

ASSISTÊNCIA 24 HORAS – CONTRATADO - 600KM GUINCHO E TÁXI

#### LOTE 2 VEÍCULOS SEGURADOS E COBERTURAS CONTRATADAS:

N.	VEÍCULO	PLACA	CHASSI/Nº SÉRIE	ANO / MO-DELO	BÔNUS	CASCO	VALOR UNIT. MÁXIMO
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.241.709/0001-03						
1	FIAT DUCATO MINIBUS 2.8 16LUG	MFB-0185	93W245L3392030673	2008/2009	0	RCO	R\$ 4.900,00
2	FORD TRANSIT VAN 3550 14LUG	MJL-4851	WFOXXXTBFBTS12328	2011/2011	0	RCO	R\$ 4.900,00
3	FIAT DUCATO MAXI CARGO 2.8	MIA-1723	93W245G34A2050397	2009/2010	3	RCO	R\$ 4.900,00
	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA CNPJ: 83.102.772/0001-61						
4	FORD TRANSIT 16LUG	MLI-9955	WF0DXPTCFCTD02500	2012/2012	0	RCO	R\$ 4.900,00
5	MERCEDES BENZ CIFERL 54 LUG	LCD-7184	9BM384073WB1535	1998/1998	0	RCO	R\$ 5.900,00
6	VW/15.190 EOD E.HD ORE	MMC-6685	9532E82W5ER429823	2014/2014	0	RCO	R\$ 5.900,00
7	FIAT/DUCATO MINIBUS	MCL-5148	93W23159121008258	2002/2002	0	RCO	R\$ 4.900,00
8	MARCOPOLO/VOLARE V6L MO	QHY-6772	93PB771MFC053473	2014/2015	0	RCO	R\$ 5.900,00

VALOR TOTAL DESTE LOTE: R\$ 39.200,00

**COBERTURAS CONTRATADAS:**

1) OS ITENS 1, 2, 3, 4 E 7 TERÃO COBERTURA DE RCO (DETER), COM AS SEGUINTE COBERTURAS:  
 DANOS MATERIAIS E CORPORAIS A TRANSPORTADOS PASSAGEIROS E MOTORISTA: R\$ 1.539.804,00  
 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 200.000,00  
 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 200.000,00  
 DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00  
 APP MORTE CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00  
 APP INVALIDEZ CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00  
 DANOS MEDICOS HOSPITALARES CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 7.000,00  
 APP MORTE PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00  
 APP INVALIDEZ PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00  
 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES PASSAGEIROS: R\$ 7.000,00  
 ASSISTÊNCIA 24 HORAS – CONTRATADO – GUINCHO 600KM E TÁXI (PARA TRIPULANTES)

2) OS ITENS 5, 6 E 8 TERÃO COBERTURA DE RCO (DETER), COM AS SEGUINTE COBERTURAS:  
 DANOS MATERIAIS E CORPORAIS A TRANSPORTADOS PASSAGEIROS E MOTORISTA: R\$ 3.079.608,00  
 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 200.000,00  
 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 200.000,00  
 DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00  
 APP MORTE CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00  
 APP INVALIDEZ CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 30.000,00  
 DANOS MEDICOS HOSPITALARES CONDUTOR E TRIPULANTE: R\$ 7.000,00  
 APP MORTE PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00  
 APP INVALIDEZ PASSAGEIROS: R\$ 30.000,00  
 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES PASSAGEIROS: R\$ 7.000,00  
 ASSISTÊNCIA 24 HORAS – CONTRATADO – GUINCHO 600KM E TÁXI (PARA TRIPULANTES)

A vigência da apólice será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da lei 8.666/93 e suas alterações.

**DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em 3 parcelas sucessivas, em 30, 60 e 90 dias após a entrega das apólices de seguro ao Setor de Compras e Licitações.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas do processo licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária do município para o exercício de 2016:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2	GABINETE DO PREFEITO
1	GABINETE DO PREFEITO
4	ADMINISTRACAO
122	ADMINISTRACAO GERAL
20	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
3	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
1	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
4	ADMINISTRACAO
121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10100	Receitas de Impostos - Educação

6	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
1	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
20	AGRICULTURA
606	EXTENSAO RURAL
90	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
1	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
15	URBANISMO
452	SERVICOS URBANOS
30	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10000	Recursos Ordinários
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
1	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
15	URBANISMO
452	SERVICOS URBANOS
30	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
2061	MANUTENCAO MELHORIA DE ILUMINACAO PUBLICA
3390396900	SEGUROS EM GERAL
10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP

## OUTROS DETALHES

- O corretor poderá obter reserva de mercado junto a somente três seguradoras;
  - A empresa vencedora deverá sempre que necessário disponibilizar pessoal para ir até a sede da prefeitura de Ascurra, para fazer coleta de documentos, sempre dentro do prazo necessário, para que o município não perca seus direitos;
  - Deverá ser solicitado na licitação declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá a Prefeitura Municipal de Ascurra na vigência do contrato, devendo esta mencionar:
    - a) Indicação da localização da sede da Corretora, que deverá estar estabelecida no Município de Ascurra ou cidades vizinhas limítrofes;
    - b) Que a Corretora possui estrutura adequada para a realização dos serviços, a fim de garantir o devido cumprimento do contrato (para a realização de aviso de sinistro segurado e terceiros, auxílio na assistência 24 horas, dúvidas, esclarecimentos, cotações de endosso de inclusão ou de exclusão, ou qualquer situação referente ao objeto deste edital, que a corretora compareça a Prefeitura em até 24 horas quando chamada a mesma;
    - c) Que não haverá substituição da Corretora no decorrer do contrato, salvo por motivo de força maior, ou por acordo das partes;
    - d) Apresentação do cartão de CNPJ da corretora para comprovação do endereço da mesma.
- Ascurra, 9 de junho de 2016.

LEANDRO CHIARELLI  
Secretário de Administração

MARCOS ALEXANDRE DE LIZ  
Secretário da Educação

VILMAR DOMINGOS PESSOTI  
Secretário Municipal de Transporte e Obras

ADEMIR FRAINER  
Secretário da Agricultura

JOÃO VANSUITA  
Secretário da Saúde

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 23/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 1/7/2016, às 9 horas.

Ascurra, 17 de junho de 2016.  
Moacir Polidoro  
Prefeito Municipal

**SEGUNDA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO N. 10/2016 FMS**

SEGUNDA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 10/2016 FMS

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O objeto da licitação, onde lia-se:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: 0KM, 1.0L, FLEX, NA COR CLARA, COM AIRBAG DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, RODA DE AÇO ARO 14 CROMADO, COM AR CONDICIONADO, DESEMBAÇADOR ELÉTRICO TEMPORIZADO DO VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, LIMPADOR E LAVADOR ELÉTRICO DO VIDRO TRASEIRO, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SOM INSTALADO, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DESTE MUNICÍPIO.

Passa a ler-se da seguinte forma:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: 0KM, 1.0L, COM POTÊNCIA MÍNIMA 75CV, FLEX, NA COR CLARA, COM AIRBAG DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, RODA DE AÇO ARO 14 CROMADO, COM AR CONDICIONADO, DESEMBAÇADOR ELÉTRICO TEMPORIZADO DO VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, LIMPADOR E LAVADOR ELÉTRICO DO VIDRO TRASEIRO, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SOM INSTALADO, COM PORTA MALAS COM NO MÍNIMO 250 LITROS, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DESTE MUNICÍPIO.

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 21/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 29/6/2016, às 9 horas.

Ascurra, 16 de junho de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

# Aurora

## PREFEITURA

### ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL - 6/2016

#### AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial - 6/2016

Processo Administrativo: 09/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo (a) Decreto 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 21 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 6/2016, na modalidade de Pregão Presencial. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do município de aurora – administração direta e indireta e formação de cadastro reserva, conforme discriminações constantes no Anexo I deste Edital

Onde se lê 21 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, leia-se 30 de junho de 2016, às 09:00:00 horas.

Aurora - SC, 16 de junho de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### CONTRATO 26/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 26/2016-PMBP DE 16/06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016-PMBP

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2016

HOMOLOGADO EM 16/06/2016

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 029/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2016-PMBP, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de DESASSORIAMENTO E PROTEÇÃO DA MARGEM DO RIO PIÇARRAS E CONSTRUÇÃO DE RAMPA NA RUA MIGUEL PINTO conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

Empresas Participantes Habilitadas:

URCA URBANIZADORA CATARINENSE EIRELI ME - Total do Fornecedor: R\$38.700,25 - CONTRATO 26/2016

Balneário Piçarras(SC), 16 de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### CONTRATO 27/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 27/2016/PMBP

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016/PMBP

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 08/2016

HOMOLOGADO EM 13/06/2016

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADO, em locar imóvel, Locação de imóvel, com área de aproximadamente 207,20 m², localizado na Avenida Emanuel Pinto, nº 1600, Bairro Centro, Balneário Piçarras, para funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Vigência 7 meses

ARTEMIO DALLAGNOL – R\$ 21.000,00

Balneário Piçarras(SC), 13 de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº02/2016 COMPRA LOCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Republicação

CHAMADA PUBLICA 002/2016

A Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o Lei 11947/2009 e Resolução/CD/FNDE 038, e demais atualizações, se encontra disponível Edital para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 15 de julho de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras ou na Secretaria de Educação.

Barra Bonita, em 13 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON.

Prefeito de Barra Bonita-SC



# Barra Velha

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS 001/2016

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### DE LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS 001/2016.

A Prefeitura Municipal de Barra Velha, SC, através do seu órgão fiscalizador, em cumprimento da Lei Complementar 067 de 2008, que institui o "Código de Posturas do Município", artigos 38; 42 §3º; 43, 47, capítulo III que dispõe sobre a da "higiene dos terrenos e das habitações", concomitante com a Lei Ordinária 999/2010 art. 6º, que dispõe sobre os terrenos baldios do município, vem a público notificar os proprietários de terrenos abaixo relacionados para limpeza de seus terrenos, com o prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste edital. Decorridos os 30 (trinta) dias da notificação e não cumprida a sua determinação, será emitida autuação com multa, conforme discriminado a seguir: 05 UFM - imóveis até 200 m2 07 UFM - imóveis até 1000 m2 10 UFM - imóveis acima de 1000 m2 Comunicando também que o não cumprimento no prazo estabelecido acarretará aos proprietários, além da multa acima descrita, o pagamento pelos serviços prestados pela prefeitura, sendo cobrado o valor montante das respectivas despesas, previstas na presente legislação. A Tabela de Preços prevista na LO 999/10, obedecerá a relação dos serviços abaixo relacionados.

Tipo de Serviço e Percentuais Roçada ..... 3% da UFM por m² Eliminação das águas 4% da UFM por m² Eliminação de dejetos 5% da UFM por m². Informando ainda que o valor da UFM ajustado anualmente está hoje no valor de R\$ 69,59. Essas medidas foram tomadas no sentido de atender os anseios da população bem como ajudar no controle de insetos e outros animais nocivos à saúde pública e visando preservar a estética municipal.

**PROPRIETÁRIOS NOTIFICADOS INSC. IMOB. ENDEREÇO DO IMÓVEL NOTIFICADO**

Alan Rogério dos Santos 01.03.125.1175 Rua Ravache, centro  
Adilson Bonissoni 01.03.008.0143 Rua Miguel Gazino de Freitas,  
JD Icarai Eduardo da Silva Porto 01.03.125.2630 Rua Leopoldo O. Breneisen, centro Grete leu 01.05.161.0277 Rua Alfredo E. da Silva, (1164) Itajuba Izaltino Becker 01.07.167.0219 Rua João Alberto dos Santos, São Cristóvão Denise Ozório de Paula 01.01.008.1150 Rua Ermelinda Aimaretti, Tabuleiro Joel da Silva 01.05.101.0233 Rua Gildo Cabral (1007) Itajuba Dory Moury Rodrigues P. Junior 01.03.140.0174 Rua Pedro Plácido Machado, Centro A Firma Santiago Aguiar Part. Adm. 01.03.116.0196 Rua Narciso Manoel Vieira, São Cristóvão Simplicio Manoel Bittencourt 01.07.165.0651 01.07.165.0698 Rua Jose Ceará da Costa, São Cristóvão Gleyce Terezinha Muczfeldt 01.04.178.0197 Rua Maria de Freitas de Oliveira, Itajuba Joanir Felício Adriano 01.04.179.0281 Rua Maria de Freitas de Oliveira, Itajuba Marcos Luciano Goveia 01.03.340.0017 Rua Reinaldo Leopoldo Dallagnol, Centro Juarez Olinoka 01.03.182.0315 Rua Dom Duarte, Quinta dos Açorianos Anderson Luiz dos Santos 01.07.224.0332 Rua Francisco P. Antunes Correa, S. Crist. Raimar Hasse 01.04.208.0376 Rua 1195, Itajuba André Lucchesi Santos Chierpinski 01.04.177.0179 Rua Maria de Freitas de Oliveira, Itajuba Cezar Rodrigo Zeferino 01.03.023.0120 Rua Nazareno Teixeira da Costa, Centro Rafaela Garcete 01.01.008.1133 Rua Domingo Féssia, Tabuleiro Neili Rodrigues 01.07.290.0098 Rua Manoel Jose Rosa, Centro Arão Inácio Simas (Espólio) 01.03.090.0300 Rua 1165, Itajuba Lisangela Humbert 01.01.008.0904 Rua 2063, Tabuleiro Glicério João Breneisen 01.03.125.0590 Rua Pedro Plácido Machado, Centro Genilda Góes Maciel (Espólio) 01.03.090.0300 Rua Paraná, Centro German Sandoval Hinojosa 01.03.220.0260 Rua Estoril, Quinta dos açorianos Representações Com. Adm. Juma AS Representações Com. Adm. Juma SA 01.05.059.0185 01.05.059.0135 01.05.059.0100 Rua

1121 e 1122, Itajuba Rua 1121 e 1122, Itajuba Godofredo João da Silva 01.05.318.0436 Rua Cirino Antônio Cabral, Itajuba Escama de Ouro esporte 01.03.126.1307 Rua Emma Carvalho dos Santos, JD Icarai Celso Antônio Freitzem 01.05.128.0072 Rua 1152, Itajuba Nelson Manoel Tavares 01.04.043.0053 Rua Evaristo Lopes Dutra, Itajuba Mauro Silva Bessa 01.07.142.0314 Rua Manoel Correa, São Cristóvão Mario Bonfanti 01.07.237.0010 Rua Jose Alberto dos Santos, São Cristóvão Juarez Pereira 01.03.349.0120 Rua Odorico Magalhães, Jd Icarai Firma Mannes Ind. têxtil 01.04.218.1010 Rua Ilda de Freitas, Itajuba Joana da Rosa Fernandes 01.03.024.0519 Rua Nazareno Teixeira da Costa, JD Icarai Matheus dos Passos Bento 01.03.008.0095 Rua Miguel Gazino de Freitas, Centro Rosa Maria dos Santos 01.07.233.0174 Rua Jose Alberto dos Santos, São Cristóvão Sirlene Bruch 01.02.078.1174 Rua Agostinha Adelaide de Freitas, Centro Ivan Carvalho Teixeira 01.03.021.0010 Rua 3900, Jd Icarai Favorino Chiodelli 01.03.022.0187 01.03.022.0164 Rua 3900, Jd Icarai Pedro Tolentino Franco 01.07.169.0234 Rua João Alberto dos Santos, São Cristóvão Rosimar Vicente 01.04.043.0089 Rua Evaristo Lopes Dutra, Itajuba Wagner Theis 01.05.171.0025 Av. Simas, Itajuba Orjana Bartel Hasse 01.03.076.0196 Rua Ernesto Provesi, Jd Icarai Arnaldo Hansen 01.01.013.0703 01.01.013.0723 Rua João Dionísio, Tabuleiro Rann Yu Chen 01.03.015.0290 Rua Emma Carvalho dos Santos, Jd Icarai Erasto de Maio 01.02.071.0376 Rua Vereador Jose Lino de Aviz, Centro Inácio Andrioli 01.04.129.0178 Rua João Fernandes da Costa, Itajuba Everson Tiago dos Santos 01.04.293.0060 Rua Rita de Cássia dos Santos, Itajuba João Luzia Ribeiro Duarte 01.07.207.0615 Rua Nelson da Cunha, São Cristóvão Gustavo Ferrari 01.04.121.0043 01.04.121.0055 Rua 1043, Itajuba Valdemar Valdeci Francisco 01.02.019.0289 Rua Bicota, Centro Almeida Construtora e Inc. Ltda. 01.07.220.0482 Rua Francisco P. A. Correa, S. Cristóvão Lindolfo Rosa 01.07.195.1103 Rua Dorico Miguel de Góes, São Cristóvão. Barra Velha, 16 de junho de 2016. Fiscalização de Posturas Aginaldo Paes de Souza Secretaria Municipal de Administração e Finanças Rui Jose Machado Junior.

### RESCISÃO CONTRATO 101/2013 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 101/2013

Contratada EMANOEL DOS SANTOS Licitação: Proc. Administrativo 090/2013 - Dispensa 006/2013

Objeto: Contrato Locação de casa de alvenaria com aproximadamente 110 m², localizada a rua Fernando da Silva nº 304 no bairro Itajuba cidade de Barra Velha, conforme matrícula nº 11.152. Para funcionamento das atividades do Posto de Atendimento da Polícia Civil

Data da assinatura: 10/06/2016

Barra Velha, 10 de junho de 2016

EMANOEL DOS SANTOS

Pela Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO 2ª PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2016

CARTA CONVITE Nº 009/2016

2ª PUBLICAÇÃO

O município de Bela Vista do Toldo, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Carta Convite do tipo MENOR PREÇO sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, tendo por finalidade a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia, para EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE INFANTIL NO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL JOÃO PEDRO ALBERTI, LOCALIDADE RIO DA AREIA DE CIMA, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, contando com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo. ENTREGA DE ENVELOPES. Até a 09h00min do dia 23/06/2016. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/06/2016 a partir das 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Cópia do edital também estará disponível para retirada no Setor de Licitações do Município de Bela Vista do Toldo/SC ou ainda poderá ser solicitado por email: [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br), fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Bela Vista do Toldo, 17 de Junho de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA. Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 024/2016

CARTA CONVITE Nº 010/2016

2ª PUBLICAÇÃO

O município de Bela Vista do Toldo, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Carta Convite do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por finalidade a seleção AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000883 ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CANOINHAS – GOVERNO DE SANTA CATARINA. ENTREGA DE ENVELOPES. Até a 14h00min do dia 23/06/2016. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/06/2016 a partir das 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Cópia do edital também estará disponível para retirada no Setor de Licitações do Município de Bela Vista do Toldo/SC ou ainda poderá ser solicitado por email: [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br), fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Bela Vista do Toldo, 17 de Junho de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA. Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 44/2016

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 15/06/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 044/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 44/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as seguintes empresas: COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA, FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP e ALINE RAITZ ME. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: ANDERSON KRUEGER, JANETE APARECIDA ODORIZZI MENESTRINA, MAIKE EISING, JOSE NEI KOCH, CARLOS ALEXANDRE DE MORAES, FELIPE DOS SANTOS, MARIVETE ABREU DA SILVA, VENESIO HORNBURG e MICHEL BERNARDINO DA SILVA. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. As licitantes AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP e ALINE RAITZ ME apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Da análise das propostas o Pregoeiro decidiu desclassificar as licitantes COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA nos itens 24 e 25, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA nos itens 13, 23, 24 e 25, CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME nos itens 23, 24 e 25, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP nos itens 23, 24 e 25, ALINE RAITZ ME nos itens 24, 25 e 33 por terem cotado marcas que não atendem ao exigido no edital. A licitante ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME no item 61 por ter cotado preço acima do preço estimado pela Administração. A licitante ALINE RAITZ ME solicitou desclassificação dos itens 70 ao 110 alegando que cotou equivocadamente e que não teria condições de efetuar a entrega nas condições previstas no edital, motivo aceito pelo Pregoeiro. As propostas das demais licitantes estão de acordo com o exigido, sendo as mesmas classificadas ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Devido ao horário, os representantes das licitantes optaram por não aguardarem a lavratura da presente ata, deixando de assinar a mesma e autorizando que a mesma fosse publicada e enviada por e-mail posteriormente. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 15 de junho de 2016, às 12h36m.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

# Biguaçu

## PREFEITURA

**CV94/2016-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE CONVITE 94/2016PMB

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviço de mão de obra para a pavimentação e instalação da área de Lazer da Lagoa do Amilton, localizada na Praia João Rosa, Biguaçu/SC, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:15 horas do dia 24/06/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas do dia 24/06/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 16 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 3658/2016**

LEI Nº 3658/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3181/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado os itens "5", "6" e "10", do §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 3181/2011, de 14 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º (mantida).

§ 1º (mantido).

5 – Rua: João Pessoa, que inicia na Praça Nereu Ramos e segue no sentido norte até a curva existente nas proximidades do Mercado Público, ponto em que inicia a Rua João Born;

6 – Rua João Born, que inicia onde termina a Rua João Pessoa tendo como primeiro prédio do lado par o Mercado Público e segue na direção norte até a Marginal da BR 101.

10 – Rua Coronel Emídio Amorim, que inicia na Rua João Born e segue perpendicular a esta até o Rio Biguaçu".

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 15 de Junho de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Lei nº 3658 /2016, de 15/06/2016

Sancionada em 15/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**PORTARIA Nº 1621/2016**

PORTARIA nº 1621 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROJIANA MILIOLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/06/2016 a 17/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1622/2016**

PORTARIA nº 1622 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANE QUINTINO MONTEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/06/2016 a 05/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.



Biguaçu, 15 de junho de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1623/2016**

PORTARIA nº 1623 de 15 de junho de 2016  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA HOINASKI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/06/2016 a 17/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1624/2016**

PORTARIA nº 1624 de 15 de junho de 2016  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIMITRI BERGMANN VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/06/2016 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1625/2016**

PORTARIA nº 1625 de 15 de junho de 2016  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA MARIA CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/06/2016 a 02/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1626/2016**

PORTARIA nº 1626 de 15 de junho de 2016  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), THAYSE TEIXEIRA WESSLER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/06/2016 a 13/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1627/2016**

PORTARIA nº 1627 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIMEA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 17/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/07/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1628/2016**

PORTARIA nº 1628 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ITAMAR CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1629/2016**

PORTARIA nº 1629 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 28/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1630/2016**

PORTARIA nº 1630 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SEBASTIAO MANOEL AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 11/08/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1631/2016**

PORTARIA nº 1631 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para



Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANTONIO LEOCADIO ELISARDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Administração, e jornada de 40 horas semanais, no período de 05/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 05/08/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1632/2016**

PORTARIA nº 1632 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL CUSTODIO D'AVILA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENGENHEIRO FLORESTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/06/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1633/2016**

PORTARIA nº 1633 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHARLENE MACHADO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Administração, e jornada de 30 horas semanais, no período de 12/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 12/05/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1634/2016**

PORTARIA nº 1634 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANGELA MARIA DE FARIA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Administração, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1635/2016**

PORTARIA nº 1635 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/05/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1636/2016**

PORTARIA nº 1636 de 15 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BRUNA SCHMITZ DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FARMACÊUTICO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/05/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.

- A ATA nº 03/2016.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da Instituição: Abrigo Institucional Municipal de Biguaçu, que presta serviços de acolhimento. CNPJ: 82.892.308/0001-53. Localizada na Rua Governador Pedro Ivo Campos, nº 120, Jardim São Miguel, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de junho de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 004/2016**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 004/2016

Circunstanciado pela ata de julgamento e pelo relatório conclusivo apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datada de 08 de junho de 2016, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 004/2016, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame as Empresas: Gisiane Matilde Vieira – ME (CNPJ n. 10.790.021/0001-01); Harley de Aguiar Junior Eireli – EPP (CNPJ n. - 06.635.187/0001-86); Marcelo Weinrich – EPP (CNPJ n. 13.984.763/0001-66); Maria Helena Comercio de Móveis Eireli - ME (CNPJ n. 80.121.858/0001-43); Gilmar Sani – ME CNPJ n. (14.588.459/0001-62); Scheylla de Mendonça – ME (CNPJ n. 15.049.999/0001-30), contratadas para fornecimento de materiais permanentes e de informática, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I e II) da Carta Convite n. 004/2016. Vigência dos contratos: até o dia 31/12/2016, a contar da assinatura do contrato pelas partes. Pelo que se lavrou o presente Termo. Valor Global do certame: R\$ 59.987,27 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta reais e vinte e sete centavos).

Biguaçu/SC, 16 de junho de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 19.803/2016

PORTARIA Nº 19.803, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA DJONATH DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DE REGIÃO 1, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 16 de junho de 2016, DJONATH DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 1, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 18.075/14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.804/2016

PORTARIA Nº 19.804, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA ADRIANA RAIMUNDO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DE REGIÃO 1, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR

ADRIANA RAIMUNDO, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 1, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, a contar de 17 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2012

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA ITROUPAVA BAIXA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. PAULO FREIRE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-005 de 27 de janeiro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.330,00 (mil, trezentos e trinta reais) mensais, a contar do dia 1º de janeiro de 2016, conforme cálculo de reajuste com base no índice do INPC anexo ao processo em fl. 150, totalizando o valor do contrato em R\$ 15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais).

DATA: 31 de maio de 2016.

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2013

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA ADRO ADMINISTRAÇÃO S.A.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÂLCOOL E DROGAS – CAPS AD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-152, de 30 de outubro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 12.589,53 (doze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos) mensais, a contar de 1º de abril de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 151.074,36 (cento e cinquenta e um mil, setenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A SRA. URSULA PUFF.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (E.S.F.) GERMANO PUFF.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-042, de 25 de abril de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.701,63 (mil, setecentos e um reais e sessenta e três centavos) mensais, a partir de 29 de fevereiro de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 20.419,56 (vinte mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 31 de maio de 2016.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013**

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. BERTRAM BARTH.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. HASSO MULLER II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-041, de 25 de abril de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 828,16 (oitocentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos) mensais, a contar de 03 de março de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 9.937,92 (nove mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

DATA: 31 de maio de 2016.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2014**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA BETONSERV SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE DE LAZER RAMIRO RUEDIGER.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 02-011, de 19 de setembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de abril de 2016 até 31 de março de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) mensais, totalizando o valor em R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

DATA: 03 de junho de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2016**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ALFONSO DUWE, LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-038/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 4.230,57 (quatro mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos), posteriormente suprime a quantia de R\$ 9.262,82 (nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), e totaliza o valor do contrato em R\$ 47.365,39 (quarenta e sete mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2016**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. FRANCISCO HEIDMANN.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, LOCALIZADO NA RUA ARMIN PAGEL, Nº 158, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. ANDRÉA DA SILVA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-011, de 23 de fevereiro de 2016.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, a contar de fevereiro de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

DATA: 1º de junho de 2016.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA

TRANSPOTECH PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRA, DIÁRIA E MENSAL, COM RECARGA DO CILINDRO E MANUTENÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 032, de 11 de março de 2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 20 de maio até 19 de novembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais).

DATA: 24 de maio de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2016**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 073/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA L.M.D.M. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP.

OBJETO: ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS AO PLANEJAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO, NOTADAMENTE NA PARTE QUE DIZ RESPEITO AOS ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-40/16

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 21 de maio até 20 de junho de 2016.

DATA: 02 de junho de 2016.



**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2013**

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 080/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. FRANCISCO HEIDMANN.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO PARQUE DE RECREAÇÕES ANEXO AO C.E.I. ANDRÉA DA SILVA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-067/13.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, a contar do dia 1º de fevereiro de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DATA: 31 de maio de 2016.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MEDICINA NUCLEAR (CINTILOGRAFIAS E DOSES TERAPÊUTICAS/GRAVES), CONFORME TABELA SIGTAP, A SER PRESTADO PELO CREDENCIADO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-051, de 27 de junho de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de julho de 2016 até 30 de junho de 2017.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 21.145,97 (vinte e um mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 253.751,64 (duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 24 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 103/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 103/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A ACADEMIA DE CORDAS.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 018/2015, Área: Música, Modalidade: Apresentação, intitulado "Sexteto Ocblu".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 15/12/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 104/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 104/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. ADÉLIA ECCEL

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 009/2015, Área: Comunicação e Formação em Cultura, Modalidade: Oficina, intitulado "III Encontro Fio dos Ventos - Brasil".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 35.124,15 (Trinta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e quinze centavos).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30/11/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 105/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 105/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. ANA MARIA LUDWIG MORAES.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 006/2015, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Exposição, intitulado "Fritz Muller: A genialidade venceu a floresta".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 38.545,92 (trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30/11/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 106/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 106/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. ANDRÉ LUIZ BONOMINI.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 012/2015, Área: Patrimonio Material e Imaterial, Modalidade: Pesquisa, intitulado "TV Coligadas".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 29.235,00 (vinte e nove mil, duzentos e trinta e cinco

reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 16/02/2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 107/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 107/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SRA. ANGELITA LINHARES DOS SANTOS.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 008/2015, Área: Música, Modalidade: Show, intitulado "Por Inteiro – Mazin Silva".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 39.816,00 (trinta e nove mil, oitocentos e dezesseis reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 16/02/2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 108/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 108/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA HERING.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 056/2015, Área: Dança, Modalidade: Produção/Montagem, intitulado "O mercador dos sonhos".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 04/12/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 109/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 109/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O CAIO FERNANDO FAVA FERRAREZZI.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 010/2015, Área: Música, Modalidade: Show, intitulado "Show ao Vivo Caio Fernando".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 39.989,00 (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 20/12/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 110/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 110/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. DANIELE ALINA STAATS.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 051/2015, Área: Música, Modalidade: Festival, intitulado "Conexão".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 36.030,00 (trinta e seis mil e trinta reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 10/01/2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 111/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 111/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. ELTON GOMES.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 039/2015, Área: Dança, Modalidade: Aquisição/Manutenção de Figurino, intitulado "Trajeto".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 39.424,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.



**EXTRATO CONTRATO Nº 112/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 112/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. FELIPE ADAM.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 022/2015, Área: Patrimônio Material e Imaterial, Modalidade: Pesquisa, intitulado "Vagões de Lembranças".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 33.517,65 (trinta e três mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos),

PRazo: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 31.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 113/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 113/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. FERNANDA BORGES RAUPP.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 62/2015, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Produção/Montagem, intitulado "Auto da Prece do Lixão".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 40.000 (quarenta mil reais).

PRazo: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 08.02.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 114/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 114/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. GISELE DIEHL.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 017/2015, Área: Cultura Popular e Artesanato, Modalidade: Produção de Artesanato, intitulado "Miniaturas Enxaimel".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 39.007,98 (trinta e nove mil, sete reais e noventa e oito centavos).

PRazo: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses,

ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 16.02.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 115/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 115/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. GREGORY BRANCO HAERTEL.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 003/2015, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de Livro, intitulado "Publicação do livro a casa antiga".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 18.589,00 (dezoito mil, quinhentos e oitenta e nove reais).

PRazo: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 01.10.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2015**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01(UMA) PONTE EM CONCRETO ARMADO/PROTENDIDO, LOCALIZADA NA RUA RIO BONITO, BAIRRO IToupava CENTRAL (LOTE 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-043/2014.

PREÇO: Altera a cláusula segunda do 2º termo aditivo ao presente contrato, que acrescenta a quantia de R\$ 917,05 (novecentos e dezessete reais e cinco centavos) referente à retificação do valor do reajuste concedido à empresa

DATA: 31 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 116/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 116/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 042/2015, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção

Audiovisual, intitulado "Trajeto".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 19.662,00 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e dois reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30.11.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 117/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 117/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O SR. HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 042/2015, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção Audiovisual, intitulado "Trajeto".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 19.662,00 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e dois reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 20.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 118/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 118/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E A SRA. JANE MARY SCHMITZ LIESENBERG.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 045/2015, Área: Dança, Modalidade: Aquisição/Manutenção de Figurino, intitulado "Dançando nos passos da nossa história".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 38.207,00 (trinta e oito mil, duzentos e sete reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30.10.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 119/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 119/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O SR. JEMESON BOAVENTURA CAETANO.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 053/2015, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, intitulado "Brindando o nosso Amor".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 35.925,00 (trinta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 10.01.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 120/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 120/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O SR. LEONARDO LUÍS LAPS.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 050/2015, Área: Música, Modalidade: Festival, intitulado "Sofá na rua".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 39.870,00 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 121/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 121/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O SR. LUIZ FELIPE FIGUEROA.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 048/2015, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção de Audiovisual, intitulado "A ponte".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 22.265,00 (vinte e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses,

ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 08.02.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 122/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 122/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. MAILON BUGMANN.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 031/2015, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, intitulado "Quarteto de Violões de Blumenau".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 05/11/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 123/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 123/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E A SRA. MANOELA FIRMO.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 019/2015, Área: Dança, Modalidade: Espetáculo, intitulado "Juntos En Un Abraço".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 15.01.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. RANDOLFO LESKE

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO 241,11M², SITUADO NA RUA JOÃO KRAUSE, Nº 56, BAIRRO ITOU-PAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO

DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. GUSTAVO FROELICH BARROSO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-057/15.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.102,02 (dois mil, cento e dois reais e dois centavos) mensais, a contar de 22 de março de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 25.224,24 (vinte e cinco mil duzentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 31 de maio de 2016.

### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2013**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 128/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A SRA. LIGIA LÜBKE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO ESF PEDRO KRAUSS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-109/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de julho de 2016 até 30 de junho de 2017.

PREÇO: Renova o valor do contrato que se mantém em 1.977,87 (mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 23.734,44 (vinte e três mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 129/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 129/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)  
E O SR. SIDNEY MICHAEL DIETRICH

OBJETO: Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 038/2015, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Circulação, intitulado "Um Sonho - Circulação".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 08/12/2016.

PREÇO: Para a execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira, a CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO, após a assinatura do presente, a importância total de R\$ 19.252,08 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA) JUNTO AO RESIDENCIAL HAMBURGO, LOCALIZADO A RUA HEINRICH HEMMER, Nº 1583, BAIRRO BADENFURT.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-028/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de maio de 2016 até 20 de maio de 2017.

DATA: 27 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 135/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 135/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua Amsterdam, localizada no Bairro Itoupavazinha – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital (LOTE 01) – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 039/2015.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 396.731,42 (trezentos e noventa e seis mil setecentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos).

DATA: 25 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 137/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 137/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua Ricardo Krueger, localizada no Bairro Itoupava Central – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital (LOTE 03) – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 039/2015.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 326.999,07 (trezentos e vinte e seis mil novecentos e noventa e nove reais e sete centavos).

DATA: 25 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 138/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 138/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA TERRAPLANAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua Helmut Dero, localizada no Bairro Velha Central – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital (LOTE 04) – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 039/2015.

PRAZO: 210 (duzentos e dez) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 121.704,21 (cento e vinte e um mil setecentos e quatro reais e vinte e um centavos).

DATA: 25 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 141/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 141/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para obras/serviços complementares da sede do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros de Blumenau - 3º BBM, conforme especificações constantes no edital – SEDECI.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-001/2016.

PRAZO: 90 (noventa) dias, contados da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 143.257,15 (cento e quarenta e três mil duzentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 142/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 142/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SRA. NORMA TUSNELDA DICKMANN.

OBJETO: Locação de imóvel na Rua Dos Caçadores, nº 2206, Bairro Velha, Blumenau/SC, para atender as atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Região I – Velha, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no pedido de compras anexo ao processo – FMAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-55/2016.

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de maio de 2016

PREÇO: R\$ 3.897,00 (três mil, oitocentos e noventa e sete reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 46.764,00 (quarenta e seis mil setecentos e sessenta e quatro reais).

DATA: 31 de maio de 2016.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2014**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 145/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SÊNIOR SISTEMAS LTDA

OBJETO: UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE TÉCNICO DOS MÓDULOS RONDA WIN, RUBI WIN, BENEFÍCIOS WIN E TAREFEIROS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-062/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 6.723,40 (seis mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 80.680,82 (oitenta mil seiscentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2014**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 149/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A SRA. CATARINA BECHTOLD.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CEI RICARDO MANSKE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-118/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.656,44 (dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.877,28 (trinta e um mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS DE RISCO NA RUA PETROLÂNDIA, EM FRENTE AO Nº 35, BAIRRO ÁGUA VERDE, EM BLUMENAU/SC (LOTE 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 045/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 17 (dezessete) meses, ou seja, de 08 de fevereiro de 2016 até 07 de julho de 2017.

DATA: 17 de maio de 2016.

**EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2012**

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 150/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. ALFREDO PFUETZENREITER.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CEI AUGUSTO KOESTNER.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-099/12.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 4.404,35 (quatro mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 52.852,20 (cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).

DATA: 1º de junho de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 152/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 152/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA

TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária na Rua Rudiberto Krueger, Bairro Itoupava Central, Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 005/2016.

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 174.928,43 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos).

DATA: 08 de junho de 2016.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2014**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 162/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOU-PAVA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO), PARA INTERNAÇÕES HOSPITALARES.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 09-110/2014.



PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de junho de 2016 até 1º de junho de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 2.477.752,56 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos),

DATA: 19 de maio de 2016.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2014**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 176/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ORBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA 2 DE SETEMBRO, Nº 2.357, BAIRRO ITROUPAVA NORTE, BLUMENAU/SC, INSCRITO NO 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BLUMENAU, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE VEÍCULOS E ESTACIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-147/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2016 até 31 de julho de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

DATA: 30 de maio de 2016.

#### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 202/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O CONSÓRCIO SOTEPA – IGUATEMI/CONTENÇÃO.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO COM VISTAS AO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, MONITORAMENTO E SUPERVISÃO DE OBRA DE CONTENÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ITAJAÍ AÇÚ.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-147/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 08 (oito) meses, a contar da ordem de reinício dos serviços, ou seja, 09 de maio de 2016 até 08 de janeiro de 2017.

DATA: 19 de dezembro de 2014.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 219/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 219/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

OBJETO: SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, COM PREVISÃO DE 72.000 (SETENTA E DUAS MIL) HORAS, NOS PERÍODOS CORRESPONDENTES À REALIZAÇÃO DAS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST DE 2014 E 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 019/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 27 de maio até 26 de novembro de 2016.

DATA: 19 de dezembro de 2014.

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 222/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 222/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E OS SRS. MARCIANO BURKHARDT E EDSON BURKHARDT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE ANDAR TÉRREO DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA CONTENDO UMA ÁREA DE 257M², SITUADO NA RUA JOHANN G. HADLICH, Nº 263, BAIRRO PASSO MANSO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-089/15.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 10 de junho de 2016 até 09 de junho de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.091,74 (três mil, noventa e um reais e setenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 37.100,88 (trinta e sete mil cem reais e oitenta e oito centavos).

DATA: 30 de maio de 2016.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 226/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP.

OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA, COM PREVISÃO DE 76.000 (SETENTA E SEIS MIL) HORAS, DURANTE O PERÍODO DA 31ª E 32ª OKTOBERFEST.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 020/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 1º de junho até 30 de novembro de 2016.

DATA: 19 de maio de 2016.



**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 232/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SRA. ANA VIRGINIA SANTIAGO WIEGAND,

REPRESENTADA PELO SR. ARAKEN SILVA SANTIAGO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-105/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 399,45 (trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), em decorrência do reajustamento do valor da locação para R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, a contar de 1º de fevereiro de 2016, totalizando o valor do presente contrato em R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 234/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SRA. ANA CRISTINA HAUSER SANTIAGO,

REPRESENTADA PELO SR. ARAKEN SILVA SANTIAGO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-105/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 399,45 (trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), em decorrência do reajustamento do valor da locação para R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, a contar de 1º de fevereiro de 2016, totalizando o valor do presente contrato em R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

DATA: 30 de maio de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 290/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 290/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICOS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM ATENDIMENTO MÉDICO NA ÁREA DE ULTRASSONOGRAFIA A SEREM EXECUTADOS NA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA EM ESPECIALIDADES "LINDOLF BELL" COM CONCESSÃO DOS EQUIPAMENTOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 131/2015.

DATA: 25 de maio de 2016.

OBS: Altera a qualificação da contratada, em decorrência da substituição da matriz para a filial, passando a ser lida conforme segue: "[...] e a empresa Prates e Abreu Serviços Médicos e Diagnóstico Ltda., com sede no Município de Blumenau, na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 01 – sala 205, Bairro Jardim Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 06.146.939/0002-26, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Roberto Souza dos Santos."

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4896/2016

DECRETO MUNICIPAL 4.896/16 DE 16 DE JUNHO DE 2016.  
DISPÕEM SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS COM FINS DE REAVALIAÇÃO DOS BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aos contidos na Lei Organiza Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os cidadãos, a seguir identificados, para compor a comissão municipal de avaliação para fins de reavaliação de bens móveis conforme especifica:

Walter Naujorks - Presidente  
Cilvio Wilssmann - Secretário  
Fernando Weschenfelder - Membro  
Irineu Ceschini - Membro  
Claudinei Jose Jung - Membro

Art.2º- O objetivo da comissão será basicamente efetuar a avaliação em moeda corrente nacional dos bens móveis a seguir discriminados, para fins de alienação:

ITEM 01 – Um AUTOMOVEI FIAT PALIO WEEKEND, de cor prata, ano de fabricação 2012, modelo 2012, chassi nº 9BD373165C5006532, renavam nº 453914330, Placas MKB 0181, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3309, já avaliado pelo decreto 4757/15 de 25 de setembro de 2015 no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

ITEM 02 – Um ONIBUS AGRAL MAXI BUS MC085, de cor branca, ano de fabricação e modelo 2000, chassi nº 9BYC22K1SYC000361, renavam nº 745371744, Placas MBR 6398, registrado no patrimônio público municipal sob nº 0912, já avaliado pelo decreto 4759/15 de 07 de outubro de 2015 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ITEM 03 – Um AUTOMOVEI VW/GOLF 2.0, ano de fabricação 2007, chassi nº 9BWAC41JX84012614, renavam nº 00937631892, Placas AGJ 9909, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3505, já avaliado pelo decreto 4757/15 de 25 de setembro de 2015 no valor de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

Art. 3º- A Comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para encaminhar o laudo de avaliação ao Executivo Municipal.

Art. 4º- Os serviços da comissão serão considerados de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e a não geração de vínculo empregatício.

Art. 5º- Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionado a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 16 DE JUNHO DE 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 094/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 094/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. Elizangela Rogovski, inscrita no CPF sob nº 009.271.799-38 e matrícula sob nº 511-8, ocupante do cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, sendo do período aquisitivo de 01/05/2015 a 30/04/2016 e período de concessão de 20/06/2016 a 08/07/2016 (19 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de Junho de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 095/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 095/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SANDRA FATIMA MORANDINI STEFFLER, inscrita na matrícula sob nº 180-5, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 13 de junho de 2016 a 17 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de junho de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 096/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 096/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. NELSON MAGGI, inscrito na matrícula sob nº 555-0, ocupante do cargo de Operador, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, conforme Atestado Médico, no período de 13 de junho de 2016 a 15 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**603.06.16 - P. NOM. IRES K. BOSQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 603/16 de 15.06.16

Nomeia em Comissão

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

**RESOLVE:**

Nomear Ires Kapitula Bosquetti brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Gabinete do Prefeito – Nível 36, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 15 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

**EXTRATO CONTRATOS 122 E 123/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

**Extrato Contrato 122/2016**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Alison Vinicius Moretti – MEI.

Objeto: Prestação de serviços especializados para preenchimento do SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação ano base de 2015, SICONFI bimestrais, semestrais, referente a 2016 e anual/2015, Prestações de Contas do sistema SIGPC (FNDE), tais como PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola dentre outros do sistema SIGPC referente a 2016.

Valor Total: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

**Extrato Contrato 123/2016 FMS**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratado: Alison Vinicius Moretti – MEI.

Objeto: Prestação de serviços especializados para preenchimento do SIOPS – Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde referente aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2016.

Valor Total: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Bom Retiro, 31 de maio de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA CONTRATO 58, 62 E 64/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

**Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 58/2016 FMS**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) concedendo recomposição de preços no percentual de 12% no item 71 passando o mesmo de R\$ 2,41 para R\$ 2,708, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 58/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

**Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 62/2016 FMS**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratado: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) concedendo recomposição de preços no percentual de 15,25% no item 180 passando o mesmo de R\$ 0,160 para R\$ 0,1844, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 62/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

**Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 64/2016 FMS**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratado: Pontamed Farmacêutica Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) concedendo recomposição de preços no percentual de 24,59% no item 47 passando o mesmo de R\$ 0,122 para R\$ 0,152, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 64/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 17 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**EXTRATOS CONTRATOS 126,128,129 E 130/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

**Extrato Contrato 126/2016 FMAS**

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Social Plus Fly, com usuários ativos, em ambiente Web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

Valor Total: R\$ 7.958,82 (sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Extrato Contrato 128/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMAS  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)  
Contratado: Madeireira Kuhnen Ltda. ME.  
Objeto: Aquisição de Madeiras para construção e reforma de casas para famílias de baixa vulnerabilidade e situação de risco.  
Valor Total: R\$ 78.783,50 (setenta e oito mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 129/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMAS  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)  
Contratado: Atacadista Norte Sul Ltda. ME.  
Objeto: Aquisição de Madeiras para construção e reforma de casas para famílias de baixa vulnerabilidade e situação de risco.  
Valor Total: R\$ 67.224,40 (sessenta e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

Extrato Contrato 130/2016 Pregão Presencial 13/2016 FMS  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)  
Contratado: Auto Elite Ltda.  
Objeto: Aquisição de veículo de passeio, 0 KM, para atender os setores da Vigilância Sanitária e Epidemiológica.  
Valor Total: R\$ 38.990,00 (trinta e oito mil novecentos e noventa reais)

Bom Retiro, 17 de junho de 2016.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

#### **MINUTA PP 18/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 18/2016 para Aquisição de Combustíveis para recuperação de estradas no interior e ruas urbanas do município. A abertura dos envelopes será dia 29/06/16 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de junho de 2016.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 075/2016**

PORTARIA Nº 075/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) LUCIMAR GRAF, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, a partir de 14/06/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 14 de junho de 2016.

Botuverá (SC), 15 de Junho de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PROCESSO SELETIVO 001/2016**

DIVULGA AS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS E RETIFICA O LOCAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, torna público a realização de Processo Seletivo a ser conduzido pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, designada através do Decreto nº 059/2016, de 13 de junho de 2016, e regido pelas normas estabelecidas neste Edital, para o preenchimento da vaga de inseminador,

#### **TORNA PÚBLICO :**

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº 01/2016 ficam HOMOLOGADAS as inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo nº 01/2016, abaixo relacionadas em ordem alfabética.

#### **1 - INSEMINADOR**

Nº Insc.	Candidato	Data Nascimento
002	1. Fabrício Jefferson Heidrich	01/02/1989
001	2. Pablo Alves de Andrade	18/09/1995

Art. 2º. A prova escrita será realizada no dia 19/06/2016, com duração máxima de 03 horas e duração mínima de 1 hora, com início para às 09h, nas dependências da Secretaria de Educação sito a Rua Bernardo Wetzel nº 109, Centro, Braço do Trombudo/SC.

Art. 3º. Esta divulgação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo em, 16 de junho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 22/2016 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 32/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 22/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 30.06.2016, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 16 de junho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

### **RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 16/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 16/2016

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 16/2016. Processo licitatório 26/2016. Objeto: Aquisição de peças para manutenção da Retroescavadeira B 110 B New Holland ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	07.634.586/0001-95	1	5.692,69

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 16/06/2016.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 44/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 044/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 859/2015...

#### DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Obras

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0007 ..... R\$ 2.375,93

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 7 - Cide, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Obras

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0039 ..... R\$ 54.561,50

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 39 - FEP, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3rd - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.016 – Segurança Pública

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0010 ..... R\$ 1.464,51

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0011 ..... R\$ 2.368,49

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0012 ..... R\$ 1.577,64

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, nas fontes de recursos 10/11/12 – Convênio de Trânsito, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 4th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.007 – Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0036 ..... R\$ 10.000,00

Atividade: 2.008 – Transporte Escolar

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0036 ..... R\$ 21.454,45

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 36 – Salário Educação, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 5th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.031 – Merenda Escolar - Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0037.41 ..... R\$ 2.281,98

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 37.41 – PNAE Ensino Fundamental, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 6th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.008 – Transporte Escolar

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0037.44 ..... R\$ 2.063,76

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 37.44 – PNATE, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 7th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.30 ..... R\$ 9.365,14

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.31 ..... R\$ 7.885,37

Atividade: 2.051 – Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.34 ..... R\$ 1.686,05

Atividade: 2.053 – Bloco de Gestão - IGDBF

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.33 ..... R\$ 8.361,16

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0035.33 ..... R\$ 4.000,00

Atividade: 2.055 – Bloco de Gestão - IGDSUAS

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.32 ..... R\$ 2.722,21

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 35 – Transferências do SUAS União, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 8th - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

## Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0038.9 ..... R\$ 10.029,37

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0038.10 ..... R\$ 2.974,40

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0038.12 ..... R\$ 51.567,05

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0038.8 ..... R\$ 5.335,65

Atividade: 2.027 – Farmácia Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0038.18 ..... R\$ 21.988,62

Atividade: 2.032 – Manutenção da Vigilância Sanitária

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0038.15 ..... R\$ 29.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 38 – Transferências do SUS União, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 8 - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

## Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0067.71 ..... R\$ 6.508,89

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 67.71 – Transferências do SUS Estado/Incentivo AB, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

## Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0088 ..... R\$ 24.847,91

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 88 – Alienações Saúde, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)  
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 15 de junho de 2016.

Ademil Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 11.003, 16 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 11.003, 16 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Diretora Administrativa Financeira do Instituto Brusquense de Previdências – IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Fabrícia Regina Imhof Lapolli para ocupar o cargo em comissão de Diretora Administrativa e Financeira do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.001, 14 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 11.001, 14 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 25 de setembro de 2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Antônio Carlos Cerchian Júnior do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.002, 15 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 11.002, 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antônio Carlos Cerchian Júnior para ocupar o cargo em comissão de Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº. 7.819, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº. 7.819, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 41.445,58 (Quarenta e Um Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta e Oito Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.0901 SUAS/União – PBF  
 VALOR R\$ 1.295,09  
 0.3.35.0902 SUAS/União – SCFV  
 VALOR R\$ 19.422,83  
 008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.0801 SUAS/União – PFMC II  
 VALOR R\$ 20.727,66

I - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

74198-1	B.B. F.M.A.S. - Proteção Básica – C/C 74198-1	0.1.35.0801	4,69
		0.1.35.0900	218,64
		0.1.35.0901	67.734,62
		0.1.35.0902	(11.270,39)
		0.3.35.0801	136,87
		0.3.35.0900	45,53
		0.3.35.0901	1.295,09
		0.3.35.0902	34.714,23
TOTAL GERAL			92.879,28

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0901/0.3.35.0901	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0901/0.3.35.0901	0,00

Restos à Pagar	0.1.35.0901/0.3.35.0901	0,00
TOTAL	0.1.35.0901/0.3.35.0901	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0901	1.295,09
Valor a Utilizar	0.3.35.0901	1.295,09

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0902/0.3.35.0902	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0902/0.3.35.0902	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0902/0.3.35.0902	0,00
TOTAL	0.1.35.0902/0.3.35.0902	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0902	34.714,23
Valor a Utilizar	0.3.35.0902	34.714,23

74197-3	B.B. F.M.A.S - PSE Média Complexidade - C/C 74197-3	0.1.35.00 0.1.35.08 0.1.35.0801 0.1.35.0802 0.3.35.00 0.3.35.0801 0.3.35.0802	21.120,15 1.206,09 12.829,25 13.358,31 6.990,74 25.552,54 49.820,11
TOTAL GERAL			130.877,19

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
TOTAL	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0801	25.552,54
Valor a Utilizar	0.3.35.0801	25.552,54

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

## EDITAL Nº 007/2016 RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 007/2016

RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO N. 007/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO do Processo Seletivo para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme segue:  
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	TEMPO DE SERVIÇO	NOTA PROVA	NOTA FINAL
1	CRISTIANO GIRALDI	15	09	12
2	EDER JAIR KORMANN	13	9,5	11,25
3	ONEIDE BERTOTTI	15	07	11
4	VITAMIR PAVESI	11	10	10,5
5	JAISON FUCK	11	10	10,5
6	CHARLES HORNER	10	10	10
7	IVANIR DEHLAGNE	10	10	10
8	ALEXANDRE ALMEIDA DE SOUZA	09	10	9,5
9	EDSON DA SILVA SOUZA	07	10	8,5
10	GILBERTO HILLESHEIM	06	10	8

11	EVANDRO MOACIR PEREIRA	05	10	7,5
12	EBERTON AMARAL DE OLIVEIRA	05	9,5	7,25
13	ARGEU RIBEIRO	06	8,5	7,25
14	FABIANO LASSOLI	05	8,5	6,75
15	EDVALDO APARICIO FERNANDES	05	07	6
16	NILBERTO GOEDERT	05	06	5,5
-	JOSÉ ROCHA MARTINS	15	0	-
-	ORIDES BERTOLINI	09	0	-
-	CLAUDIO VILL	ST	10	-
-	MARCIO WITKOWSKY	ST	10	-
-	RENATO JOSE RAULINO	ST	10	-
-	MARLOM RAMOS DA SILVA	14	ausente	-
-	OSNIR BATSCHAUER	05	ausente	-
-	FABIO RICARDO DA ROCHA	05	ausente	-
-	ADELAR JOSE DE SOUZA	05	ausente	-
-	WALDECIR BARINGER	S/ TS	ausente	-
-	IZELTON PAULO COSTA	S/ TS	ausente	-
-	FABIO ANTONIO	S/ TS	ausente	-
-	NESTOR BRAS RAMOS	07	ausente	-

Brusque, 15 de junho de 2016.  
JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos



# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 03/2016 - PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 03/2016

O Município de Caçador/SC torna público a Suspensão do Processo Licitatório nº 52/2016 na modalidade de Concorrência nº 03/2016 para OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL - EXPLORAÇÃO A TÍTULO ONEROSO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE VISUAL ATRAVÉS DE PAINEL ELETRÔNICO, para adequações no edital.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 16 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.814

DECRETO Nº 6.814, de 16 de junho de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

2.001 – GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00 100 – Aplicações Diretas (4) ..... R\$ 90.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme segue:

2.001 – GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00 100 – Aplicações Diretas (117) ..... R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.815

DECRETO Nº 6.815, de 16 de junho de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 79.557,82 (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos):

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 – Bloco Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.3391 – Superávit Recurso 54 (352) ..... R\$ 17.296,88

Subtotal ..... R\$ 17.296,88

8.244.5.2.192 – Bloco Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.3391 – Superávit Recurso 54 (353) ..... R\$ 2.834,04

Subtotal ..... R\$ 2.834,04

8.244.5.2.193 – Bloco Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.00.00.3391 – Superávit Recurso 54 (354) ..... R\$ 12.611,90

Subtotal ..... R\$ 12.611,90

8.244.5.2.195 – Bloco Gestão do SUAS

3.3.90.00.00.3390 – Superávit SUAS Conselho - Recurso 54 (355) ..... R\$ 415,65

4.4.90.00.00.3390 – Superávit SUAS Conselho - Recurso 54 (356) ..... R\$ 98,47

3.3.90.00.00.3389 – Superávit SUAS - Recurso 54 (357) ..... R\$ 155,92

4.4.90.00.00.3389 – Superávit SUAS - Recurso 54 (358) ..... R\$ 2.962,41

Subtotal ..... R\$ 3.632,45

8.244.5.2.196 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

3.3.90.00.00.3388 – Superávit Bolsa Família Conselho – Recurso 63 (348) ..... R\$ 431,83

4.4.90.00.00.3388 – Superávit Bolsa Família Conselho – Recurso 63 (349) ..... R\$ 863,65

3.3.90.00.00.3387 – Superávit Bolsa Família - Recurso 63 (350) ..... R\$ 16.754,83

4.4.90.00.00.3387 – Superávit Bolsa Família - Recurso 63 (351) ..... R\$ 25.132,24

Subtotal ..... R\$ 43.182,55

Total ..... R\$ 79.557,82

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 79.557,82 (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de junho de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035, de 15 de junho de 2016.  
Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **CONVOCA:**

Os cidadãos classificados conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAREM POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM  
CL.: JOSIANE LOPES PASQUALI

CARGO: CONTADOR  
CL.: SERGIO INHAIA

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de junho de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.991**

PORTARIA Nº 26.991, de 10 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida à Servidora Pública Municipal ELIS MELANI HILGERT DE ALMEIDA, matrícula nº 2573, ocupante do cargo de Servente, 44 (quarenta

e quatro) horas semanais, através da Portaria nº 25.961, de 16 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 06 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de junho de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 26.996**

PORTARIA Nº 26.996, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal GARDEL GEISEL CHINATO, matrícula 14055, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, acrescido de 50%, em virtude do nascimento de seus filhos Heloísa Vitória Backschat Chinato e João Augusto Backschat Chinato, ocorrido no dia 21 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de junho de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **RESOLUÇÃO Nº 08 - CMDCA**

Resolução 08/2016 de 30 de maio de 2016

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Caçador/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

CONSIDERANDO a Resolução 171, de 04 de dezembro de 2014 do CONANDA.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia 30 de maio de 2016, Ata nº 331.

CONSIDERANDO os documentos recebidos dos órgãos abaixo com as indicações para a composição da Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Caçador/SC.

#### **Resolve:**

Art. 1º Criar e compor a Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e

Adolescentes do Município de Caçador/SC pelos seguintes membros:

I- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o coordenará:

Any Danieli Wolf e Janaina Menegazzo.

II- Conselho Tutelar:

Maria Augusta Nhoatto Moreira.

III- Conselhos Setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer:

Jussara Aparecida Jombra Dureck- Conselho Municipal de Saúde

Cristiane Aline Santi- Conselho Municipal de Saúde

Carlos dos Passos Paulo Matias- Conselho Municipal de Educação

Bernadete Maria Ribeiro dos Santos- Conselho Municipal de Educação

IV- Órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais tais como Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte, Cultura e lazer:

Luciana Marques- Secretária Municipal de Assistência Social  
Jean Carlo Ribeiro e Selma Kaul- Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador- ADR.

V- Fórum dos Direitos da criança e do adolescente e organizações da sociedade civil integrantes do Sistema de Garantia de Direitos: Márcia Regina Fenili.

VI- Crianças e Adolescentes:

Emily Caroline Horn- Projeto Bombeiro Mirim

Neudimar Karpinsk Suzek- Projeto Bombeiro Mirim

Matheus Davi Andrade- Câmara Mirim

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 30 de maio de 2016.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 037, DE 016 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 037, de 016 de junho de 2016.

Exonera Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a seu pedido, ELAINE FÁVERO, do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPEA 3030, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no D.O.M.

Gabinete da Presidência, 16 de junho de 2016.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2016 - FMS – Ata do Sistema de Registro de Preços 39/2016– FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNCIMENTO DE MATERIAL PARA SERVIÇO MECANICO DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 16/06/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 020/2016 - FMS – Atas do Sistema de Registro de Preços 40 e 41/2016– FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 16/06/2017

1ª Publicação.

### PR 23/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2016-FME - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA (EXTINTOR, SINALIZAÇÃO E LUZ DE EMERGÊNCIA) PARA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 16 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO 08/2016 FMAS

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL

CONSIDERANDO que o termo "curso profissionalizante", utilizado no Edital, deve ser utilizado para capacitação que tenha no mínimo 160 horas de duração, segundo o MEC;  
CONSIDERANDO que a carga horário do curso, objeto deste Edital, é de 36 horas;

DECIDE-SE:

EXCLUI-SE o termo "profissionalizante" em todas ocorrências apresentadas no Edital. Sendo assim, onde estava escrito "curso profissionalizante" leia-se apenas "curso".

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre - SC, 16 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 56/2016

ANULAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2016

PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando que a forma de julgamento do Edital é "MENOR PREÇO GLOBAL COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO";

Considerando que a forma de apresentação das propostas cadastradas no site Cidade Compras está em formato de MENOR PREÇO POR ITEM e o sistema não disponibiliza a opção de alterá-lo;

Considerando a desativação do portal Cidade Compras;

ANULA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO 56/2016.

Nova licitação será publicada no Portal de Compras Públicas (<http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>).

Publique-se na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre - SC, 16 de junho de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### ATA TP 51/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 51/2016)

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 9522 de 07 de janeiro de 2016)

responsáveis pelo Processo Licitatório nº 51/2016, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para O objeto do presente edital consiste: LOTE 01 fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Julia Pazda, Rua Adolfo Konder, Rua Emília Cardoso e Rua Paulo Schultz; LOTE 02 - fornecimento de material e mão de obra para execução de pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Alfredo Friedrich. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes:

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA – CNPJ: 03.574.370/0001-20, BRACORCORRETORA DE SEGUROS LTDA – CNPJ: 76.601.053/0001-20, IMPACTO ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 04.989.180/0001-37. A licitante IMPACTO ENGENHARIA LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Laercio Telles, a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA credenciou representante na sessão O Sr. Giovanni Benvenuti, licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA credenciou representante na sessão O Sr. Adolar Romeu Brand. Passou-se à análise dos Documentos das licitantes, sendo que as licitantes IMPACTO ENGENHARIA LTDA e BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA comprovaram enquadramento como ME ou EPP através da Certidão Simplificada, a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA não comprovou enquadramento como Epp ou ME. Passou-se à análise dos documentos das licitantes. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão e pelos representantes presentes. Todas as licitantes foram declaradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE com fixação de valor máximo unitário. Para o Lote 01 a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA apresentou proposta com o valor de R\$ 494.156,37 e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 469.935,75. Considerando que a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA está enquadrada como EPP, e a proposta está entre 10% da primeira colocada (Adrimar), a empresa Bracor usou do benefício conforme a LC 123/2006 e apresentou novo valor para proposta de R\$ 469.500,00. Para o Lote 02 a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA apresentou o valor de R\$ 263.300,53 e a licitante IMPACTO ENGENHARIA LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 262.345,71. A comissão de licitações julgou a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA vencedora do LOTE 01 com o valor de R\$ 469.500,00 e julgou a licitante IMPACTO ENGENHARIA LTDA vencedora do LOTE02 com o valor de R\$ 262.345,71. As licitantes apresentaram Declaração de Desistência de Recurso quanto ao julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Junior: \_\_\_\_\_

Maria Cristina Marciniak Munhoz: : \_\_\_\_\_

Lilian Terezinha Bartsch: : \_\_\_\_\_

Adolar Romeu Brand: : \_\_\_\_\_

Giovanni Benvenuti: : \_\_\_\_\_

Laércio Telles: : \_\_\_\_\_



**ATA TP 52/2016****ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório TP nº 52/2016)

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 9522 de 07 de janeiro de 2016) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 52/2016, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Ipê e Rua das Flores, localizadas no bairro Cascatas e Rua Horst Walter, localizada no bairro Belo Horizonte, neste Município.. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA – CNPJ: 03.574.370/0001-20, BRACORCORRETORA DE SEGUROS LTDA – CNPJ: 76.601.053/0001-20, a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA não credenciou representante na sessão, a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Adolar Romeu Brand. Passou-se à análise dos Documentos das licitantes, sendo que a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA comprovou enquadramento como EPP através da Certidão Simplificada, a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA não se enquadra como Epp ou ME conforme Certidão Simplificada apresentada. Passou-se à análise dos documentos das licitantes. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão e pelo representante presente. Todas as licitantes foram declaradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL com fixação de valor máximo unitário. A empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA apresentou proposta com o valor de R\$ 436.082,07 e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 415.387,78. Considerando que a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA está enquadrada como EPP, e a proposta está entre 10% da primeira colocada (Adrimar), a empresa Bracor usou do benefício conforme a LC 123/2006 e apresentou novo valor para proposta de R\$ 415.300,00. A comissão de licitações julgou a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA vencedora desta licitação com o valor de R\$ 415.300,00. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Junior: \_\_\_\_\_

Maria Cristina Marciniak Munhoz : \_\_\_\_\_

Lilian Terezinha Bartsch: : \_\_\_\_\_

Adolar Romeu Brand: : \_\_\_\_\_

**CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2016 E PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 02/2016****ERRATA I**

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2016 E

PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 02/2016

No Anexo I do Edital de Homologação das inscrições, Anexo I do Edital de Deferimento das inscrições e no Anexo I do Local das Provas e Ensalamento.

Onde se lê:

Inscrição Deferida	Nome do Candidato	Cargo
116	ROBERTO RODRIGUES CONTREIRA	AGENTE OPERACIONAL I

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Sala	Andar	Escola
116	ROBERTO RODRIGUES CONTREIRA	AGENTE OPERACIONAL I	Sala 4	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES

Leia-se:

Inscrição Deferida	Nome do Candidato	Cargo
116	ROBERTO RODRIGUES CONTREIRA	MÉDICO IV

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Sala	Andar	Escola
116	ROBERTO RODRIGUES CONTREIRA	MÉDICO IV	Sala 5	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES

Esta errata entra em vigor a partir da data de sua publicação, obedecendo às normas do Edital de concurso e revogando-se as disposições em contrário.

Para que não se alegue ignorância, a Errata I será afixada no Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal, publicado na integra nos seguintes endereços eletrônicos: [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZOWSKI

Prefeito Municipal



**CONVOCAÇÃO Nº 092/2016**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 092/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JÜRGEN BEUTHER, inscrito no CPF/MF sob nº 049.368.189-25, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 003/2015-/PMCA, para o Cargo Público de MÉDICO II, na Função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 20 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**PORTARIA Nº 13.093 DE 16 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.093 DE 16 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, cedida ao Cartório da 30ª Zona Eleitoral de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 15 de abril de 2015 a 14 de abril de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção da Servidora Pública Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 30 de maio de 2016, sob nº 2465.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.094 DE 16 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.094 DE 16 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, SIRLEI APARECIDA CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000592, Registro no Sistema Sob nº 954820, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 11 de março de 2013 a 11 de março de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 19 de maio de 2016 sob nº 2316.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.095 DE 16 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.095 DE 16 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, SANDRO JOSÉ CARDOSO DE MEIRA, Matrícula Funcional nº 000682, Registro no Sistema sob nº 955121, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Agente de Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2012 a 11 de agosto de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 25 de maio de 2016 sob nº 2469.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 13.096 DE 16 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.096 DE 16 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, Matrícula Funcional nº 000375, Registro no Sistema sob nº 831270, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 03 de março de 2013 a 03 de março de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 25 de maio de 2016 sob nº 2448.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO 62/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016**

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a **aquisição de equipamentos para duas academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de Ribeirão do Meio e Centro do município de Campo Alegre - SC**, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO
01	2	UN	<p>ACADEMIA AO AR LIVRE <u>DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA</u> CONTENDO OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS:</p> <p><b>EQUIPAMENTO DE CAMINHADA DUPLO:</b> Pintura em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1158mm x Largura: 640mm x Profundidade: 1610mm. Peso: 36kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO CAVALGADA DUPLO:</b> Em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1180mm x Largura: 1040mm X Profundidade: 1260mm. Peso: 46kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO SURF DUPLO:</b> Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1183 x Largura: 812mm x Profundidade: 849mm. Peso: 24kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO REMADA SENTADA:</b> Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 859mm x Largura: 763mm x Profundidade: 918mm. Peso: 21kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO MÚLTIPLO EXERCITADOR:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1780mm x Largura: 1200mm x Profundidade: 2800mm. Peso: 115kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO ALONGADOR DUPLO STAR:</b> Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2403,26mm x Largura: 281,42mm x Profundidade: 1577,16mm. Peso: 21,68kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO ESQUI DUPLO:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1510mm x Largura: 1040mm x Profundidade: 1247mm. Peso: 61,34kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO PLACA ORIENTATIVA VERTICAL 600X100:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2030mm x Largura: 77mm x Profundidade: 840mm. Peso: 20kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO:</b> Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1850mm x Largura: 510mm x Profundidade: 510mm. Peso 46kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLO:</b> Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1415mm x Largura: 1160mm x Profundidade: 1160mm. Peso: 25kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO PRESSÃO DE PERNAS:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1540mm x Largura: 347mm x Profundidade: 2009mm. Peso: 36kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO JOGO DE BARRAS EM NÍVEL:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2230mm x Largura: 230mm x Profundidade: 3356mm. Peso: 47,1kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO BARRA PARALELA STANDART:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1230mm x Largura: 600mm x Profundidade: 1980mm. Peso: 36kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO PUXADOR PEITORAL DUPLO STAR:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1400mm x Largura: 645mm x Profundidade: 1250mm. Peso: 37kg.</p> <p><b>EQUIPAMENTO BARRA MARINHEIRO:</b> Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 342mm x Largura: 538mm x Profundidade: 89mm. Peso: 4,2kg.</p>	R\$ 25.000,00	R\$ 50.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 50.000,00</b>	

Critério julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO.**

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **17/06/2016**, às **13h45min** do dia **29/06/2016**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **14h** do dia **29/06/2015** no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.810	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC. Proposta de transferência 0000017493.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 17 de junho de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

# Campo Erê

## PREFEITURA

### ALTERA HORARIO DE ABERTURA DO EDITAL TP 06/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1240/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE ABERTURA

Altera horário de abertura do:

Processo Licitatório n.º 1240/2016 – Tomada de preços n.º 06/2016 - tipo menor preço Global – Objeto: Execução da 2ª etapa da construção do pavilhão comunitário na Linha São Brás, no Município de Campo Erê – SC com área de 111,20m², conforme especificado no Edital supra citado. Fica Alterado o horário de abertura para: as 14horas do dia 27 de Junho de 2016. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. \*\*\*49 36553035, das 07:30hs as 11:30hs e das 13:15hs as 17:15hs, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 16 de Junho de 2016. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1286/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08hs do dia 04 de Julho de 2016, estará recebendo propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1286/2016 na modalidade de Tomada de Preços Nº 07/2016 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a Execução de ampliação da cancha de bochas da Associação da Terceira Idade, com área de 95,36m², conforme especificado nesse Edital e projetos em anexo ao mesmo, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs as 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 16 de Junho de 2016. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1289/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 30 de Junho de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1289/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 29/2016 – Ata de Registro de Preços, do Tipo menor preço por item, para a AQUISIÇÃO DE CARGAS GÁS (GLP), conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 16 de Junho de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.514/16 DE 15/06/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 7.514/16 de 15/06/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 463.000,00 (Quatrocentos e sessenta e três mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 –SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 –DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010– Pavimentação asfáltica de ruas  
Elementos de despesa: 136 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036.00  
0055– Aplicações Diretas....R\$463.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos de convênios estaduais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 15 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1318/16**

PORTARIA Nº 1318/16 de 03/06/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOZIELE APARECIDA CARNEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ELENICE BERNARDELLI, encontra-se em Licença-prêmio,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOZIELE APARECIDA CARNEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 03 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1324/16**

PORTARIA Nº 1324/16 de 15/06/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE VARELA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária TEREZINHA APARECIDA FAGUNDES SOUZA encontra-se em licença-prêmio;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DAIANE VARELA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1326/16**

PORTARIA Nº 1326/16 DE 15/06/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALCIR MOREIRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VALCIR MOREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1327/16**

PORTARIA Nº 1327/16 DE 15/06/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE ESCAINI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DAIANE ESCAINI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 19/2016 (ELETRÔNICO)**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 24/2016  
PREGÃO N.º FMS 19/2016 (ELETRÔNICO)  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Eletrônico n.º FMS 19/2016, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 02 INCUBADORAS NEONATAL, 02 BERÇOS AQUECIDOS, 02 MONITORES MULTIPARÂMETRO, 01 APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E 02 CARROS DE EMERGENCIA, DESTINADOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 11206.6800000/1140-01. Motivo: Readequação no descritivo dos itens. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/ Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº FUNR 04/2016 (ELETRÔNICO)**

FUMREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FUNR 04/2016  
PREGÃO N.º FUNR 04/2016 (ELETRÔNICO)  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão n.º 04/2016 (Eletrônico), que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Motivo: Licitação Fracasada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 13h30min, fone (47) 321-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito / Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 12/2016**

TOMADA DE PREÇO Nº 12/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/16  
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/16  
CONTRATADO: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EP  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA PISTA DE SKATE DA PRAÇA MIGUEL PROCOPIAK, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.900,00 (trinta e oito mil e novecentos reais)

DATA: 16/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 18/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/16  
HOMOLOGAÇÃO: 14/06/16  
CONTRATADO: JOSEVAL RUTES ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA IDENTIFICAÇÃO VISUAL A SEREM INSTALADAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

DATA: 14/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2016**

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Dispõe sobre as inscrições das Entidades no Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições e:

Considerando a Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

Considerando a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei nº 4852/2011, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 241/2012, Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 2º parágrafos;

Considerando a Resolução CNAS 14/2014 e do CMAS 10/2011 que dispõe sobre o processo de inscrição das entidades;

Considerando a apreciação do Parecer emitido pela Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições que analisou a documentação das entidades e da deliberação dos Conselheiros em Reunião Ordinária realizada em 06 de agosto de 2015;

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º. Homologar as inscrições dos serviços ofertados pelas entidades da Rede Socioassistencial, pois estão em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho:

I - Associação Canoinhense dos Deficientes – ACD, inscrita sob o número 002, prestadora de serviços exclusivamente da Assistência Social no município de Canoinhas. A entidade prestará os seguintes serviços de Proteção Básica:

- a. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Idosos
- b. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Jovens e Adultos
- c. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Crianças e adolescentes
- d. Prevenção, inclusão e mediação ao mercado formal de trabalho.
- e. Garantia e defesa de direitos
- f. Benefícios Eventuais

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE inscrita sob o número 005, prestadora dos seguintes serviços da Assistência Social:

- a. Benefícios socioassistenciais.
- b. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- c. Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- d. Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 02 de junho de 2016.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Capinzal

## PREFEITURA

**Decreto nº 078/2016**

DECRETO No 078 DE 1o DE JUNHO DE 2016

Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em é requerente Wagner Empreendimentos Imobiliários Ltda inscrita no CNPJ nº 10.807.565/0001-39, relativo ao imóvel com área documental de 331.462,33 m² (trezentos e trinta e um mil e quatrocentos e sessenta e dois vírgula trinta e três metros quadrados), terreno urbano sem denominação, situado as margens da Rodovia SC 48, Km 34,5 no Bairro São Cristovão, neste município de Capinzal-SC, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 20.034, Livro nº 2 BG, Fls. 018, de propriedade do requerente.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. . . . . 331.462,33 m²:

- a) Área remanescente. . . . . 320.662,33 m²  
b) Área desmembrada, lote nº01, Quadra 415. . . 10.800,00 m²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 01 de junho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Interino de Administração e Finanças

**FUMREBOM PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0004/2016	
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada.: JOSE CAVIQUIOLI - ME	
Valor ..... : 4.855,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)	
Vigência ..... : Início: 15/06/2016 Término: 15/09/2016	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016	
Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Aquisição de Fardamento para o efetivo do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 16 de Junho de 2016	

# Catanduvas

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 0068/2016 - PREGÃO N° 0046/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0068/2016

PREGÃO N° 0046/2016

Objeto: Contratação de transporte para atletas da CME..

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 30 de junho de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de junho de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 15 de junho de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 0069/2016 - PREGÃO N° 0047/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0069/2016

PREGÃO N° 0047/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ÁREAS DA SAÚDE.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 05 de julho de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de junho de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 16 de junho de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 40/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 40/2016
Pregão Presencial Nº.: 28/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 01 de Julho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 01 de Julho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Presidente Getulio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs ou pelo fone (49) 3326-0433/33260127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 16 de Junho de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

### PORTARIA 52/2016

PORTARIA Nº 052/2016  
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor NILMAR BONAFÉ, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 04/02/2015 a 03/02/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/08/2016 a 31/08/2016, com 1/3 convertido em espécie no período de 02/08/2016 a 11/08/2016.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 06 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 53/2016

PORTARIA Nº. 053/2016  
"CONCEDE LICENÇA A GESTANTE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 70 da Lei 001/2001 Estatuto dos Servidores Público Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Gestação a Servidora MAIZA SAMPAIO DA SILVA ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretária Municipal de Saúde, por um período de 180 dias.

Art. 2º - O período de gozo da licença a Gestante que trata o art. 1º. Será do dia 06/06/2016 à 02/12/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de Junho de 2016

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 54/2016

PORTARIA N. 054/2016  
"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de readequar servidor de um setor para outro, com objetivo de melhorar os serviços prestados pela Administração Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora Pública Municipal, Senhora Leodete Chiarello Zamban, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar função junto ao Chapeuzinho Vermelho, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 15 de junho de 2016.

Certifico que esta portaria  
Foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 55/2016**

PORTARIA N. 055/2016

**"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de readequar servidor de um setor para outro, com objetivo de melhorar os serviços prestados pela Administração Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica Designada a Servidora Pública Municipal, Senhora Maristela Favero, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar função junto ao Centro Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 15 de junho de 2016.

Certifico que esta portaria  
Foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 56/2016**

PORTARIA Nº .56/2016

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor VANDERLI ANTONIO GIACOMELLI, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com Exercício na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/06/2015 a 10/06/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2016 à 30/07/2016, com 1/3 convertido em espécie referente a 10 (dez) dias, gozando as férias do dia 11 a 30/07/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 16 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ERRATA DA PORTARIA 234/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

#### ERRATA

Na Edição nº 2015 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 14.06.2016, Portaria nº. 234/2016,

Onde se lê:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora DEBORA GRACH, ocupante do Cargo efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 10.06.16 a 07.10.16.

Leia-se:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora DEBORA GRACH, ocupante do Cargo de Professora ACT - 25 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 10.06.16 a 07.10.16.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 16 DE JUNHO DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL SEDUC Nº 010/2016

EDITAL SEDUC Nº 010/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
20/06/2016	13:30h	Ensino Religioso

### 2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM FLORESTAN FERNANDES	21/06 a 20/12/2016
	10	MAT/VESP	EBM REALEZA	21/06 a 20/12/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 17 de junho de 2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA

Secretário de Educação

### EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

### EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 014/2016

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Associação da Cultura Tradicionalista Gaúcha - ACCTG

OBJETO – O presente convênio tem por objeto, desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de eventos, especialmente ações ligadas à realização do "9º Rodeio Nacional Crioulo e Artístico de Chapecó".

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio vigorará de 17 de Junho à 19 de Junho de 2016.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 07 de Junho de 2016 – Diógenes Lang, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Juliana de Miranda, presidente da ACCTG.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 54 DE 2016**

Portaria Nº 54/16

Autoriza a transferência de bens patrimoniais ao Executivo Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Chapecó, ao Poder Executivo, conforme relação de bens em anexo:.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 16 de junho de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

**PORTARIA Nº 55 DE 2016**

Portaria Nº 55/16

Dispõe sobre entrada em exercício de servidor público municipal, aprovado no concurso público nº 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Que o servidor público municipal ENIVALDO BARROS, aprovado no concurso público nº 01/2014, empossada em 10 de junho de 2016, passa a exercer as suas funções Nesta Casa Legislativa, a partir de 16 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de junho de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 16 de junho de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 31/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: CÉLIA REGINA W. SANI.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/PMCS/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de aparelhos telefônicos, descartáveis, material de expediente e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/04/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 3.139,45 (três mil cento e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 60/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 60/2016  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: CRIATIVA CORTINAS LTDA - EPP.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/PMCS/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de cortinas, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 14/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 11/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 104/2014  
ADITIVO Nº: 11/2016  
TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - PRORROGAÇÃO.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
CONTRATADA: CONSTRUTORA BS LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 70/PMCS/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/PMCS/2014

Objeto do contrato: Fornecimento de material e serviço para construção de Escola de Educação Básica, no bairro Vila Nova, no município de Cocal do Sul, por meio do termo de compromisso - PAR Nº 32325/2014, firmado entre o município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 27/08/2014.

Assinatura: 16/06/2016

Vigência: Início: 17/06/2016 Término: 31/07/2016

### LEI N. 1.307

LEI N. 1.307, de 15 de junho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à concessão de direito real de uso de áreas de terras as empresas abaixo relacionadas:

I – METALÚRGICA PASSOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.099.876/0001-62, uma área de terra de 1.638,00m² (um mil seiscentos e trinta e oito metros quadrados), correspondente ao Lote 02-B da quadra "E", da Área Industrial II - Zeferino Zanatta, neste Município, matriculado sob o n. 23.629, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC;

II – MAQESFERA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.298.968/0001-49, uma área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), correspondente ao Lote 15 da quadra "D", da Área Industrial II - Zeferino Zanatta, neste Município, matriculado sob o n. 23.626, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

§ 1º A outorga da concessão de direito real de uso, está de acordo com as Leis nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, Lei n. 1.251, de 29 de abril de 2015, e Lei n. 1.280, de 15 de outubro de 2015, precedida do Processo Administrativo n. 21/2016, de 11 de março de 2016, Concorrência Pública nº. 1/2016.

§ 2º As áreas acima descritas serão utilizadas para implantação de empresas no ramo de atividade descrito no projeto de habilitação apresentado pelas donatárias e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão perderá os direitos decorrentes desta Lei, caso, sem motivo justificado:

- I – paralisar por mais de 06 (seis) meses suas atividades;
- II – alterar o ramo da atividade sem autorização prévia;
- III – alienar ou locar, no todo ou em parte, sem a expressa autorização do CMDE e do Poder Executivo;
- IV – atrasar injustificadamente a implantação do projeto;
- V – descumprir as cláusulas, projetos ou prazos;
- VI – for decretada a falência ou instalação de insolvência civil.

§ 1º A entidade beneficiada, com a concessão, que não cumprir com a finalidade da presente Lei ou rescindir o contrato, terá os valores restabelecidos por lançamentos de ofício e cobrados com os respectivos acréscimos legais, retroagindo a data da concessão do benefício.

§ 2º Perde os benefícios concedidos pela presente Lei quando a empresa beneficiada deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, bem como comprovada má fé na utilização dos benefícios previstos ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta lei,

devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 3º Cessados os benefícios concedidos por consequência das ações identificadas neste artigo, a empresa será responsabilizada pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, acrescidos de juros legais e atualizados pelos índices de correção monetária vigente à época, pagos em tantas parcelas mensais e sucessivas quantos foram os meses de benefícios concedidos.

Art. 3º A empresa beneficiada por esta Lei, no caso de sucessão e incorporação não poderá:

I - transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal sem a prévia autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos;

II - dar destinação diversa do projeto original, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades e sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, mesmo que os novos fins atendam à continuidade dos propósitos iniciais.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE através de parecer, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividades dos empreendimentos beneficiados, bem como processo de transação de sucessão para terceiros, da empresa beneficiada pela presente lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste Artigo.

§ 2º A transação converter-se-á desde que o sucessor comprometa-se a cumprir as obrigações assumidas pelo antecessor.

Art. 4º A presente concessão é feita pelo prazo de 07(sete) anos, podendo, após este período, ser transmitida a propriedade do imóvel ao cessionário, na forma disposta nas Leis nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, Lei n. 1.251, de 29 de abril de 2015 e Lei 1.280, de 15 de outubro de 2015.

Art. 5º Reverterão ao Poder Público Municipal através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, após comprovação e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE as áreas concedidas ou doadas a título de incentivos econômicos bem como as benfeitorias nelas realizadas que não estão sendo utilizadas conforme as finalidades desta Lei.

§ 1º É facultado ao Poder Público Municipal, o direito de desistir do direito deste Artigo, desde que comprove a inconveniência técnica e julgada onerosa a transação ao erário Municipal.

§ 2º Quando houver interessado em um terreno revertido ao município, com construções e benfeitorias realizadas, poderá ele adquiri-las mediante prévia negociação com o proprietário da empresa, cujo imóvel lhe fora revertido, no entanto, o requerimento deverá ter a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 6º A Empresa beneficiada por esta lei fica obrigada a iniciar a obra num prazo de seis (06) meses e a concluí-la dentro do prazo de dezoito (18) meses, ambos a partir do deferimento do pedido, prorrogáveis a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado no “caput” deste artigo sem que tais providências tenham sido tomadas, o imóvel retornará ao patrimônio municipal, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como o Poder Legislativo Municipal, a fiscalização da atividade da exploração sobre o cumprimento desta lei, devendo a Empresa informar, no prazo máximo de trinta (30)

dias e por escrito, todas as informações solicitadas pelos órgãos interessados.

§ 1º. A empresa beneficiada por esta lei fica obrigada de:

I – manter em boa ordem e guarda o livro de registro de notas fiscais de saídas, bem como escrituras por meio eletrônico, mensalmente as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 1.160, de 14 de agosto de 2013;

II – manter em boa ordem e guarda as 2ªs. Vias das notas fiscais de saídas;

III – fornecer trimestralmente ao setor competente da Prefeitura Municipal, até o 15º dia do mês subsequente, relatório mensal de receitas auferidas;

IV- apresentar e comprovar, anualmente, 30(trinta) dias após o final do exercício, relatórios que comprovem o número de empregados devidamente registrados.

§ 2º. Ao não cumprimento das disposições previstas nos itens I, II, III e IV deste artigo aplicar-se-á a pena de suspensão de alvará de funcionamento, até o dia em que prestar as informações cumuladas com multa de cem (100) Unidades Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

Art. 8º Constarão do respectivo documento de concessão, cláusulas que citem expressamente as condições e termos desta lei.

Art. 9º Aos casos omissos aplicam-se as disposições das Leis n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, Lei n.1.251, de 29 de abril de 2015 e Lei 1.280, de 15 de outubro de 2015.

10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

O Diretor Superintendente da Fundação Municipal de Cultura torna público que ratificou o ato do Senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 13 de junho de 2016, para taxa de inscrição, para a Miss Concórdia, senhorita Jéssica Andressa Cosmann, visando a participação no Concurso Miss Santa Catarina 2016, a ser realizado no dia 27 de agosto de 2016, na cidade de Itajaí -SC, com base na Lei nº 4399, de 5 de abril de 2012, a favor da TULIO CESAR CORDEIRO ME, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil, quinhentos reais).

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente

Fundação Municipal de Cultura

### ADENDO 01 AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 3/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE

CONCORRÊNCIA Nº 3/2016 – PMC

Obras de Serviços de Engenharia

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto e Relação de Lotes, constantes no Anexo "D" e "E" do edital, foi alterado.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e nº 2 - PROPOSTA DE PREÇO fica alterado para dia 21 de julho de 2016 até as 10h00min e a abertura da sessão para o dia 21 de julho de 2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### DECRETO Nº 436/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 436/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

Designa a servidora LETICIA FARINA PUNTEL como Gestora da Parceria celebrada com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora LETICIA FARINA PUNTEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, como Gestora da Parceria celebrada com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 359/2016, de 26 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 437/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 437/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 137/2016, de 19 de fevereiro de 2016, que constitui e designa Comissão Preparatória e Executiva com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Concórdia e do 3º Congresso Municipal de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006 e na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, pelo Conselho das Cidades.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "dias 12 de maio de 2016, das 19h às 22h, e 13 de maio de 2016, das 8h às 18h", para: "dias 2 de junho de 2016, das 19 às 22h, e 3 de junho de 2016, das 8 às 12h", constante no art. 1º do Decreto nº 137/2016, de 19 de fevereiro de 2016, que constitui e designa Comissão Preparatória e Executiva



com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Concórdia e do 3º Congresso Municipal de Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 438/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 438/2016, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Nomeia NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO no cargo de Encarregada de Seção de Obras e Orçamento, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO, para exercer o cargo de Encarregada – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 439/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 439/2016, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Nomeia ROSIMERI TERESINHA TIBOLLA no cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei

Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ROSIMERI TERESINHA TIBOLLA, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora ROSIMERI TERESINHA TIBOLLA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Lixo e Aterro Sanitário, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 440/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 440/2016, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Revoga a gratificação, pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora ELISANGELA GABRIELA GERHARD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a gratificação pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora ELISANGELA GABRIELA GERHARD, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo Decreto nº 78/2016, de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 441/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 441/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dá nova redação ao item 2 da alínea "c" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 734/2013, de 30 de julho de 2013 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O item 2 da alínea "c" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 734/2013, de 30 de julho de 2013 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

2. suplente: SIRLEI MICHELOTTI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 442/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 442/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dá nova redação a alínea "h" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, o servidor desempenhará funções de assessoramento na avaliação de amostras dos produtos consumidos na merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "h" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

h) ADEMIR DA SILVA." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida, a partir de 1º de junho de 2016, ao servidor ADEMIR DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de maio de 2016.

**DECRETO Nº 443/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 443/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Revoga o inciso III do art. 1º do Decreto nº 506/2014, de 3 de julho de 2014, que concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando a CI DRH nº 325/2016:

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o inciso III do art. 1º do Decreto nº 506/2014, de 3 de julho de 2014, que concede Promoção Horizontal a servidores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 444/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 444/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 227/2013, de 8 de fevereiro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.639,

de 2 de julho de 2003.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 227/2013, de 8 de fevereiro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – a alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) CARLOS FERNANDO COMASSETTO, Assessor de Planejamento;” (NR)

II – a alínea “e” passa a vigorar com a seguinte redação:

“e) MARIA LUISA LASARIM, representante da Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 445/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 445/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora ELISIANE DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELISIANE DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão de Logística, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 446/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 446/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Revoga a gratificação, pelo exercício da função de chefia, concedida à servidora MIRNA GAUGER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de junho de 2016, a gratificação pelo exercício da função de chefia, concedida à servidora MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, pelo Decreto nº 811/2013, de 30 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 447/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 447/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Designa a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL para responder pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 16 a 30 de junho de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º A Diretora-Geral designada exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pela Ordenadora de Despesas/Diretora-Geral/Superintendente designada da FMEC, senhora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, período de 16 a 30 de junho de 2016, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 676/2012, de 24 de agosto de 2012 e 95/2013, de 7 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 448/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 448/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia EDUARDO LUIZ MENEGAT no cargo de Encarregado da Seção de Tecnologias.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor EDUARDO LUIZ MENEGAT, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Tecnologias – Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTO BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 449/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 449/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia TATIANE PASCHOAL MANDRIK no cargo de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora TATIANE PASCHOAL MANDRIK, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade – Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 450/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 450/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia SALETE VOLPATO WOLOSZIN no cargo de Encarregada da Seção de Atividades Integradoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora SALETE VOLPATO WOLOSZIN, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Atividades Integradoras – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 451/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 451/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia JANAINA CRISTINA FERREIRA KUHN ZANETTI no cargo de Encarregada da Seção de Urbanismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JANAINA CRISTINA FERREIRA KUHN ZANETTI, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Urbanismo – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do



Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 452/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 452/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia MARIO PEDRO BALDI no cargo de Controlador da Divisão de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor MARIO PEDRO BALDI, para exercer o cargo de Controlador da Divisão de Logística – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 453/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 453/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia ILDO FRANCISCON no cargo de Responsável do Setor de Lixo e Aterro Sanitário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ILDO FRANCISCON, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Lixo e Aterro Sanitário – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 454/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 454/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dá nova redação à alínea “e” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 786/2015, de 27 de agosto de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “e” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 786/2015, de 27 de agosto de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

1. titular: ROSELI PECHINI DE SIQUEIRA RODIGHIERI;

2. suplente: RODINEI ZANELLA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 455/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 455/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia NAIR KOPPE VOGT no cargo de Chefe do Departamento Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Secretário Escolar, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Administrativo – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 456/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 456/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Dá nova redação à alínea “a” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 414/2016, de 13 de maio de 2016, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e alterações e no Decreto nº 5.699, de

26 de abril de 2012 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “a” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 414/2016, de 13 de maio de 2016, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

a) titular: LEANDRO BOEIRA ZORZAN;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 457/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 457/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora VERA LUCIA GONÇALVES CARVALHO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora VERA LUCIA GONÇALVES CARVALHO, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 34932-03, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa



**DECRETO Nº 458/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 458/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARISA RICARDO DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2016, à servidora MARISA RICARDO DE OLIVEIRA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2014, matrícula 54267-02;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de novembro de 2010 a 2 de novembro de 2015, matrícula 54267-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 459/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 459/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Exonera agente político, a pedido.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, ALESSANDRO VERNIZE, do cargo de Secretário Municipal de Saúde, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 460/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 460/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 1140361-00, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 461/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 461/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia TALITA CARINA BOGONI no cargo de Médico Veterinário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, TALITA CARINA BOGONI, no cargo de Médico Veterinário, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,  
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 462/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 462/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia CRISTIANE CASEMIRO no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CRISTIANE CASEMIRO, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 463/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 463/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia GILBERTO BASSEGGIO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, GILBERTO BASSEGGIO, no cargo de Professor – Língua Portuguesa, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 464/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 464/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia HUMBERTO FUNEZ no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, HUMBERTO FUNEZ, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 465/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 465/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia MORGANA FIORENTIN no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MORGANA FIORENTIN, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 466/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 466/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia ROSANGELA PEDROTE MÜLLER no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSANGELA PEDROTE MÜLLER, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 467/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 467/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia SANDRA PIEKAS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SANDRA PIEKAS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 468/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 468/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia TANAISA CAPITANI PEREIRA DOS SANTOS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, TANAISA CAPITANI PEREIRA DOS SANTOS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 469/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 469/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia WILLIAM AMPESE no cargo de Fiscal de Tributos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, WILLIAM AMPESE, no cargo de Fiscal de Tributos, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 470/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 470/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia DAIANE VERRUCK PIEROSAN no cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DAIANE VERRUCK PIEROSAN, no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 471/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 471/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia EDUARDO MALTAURO no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, EDUARDO MALTAURO, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 472/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 472/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia MARINALVA GASPARETTO no cargo de Agente de Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARINALVA GASPARETTO, no cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 473/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 473/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia BIANCA MENNA BARRETO LAGES no cargo de Fisioterapeuta.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, BIANCA



MENNA BARRETO LAGES, no cargo de Fisioterapeuta, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 30 (trinta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 474/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 474/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia DAIANA FRANCISCA MAGRO no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DAIANA FRANCISCA MAGRO, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 475/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 475/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia DANIELA SANTOS DA COSTA no cargo de Enfermeiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DANIELA SANTOS DA COSTA, no cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 476/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 476/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia ARTEMIO RECH JUNIOR no cargo de Mecânico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ARTEMIO RECH JUNIOR, no cargo de Mecânico, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI  
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 477/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 477/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIRLEI STEVENS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2016, à servidora DIRLEI STEVENS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de março de 2010 a 7 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de AdministraçãoNEUSA APARECIDA DAHMER  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 478/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 478/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor VILMAR ANTONIO BENTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de julho a dezembro de 2016, ao servidor VILMAR ANTONIO BENTZ, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, o gozo de 6 (seis) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração dos cargos efetivos, na forma abaixo:

I – matrícula 7706-00:

a) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 30 de junho de 1999 a 29 de junho de 2004;

b) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 30 de junho de 2004 a 29 de junho de 2009;

c) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 30 de junho de 2009 a 29 de junho de 2014;

II – matrícula 7706-02:

a) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2000 a 2 de julho de 2005;

b) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010;

c) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2010 a 2 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 479/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 479/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Exonera a servidora MARIA CRISTINA BERTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, a partir de 2 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 480/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 480/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia MARIA CRISTINA BERTA – Secretária Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.



**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Enfermeiro, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de junho de 2016.

Parágrafo único. A servidora, de conformidade com o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, fica afastada das funções do cargo efetivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 481/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 481/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Designa SARAONICE SARTURI PROVENCÍ – Chefe do Departamento de Programas de Saúde e Postos de Saúde, para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora SARAONICE SARTURI PROVENCÍ – Chefe do Departamento de Programas de Saúde e Postos de Saúde, para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, a partir de 2 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 482/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 482/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Concede abono de permanência à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 40690-00, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de junho de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 483/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 483/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor VILMAR ANTONIO BENTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor VILMAR ANTONIO BENTZ, do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes, a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 484/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 484/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora MARINALVA GASPARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARINALVA GASPARETTO, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 485/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 485/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Dá nova redação ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 314/2016, de 6 de abril de 2016, que nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Multidisciplinar do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2016, de 6 de abril de 2016 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 2º do Decreto nº 314/2016, de 6 de abril de 2016, que nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Multidisciplinar do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2016, de 6 de abril de 2016 e alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

III – ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante dos cargos de Médico, matrícula 76864-02 e Médico do Trabalho, matrícula 76864-05." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 6114**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.114, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.866, de 23 de maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Concórdia

Projeto/Atividade 16.0122.0049.2605 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 35.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 301.295,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 460.878,00

Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 02.000000 Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura R\$ 8.080,00

Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 6.036,75

Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 69.200,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 1.005.489,75.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.0122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00

Projeto/Atividade 08.0241.0044.2033 Ações da Assistência Social – SEDES

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 35.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 300.000,00

Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 160.878,00

Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 236.295,00

Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 65.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 02.000000 Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura R\$ 8.080,00

Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 6.036,75

Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 27.680,00

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 31.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 10.520,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.005.489,75.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística – SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.080000 Contribuição da COSIP – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 131.649,26

Fonte de Recursos 03.390002 Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira – Hídricos – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 1.300.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.380002 Atenção Básica – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 128.000,00

Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.380001 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.885,69

Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.199,56

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.604.734,51.

Art. 4º Fica suplementada, com recursos do provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.350012 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Aprimoramento de Rede R\$ 1.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.000,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 6115**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.115, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a emissão de recibo de crédito aos portadores de cartões do Controle de Estacionamento Rotativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a ação cautelar do Poder Judiciário;
- o Termo de Rescisão ao Termo de Concessão de Exploração nº 1/2013, de 16 de maio de 2016;
- que diversos usuários possuem cartões do Controle de Estacionamento Rotativo;
- a necessidade de apurar a real situação, para evitar prejuízos à população.

DECRETA:

Art. 1º Os portadores de cartões de estacionamento rotativo poderão efetuar o cadastro dos créditos a serem utilizados quando do retorno do funcionamento do estacionamento rotativo no Município de Concórdia, SC.

Art. 2º Os interessados deverão comparecer no período de 30 de maio a 30 de junho de 2016, junto à edificação de madeira, localizada na Praça Prefeito Dogelo Goss, Centro, Concórdia, SC, portando Cadastro de Pessoa Física – CPF e os cartões do Controle de Estacionamento Rotativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 6116**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.116, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º na Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0512.0040.2030	Ações de Saneamento Urbano – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior ..... R\$ 75.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 75.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016-FMEC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 FMEC

A Diretora Superintendente da Fundação Municipal de Esportes do Município De Concórdia, em exercício, torna público que ratificou o ato da senhora VIRGINIA PEREIRA AMADOR, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 16 de junho de 2016, para a locação de imóvel para realização do 2º Torneio Internacional de Xadrez, de 8 a 10 de julho de 2016, na cidade de Concórdia - SC., a favor da empresa: MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, no valor total estimado de R\$



4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

NEUSA TEREZINHA S. GUGEL  
Superintendente da Fundação Municipal  
de Esportes, em exercício

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 099/2016**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 099/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DANIEL PELISSARI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 086.551.269-85, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 16.06.2016 a 31.12.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 100/2016**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 100/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante EDUARDA CORDAZZO TREVISOL, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 101.232.949-67, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 16.06.2016 a 31.12.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 101/2016**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 101/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MARINA PELIZZARO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 072.258.469-57, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 17.06.2016 a 31.12.2016.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 723**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 723, DE 24 DE MAIO DE 2016.

Acresce § 3º ao art. 48 da Lei Complementar nº 187, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas ao parcelamento do solo urbano do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido § 3º ao art. 48 da Lei Complementar nº 187, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas ao parcelamento do solo urbano do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“§ 3º O esgotamento sanitário de que trata o inciso VIII deste artigo, compreende a implantação da rede interna do loteamento, sendo que para sua execução, o loteador deverá apresentar projeto de esgoto sanitário, aprovado pela CASAN, e implantar a rede sob fiscalização deste órgão, propiciando condições para ligação à rede pública, quando esta estiver implantada em frente ou a uma distância de até 100 (cem) metros do empreendimento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

#### **LEI ORDINARIA Nº 4866**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.866, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Concórdia

Projeto/Atividade 16.0122.0049.2605 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 35.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 301.295,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 460.878,00  
 Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 02.000000 Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

**Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura R\$ 8.080,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.036,75  
 Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 69.200,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 1.005.489,75.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.0122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00  
 Projeto/Atividade 08.0241.0044.2033 Ações da Assistência Social – SEDES  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 35.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 300.000,00  
 Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 160.878,00  
 Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 236.295,00  
 Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 65.000,00  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 02.000000 Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

**Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura R\$ 8.080,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.036,75  
 Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 27.680,00  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 31.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias R\$ 10.520,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.005.489,75.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS**

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB  
 Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística



## – SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.080000 Contribuição da COSIP – Superávit do Exercício Anterior R\$ 131.649,26

Fonte de Recursos 03.390002 Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira – Hídricos – Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.300.000,00

## Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.380002 Atenção Básica – Superávit do Exercício Anterior R\$ 128.000,00

Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.380001 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.885,69

Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.199,56

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.604.734,51.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

## Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.350012 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Aprimoramento de Rede R\$ 1.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.000,00.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015 e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4867**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.867, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Concórdia, o Programa de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá trabalho permanente de esclarecimento, orientação e monitoramento com relação a dengue e também fiscalização de possíveis criadouros do mosquito transmissor.

Art. 3º Aos municípios e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral compete adotar medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e material inservíveis, ou de qualquer possível criadouro, evitando com isso condições de que propiciem a instalação e a proliferação do mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika e/ou outros vetores.

Art. 4º Ficam os responsáveis por ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins cumprir a Lei nº 15.243, de 29 de julho de 2010 e o Decreto nº 3.687, de 7 de dezembro de 2010.

Art. 5º Ficam os responsáveis por cemitérios obrigados a exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retirada de qualquer vaso ou recipiente que contenham ou retenham água em seu interior, permitindo apenas daqueles que contenham terra ou areia até a borda superior do vaso.

Art. 6º Ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos baldios a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como a limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

Art. 7º Fica o responsável por imóveis dotados de piscina, obrigados a manter tratamento adequado da água de forma a não permitir a instalação e proliferação de mosquitos.

Art. 8º Nas residências e nos estabelecimentos públicos comerciais, em instituições públicas ou privadas, bem como em terrenos nos quais existem caixas d'água, cisternas, latões, toneis e congêneres, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tapadas com vedação segura, impeditiva de proliferação de mosquitos.

Parágrafo único. As lixeiras instaladas nas calçadas devem estar altas do chão, a fim de evitar que animais rompam as embalagens, a ser impermeáveis, evitando o acúmulo de água.

Art. 9º Os estabelecimentos comerciais que comercializem produtos armazenados em embalagens descartáveis ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, em local de fácil visualização e adequada sinalização containers para recebimento de embalagens, nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 10. Os catadores de materiais recicláveis estão proibidos de armazenar em sua residência entulhos, ficando obrigados a dar correta destinação final ao material que recolhem.

Art. 11. Os locais de armazenamento deverão:

I – ser compatíveis com o volume e a segurança do material a ser armazenado;

II – ser cobertos e fechados de maneira a impedir a acumulação de água; e

III – ser sinalizados corretamente, alertando para riscos do material armazenado.

Parágrafo único. Os locais de armazenamento não poderão ter sistema de escoamento de água ligado à rede de esgoto ou de águas pluviais.

Art. 12. As infrações às disposições desta lei classificam-se em:

I – leve, quando detectada a existência de um possível criadouro;

II – média, quando detectada a existência de até três possíveis criadouros;

III – graves, quando detectada a existência de até quatro a seis possíveis criadouros;

IV – gravíssima, quando detectada a existência de mais de sete possíveis criadouros.

Art. 13. As infrações previstas no artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas:

I – para infrações leves: orientação de como combater e vistoria cumulada com multa no valor equivalente a 293,10 UFIRs;

II – para as infrações médias: 586,21 UFIRs;

III – para infrações graves: 879,32 UFIRs;

IV – para as infrações gravíssimas: 1.172,42 UFIRs.

§ 1º Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação num prazo de cinco dias, findo o qual estará sujeito à imposição dessas penalidades.

§ 2º Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

Art. 14. Sempre que caracterizada a situação de eminente perigo à saúde pública, de forma a representar risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente, a autoridade sanitária do Sistema Único de Saúde deverá determinar e executar as medidas necessárias para o controle da referida doença.

§ 1º Inclui-se dentre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade sanitária para a contenção da proliferação e disseminação do vetor da dengue o ingresso forçado nas residências e estabelecimentos particulares, nos casos de imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravamento à saúde pública, observando o disposto no inciso XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 2º Quando houver a necessidade de ingresso forçado nas residências e estabelecimentos particulares, a autoridade sanitária no exercício da ação de vigilância, lavrará auto de infração e ingresso forçado, no local da infração ou na sede da repartição sanitária, nos termos da legislação.

Art. 15. A recusa ao atendimento das orientações e determinações

sanitárias estabelecidas pela autoridade do Sistema Único de Saúde – SUS, constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma no Decreto Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, na Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, e na Lei Estadual nº 15.243, de 29 de julho de 2010 e todos os seus decretos regulamentadores, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 16. A competência para a fiscalização das disposições desta Lei e para a aplicação das penalidades nela prevista caberá a Secretaria Municipal de Saúde, pelo Programa de Controle da Dengue Municipal, por meio da Coordenação Municipal e de seus Agentes de Endemias e Vigilância Sanitária.

Art. 17. A arrecadação proveniente das multas será destinada, integralmente ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## LEI ORDINARIA Nº 4868

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.868, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Institui a programação alusiva à comemoração dos 82 anos de emancipação político-administrativa do Município, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a programação alusiva à comemoração dos 82 anos de emancipação político-administrativa do Município de Concórdia, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica o Município autorizado a disponibilizar sem ônus, espaços públicos para realização dos eventos relacionados no Anexo Único desta Lei, por entidades sem fins lucrativos.

Parágrafo único. A divulgação destes eventos integrará a programação de mídia do Município.

Art. 3º Fica o Município autorizado a realizar despesas com eventos próprios, na programação de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento do Município, relativas a cada Unidade Administrativa.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa  
ANEXO ÚNICO

PROGRAMAÇÃO – 82 ANOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Viver Bem é ter Motivos para Comemorar

#### MAIO

Seu Amor por Concórdia  
Pintura artística em postes de iluminação nas Ruas do Comércio, Atalípio Magarinos, Getúlio Vargas, Dr. Maruri, Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Largo Rio Branco e Travessa Brunetto  
Coordenação: Fundação Municipal de Cultura

Campanha do Agasalho  
Data: maio e junho  
Iniciativa: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Intercâmbio de Grupos de Mulheres  
Data: 4 de maio  
Horário: 10h às 16h  
Local: Centro de Eventos Concórdia  
Iniciativa: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Inauguração da Quadra Coberta do CMEI Lua de Cristal  
Data: 6 de maio  
Horário: 9h  
Local: CMEI Lua de Cristal, Bairro Industriários  
Iniciativa: Secretaria Municipal da Educação

Maio Amarelo – Campanha de Trânsito  
Atividades de orientação e educação para o trânsito durante todo o mês  
Data: 7 de maio (programação especial)  
Realização: Departamento Municipal de Trânsito e entidades parceiras

I Feira de Artesanato e Flores  
Data: 7 de maio  
Horário: 9h às 17h  
Local: Rua Coberta  
Realização: Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Dia do Desafio  
Data: 25 de maio  
Local: Praça Dogelo Goss, escolas e empresas  
Promoção: Município de Concórdia e SESC

#### JUNHO

Concurso Miss Concórdia 2016  
Data: 3 de junho  
Horário: 20h  
Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos  
Realização: Fundação Municipal de Cultura

1º Campeonato Regional de Futebol de Base  
Data: 4 e 5 de junho  
Local: Estádio Municipal Domingos Machado de Lima  
Realização: Fundação Municipal de Esporte

Festa de Santo Antônio

Data: 12 de junho  
Local: Igreja Matriz e Pavilhão Cinquentenário  
Promoção: Paróquia Nossa Senhora do Rosário

IX Jantar Italiano Engenho Velho  
Data: 25 de junho  
Horário: 20h  
Local: Centro Comunitário de Engenho Velho  
Promoção: Associação de Turismo Rural de Engenho Velho

Festival das Escolinhas Esportivas – 1º Semestre  
Data: 25 de junho a 1º de julho  
Local: SER Sadia, Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, Rua Coberta, Clubes de Xadrez e Tênis de Mesa  
Promoção: Fundação Municipal de Esportes

Prêmio Leitor Assíduo e 49 Anos da Biblioteca Municipal Júlio da Costa Neves  
Data: 30 de junho  
Horário: 19h30min  
Local: Auditório do Centro Cultural Concórdia  
Realização: Fundação Municipal de Cultura

#### JULHO

Passagem da Tocha Olímpica  
Data: 3 de julho  
Horários:  
- 13h30min – Chegada da Tocha em Concórdia  
- 15h – Shows musicais  
Local: Início na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, em frente à BRF, e ato de encerramento na Rua Coberta  
Promoção: Município de Concórdia e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Seminário Mentes Brilhantes  
Data: 4, 5 e 6 de julho  
Local: Auditório do Centro de Eventos Concórdia  
Realização: Associação Empresarial de Concórdia e Núcleo COMEX

2º Torneio Internacional de Xadrez de Concórdia  
Data: 8 a 10 de julho  
Local: Pavilhão Cinquentenário  
Promoção: Fundação Municipal de Esportes  
Apoio: Clube de Xadrez

XII Festival de Vinhos e Queijos  
Data: 9 de julho  
Horário: 20h  
Local: Centro de Eventos Concórdia  
Promoção: Associazione Bellunesi Nel Mondo di Concórdia/Grupo de Danças Folclóricas Ballo, Amore e Tradizione

II Festa Típica Italiana Caminho da Roça  
Data: 10 de julho  
Horário: 12h  
Local: Centro Comunitário de Lajeado dos Pintos  
Promoção: Associação de Turismo Rural Caminho da Roça

Espectáculo Guitarras In Concert  
Data: 14 de julho  
Horário: 20h  
Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos  
Promoção: Fundação Municipal de Cultura

Ação Comunitária na Escola Básica Municipal Maria Petrolí  
Data: 15 de julho  
Promoção: Escola Básica Municipal Maria Petrolí e Secretaria Municipal de Educação

**Caminhada e Corrida 5km BRF**

Data: 17 de julho

Horário: 9h

Local: Rua Coberta (largada e chegada)

Realização: Brasil Foods S.A.

**64º Encontro de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina**

Data: 20 a 22 de julho

Local: Espaço Multiuso do Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Promoção: Secretaria Municipal de Saúde

**Show com Grupo Etnia**

Data: 22 de julho

Horário: 20h

Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos

Entrada gratuita

**Reunião do Conselho Distrital e Posse da Governadoria do Lions – Distrito LD8**

Data: 23 de julho

Local: Salão Social da Ser Sadia

Organização: Lions Clube Concórdia Vila São Miguel

**Festa de 25 Anos do Esporte Clube Canarinho**

Data: 23 de julho

Horário: 20h30min

Local: Centro Comunitário do Bairro Vista Alegre

Promoção: Esporte Clube Canarinho

**Procissão e Festa do Colono e do Motorista**

Data: 24 de julho

Local: Igreja e Salão Paroquial

Promoção: Paróquia São Cristóvão

**Festa do Colono e Motorista de Barra do Tigre**

Data: 25 de julho

Horário: 12h almoço; à tarde, atividades diversas

Local: Centro Comunitário de Barra do Tigre

Promoção: AAPP da Escola Básica Dogello Goss

**Ecos e Vozes – Concórdia 82 anos**

Data: 25 de julho

Horários: 8h30min, 10h, 14h e 15h30min

Data: 27 de julho

Horário: 20h

Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos

Promoção: Escola de Educação Básica Vidal Ramos Junior

**Homenagem ao Motorista e ao Agricultor**

Data: 26 de julho

Horário: 20h

Local: Clube 29 de Julho

Promoção: Rotary Club Concórdia

**Família na Escola – Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira**

Data: 27 de julho

Iniciativa: Secretaria Municipal da Educação

**Costelão e Baile dos 82 Anos de Concórdia**

Data: 28 de julho

Horário: 20h

Animação com o grupo “Os Serranos”

Promoção: CTG Fronteira da Querência

**Baile da Associação dos Motoristas – Concórdia 82 Anos**

Data: 28 de julho

Horário: 23h

Local: Salão Social da Associação dos Motoristas

**Promoção: Associação dos Motoristas de Concórdia****Passeio Ciclístico Concórdia 82 Anos**

Data: 29 de julho

Horário: 9h

Local: Rua Coberta (largada e chegada)

Promoção: Fundação Municipal de Esportes, Grupo Giro di Vale e SESC

**Festa do Corte do Bolo e da Mortadela**

Data: 29 de julho

Horário: 15h

Local: Rua Coberta

Promoção: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

**Shows Concórdia 82 Anos**

Data: 29 de julho

Horário: 16h30min

Local: Rua Coberta

Promoção: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

**II Mostra de Cavalos Crioulos**

Data: 30 de julho

Horário: 15h

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Realização: Associação do Cavalo Crioulo

**Café Colonial da Agricultura Familiar**

Data: 30 de julho

Horário: a partir das 17h

Local: Restaurante Central do Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Promoção: Central das Cooperativas da Agricultura Familiar

**Leilão de Bovinos de Corte e Ovinos**

Data: 31 de julho

Horário: a partir das 13h30min

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Realização: Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Apoio: Núcleos de Produtores

**XXXI Festa Nacional do Leitão Assado**

Data: 31 de julho

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Promoção: Município de Concórdia

**1º Concurso de Culinária à base de Carne Suína**

Divulgação da classificação e entrega da premiação

Data: 31 de julho

Horário: 11h

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Promoção: Associação Catarinense de Criadores de Suínos

**Campanha Separação de Lixo**

Realização durante todo mês de julho pela Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

**AGOSTO****Taça Santa Rita de Futsal**

Data: 9 a 12 de agosto

Local: Centro Comunitário do Bairro Santa Rita



Promoção: Escola Básica Municipal Santa Rita e Secretaria Municipal de Educação

Xadreguel Irmão Miguel

Data: 12 de agosto

Iniciativa: Escola Básica Municipal Irmão Miguel e Secretaria Municipal da Educação

Amistoso beneficente entre empresários e ex-atletas do Inter POA

Data: 12 de agosto

Local: Estádio Municipal Domingos Machado de Lima

Realização: Consultado do Internacional em Concórdia

Festival da Canção Inédita de Concórdia – FECIC

Data: 20 de agosto

Horário: 19h

Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos

Realização: Fundação Municipal de Cultura

Semana Municipal da Pessoa com Deficiência de Concórdia

Data: 21 a 28 de agosto

Dia da Inclusão: 25 de agosto

Local: Rua Coberta

Promoção: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Concórdia

## SETEMBRO

Semana Cívica

Data: 1º a 7 de setembro

Desfile Cívico: 7 de setembro

Coordenação: Secretaria Municipal da Educação

3ª Meia Maratona, 2º Revezamento Misto e Caminhada 5 Km

Data: 4 de setembro

Horário: 8h

Local: Rua Coberta (largada e chegada)

Promoção: Fundação Municipal de Esportes

FEMIX – “A maior e melhor”

Data: 6 a 11 de setembro

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Promoção: Câmara dos Dirigentes Lojistas

Almoço Típico Alemão

Data: 7 de Setembro

Horário: 12h

Local: Pavilhão Cinquentenário

Promoção: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IE-CLB

Feira do Livro de Concórdia – FELIC

Data: 14 a 17 de setembro

Local: Rua Coberta

Promoção: Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal da Educação e SESC

CBR – III Campeonato Brasileiro de Rally de Regularidade Histórica 2016

II Rally do Contestado 2016

III Etapa CBR – Rally do Contestado 2016

Data: 17 de setembro

Realização: Federação Brasileira de Veículos Antigos, Veteran Car Clube Concórdia e CBR 2016

Noite Nativista

Data: 20 de setembro

Horário: 20h

Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos

Promoção: Fundação Municipal de Cultura

## OUTUBRO

Festival de Dança de Concórdia

Data: 14 e 15 de outubro

Local: Centro de Eventos Concórdia

Promoção: Fundação Municipal de Cultura

Concórdia Saudável – Outubro Rosa e Novembro Azul

Data: 22 de outubro

Horário: 7h30min às 12h

Local: Rua Coberta

Promoção: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

## NOVEMBRO

Intercâmbio de Grupos de Idosos

Datas: 8 e 10 de novembro

Local: Centro de Eventos Concórdia

Promoção: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Feirão da Casa e Construção

Data: 10 a 12 de Novembro

Local: Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana

Realização: Dooma Eventos e Associação Empresarial de Concórdia

Troféu Migrante

Data: 18 de novembro

Horário: 19h

Local: Auditório do Centro de Eventos Concórdia e Espaço Multiuso (coquetel)

Promoção: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Apoio: Associação Empresarial de Concórdia

Hoje! Uma era de novas oportunidades – Encontro para Inovação 2016

Data: 24 e 25 de novembro

Local: Auditório do Centro de Eventos Concórdia, Espaço Multiuso e Restaurante Central

Realização: ACIC e O2

## DEZEMBRO

Projeto Brasilidade

Data: 2 de dezembro

Horário: 20h

Local: Teatro Municipal Maria Luiza de Matos

Promoção: Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura

Exposição de Carros Antigos

Data: 3 e 4 de dezembro

Local: Rua Coberta

Promoção: Antigomobilista Clube de Carros Antigos de Concórdia

Amistoso Estrela Esporte Clube x Seleção Brasileira Master

Data: 4 de dezembro

Local: Estádio Municipal Domingos Machado de Lima

Realização: Estrela Esporte Clube

Festival das Escolinhas Esportivas – 2º Semestre

Data: primeira quinzena de dezembro

Local: SER Sadia, Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, Clubes de Xadrez e Tênis de Mesa



Promoção: Fundação Municipal de Esportes

- Jogos da ACF em Concórdia na Liga Nacional de Futsal e amistosos;

Também integram a programação dos 82 Anos de Concórdia:

- Festas Juninas na Rede Municipal de Educação: 4 de junho a 9 de julho;

- Jogos FMEC/ACF em Concórdia do Campeonato Estadual sub-20 de Futsal e amistosos;

- XVI Semana do Servidor Público Municipal de Concórdia;

- Jogos da AAU em Concórdia da Liga Nacional de Handebol Feminino e amistosos;

- EU QUERO PRÊMIO CDL – campanha de incentivo ao comércio local realizada pela Câmara dos Dirigentes Lojistas;

- Jogos do Concórdia Atlético Clube – CAC, do Campeonato Estadual de Futebol da Série B e amistosos;

- Palestra Comportamental para toda a comunidade. Promoção da Câmara dos Dirigentes Lojistas;

- Campeonato Estadual de Futebol de Base, Fase Regional – Esporte Clube Canarinho e amistosos;

- Jogos da Associação Concordiense de Futsal – ACF em Concórdia no Campeonato Estadual de Futsal – Divisão Especial de SC e amistosos;

- Inauguração de obras nas áreas de Saúde, Educação e Urbanismo.

## LEI ORDINARIA Nº 4869

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.869, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Autoriza baixa de bens integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de bens, na forma abaixo:

I – sucateados:

a) pertencentes ao patrimônio do Município, constantes no Anexo I;

b) pertencentes ao patrimônio da Fundação Municipal de Cultura – FMC, constantes no Anexo II;

c) pertencentes ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, constantes no Anexo III;

d) pertencentes ao patrimônio do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, constantes no Anexo IV;

e) pertencentes ao patrimônio da Fundação Municipal de Esporte – FMEC, constantes no Anexo V;

f) pertencentes ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde – FMS, constantes no Anexo VI.

II – com perda total, em decorrência de sinistro, de 1 (um) caminhão basculante, marca Volkswagen, modelo 26.220, código patrimonial 20.047, pertencente ao patrimônio do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## ANEXO I

### RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Amassador de latas	2	18574, 18576
2	Aparelho de DVD player	5	33327, 35888, 37525, 44327, 44333

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
3	Aquecedor	1	34072
4	Aquecedor de ar	1	13203
5	Armário	6	2, 1027, 4586, 13625, 14879, 31420
6	Arquivo de aço	6	124, 21300, 21993, 28532, 32401, 32532
7	Balcão	4	833, 11479, 24820, 35121
8	Banco	3	28791, 28797, 28830
9	Banco de madeira	18	25200, 31084, 31102, 38969, 38971, 40753, 40755, 40756, 40772, 41516, 43849, 47463, 48226, 48232, 50154, 50155, 50160, 50163
10	Bandeirão de madeira	2	25206, 25207
11	Banqueta	1	28853
12	Bebedouro	1	33972
13	Berço	3	5175, 50934, 50936
14	Botijão de gás	1	1347
15	Brinquedo – Casa de Boneca	1	33689
16	Cadeira	75	529, 2202, 12285, 12296, 12302, 15537, 17824, 17825, 17855, 17857, 17878, 17908, 17921, 17922, 17938, 17944, 18868, 19608, 22533, 22562, 22797, 22802, 22806, 22809, 22832, 22833, 22834, 22838, 22840, 23428, 23504, 23555, 23604, 23608, 23624, 23675, 23686, 23696, 23720, 23817, 23838, 24609, 26298, 27270, 27276, 27281, 27362, 27368, 27369, 27391, 27395, 27396, 27454, 28411, 28468, 28469, 28471, 28473, 30945, 30985, 31685, 32791, 33073, 33080, 33082, 35332, 37462, 38450, 38451, 38452, 49928, 49970, 49971, 49987, 49988
17	Cadeira escolar	155	2001, 2448, 2871, 2876, 2908, 3180, 3234, 3270, 3309, 3351, 3354, 3445, 3447, 3448, 3511, 3537, 4133, 5423, 5791, 6008, 6669, 6677, 6785, 6789, 7245, 7249, 7253, 7254, 7257, 7413, 7502, 7518, 7522, 7523, 7695, 7771, 7780, 7782, 7800, 7808, 7957, 8819, 9368, 9819, 10458, 10462, 10975, 12045, 12053, 12066, 12073, 12346, 12385, 12389, 12398, 12401, 12402, 12423, 12733, 12737, 12738, 12739, 17882, 18850, 18974, 19009, 19027, 19055, 19062, 19118, 30599, 30629, 31717, 31726, 31768, 31944, 31951, 31965, 32833, 32834, 32838, 32841, 32842, 32844, 32845, 32846, 32850, 12608, 23023, 23445, 23523, 23749, 23766, 26409, 28971, 29011, 29023, 29033, 29040, 29041, 29073, 29078, 29112, 29124, 29132, 29140, 29160, 29241, 29333, 29393, 29452, 29466, 29467, 29523, 29554, 29557, 29568, 29608, 29618, 29674, 29678, 29681, 29683, 29684, 29685, 29686, 29688, 29689, 29691, 29692, 29694, 29697, 29700, 29701, 29703, 29704, 29706, 29708, 29711, 29712, 29713, 29715, 29718, 29719, 29721, 29722, 29723, 29724, 29725, 29730, 29734, 29736, 29737, 29741, 36366
18	Cadeira giratória	41	186, 9706, 17404, 17406, 30894, 30985, 30896, 30897, 30898, 30899, 30900, 30901, 30902, 30903, 30905, 30906, 30908, 30909, 30910, 30912, 30914, 30916, 30917, 30918, 30919, 30920, 30921, 30922, 30923, 30924, 30925, 30926, 30928, 30931, 32313, 33990, 35490, 43334, 44030, 44042, 50452
19	Cadeira pré-escolar	8	10809, 10813, 10814, 10825, 11185, 11228, 11246, 40952
20	Caixa de som	6	25064, 25065, 25066, 25067, 25068, 25069
21	Câmera digital	2	35634, 51878
22	Carrinho de armazém	1	33244
23	Carrinho de limpeza	1	35793
24	Carrinho para bebê	8	33766, 33792, 33793, 44192, 44194, 47208, 50258, 50259
25	Carteira escolar	263	1925, 2733, 2971, 3176, 3237, 3250, 3765, 3994, 5758, 5945, 6056, 6079, 6088, 6492, 6493, 6632, 6719, 6929, 7227, 7229, 7231, 7236, 7240, 7242, 7300, 7472, 7474, 7476, 7478, 7489, 7491, 7539, 7542, 7545, 7550, 7878, 7880, 7881, 7882, 7883, 7884, 7885, 7886, 7888, 7890, 7892, 7893, 7895, 8097, 8242, 8284, 8425, 10446, 10447, 10448, 12030, 12314, 12340, 12357, 12358, 12442, 12488, 12542, 12682, 13326, 14032, 14498, 14507, 14512, 14519, 14897, 14915, 14941, 14944, 14964, 14968, 14973, 14975, 14981, 14982, 14984, 14990, 14993, 15008, 15016, 15027, 15028, 15030, 15031, 15036, 15039, 15044, 15073, 15077, 15080, 15893, 15909, 16108, 16181, 16419, 16421, 16424, 16430, 16485, 16491, 16526, 17633, 17635, 17641, 17646, 17648, 17649, 17652, 17658, 17672, 17675, 17678, 17680, 17694, 17698, 17699, 17704, 17705, 17752, 17811, 19676, 19687, 19699, 19723, 19742, 19755, 19775, 19784, 19790, 19793, 19794, 19812, 19818, 19819, 19820, 19821, 19822, 19826, 19835, 19839, 19842, 19845, 19846, 19861, 19874, 19883, 19886, 19891, 19895, 19917, 19918, 19920, 19930, 19939, 19941, 19942, 19950, 19973, 21659, 21671, 21701, 21716, 21719, 21726, 21727, 21737, 21746, 21750, 21752, 21756, 21827, 26190, 26476, 29839, 29962, 33102, 33161, 34851, 34857, 34858, 34862, 34865, 34868, 34869, 34871, 34873, 34875, 34877, 34879, 34880, 34882, 34884, 34887, 34888, 34891, 34894, 34896, 34897, 34898, 34900, 34903, 34904, 34907, 34910, 34912, 34913, 34914, 34915, 34916, 34917, 36170, 36207, 36754, 36757, 36758, 36766, 36771, 36772, 36775, 37932, 37956, 39551, 39555, 39601, 39626, 40323, 40338, 12608, 29812, 29816, 29825, 29826, 29829, 29845, 29848, 29872, 29886, 29889, 29891, 29915, 29928, 29932, 29942, 29974, 29982, 29985, 29986, 29995, 30003, 30004, 30008, 30021, 30026, 30035, 30036, 30038, 35981, 40883
26	Carteira pré-escolar	24	9910, 9966, 10191, 10194, 10195, 10196, 10204, 10211, 10225, 10226, 10228, 10234, 10237, 15981, 30194, 30195, 30197, 30198, 30200, 30201, 30202, 30204, 30207, 50827

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
27	Central analógica de alarme	1	37324
28	Conexão 90 graus	1	21516
29	Conjunto cadeira longarina	1	156
30	Container	1	30330
31	Copiadora	1	34209
32	Cozinha	1	21017
33	Disquete	1	25705
34	Estabilizador	1	33504
35	Estante	6	5050, 5051, 5052, 14331, 14332, 42551
36	Estante de aço	4	21921, 30090, 30091, 30092
37	Extintor de incêndio	1	21272
38	Fogão a gás	6	19167, 23372, 25015, 25810, 33020, 43937
39	Forno	1	22033
40	Fruteira	1	32414
41	Furadeira	1	15675
42	Gravador de som	1	30343
43	Guilhotina	1	32307
44	Impressora	26	23349, 25036, 25043, 25658, 33860, 45023, 45027, 48046, 21028, 22115, 33444, 33445, 34234, 45020, 45028, 47000, 48074, 48562, 50654, 51302, 53407, 58214, 58215, 58216, 58217, 58218
45	Inversor de voltagem	1	32385
46	Laboratório móvel	1	25232
47	Lavadora de roupas	2	30164, 51602
48	Liquidificador	2	22138, 51334
49	Máquina autenticadora	1	1064
50	Máquina de escrever	2	12871, 14809
51	Mesa	52	1092, 1165, 1319, 1401, 1424, 11647, 12846, 13102, 13105, 13277, 15496, 15550, 16579, 17437, 18788, 19721, 21517, 21518, 21769, 24036, 24041, 24089, 24174, 24175, 24241, 24274, 24312, 24329, 24406, 24417, 24422, 24433, 24445, 24556, 24756, 25515, 30826, 31163, 31245, 31535, 31537, 33819, 41677, 42670, 42673, 42675, 43804, 28536, 28537, 28479, 48172, 53347
52	Microcomputador	24	27673, 27675, 27704, 27718, 28703, 32941, 33457, 33472, 34451, 34459, 35060, 35061, 44291, 44294, 44299, 44838, 32275, 35066, 35098, 35109, 38868, 39057, 42547, 43639
53	Microfone	1	36913
54	Mimeógrafo	1	44196
55	Mixer de som	2	24994, 30359
56	Monitor de vídeo	20	26854, 27659, 27689, 27691, 27701, 27772, 31560, 31564, 31584, 33270, 33437, 34137, 34404, 34429, 40765, 44452, 44456, 44458, 44469, 44474
57	Impressora multifuncional	2	34625, 34629
58	Nobreak	30	28671, 28696, 34157, 34187, 34561, 44485, 44486, 44497, 44562, 44569, 44587, 44590, 50513, 27509, 34489, 42774, 42844, 42845, 42846, 42848, 42849, 42876, 42881, 42886, 44545, 44546, 44547, 44550, 44552, 51679
59	Pedestal para som	1	25010
60	Persiana	4	26054, 28595, 33239, 42380
61	Prateleira de madeira	1	4963
62	Prensa	1	28552
63	Purificador de água	1	32378
64	Quadro	11	8213, 11702, 13885, 21198, 21236, 23130, 23131, 28486, 31212, 31215, 32310
65	Rádio	7	21535, 35691, 24675, 36810, 38914, 42628, 51894
66	Refrigerador	1	28533
67	Relógio	5	26920, 26923, 26934, 26982, 27029
68	Relógio Ponto	1	33590
69	Retroprojektor	1	25389
70	Scanner	2	25839, 46999
71	Sinalizador	2	17332, 17333
72	Suporte para TV	2	15649, 23212
73	Suporte para computador	1	30562
74	Tabela de basquete	2	25507, 25508
75	Teclado de computador	2	27442, 27443
76	Tela de projeção	1	47190
77	Telefone	10	17036, 17176, 28137, 30371, 32399, 33028, 35211, 35212, 36986, 48136
78	Televisor	2	21418, 35861

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
79	Unidade de zip drive	2	24824, 24835
80	Ventilador portátil	3	18660, 42089, 47072
81	Ventilador de teto	5	28288, 42238, 42242, 50768, 52125
82	Videocassete	1	25219
83	Zip drive	1	21385

## ANEXO II

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Armário	1	299
2	Cadeira	1	1099
3	Cadeira giratória	5	338, 940, 975, 1035, 1039
4	Estante de aço	1	1261
5	Garrafa térmica elétrica	1	1589
6	Prateleira	1	61
7	Ventilador de Teto	2	188, 222

## ANEXO III

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Armário	1	294
2	Caixa de som	1	404
3	Telefone	1	136
4	Puff	2	365, 366
5	Ventilador de teto	1	116

## ANEXO IV

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO  
DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Estabilizador	1	192

## ANEXO V

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Aparelho de fax	1	383
2	Balcão	1	395
3	Cadeira giratória	1	389
4	Cortador de grama	1	30
5	Hidrolavadora	1	193
6	Impressora	1	480
7	Máquina de calcular	1	209
8	Mesa	9	7, 8, 66, 267, 276, 298, 338, 404, 450
9	Microcomputador	1	347
10	Relógio para xadrez	15	48, 49, 50, 214, 215, 220, 227, 228, 230, 231, 235, 240, 252, 254, 258
11	Telefone	3	521, 524, 525

## ANEXO VI

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
1	Amalgamador	5	237, 238, 411, 451, 2154
2	Aparelho fotopolimerizador	1	1744
3	Aparelho de pressão	11	5757, 5758, 5759, 5760, 5761, 5762, 5763, 5764, 5765, 5766, 5767
4	Aquecedor	7	1236, 1846, 2847, 4045, 4166, 4515, 4518
5	Armário	1	3450

Nº de ordem	Descrição do bem	Quantidade	Código patrimonial
6	Arquivo de aço	3	887, 1546, 2979
7	Autoclave	1	719
8	Balança	9	173, 1702, 2360, 2802, 2925, 5450, 5454, 5458, 5616
9	Balcão	2	2599, 2869
10	Balde com pedal	1	2434
11	Banco	1	928
12	Bebedouro	1	1792
13	Biombo	1	4963
14	Cadeira	73	328, 693, 803, 810, 812, 816, 854, 1159, 1163, 1167, 1169, 1170, 1178, 1180, 1184, 1187, 1447, 1852, 1882, 1885, 1886, 1887, 1889, 1890, 1891, 1893, 1895, 1896, 1898, 1899, 1902, 1903, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1959, 1963, 1964, 1970, 1972, 1978, 1980, 2580, 2594, 2603, 3481, 3557, 3884, 2472, 2479, 2691, 2692, 2694, 2697, 2709, 2710, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2823, 2824, 2827, 2917
15	Cadeira giratória	9	1806, 1808, 2239, 2240, 2242, 4089, 4225, 4711, 6151
16	Compressor	2	1330, 1688
17	Detector	1	492
18	Detector fetal	5	1379, 5023, 5025, 6147, 6148
19	Doppler sonar	1	1715
20	Eletrocardiograma	2	3815, 4626
21	Enceradeira	1	3631
22	Escada	3	78, 272, 2901
23	Esfignomamometro	1	2409
24	Estabilizador	8	5064, 5068, 5082, 5092, 5098, 5103, 5107, 5334
25	Estetoscópio	11	5746, 5747, 5748, 5749, 5750, 5751, 5752, 5753, 5754, 5755, 5756
26	Fax	1	5273
27	Fichário acrílico	2	10, 11
28	Foco	1	4585
29	Fogareiro a gás	2	1624, 2766
30	Impressora	25	3249, 3250, 3251, 3874, 3878, 4150, 4152, 4416, 4417, 4420, 4421, 4422, 4424, 4426, 4428, 5160, 5162, 5170, 5173, 5179, 5181, 5184, 5189, 5191, 5301
31	Lâmpada ginecológica	2	1723, 1724
32	Livro odontológico	1	3278
33	Lixeira	29	1591, 1592, 1604, 5769, 5770, 5771, 5772, 5773, 5774, 5775, 5776, 5783, 5784, 5785, 5786, 5787, 5788, 5789, 5790, 5791, 5792, 5793, 5794, 5795, 5796, 5797, 5798, 5799, 5800
34	Lixeira de metal	2	1589, 1597
35	Luminária	1	493
36	Máquina copidora	1	3670
37	Máquina de escrever	1	888
38	Medidor de cloro	2	4571, 4572
39	Mesa	4	659, 818, 861, 1289
40	Microcomputador	8	1663, 1666, 3661, 3862, 3870, 3881, 4135, 5310
41	Mocho	1	2837
42	Monitor de vídeo	3	3879, 4131, 4470
43	Nebulizador	2	291, 298
44	Negatoscópio	2	751, 4575
45	Nobreak	5	2072, 3247, 3876, 4441, 4447
46	Oxímetro	2	4977, 4985
47	Persiana	2	2091, 3731
48	Poltrona	1	3588
49	Refletor	3	1371, 1373, 2922
50	Refletor parabólico	1	2922
51	Seladora de embalagens	1	4195
52	Sonar	1	344
53	Suporte para refletor parabólico	1	2440
54	Unidade de otoscópio	1	4316
55	Telefone	4	740, 912, 1517, 5318
56	Televisor	1	3633
57	Ventilador	12	207, 208, 3358, 3359, 3360, 3361, 3365, 4058, 4062, 4067, 4170, 4531



**LEI ORDINARIA Nº 4870****MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.870, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Fixa os subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de Concórdia à Legislatura de 2017/2020; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de Concórdia, para Legislatura que iniciará em 1º de Janeiro de 2017, serão fixados nos termos desta Lei.

Art. 2º O Vereador receberá subsídio, em parcela única, mensalmente, inclusive no recesso parlamentar, no valor de R\$ 6.788,23 (seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), quando no efetivo exercício do mandato, proibido qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória.

Art. 3º O Vereador ocupante do cargo de Presidente do Poder Legislativo Municipal, receberá subsídio, em parcela única, mensalmente, inclusive no recesso parlamentar, no valor de R\$ 10.182,35 (dez mil, cento e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), pelo exercício do cargo, proibido qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória.

Parágrafo único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente, fará jus ao recebimento do subsídio previsto no caput deste artigo, proporcionalmente aos dias do efetivo exercício no cargo.

Art. 4º Os Vereadores e o Presidente terão direito:

I – a percepção de diárias quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal, a serem fixadas e regulamentadas por ato da Mesa Diretora;

II – a percepção de indenização de despesas realizadas em viagem de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Parágrafo único. As despesas com passagem ou combustível para a locomoção em viagem de representação ou serviço, serão pagas pela Câmara, sem prejuízo das diárias ou indenização que tratam os incisos I e II deste artigo.

Art. 5º A ausência de Vereador nas reuniões ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, implicará em desconto, calculado à razão de 1/16 (um dezesseis avos) do subsídio mensal, por reunião.

§ 1º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

§ 2º Excetuam-se dos descontos de que tratam este artigo as ausências relativas às reuniões extraordinárias sem que o vereador tenha tomado ciência da convocação, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.

Art. 6º É vedado o pagamento de parcela indenizatória aos Vereadores em razão de convocação extraordinária, nos termos do § 7º do art. 57, da Constituição Federal.

Art. 7º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada e aprovada, nos termos desta Lei, será integralmente remunerada.

§1º Estando o Vereador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, o valor do benefício será complementado até o valor do subsídio integral.

§2º Em caso do Vereador não ter completado o período de carência necessária para a obtenção do benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 8º Os suplentes de Vereadores que estiverem em exercício, terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional aos dias do efetivo exercício no cargo.

Art. 9º Os subsídios fixados por esta Lei serão revisados anualmente, considerando o mesmo índice e a mesma data da revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Concórdia, observando os limites legais e constitucionais.

Parágrafo único. No primeiro ano do mandato a revisão do subsídio terá como base a perda relativa de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 10. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data do pagamento das remunerações dos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 11. É condição de legalidade para o pagamento de subsídio dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos próximos subsídios, ou, ainda, importarão na devolução dos subsídios pagos indevidamente.

§ 2º É vedada, em exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4871**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.871, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Concórdia para o mandato que iniciará em 1º de janeiro de 2017; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Concórdia, para o mandato que iniciará em 1º de Janeiro de 2017, serão fixados nos termos desta Lei.

Art. 2º O subsídio mensal do Prefeito é fixado em R\$ 17.446,47 (dezessete mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos), em parcela única.

Art. 3º O subsídio mensal do Vice-Prefeito é fixado em R\$ 8.723,23 (oito mil e setecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos), em parcela única.

§ 1º Quando no exercício do cargo de Prefeito, o Vice-Prefeito perceberá o subsídio previsto no art. 2º, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

§ 2º Quando nomeado no cargo de Secretário Municipal, o Vice-Prefeito deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou do cargo de Secretário, vedada acumulação.

Art. 4º O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito terão direito:

I – a gozo de férias de trinta dias, decorridos doze meses de exercício no cargo, com recebimento do subsídio mensal e de adicional de um terço;

II – a percepção de décimo terceiro subsídio, pago na mesma data do pagamento da gratificação natalina aos servidores do Município;

III – a percepção de diárias quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Executivo Municipal, a serem fixadas e regulamentadas por ato do Prefeito Municipal;

IV – a percepção de indenização de despesas realizadas em viagem de representação ou a serviço do Poder Executivo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Parágrafo único. As despesas com passagem ou combustível para a locomoção em viagem de representação ou serviço, serão pagas pelo Executivo, sem prejuízo das diárias ou indenização que tratam os incisos III e IV deste artigo.

Art. 5º A licença do Prefeito ou do Vice-Prefeito, por motivo de doença, será integralmente remunerada.

§ 1º Estando o Prefeito ou o Vice-Prefeito vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, o valor do benefício será complementado até o valor do subsídio integral.

§ 2º No caso do Prefeito ou do Vice-Prefeito não ter completado o período de carência necessário para a obtenção do benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 6º Os subsídios fixados por esta Lei serão revisados anualmente, considerando o mesmo índice e a mesma data da revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Concórdia, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. No primeiro ano do mandato a revisão do subsídio terá como base a perda relativa de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 7º Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data do pagamento das remunerações dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4872**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.872, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Fixa o subsídio de Secretário Municipal do Poder Executivo Municipal de Concórdia para o mandato que iniciará em 1º de janeiro de 2017; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O subsídio mensal de Secretário Municipal é fixado em R\$ 8.206,95 (oito mil e duzentos e seis reais e noventa e cinco centavos), em parcela única.

Art. 2º Os Secretários Municipais terão direito:

I – a gozo de férias de trinta dias, decorridos doze meses de exercício no cargo, com recebimento do subsídio mensal e de adicional de um terço;

II – a percepção de décimo terceiro subsídio, pago na mesma data do pagamento da gratificação natalina dos servidores do município;

III – a percepção de indenização relativa a férias não gozadas;

IV – a percepção de indenização do décimo terceiro subsídio proporcional aos meses trabalhados no ano, por ocasião da exoneração;

V – a percepção de diárias quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Executivo Municipal, a serem fixadas e regulamentadas por ato do Prefeito Municipal;

VI – a percepção de indenização de despesas realizadas em viagem de representação ou a serviço do Poder Executivo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Parágrafo único. As despesas com passagem ou combustível para a locomoção em viagem de representação ou a serviço, serão pagas pelo Executivo, sem prejuízo das diárias ou indenização das despesas que tratam os incisos V e VI deste artigo.

Art. 3º A licença do Secretário Municipal, por motivo de doença, será integralmente remunerada.

§ 1º Estando o Secretário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, o valor do benefício será complementado até o valor do subsídio integral.

§ 2º No caso do Secretário não ter completado o período de carência necessário para a obtenção do benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 4º No período de gozo de férias ou licença para tratamento de saúde do Secretário Municipal, o substituto nomeado, perceberá o subsídio previsto no art. 1º, proporcionalmente ao período de efetivo exercício no cargo.

Art. 5º O subsídio fixado por esta Lei será revisado anualmente, considerando o mesmo índice e a mesma data da revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Concórdia, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. No primeiro ano do mandato a revisão do subsídio terá como base a perda relativa de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 6º O subsídio de que trata esta Lei será pago na mesma data do pagamento das remunerações dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.  
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## LEI ORDINARIA Nº 4873

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.873, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Institui o Programa Municipal de Incentivo a Atividade Física e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo a Atividade

Física, no Município de Concórdia, com a finalidade de fomentar práticas que proporcionem bem-estar e qualidade de vida à comunidade.

Art. 2º Constituem objetivos do Programa:

I – viabilizar a instalação de academias de ginástica ao ar livre, preferencialmente em praças e espaços públicos, promovendo o acesso democrático à população;

II – elaborar mapeamento dos locais públicos, onde poderão ser desenvolvidas atividades físicas, para divulgação à população;

III – organizar murais ou painéis, nos locais públicos, com instruções de como realizar as atividades físicas com eficácia;

IV – promover campanhas com o objetivo de divulgar os benefícios da atividade física à saúde das pessoas, incentivando a mudança de hábitos e atitudes para prevenção de doenças;

V – estabelecer corresponsabilidades entre o poder público e a comunidade no desenvolvimento de ações voltadas a atividade física;

VI – viabilizar parcerias com organizações públicas e privadas para obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento das ações;

VII – criar mecanismos que efetivem a prática da atividade física.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2016.

## PORTARIA Nº 100/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 100/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o senhor JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO, Secretário Municipal de Finanças, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 15 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 101/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 101/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DENISE MARCONATTO, ocupante do cargo de Procurador, no período de 1º a 5 de junho de 2016;

II – EDI MARIA RAVANELLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90271-01, no período de 1º a 15 de junho de 2016;

III – FERNANDA MARCIA DE FRANCESCHI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção da Central de Medicamentos, no período de 10 a 15 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 102/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 102/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

**RESOLVE :**

Art. 1º Conceder à servidora ISOLDE KIRST PEDRON, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 1 um ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 103/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 103/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994

e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

**RESOLVE :**

Art. 1º Conceder ao servidor FABIO LEONOR BACH, ocupante do cargo de Motorista, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de um ano, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 104/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 104/2016, DE 7 DE JUNHO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir comissões especiais, com a incumbência de revisar e sistematizar a Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Designar, para integrar a comissão coordenadora, as seguintes pessoas:

I – Presidente: FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

II – Vice-Presidente: FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

III – Secretária-Geral: VANESSA FRIZON;

II – membros:

a) MARCIA DE BONA LAZZARI;

b) MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;

c) MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI;

d) NATALIA SILVEIRA LIMA.

Art. 3º Designar, para integrar a comissão executora, as seguintes pessoas:

I – Arte:

a) CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND;

b) CATI FERRI;

c) GLAUCIA MARIA FERASO;

d) MAURA PIERINA BACCIN;

e) SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI;

II – Xadrez:

a) DAIANE CHIAPETTI;

b) ELIANE SALETE BARP;

c) GILSON WIGGERS;

d) VALERIA SGANZERLA ZWIRTES;

III – Língua Espanhola/Italiana:

a) DIVANIA INEZ BOTECA CASADEI;

b) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

c) INACIA VIEIRA PEREIRA RIBEIRO;

d) MAIARA FERNANDA TITON;

e) MARIZE APARECIDA MACHADO DA SILVEIRA DA ROSA;

f) VANESSA FRIZON;

IV – Ciências:

a) EDINA DE SOUZA DA SILVA;

b) EMERSON RODRIGO KOCH;

c) FRANCIELE BARATO;

d) IEDA SALETE PAGLIOCHI;

e) MARCIA DE BONA LAZZARI;

V – História:

a) CLEONICE BISON;

b) MARLI KLUMB;

c) MONICA REGINA KNOBLAUCH;

d) SUSIMARA DE MARCO PETROLI;

e) TEREZINHA PAGOTO;

VI – Geografia:

a) CRISTIANE THOME CAVALLI;

b) SILVANE TERESINHA RIVA CANTELLI;

VII – Ensino Religioso:

a) CRISTIANE THOME CAVALLI;

b) SERGIO ROBERTO COMASSETTO;

VIII – Educação Especial:

a) ARIANE BONATTO MUNARETTO;

b) DENISE CLARA SCHUCK;

c) IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER;

d) JULYANA APARECIDA PETRY;

e) LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT;

f) MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL;

g) NATALIA SILVEIRA LIMA;

IX – Literatura Dramatizada:

a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA;

b) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

c) IVETE PRESOTTO COLOSSI;

d) MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG;

e) MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI;

f) SILVIA BERNARDI KAIBER;

g) VANESSA FRIZON;

X – Matemática:

a) ALINE LABA DE SOUZA PINTO;

b) MARILEI FIORENTIN BOSETTI;

c) NILSE DE LOURDES ZAGONEL RUBINI;

d) ODAIR CERON;

e) VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI;

XI – Língua Portuguesa:

a) ADRIANA RUPPENTHAL;

b) DAIANE SANDRA SAVOLDI CURIIOLETTI;

c) DANIELE PEGORER FAZZIONI;

d) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

e) JANE CATARINA GRANDO;

XII – Educação Física:

a) ANA PAULA DEITOS;

b) ADRIANA PRETTO PAVAN;

c) ALUANA COSTA;

d) DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO;

e) ELISANDRA GOZZI;

f) FABIANA ROMAN BISON;

g) MARCIA CASAGRANDE;

h) MARLENE LUISA LANZARIN;

i) TAYSON SANDER BASEGGIO;

XIII – Escolas do Campo:

a) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;



b) MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ;

XIX – 3º ano:

c) MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO;

a) ANDREIA CADORIN SCHIAVINI;

d) MERLI THOME;

b) DAIANE FRIGO;

e) VANESSA FRIZON;

c) MARISTELA MACIEL;

XIV – Educação de Jovens e Adultos:

d) RAQUEL CELESTE FAZOLO;

a) IDIONE MARIA PANSERA DA SILVA;

e) ROSE MARI ZANFONATO;

b) IVANDRO JOSE PISSOLO;

f) SIMONE LAZAROTTO;

c) LILIAN CECCHET;

XX – 4º ano:

d) MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;

a) ANDREIA CADORIN SCHIAVINI;

e) NELIR DALLA COSTA;

b) DAIANE FRIGO;

f) RAQUEL CELESTE FAZOLO;

c) SIMONE LAZAROTTO;

XV – Pré-escola I:

XXI – 5º ano:

a) ANDRÉIA FÁTIMA HERMANN MASCARELLO;

a) MARCIA SALETE BOMM LAZZARIN;

b) CLARICE PICHETTI GASPARETTO;

b) MARIA APARECIDA RIBEIRO DE SOUSA HASSEMER;

c) ELISANDRA ZAGONEL MACHADO;

c) SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS;

d) ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA;

d) TANIA MARIA MARCHETTI DALLA COSTA;

e) INÊS BELLINI CARNIEL;

XXII – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI – Grupo I:

f) IVANETE PRIOR VIVAN;

a) ELIANE FRANCHINI;

g) MARINES FATIMA COLOMBO;

b) FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT;

h) SOLANGE BARTH PARAVIZI;

c) INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA BEGNINI;

XVI – Pré-escola II:

d) MARILUCI GOMES DE ANDRADE;

a) LETICIA SAVARIS;

e) SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI;

b) NADIA DIRLEI REDECKER;

f) VALDIRENE CLAIRE GUGEL;

c) SANDRA MARIA CECCHI;

XXIII – CMEI – Grupo II:

d) VANIA BALBINOT BERNARDI;

a) ANDRESSA PICOLLI;

XVII – 1º ano:

b) ELAINE SOARES LAZARIN;

a) CATIA TERESINHA FAVERO BIAZZI;

c) JANIA PAULA BONASSI BET;

b) ELISABETE REGINA SANTORI GASPARIN;

d) MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI;

c) LOIRI ZERBIELLI BREITENBACH;

e) VANDERLEIA FATIMA DA SILVA DE OLIVEIRA;

d) VANIA ANGELINA BIESUS;

XXIV – CMEI – Grupo III:

XVIII – 2º ano:

a) EDIMAR GUGEL;

a) FRANCIELI GUGEL VARELA;

b) ELIANE KUHN LEVANDOVSKI;

b) LAURILEI SALETE GHIDORSI;

c) KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ;

c) LEONICE TEREZINHA DE OLIVEIRA;

d) PATRICIA LUANA ZAIONS;

d) ZOLEIDE EMA HEEMANN DIERSMANN;

e) ROSANE DICK HERMES;

XXV – CMEI – Grupo IV:

- a) ALINE RISSO;
- b) DERCELI MARIA BISOLO ALLIEVI;
- c) DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA;
- d) MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI;
- e) SAIURI SUELEN MARCHETTI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 27/2016, de 1º de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 97/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 97/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, na área específica de atuação:

I – DEBORA SCHNEIDER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1042793-02, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

II – FRANCIELE BARATO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 106020-08, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

III – KATIA GERUSA BASEGGIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 81639-02, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

IV – NEIDI MARA JANKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 31143-03, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado;

V – NEIDI MARA JANKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 31143-08, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado;

VI – ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 1140370-00, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 98/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 98/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 128, II e § 2º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; nas Leis nºs. 3.255, de 18 de abril de 2001 e alterações e 4.590, de 29 de outubro de 2013 e no Convênio nº 7/2013, de 1º de fevereiro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo.

#### **RESOLVE :**

Art. 1º Ceder a servidora MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, para desempenhar suas funções junto à Associação Empresarial de Concórdia – ACIC, no Escritório Regional da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, no período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2016, com ônus da remuneração ao Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar, a partir de 1º de junho de 2016, a Portaria nº 93/2013, de 27 de junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 99/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 99/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a CI SEMED 859, protocolizada em 25 de maio de 2016.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 15 de junho de 2016:

I – ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 90050-02 e 90050-03;

II – CRISTIANE ROSA POTTRATZ PERONDI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 97314-00 e 97314-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**BALANÇO FINANCEIRO IPRECON MAIO 2016****IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Maio / 2016



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>2.288.177,91</b>	<b>29.003.082,32</b>	
Ordinária		0,00	6.000,00	
Vinculada		2.288.177,91	28.997.082,32	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>100.999,00</b>	<b>4.629.416,54</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(42.996,52)	26.782,40	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		4.376,14	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		139.619,38	1.395.623,58	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	3.207.010,56	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>111.813.000,30</b>	<b>78.099.688,76</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		31.286,03	42.476,13	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	13.596,81	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		111.768.117,46	78.043.615,82	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>114.202.177,21</b>	<b>111.732.187,62</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>738.964,82</b>	<b>8.884.919,78</b>	
Ordinária		0,00	5.009,00	
Vinculada		738.964,82	8.879.910,78	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>403.130,20</b>	<b>1.418.767,26</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	23.143,68	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		139.619,38	1.395.623,58	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		263.510,82	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>113.060.082,19</b>	<b>101.428.500,58</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		27.562,86	27.062,89	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	13.596,81	

Identificador: WPR1491102-6598-WZLD-203791088 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

16/06/2016 15:37

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Maio / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		113.018.922,52	101.387.840,88
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>114.202.177,21</b>	<b>111.732.187,62</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 16/06/2016, Hora emissão 15:37:54

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
Contadora  
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-WZLD-203791068 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

16/06/2016 15:37

# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO 1069/2016

DECRETO 1069/2016

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções que são conferidas por Lei.

Considerando que houve por parte da candidata Eveline Cristina Dana, brasileira, solteira, funcionária pública, RG nº 5.526.337 e CPF nº 078.370.369-48, aprovada em 2º lugar no cargo de Nutricionista, pedido de reclassificação para o último lugar dos classificados.

Considerando que no item 15.9 do Edital dispõe que o candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

#### DECRETA:

Artigo 1º: Fica reclassificada a pedido de acordo com o item 15.9 do Edital de Concurso Público 001/2015 para a última colocação no cargo de Nutricionista a candidata EVELINE CRISTINA DANA.

Artigo. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 15 de JUNHO de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 1070/2016

DECRETO 1070/2016

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções que são conferidas por Lei.

Considerando que houve por parte da candidata Gabrieli Hantschel Alves, brasileira, casada, professora, RG nº 5.018.768 e CPF nº 080.670.779-83, aprovada em 1º lugar no cargo de Professor II – Artes, pedido de reclassificação para o último lugar dos classificados.

Considerando que no item 15.9 do Edital dispõe que o candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

#### DECRETA:

Artigo 1º: Fica reclassificada a pedido de acordo com o item 15.9 do Edital de Concurso Público 001/2015 para a última colocação no cargo de Professor II – Artes a candidata GABRIELI HANTSCHAL ALVES.

Artigo. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 04/2016 (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015)

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 04/2016

(Edital de Concurso Público Nº 001/2015)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público Nº 001/2015,

CONSIDERANDO que o não comparecimento a qualquer das etapas do Concurso Público Nº 001/2015 implica em desistência tácita,

CONSIDERANDO que os candidatos abaixo aprovados na 1ª fase do Concurso Público Nº 001/2015, não compareceram ao chamamento para a realização dos exames médicos pré-admissionais da Prefeitura Municipal de Corupá, na data e horários previstos, conforme declaração em anexo ao presente Edital,

#### CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Data	Horário
12º	Barbara Jeuzur	23/05/2016	15:20

#### CARGO: PROFESSOR II - ARTES

Ordem	Nome	Data	Horário
2º	Jaime Israel Barboza Amorim	01/06/2016	9:25

RESOLVE homologar a desistência tácita e expressa dos candidatos: BARBARA JEUZUR, do cargo de Auxiliar de Setor; e JAIME ISRAEL BARBOZA AMORIM, do cargo de Professor II – Artes.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 30/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 16 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 129/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 129/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e a empresa SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, com o valor total de R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FLUIDO ANTICONGELANTE PARA USO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADA VICINAIS, TENDO EM VISTA AS BAIXAS TEMPERATURAS E PARA EVITAR TRANSTORNOS FUTUROS, CONFORME ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93, ADEMAIS PARA SUPRIR NECESSIDADE ANUAL DO ITEM FOI PUBLICADO PREGÃO Nº 124/2016.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 15 de Junho de 2016.

Diego Sebem Wordell      Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão      Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 15 de Junho de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 15 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 117/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 117/2016

.

Contrato Nº.: 117/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada....: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP

Valor ..... : 1.557,80 (um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 118/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 118/2016

Contrato Nº.: 118/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA  
Valor ..... : 2.199,88 (dois mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 119/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 119/2016

Contrato Nº.: 119/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: JULIO SILVESTRI FILHO - ME  
Valor ..... : 588,98 (quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 120/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 120/2016

Contrato Nº.: 120/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA  
Valor ..... : 804,08 (oitocentos e quatro reais e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO DE 2016, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 121/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 121/2016

Contrato Nº.: 121/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 17.052,35 (dezessete mil e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 122/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 122/2016

Contrato Nº.: 122/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 94.226,00 (noventa e quatro mil duzentos e vinte e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 123/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 123/2016

Contrato Nº.: 123/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: PANINI BRASIL LTDA  
Valor ..... : 5.838,80 (cinco mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 21/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ASSINATURA DE REVISTAS TURMA DA MÔNICA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ARTIGO 25, INCISO I, DA LEI 8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 124/2016

Contrato Nº.: 124/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP  
Valor ..... : 10.298,88 (dez mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/05/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (52) Saldo: 392.930,40

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM EVENTOS EXTRACURRICULARES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 125/2016

Contrato Nº.: 125/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME  
Valor ..... : 1.196,00 (um mil cento e noventa e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 126/2016

Contrato Nº.: 126/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME  
Valor ..... : 910,00 (novecentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 127/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 127/2016

Aditivo Nº ..... : 127/2016 - Contrato Nº: 169/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2016 Término: 13/06/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 30/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORAL DESCRITIVO EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 128/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 128/2016.

Aditivo Nº ..... : 128/2016 - Contrato Nº: 253/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 4.077,72 (quatro mil e setenta e sete reais e setenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2016 Término: 18/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFERENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO DO ITEM Nº 09, CONFORME DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 129/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 129/2016

Aditivo Nº ..... : 129/2016 - Contrato Nº: 230/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME  
Valor ..... : 5.212,40 (cinco mil duzentos e doze reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2016 Término: 10/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFEFENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO REALIZADO CONFORME SOLICITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA PELA EMPRESA.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 130/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 130/2016

Aditivo Nº ..... : 130/2016 - Contrato Nº: 218/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA  
Valor ..... : 3.417,84 (três mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/05/2016 Término: 07/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (24), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFEFENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO REALIZADO CONFORME SOLICITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA PELA EMPRESA.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 131/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 131/2016.

Contrato Nº.: 131/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 132/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 132/2016.

Contrato Nº.: 132/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: ROSEANA MURRAY PRODUÇÕES LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS E  
Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 18/07/2016  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 382.614,87

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ESCRITORA ROSEANA MURRAY QUE OCORRERÁ NO DIA 07/06/2016, E DA COMPANHIA ARTÍSTICA AVENIDA LAMPARINA QUE OCORRERÁ NOS DIAS 07/06 A 12/06, DURANTE A III SEMANA LITERÁRIA. O PÚBLICO ALVO DESSAS ATRAÇÕES É O ENSINO INFANTIL E MÉDIO. NA FORMA DO ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 133/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 133/2016

Contrato Nº.: 133/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: THIAGO KUNITZ DANIEL  
Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 18/07/2016  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 382.614,87

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ESCRITORA ROSEANA MURRAY QUE OCORRERÁ NO DIA 07/06/2016, E DA COMPANHIA ARTÍSTICA AVENIDA LAMPARINA QUE OCORRERÁ NOS DIAS 07/06 A 12/06, DURANTE A III SEMANA LITERÁRIA. O PÚBLICO ALVO DESSAS ATRAÇÕES É O ENSINO INFANTIL E MÉDIO. NA FORMA DO ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 134/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 134/2016

Contrato Nº.: 134/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 3.879,96 (três mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.481.085,00

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 135/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 135/2016.

Contrato Nº.: 135/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS



Contratada...: DESIGN PRODUÇÕES LTDA - ME  
Valor ..... : 12.592,00 (doze mil quinhentos e noventa e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 31/07/2016  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 24/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.055.3.3.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 12.795,56

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO PALESTRANTE CARLOS HENRIQUE SCHROEDER, PARA ATRAÇÃO DA III SEMANA LITERÁRIA, NO DIA 08/06/2016, O PÚBLICO ALVO DESTA ATRAÇÃO SERÃO ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, NA FORMA DO ART. 25, INCISO II DA LEI 8666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 136/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 136/2016

Contrato Nº.: 136/2016  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME  
Valor ..... : 12.051,60 (doze mil e cinquenta e um reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 19/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CAPAS PARA COLCHÕES EM USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 137/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 137/2016

Contrato Nº.: 137/2016  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

Contratada...: TOTAL SPORTS LTDA ME  
Valor ..... : 3.619,00 (três mil seiscentos e dezenove reais)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 19/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CAPAS PARA COLCHÕES EM USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 138/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 138/2016

Contrato Nº.: 138/2016  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba  
Valor ..... : 537,92 (quinhentos e trinta e sete reais e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 20/07/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 267.706,09

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DE 90.000 KM DA SPIN PLACA MLJ0114, DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ART. 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 139/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2016

Aditivo Nº ..... : 139/2016 - Contrato Nº.: 163/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
Valor ..... : 32.030,88 (trinta e dois mil e trinta reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 20/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 140/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 140/2016

Contrato Nº.: 140/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: REX REDATORES LTDA  
Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 20/05/2016  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 26/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 364.614,87

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO ESCRITOR E COMEDIANTE REINALDO BATISTA FIGUEIREDO, RAZÃO SOCIAL REX REDATORES, PARA ATRAÇÃO NO DIA 10/06/2016 DURANTE A III SEMANA LITERÁRIA, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 07 A 12/06/2016. O PÚBLICO ALVO SERÃO OS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL. NA FORMA DO ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93 E CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 141/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 141/2016

Contrato Nº.: 141/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.  
Valor ..... : 69.950,00 (sessenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 142/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 142/2016

Contrato Nº.: 142/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: STANG & STANG LTDA  
Valor ..... : 86.640,00 (oitenta e seis mil seiscentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 143/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 143/2016

Contrato Nº.: 143/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME  
Valor ..... : 6.585,00 (seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2016 Término: 25/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GARRAFAS TÉRMICAS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 144/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 144/2016  
Aditivo Nº ..... : 144/2016 - Contrato Nº: 169/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 3.508,00 (três mil quinhentos e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 30/05/2016 Término: 13/06/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 30/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 3.508,00, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 145/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 145/2016  
Aditivo Nº ..... : 145/2016 - Contrato Nº: 169/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 9.805,96 (nove mil oitocentos e cinco reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/05/2016 Término: 13/06/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 30/2015  
Recursos ..... : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00.00 (4), 1.006.4.4.90.00.00.00.00.00 (4)

Objeto ..... : ADITIVO DE MAIS R\$ 9.805,96, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 146/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 146/2016  
Contrato Nº.: 146/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS

LTDA.

Valor ..... : 1.183,60 (um mil cento e oitenta e três reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/05/2016 Término: 29/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 147/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 147/2016  
Aditivo Nº ..... : 147/2016 - Contrato Nº: 195/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 30/05/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), Rua Cornelio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 148/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 148/2016

Aditivo Nº ..... : 148/2016 - Contrato Nº: 121/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 3.698,00 (três mil seiscentos e noventa e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 03/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 3.698,00 CONFORME ALTERAÇÃO DO QUANTITATIVO REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 63/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 111/2016 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 83.754.044/0001-34 <b>Rua</b> Coronel Vidal Ramos, 860 <b>C.E.P.:</b> 89520-000 - Curitiba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 111/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 111/2016 <b>Data do Processo:</b> 30/05/2016
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 63/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 16 de Junho de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 111/2016, Licitação nº. 111/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME; METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA - ME; FORPLAN ENGENHARIA LTDA; KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; DALVEMAR ENGENHARIA LTDA; REGER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA; ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME; CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA; SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- APÓS DILIGÊNCIA E ANÁLISE TÉCNICA DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA FOI INABILITADA POR APRESENTAR BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2014, ESTANDO EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 6.3 ALÍNEA B DO EDITAL; A EMPRESA REGER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA FOI INABILITADA POR APRESENTAR CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA EXPEDIDO PELO CREA INVÁLIDA, TENDO EM VISTA A DIVERGÊNCIA NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA, NÃO CUMPRINDO ASSIM O ITEM 6.4 ALÍNEA A DO EDITAL; A EMPRESA ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME FOI CONSIDERADA HABILITADA, SENDO QUE A SUA CAT E ACERVO TÉCNICO FORAM CONSIDERADOS SIMILARES AO OBJETO LICITADO, ESTANDO ASSIM EM CONFORMIDADE COM O EXIGIDO EM EDITAL E BENEFÍCIO DA LC 123/06; A EMPRESA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME FOI CONSIDERADA HABILITADA, SENDO QUE A SUA CAT E ACERVO TÉCNICO FORAM CONSIDERADOS SIMILARES AO OBJETO LICITADO, ESTANDO ASSIM EM CONFORMIDADE COM O EXIGIDO EM EDITAL, REFERENTE AO BENEFÍCIO DA LC 123/06 VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA TEVE FATURAMENTO INFERIOR A 3,6 MILHÕES NO SEU ÚLTIMO EXERCÍCIO, PERMANECENDO ASSIM O BENEFÍCIO; A EMPRESA METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA - ME FOI CONSIDERADA HABILITADA, REFERENTE AO BENEFÍCIO DA LC 123/06 VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA TEVE FATURAMENTO INFERIOR A 3,6 MILHÕES NO SEU ÚLTIMO EXERCÍCIO, PERMANECENDO ASSIM O SEU BENEFÍCIO; A EMPRESA DALVEMAR ENGENHARIA LTDA - EPP APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, PORÉM SEM O BENEFÍCIO DA LC 123/06 POR TER APRESENTADO CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA HÁ MAIS DE 30 DIAS DA DATA DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES, DESCUMPRINDO O ITEM 6.3 ALÍNEA D DO EDITAL; A EMPRESA KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, PORÉM SEM O BENEFÍCIO DA LC 123/06 TENDO EM VISTA SEU FATURAMENTO; A EMPRESA CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, COM BENEFÍCIO DA LC 123/06 TENDO EM VISTA SEU FATURAMENTO; A EMPRESA SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, PORÉM SEM O BENEFÍCIO DA LC 123/06 TENDO EM VISTA SEU FATURAMENTO QUE ULTRAPASSOU 3,6 MILHÕES NO EXERCÍCIO 2015; A EMPRESA FORPLAN ENGENHARIA LTDA APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, COM O BENEFÍCIO DA LC 123/06. FICANDO ASSIM APRAZADO 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 109 DA LEI Nº 8.666/93, A CONTAR DO RECEBIMENTO DESTA OU DA SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC****TOMADA DE PREÇO**  
**Nr.: 111/2016 - TP****Processo Administrativo:** 111/2016  
**Processo de Licitação:** 111/2016  
**Data do Processo:** 30/05/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 16 de Junho de 2016

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- ..... - SECRETÁRIA
TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA	- ..... - 1º MEMBRO
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO	- ..... - 2º MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- ..... - 3º MEMBRO



**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO 113/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 113/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 113/2016 Processo de Licitação: 113/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 113/2016  
b ) Licitação Nr.: 113/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 15/06/2016  
e ) Data da Adjudicação: 15/06/2016 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.102259-03/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
--	---------------	------------------	-----------------------------------

- 103365 - SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	1	-	157.900,00
	1		157.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.030.4.4.90.00.00.00.00 (53), 1.030.4.4.90.00.00.00.00 (113)

Curitiba, 15 de Junho de 2016.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO NR. 113/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 113/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 113/2016 Processo de Licitação: 113/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 113/2016  
b ) Licitação Nr.: 113/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 15/06/2016  
e ) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1022259-03/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

			(em Reais R\$)
f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto. (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 103365 - SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	<u>1</u>	0,0000	<u>157.900,00</u>
	1		157.900,00

Curitiba, 15 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ ANTÔNIO GUIDI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

# Ermo

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 047/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Tratar Construções Eireli -EPP

OBJETO: Contratação de Praça Pública Municipal com Parque com forração em grama sintética, academia ao ar livre, floreiras e demolição da estrutura existente com formação de palco com extensão de 1.833,30m².

VIGÊNCIA: 16/06/2016 á 16/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 209.900,00 (Duzentos e nove mil reais e novecentos reais).

### LEI Nº 408, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 408, de 14 de junho de 2016.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a saber:

#### 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores  
3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta da anulação do seguinte item orçamentário:

#### 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTES E SERV. URBANOS

2.021 – Manutenção da Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serv. Urbanos  
3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 132, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 132, de 08 de junho de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria Municipal; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público e Processo Seletivo para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JESUANA APARECIDA LOPES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 08 de junho de 2016 e encerra-se em 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

Objeto: Aquisição de Academias ao ar livre para instalação nas localidades de Santana e Morro do Soares

Vencedores: Paulo Ziober Equipamentos Metalúrgicos LTDA

Valor : R\$ 45.638,00

Aldoir Cadorin – Prefeito Municipal

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

Objeto: Aquisição de Parques Infantis para as localidades de Santana e Morro do Soares.

Vencedores: Brinquedos Criativos WH LTDA

Valor : R\$ 56.050,00

Aldoir Cadorin – Prefeito Municipal

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 90/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA MAX ARNS, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, (PERÍMETRO CENTRAL) TRECHO COM INÍCIO DA ROTATÓRIA DA RODOVIA GABRIEL ARNS ATÉ A FUTURA ROTATÓRIA DA ROD. WACOB WESTRUP, COM EXTENSÃO DE 1,40 KM, CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 0000017487 CADASTRADA NO SIGEF/SC, JUNTO A SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA.

Às nove horas do dia dezoito de junho do ano de dois mil e dezoito, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas CONSTRUTORA NUNES LTDA, CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, CREMA ENGENHARIA LTDA; protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, verificou-se que as empresas CONSTRUTORA NUNES LTDA, CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, CREMA ENGENHARIA LTDA; apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o Engº. Sr. Luiz Renato Steiner e certificaram-se que a empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, não atendeu o item 3.1.8 A do edital (o atestado de capacidade técnica não consta escavação). A empresa BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, também não atendeu o item 3.1.8 A do edital (o atestado de capacidade técnica não consta terraplanagem). O presidente certificou-se também que para a empresa CONSTRUTORA NUNES LTDA, a sócia que assinou diversos documentos do processo para cumprir os itens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.5, 3.1.8 B, não possui poderes para representar a empresa, conforme contrato social apresentado onde a administração da sociedade cabe ao Sr. Jurandi José Nunes. As demais empresas participantes apresentaram a documentação de acordo com o exigido no edital de chamamento. Deste modo, foram inabilitadas as empresas CONSTRUTORA NUNES LTDA, COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM e BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA para a próxima fase do processo. Por estar de acordo com o processo licitatório, foram habilitadas as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, CREMA ENGENHARIA LTDA para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. Os envelopes da proposta foram rubricados pela comissão de licitação e pelos participantes. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha/SC, 16 de junho de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

KEND BERNARDO

Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER

Engenheiro Civil

COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM

Vanessa Cordeiro Dunke Pereira

JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

Ederson Rodrigues

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT16FME30

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME30  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada.: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP.  
Valor ..... : 16.486,70 (dezesesseis mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).  
Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LONA PLÁSTICA PRETA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

### AT16FME31

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME31  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada.: MALIN EVENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 19.900,00 (dezenove mil novecentos reais).  
Vigência ..... : Início: 03/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO AUDIOVISUAL (CAPTURA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS), PARA UTILIZAÇÃO NAS FESTIVIDADES A SEREM PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO (ÓRGÃO GERENCIADOR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FME), DURANTE O PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

### AT16FMS38

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS38  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TDA – EPP.  
Valor ..... : 10.617,45 (dez mil seiscentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos).  
Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LONA PLÁSTICA PRETA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

### AT16PMF32

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF32  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada.: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA  
Valor ..... : 1.243,50 (um mil duzentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).  
Vigência ..... : Início: 06/06/2016 Término: 31/10/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME).

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

### AT16SF36

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF36  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME.  
Valor ..... : 2.745,30 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).  
Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LONA PLÁSTICA PRETA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

### AT16SF37

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF37  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada.: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TDA – EPP.  
Valor ..... : 11.512,90 (onze mil quinhentos e doze reais e noventa centavos).  
Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LONA PLÁSTICA PRETA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente



**DECRETO Nº 155-2016**

DECRETO Nº 155, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (64)	R\$	150.000,00
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (80)	R\$	10.000,00
14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (7)	R\$	600.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 760.000,00</b>

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721350100 – Transf. Do Salário Educação	R\$	160.000,00
416002600 – Serviços de Fornecimento de Água	R\$	600.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>760.000,00</b>

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 16 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 156-2016**

DECRETO Nº 156, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 38.498,49 (trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (143)	R\$	38.498,49
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 38.498,49</b>

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (142)	R\$	38.498,49
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 38.498,49</b>

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 16 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1406/2016**

PORTARIA Nº 1406, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0836/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERA LUCIA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.965.279-67, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1407/2016**

PORTARIA Nº 1407, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0943/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ZENILDA NUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 024.531.299-45, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1408/2016**

PORTARIA Nº 1408, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0838/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 898.662.239-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1409/2016**

PORTARIA Nº 1409, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0839/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 054.069.989-60, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1410/2016**

PORTARIA Nº 1410, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0832/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.677.279-31, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1411/2016**

PORTARIA Nº 1411, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0956/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.606.449-03, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1412/2016**

PORTARIA Nº 1412, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0819/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA FIGUEIREDO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.130.939-41, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1413/2016**

PORTARIA Nº 1413, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0825/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIZA DE FÁTIMA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.077.529-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1414/2016**

PORTARIA Nº 1414, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0827/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE COSTA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.512.869-55, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1415/2016**

PORTARIA Nº 1415, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0829/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUELI GUGIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.614.609-82, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1416/2016**

PORTARIA Nº 1416, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0937/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZANA GOMES MARCONDES ANTONIASSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.917.909-28, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1417/2016**

PORTARIA Nº 1417, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0930/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 094.901.359-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1418/2016**

PORTARIA Nº 1418, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0806/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de RENICE PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.119-51, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – INTÉRPRETE DE LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1419/2016**

PORTARIA Nº 1419, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0910/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAGALI CRISTINA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.376.979-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1420/2016**

PORTARIA Nº 1420, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0926/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRÍCIA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.032.179-06, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1421/2016**

PORTARIA Nº 1421, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0823/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.360.199-18, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1422/2016**

PORTARIA Nº 1422, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0033 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0721/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISÂNGELA APARECIDA JAEGER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 946.803.969-20, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1423/2016**

PORTARIA Nº 1423, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0952/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está 17 horas semanais, substituindo a professora SIRLEI CRUZ DOS PASSOS, que assumiu a Direção na EMEF Eurico Pinz;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.167.669-99, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA, com carga horária de 37 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1424/2016**

PORTARIA Nº 1424, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0042 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0945/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDEMIR DOMINGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 017.449.899-31, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1425/2016**

PORTARIA Nº 1425, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0765/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA APARECIDA BUENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.627.099-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1426/2016**

PORTARIA Nº 1426, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0980/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCINDA DE MOURA TUMELERO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.792.129-38, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1427/2016**

PORTARIA Nº 1427, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0985/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SINTIA LUCAS KURVER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 067.473.049-69, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1428/2016**

PORTARIA Nº 1428, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0988/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAIZA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.303.959-88, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1429/2016**

PORTARIA Nº 1429, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0931/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SAMARA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.517.509-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1430/2016**

PORTARIA Nº 1430, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0925/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLEDIR FERREIRA CORREA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.109.649-89, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1431/2016**

PORTARIA Nº 1431, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0920/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.929.979-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1432/2016**

PORTARIA Nº 1432, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1032/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora INDIAMARA RAQUEL DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 050.266.649-89, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 16 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1433/2016**

PORTARIA Nº 1433, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1030/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora EVELIZE MANFRON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.755.859-01, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 16 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1434/2016**

PORTARIA Nº 1434, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 1029/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0990 de 10 de abril de 2015, que concedeu Função Gratificada – nível 2, à servidora MARIA CRISTINA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.617.969-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, a partir de 16 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1435/2016**

PORTARIA Nº 1435, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0086/2016, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE ANTUNES BENTA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.261.969-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2016 até 31 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 1436/2016**

PORTARIA Nº 1436, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.754.409-37, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0016\_2016-PMF DOM**

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de reforma de cobertura do CRAS São Miguel, localizada na Rua Pedro A. Gianello no Bairro São Miguel, com fornecimento dos materiais e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativo (ANEXOS AO PAL), houve a participação da empresa CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito.

### **RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0016\_2016-PMF DOM**

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de reforma de cobertura do CRAS São Miguel, localizada na Rua Pedro A. Gianello no Bairro São Miguel, com fornecimento dos materiais e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativo (ANEXOS AO PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP com o valor global de R\$ 48.176,20 (quarenta e oito mil, cento e setenta e seis reais e vinte centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito.

### **TA.AT16FME08**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME08 - Contrato Nº: AT16FME22

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME

Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : ONDE CONSTOU MENCIONADO A UTILIZAÇÃO DE DOIS VEÍCULOS ÔNIBUS PARA REALIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, O CORRETO SERIA UM MICRO-ÔNIBUS, CONFORME OS DOCUMENTOS CONSTANTES DAS PÁGINAS 146 A 150 DO PAL. DESTA FORMA, O FORNECEDOR UTILIZARÁ PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE O SEGUINTE VEÍCULO ESPÉCIE/TIPO: PAS/ÔNIBUS MARCA/MODELO: MARCOPOLLO VOLARE W9 ON ANO FAB./MOD.: 2013/2013, CHASSI: 93PB40N-31DC045635, PLACAS: MLC 8771, CAPACIDADE: 31 passageiros.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

### **TA.AT16FMS12**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS12 - Contrato Nº: AT16FMS05

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor ..... : 71.350,00 (setenta e um mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE



25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 1 E 2. DE COMUM ACORDO. EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

#### **TA.AT16SF13**

##### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF13 - Contrato Nº: AT16SF04  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Valor ..... : 32.875,00 (trinta e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais).  
Vigência ..... : Início: 01/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 1 E 2. DE COMUM ACORDO. EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

#### **TA.AT16SF14**

##### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF14 - Contrato Nº: AT16SF09  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA.  
Vigência ..... : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

#### **TA.AT16SF15**

##### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF15 - Contrato Nº: AT16SF17  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: NACIONAL ASFALTOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

#### **TA.AT16SF16**

##### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF16 - Contrato Nº: AT16SF08  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.  
Vigência ..... : Início: 09/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 16 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 97/2016; IL nº. 013/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SERGIO ROBERTO BATISTA SARAIVA; CNPJ nº: 07.335.083/0001-19; Objeto: Credenciamento de empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras; Data da Assinatura: 16/06/2016.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 119/2016

DECRETO N.º 119, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

SECRETARIA DE TURISMO			
EMPENHO	DATA	CREDOR	VALOR R\$
0001812/15	15/05/2015	MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME	18,14
0002588/15	17/07/2015	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	693,20
0002592/15	17/07/2015	MULTIBAN LOC. DE BENS MOVEIS LTDA (PIPI MOVEL)	992,29
0002872/15	07/08/2015	LAVACAO EDENESER LTDA ME	173,89
0003014/15	24/08/2015	JAMPER COMERCIAL LTDA. - EPP	15,00
0003410/15	25/09/2015	EVERPRINT INDUSTRIA GRAFICA EIRELI	600,00
0004316/15	07/12/2015	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	78,76
0004639/15	30/12/2015	SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME	450,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2016  
FMS

Ata nº. 35/2016; Processo nº.59/2016; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: FLAVIO CORREA LIMA & CIA LTDA; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para execução parcelada de serviços de manutenção de equipamento odontológicos, das diversas unidades de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 16/06/2016.

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016****EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Credenciamento nº. 005/2016

Processo nº. 97/2016;

Inexigibilidade de Licitação nº. 013/2016

Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA;

Credenciada: SERGIO ROBERTO BATISTA SARAIVA ME

CNPJ: 07.335.083/0001-19

Objeto: Credenciamento de empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras.

Data da Assinatura: 16/06/2016.

Garopaba, 15 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 61/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo; Contrato nº 61/2015; Processo nº. 144/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: HE MARTINS CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA ME; CNPJ: 06.218.756/0001-98; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 61/2015 até o dia 31/12/2016, conforme ofício da Secretaria de Infra Estrutura anexado a este documento; Data da Assinatura: 15/06/2016.

**LEI Nº 1978, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 1.978, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO NÚCLEO DE APOIO AO TOXICÔMANO E ALCOÓLATRA - NATA DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 8.904,00 (oito mil e novecentos e quatro reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, CNPJ nº 01.179.112/0001-14.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

**LEI Nº 1979, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 1.979, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA NAS PLACAS INDICATIVAS DE NOMES DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a permissão do uso de espaço publicitário sobre o modelo padrão municipal de equipamento urbano, denominado "Placa de Identificação de Ruas", com base na presente Lei.

Art. 2º - As placas serão colocadas nas ruas e logradouros públicos indicados pela Administração Municipal, devendo obedecer às especificações técnicas regulamentadas em decreto, de forma a padronizar o layout proposto.

Parágrafo Único - Sendo conveniente, a Administração poderá, a qualquer momento, regular e alterar as especificações técnicas das placas.

Art. 3º - Só será considerado e permitido o modelo de Placa de Identificação de Ruas, para fins de permissão de uso publicitário, o equipamento que atender integralmente o proposto no modelo regulamentado pelo Município, no que se referem às dimensões, materiais, cores, texturas e demais especificações.

Art. 4º - Será possível a permissão e exploração comercial de uso dos espaços publicitários e de propaganda nas Placas de Identificação de Ruas, mediante processo licitatório, observadas os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, às pessoas jurídicas capacitadas de instalar, manter e explorar estes espaços, a título precário e oneroso.

§ 1º Será permitida a exploração comercial nas Placas de Identificação de Ruas somente no local indicado pelo layout proposto, sendo permitida única e exclusivamente a inserção e identificação de apenas um único patrocinador por chapa.

Art. 5º - A Permissão de Uso para explorar comercialmente as Placas de Identificação de Ruas será condicionada ao fornecimento das mesmas, bem como à instalação, manutenção, limpeza e substituição quando se fizer necessária, com todos os ônus para a licitante vencedora.

Art. 6º - Fica proibida a veiculação de publicidade que incentive o consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, bem como a propaganda de cunho político ou eleitoral, conforme dispõe o art. 37 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

§ 1º A publicidade de empresa que produza bebidas alcoólicas poderá ser permitida, desde que nela conste a frase "Se beber, não dirija", conforme modelo regulamentado pelo Município.

§ 2º Fica vedada a veiculação de publicidade por pessoas físicas.

Art. 7º - Findos os contratos com as empresas permissionárias que se utilizarem de publicidade sobre as Placas de Identificação de Ruas, todo acervo relativo ao objeto do edital que lhe deu origem

passará, automaticamente, à posse e propriedade do Município de Garopaba, sem quaisquer ônus ou direito à indenização, o qual ficará incumbido das obrigações condicionadas ao caput do artigo 5º.

Art. 8º - Será vedado aos permissionários vencedores dos processos licitatórios públicos referidos nesta Lei, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a outro patrocinador, o objeto licitado, sem a devida permissão do Poder Executivo.

Art. 9º - O permissionário fica obrigado a manter sob suas expensas os postes e placas em perfeito estado de conservação, obrigando-se a corrigir e substituir total ou parcialmente aquelas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal deverá apresentar planta de localização das áreas urbanas onde as placas serão instaladas, estabelecendo o número máximo de placas disponíveis a esta modalidade de exploração de propaganda.

Art. 11 - Após a realização do processo licitatório para Permissão de Uso de que trata esta lei, o Município deverá, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.987/95, bem como suas alterações, expedir o Termo de Permissão de Uso, devendo este conter os locais, quantidades e prazos a serem cumpridos para instalação das referidas placas.

Art. 12 - O Poder Executivo Municipal deverá fiscalizar o cumprimento das pessoas jurídicas permissionárias, notificando-as por escrito de quaisquer irregularidades de uso das Placas de Identificação de Ruas.

§ 1º Ao permissionário será aplicada multa por infração, a ser definida pelo edital de licitação e Termo de Permissão de Uso.

Art. 13 - O Poder Executivo Municipal não terá qualquer responsabilidade, tampouco responderá solidariamente com o permissionário por qualquer litígio que haja nas relações comerciais deste com terceiros por força da permissão.

§ 1º O Poder Executivo Municipal também não será responsável por quaisquer danos e/ou indenizações que eventualmente venham a ocorrer a terceiros, decorrentes de atos dos permissionários, de seus representantes, empregados, prepostos ou de seus equipamentos.

§ 2º Caberá ao permissionário a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, da implantação e manutenção da permissão que trata a presente Lei.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 15 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0012/2016

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0012/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 22 do mês de junho de 2016 (22/06/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270020182016 – Reexame Necessário – Recorrente: VANDRO CHARLES RAMOS SOARES - ME (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270020392016 – Reexame Necessário – Recorrente: JOAQUIM GONÇALVES (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270020102016 – Reexame Necessário – Recorrente: INGRID STAHLER (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270020072016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSÉ GERMANO KRONHARDT (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270069482013 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: B T TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270020382016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ANA MARIA FRANCISCO BERNARDO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Garopaba, 16 de junho de 2016.

Emanuele Barcellos Candido

Secretária-Geral da JARF

Publicado a presente Pauta no DOM/SC em 17/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 87/2016

DECRETO Nº. 87 DE 16 DE JUNHO DE 2016

“DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por lei,

#### DECRETA:

Art. 10. – Fica designado os membros do Conselho Municipal de Saúde com mandato até junho de 2018, conforme relação abaixo:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Membro Nato: Secretária Municipal de Saude Sra Vanessa Marilyng Backes Nagel

Titular: Karine Helouisa Eberhardt Zehnpfennig

Suplente: Ariane Leandro

Representantes Secretaria Municipal de Educação

Titular: Sonia Mara dos Santos Clemente

Suplente: Ivana Duarte

Representantes Secretaria Municipal de Estratégias Rurais

Titular: Elaine Cristina Zietz

Suplente: Mária M. Ferreira

Representantes Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Titular: Dejanira Conceição Ferreira

Suplente: Ana Claudia Pionheviz

Representante FUNASA

Titular: Pedro Leite

Suplente: ----- (Não há outro representante no município)

Representante EPAGRI

Encaminhou Carta de Desligamento por haver somente um funcionário no Município

Representantes dos Laboratórios de Análises Clínicas

Titular: Leisy Cristina Heiss Carlomagno

Suplente: Maurício Fracasso

Representantes da Classe Médica:

Titular: Emmanuelle Vervloet Reis Bosco

Suplente: Rodrigo Adriany David

Representantes da Classe Odontológica:

Titular: Marlene Terezinha Roder

Suplente: Heloisa Steffens Fernandes

Representantes da Classe de Enfermagem:

Titular: Cecília Senke Ruekert

Suplente: Mariza de Fátima Ozório

Representantes da Classe Farmacêutica:

Titular: Thiago Francisco Backes

Suplente: Romilda Bortolameoti

Representantes ACIG:

Titular: Eduardo Dalilo Nascimento

Suplente: Adolar Umlauf

Representante da Associação de Moradores e Amigos Vila Georgia

Paula

Titular: Paulo Kuchlick

Suplente: Tatiane Caetano

Representantes APAM:

Titular: Ernani Gomes Guimarães

Suplente: Ana Claudia Caetano

Representantes APP da Rede Estadual e Municipal de Educação

Titular: Sergio Ceccatto

Suplente: Patrícia Leite

Representante da Comunidade de Barrancos e Baraharas

Titular: Osni de Amorim Vieira

Suplente: Sonara Jadiane de Souza

Representantes da Comunidade Bom Futuro:

Titular: José Vieira

Suplente: Anita Ana Vieira

Representantes da Comunidade de Garuva Acima

Titular: Valdir Korn

Suplente: Elaine Aparecida G. Korn

Representante da Comunidade de Minhas Velhas:

Titular: Margarida dos Santos

Suplente: Maria Lucia dos Santos

Representante APAE:

Titular: Érica Portela Leite

Suplente: Solange Patrícia Kanilo

Representante Pastoral da Criança:

Titular: Ursula Schwarz

Suplente: Lucia Amorim

Representante Rotary Club de Garuva:

Titular: Tania Regina Pilz Hübner

Suplente: Celsi Eiot Shuck

Representante Comunidade do Palmital

Titular: Débora Romi Teles Nunes

Suplente: Katiane Ferreira

Representante da Comunidade São João Abaixo e Caovi

Titular: Adryel Pabst

Suplente: Ana Paula Kruger

Representantes Comunidades de Urubuquara e Três Barras

Titular: Eliane Hattenhauer

Suplente: Barbara Umlauf Hattenhauer

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Ursula Polzin

Suplente: Ronald Röder

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMG N° 008/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N° 008/2016

Modalidade: Pregão Proc.PMG nº 012/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: Andre Felix Maes Cordeiro - CNPJ: 16.937.642/0001-51

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de tela de arame ondulada e galvanizada, com serviços de instalação, a ser executada na Escola Municipal Vicente Vieira conforme especificações técnicas contidas nas planilhas descritivas.

VIGÊNCIA: 15/06/2016 a 14/08/2016

VALOR: R\$ 15.120,00 (quinze mil e cento e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2016

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 4.032, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 4.032, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2016, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO POR FATOS QUE IMPORTAM EM SUPOSTAS VIOLAÇÕES AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2016 – Sindicância 02/2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de junho de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2016, instaurada para apurar a responsabilidade de servidores da Diretoria de Trânsito por fatos que importam em supostas violações aos princípios da Administração pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 4.033, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 4.033, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

cria COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA PLANEJAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO OBJETIVANDO A "CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO NO MUNICÍPIO DE GASPAR".

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Orgânica do Município de Gaspar,

#### RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Técnica para instrução do Processo Administrativo para realização de estudos de viabilidade e planejamento de processo licitatório objetivando a "CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO NO MUNICÍPIO DE GASPAR".

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Técnica, os servidores indicados com suas respectivas funções:

I – Coordenador: Arnaldo Francisco da Silva;

II – Técnico Jurídico: Paula Padilha Penteado;

III – Técnico Administrativo: Gilberto Rodrigo Goedert;

IV – Técnico Administrativo: Heriberto Frena.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 137/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Troféus e Medalhas. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9hs do dia 29/06/2016. ABERTURA: a partir das 9hs. LOCAL: No Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo (Edifício Edson Elias Wieser) Centro. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), ou no Departamento de Compras para consulta.

Gaspar (SC), 16/06/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**SAMAE - GASPAR****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 30/2016

OBJETO: Aquisição de tubos e conexões.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 30/06/2016

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 30/06/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 16 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 31/2016

OBJETO: Aquisição de veículos automotores novos.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 05/07/2016

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 05/07/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 16 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 62 DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 62, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DETERMINA a instauração de procedimento administrativo para apurar a responsabilidade de Hidrabrás Com. De Mat. Hidráulicos Ltda. – empresa licitante.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e com fundamento na Lei nº. 8.666/93, considerando as informações constantes no Memorando Interno oriundo do Departamento de Compras datado de 13 de maio de 2016, como também, na Notificação enviada à empresa Hidrabrás Com. De Mat. Hidráulicos Ltda., de 09 de maio de 2016, que fica fazendo parte integrante desta portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 13 de maio de 2016, subscrito pela Diretora de Compras do SAMAE.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que a empresa Hidrabrás Com. De Mat. Hidráulicos Ltda., inscrita no CNPJ nº. 13.403.641/0001-39, vencedora do pregão presencial nº. 11/2016 descumpriu os termos do contrato nº. 13/2016, no que se refere à entrega dos materiais, o que deu ensejo a expedição da notificação datada de 09 de maio de 2016 para entrega dos materiais. Porém, ela (empresa) não efetuou a entrega dos materiais.

Art. 2º. O procedimento administrativo será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo

de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2016.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM VÔOS REGULARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES PARA VIAGENS A SERVIÇO OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, estabelecida à Praça Anita Garibaldi, nº 157, Sala 03, Centro, CEP 88840-000, Urussanga/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.193.294/0001-90, neste ato representada pela Sra Cristiane Carlin Bender, brasileira, Representante Legal, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 001.643.740-35, portadora do RG n.º 9078894491, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM VÔOS REGULARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES PARA VIAGENS A SERVIÇO OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 18/2016, objeto do Processo 36/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCONTO SOB O VALOR DA PASSAGEM	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	PASSAGEM AÉREA NACIONAL	10,20%	107.760,00
2	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL	10,20%	13.470,00

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM VÔOS REGULARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES PARA VIAGENS A SERVIÇO OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, estabelecida à Praça Anita Garibaldi, nº 157, Sala 03, Centro, CEP 88840-000, Urussanga/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.193.294/0001-90, neste ato representada pela Sra Cristiane Carlin Bender, brasileira, Representante Legal, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 001.643.740-35, portadora do RG n.º 9078894491, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM VÔOS REGULARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES PARA VIAGENS A SERVIÇO OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 18/2016, objeto do Processo 36/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCONTO SOB O VALOR DA PASSAGEM	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	PASSAGEM AÉREA NACIONAL	10,20%	26.940,00
2	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL	10,20%	4.490,00

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016

AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME, estabelecida à Rua Canal da Olaria Nº 159, Ganchos Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.332.112/0001-12, neste ato representado pela Sra. Monike Marlete dos Santos Sagas, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 062.307.469-99, portadora do RG nº 3.981.064, para AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 19/2016, objeto do Processo 37/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

LOTE 2 (Com participação exclusiva de ME/EPP/MEI)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Água sem Gás Bombona de 20 litros. Características: Água mineral, fluoretada, sem gás, acondicionada em bombona retornável em polycarbonato transparente, aprovada pela Vigilância Sanitária, com capacidade de 20 (vinte) litros, PH entre 6 e 8, prazo de validade impresso no lacre da bombona de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	SANTA RITA	1900	Unid.	9,50	18.050,00
4	Água sem Gás garrafa de 500ml. Característica: Água mineral sem gás, em embalagem transparente de 500ml (meio litro), PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	SANTA RITA	1200	Fardo com 12 unidades	21,30	25.560,00

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016

AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME, estabelecida à Rua Canal da Olaria Nº 159, Ganchos Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.332.112/0001-12, neste ato representado pela Sra. Monike Marlete dos Santos Sagas, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 062.307.469-99, portadora do RG nº 3.981.064, para AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 19/2016, objeto do Processo 37/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:



LOTE 2 (Com participação exclusiva de ME/EPP/MEI)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Água sem Gás Bombona de 20 litros. Características: Água mineral, fluoretada, sem gás, acondicionada em bombona retornável em polycarbonato transparente, aprovada pela Vigilância Sanitária, com capacidade de 20 (vinte) litros, PH entre 6 e 8, prazo de validade impresso no lacre da bombona de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	SANTA RITA	1900	Unid.	9,50	18.050,00
4	Água sem Gás garrafa de 500ml. Característica: Água mineral sem gás, em embalagem transparente de 500ml (meio litro), PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	SANTA RITA	800	Fardo com 12 unidades	21,30	17.040,00

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2016

AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODOS OS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME, estabelecida à Rua Canal da Olaria Nº 159, Ganchos Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.332.112/0001-12, neste ato representado pela Sra. Monike Marlete dos Santos Sagas, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 062.307.469-99, portadora do RG nº 3.981.064, para AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODOS OS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, resultante do Pregão Presencial n.º 20/2016, objeto do Processo 38/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

Item	Especificação	MARCA	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo R\$	Preço Total Máximo R\$
01	Maça tipo gala - Que não esteja verde, nem totalmente madura. Não pode estar murcha nem amassada. Sem imperfeições.	HORTIFRUT	KG	20	3,68	73,60
02	Mamão tipo formosa - que não esteja verde, nem totalmente maduro. Não pode estar mole, rachado, escuro nem amassado. 1ª qualidade.	HORTIFRUT	KG	20	6,61	132,20
03	Banana prata - que não esteja verde, nem totalmente madura. Deverá sempre estar presa a penca, sem manchas ou amassadas. 1ª qualidade.	HORTIFRUT	KG	24	2,59	62,16
04	Uva rubi ou Niágara - deve ser doce e suculenta, firme e estar bem presa ao cacho, nova e de 1ª qualidade, não deve estar murcha ou despencando.	HORTIFRUT	KG	20	7,03	140,60
05	Melão amarelo - a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor vibrante, doce, suculento.	HORTIFRUT	Unid.	20	5,22	104,40
06	Apresentado - fatiado, resfriado, de 1º qualidade, embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade.	JCW	KG	06	9,97	59,82
07	Mussarela fatiada - de boa procedência, não pode ter sinal de mofo ou melando, embalagem fechada, intacta, indicando prazo de validade.	FORT FRIOS	KG	06	17,55	105,30
08	Margarina cremosa sem sal - produto com, no mínimo, 65% de lipídios. A embalagem deve conter o Registro no Ministério da Saúde, o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento (validade).	DELÍCIA/CLAYTON	Unid.	06	3,56	21,36

09	Doce para pão, sabores variados. Com consistência cremosa, isento de sujidades, parasitas e larvas, com aspecto, cor, odor e sabor próprios, acondicionados em potes de 230 gramas, com validade de 10 meses a partir de sua data de entrega.	NATUREZA	Unid.	24	2,86	68,64
10	Leite longa vida integral, esterilizado, em embalagem tetrapack de 01 litro e reem-balados em caixa de papelão com 12 unidades. Composição mínima de 01 litro: valor energético 550 kcal, carboidratos 40 gramas, proteínas 30 gramas, lipídios 30 gramas. A embalagem deve conter o Registro no Ministério da Saúde, o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento (validade).	ITALAC/LANGUIRU	CAIXA	4	25,00	100,00
11	Água Mineral, não gasosa, oriunda de fonte natural. Deverá ser entregue em embalagens de 05 litros tipo PET. A embalagem deverá conter ainda o local de origem do produto, capacidade da embalagem 9ml), data do envasilhamento e data de vencimento (validade).	SANTA RITA/AR-MAZÉM	Unid.	24	4,35	104,40
12	Suco em pó com açúcar – diversos sabores. Ingredientes: açúcar, acidulante ácido cítrico, antiemético fosfato tricálcico, corante inorgânico dióxido de titânio, antioxidante ácido ascórbico, corantes artificiais, aroma idêntico ao natural da fruta. Não deve conter glúten. Não fermentado. Não alcoólico. A embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rótulo da embalagem.	SUCO AMIS/TRINK	Unid.	50	0,64	32,00
13	Pão tipo bisnaguinha – isento de gordura trans. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 300 gramas.	SEVEN BOYS/WI-CKBOLD	Unid.	48	4,35	208,80
14	Pão de forma fatiado verticalmente isento de gordura trans. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas.	SEVEN BOYS/WI-CKBOLD	Unid.	82	4,35	356,70
VALOR TOTAL POR KIT LANCHE: R\$						1.569,98
VALOR TOTAL PARA 12 KITS LANCHE: R\$						18.839,76

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa WALMIR NUNES, estabelecida na Av. Bela Vista/Rodovia SC 410, 11560, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 82.533.399/0001-30, neste ato representada pelo Sr. Walmir Nunes, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.886.589-00, portador do RG n.º 73.887-5 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 24/2016, objeto do Processo 42/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	Óleo Diesel comum	Litro	200.000	3,07
2	Gasolina comum, com especificações técnicas de comercialização e qualidade atendidas ao que prevê a Portaria 041 e seus anexos (ou legislação que a substituir), de 12 de março de 1999 da Agência Nacional do Petróleo – ANP.	Litro	100.000	3,58
3	Óleo Hidráulico ATF	Litro	400	20,25
4	Óleo Hidráulico 68 (balde 20 litros)	Unid	400	217,50

7	Óleo Lubrificante SAE 40 Motor a Diesel	Litro	6.000	17,25
8	Serviço de Lavagem de Trator	Unid	50	70,00
9	Serviço de Lavagem de Máquina	Unid	50	106,00
10	Serviço de Lavagem de Caçamba	Unid	120	92,00
11	Serviço de Lubrificação de Trator	Unid	50	35,00
12	Serviço de Lubrificação de Máquina	Unid	50	64,00
13	Serviço de Lubrificação de Caçamba	Unid	50	28,00
14	Serviço de Lavagem de ônibus	Unid	120	125,00
15	Serviço de Lavagem de Micro ônibus	Unid	50	69,00
16	Serviço de Lubrificação de ônibus	Unid	84	28,00
17	Serviço de Lubrificação de Micro ônibus	Unid	50	25,00
18	Serviço de Lubrificação de Caminhão Baú	Unid	20	25,00
19	Serviço de Lavagem de Caminhão Baú	Unid	20	80,00
20	Filtro Combustível Micro Ônibus	Unid	200	159,15
21	Filtro Lubrificante Micro Ônibus	Unid	200	94,26
22	Filtro Combustível Van	Unid	200	119,00
23	Filtro Lubrificante Van	Unid	200	94,26
24	Filtro Combustível Ônibus	Unid	200	158,60
25	Filtro Lubrificante Ônibus	Unid	200	188,00
26	Filtro Combustível Caminhão	Unid	200	159,15
27	Filtro Lubrificante Caminhão	Unid	200	188,00
28	Filtro Combustível Retro	Unid	200	23,50
29	Filtro Lubrificante Retro	Unid	200	33,50
30	Filtro Combustível Carregadeira	Unid	200	22,50
31	Filtro Lubrificante Carregadeira	Unid	200	34,00
32	Filtro Combustível Patrola	Unid	200	22,50
33	Filtro Lubrificante Patrola	Unid	200	43,50
34	Conserto de Pneu de Automóvel	Unid	120	12,50
35	Troca de Pneu Automóvel	Unid	120	16,50
36	Conserto de Pneu de Van	Unid	120	22,50
37	Troca de Pneu de Van	Unid	120	22,50
38	Conserto de Pneu de Caminhão	Unid	200	37,50
39	Troca de Pneu de Caminhão	Unid	200	37,50
40	Conserto de Pneu de Máquina	Unid	200	57,50
41	Troca de Pneu de Máquina	Unid	200	52,50
42	Conserto de Pneu de Micro-ônibus	Unid	50	42,50
43	Troca de Pneu de Micro-ônibus	Unid	50	37,50
44	Conserto de Pneu de Ônibus	Unid	50	42,50
45	Troca de Pneu de Ônibus	Unid	50	37,50
46	Câmara de ar 1000 x 20 caminhão	Unid	50	152,50
47	Câmara de ar 1100 x 22 caminhão	Unid	50	162,50
48	Câmara de ar 17 x 52,2 Retro Traseira	Unid	50	302,50
49	Câmara de ar 900 x 20 caminhão	Unid	50	142,50
50	Câmara de ar carrinho de mão 3.50 x 8	Unid	50	22,50
51	Câmara de ar N13 carro	Unid	50	42,50
52	Câmara de ar N14 carro	Unid	50	42,50
53	Câmara de ar N15 carro	Unid	50	52,50
54	Câmara de ar N 24 Traseira retro	Unid	50	242,50
55	Câmara de ar R16 bico borracha	Unid	50	77,50
56	Câmara de ar R16 bico metal	Unid	50	87,50
57	Tip Top pequeno	Unid	50	17,50
58	Tip Top médio	Unid	50	22,50
59	Tip Top grande	Unid	50	32,50

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

WALMIR NUNES	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 20 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa OUTSOURCING CENTER COM.DE COP. E IMPRESSÕES LTDA estabelecida à Rua Vidal Mendes ,nº 310, Bairro Boa Vista, Biguaçu/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.416.991/0001-04, neste ato representado pelo Osmael Antônio Coutinho, brasileiro, casado, Sócio/Diretor, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 014.368.019-66, portador do RG n.º 3091723, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 25/2016, objeto do Processo 43/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

**Itens constantes da Ata:**

LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS							
Item	Especificação	UND	QUANT	MARCA	Preço Unit. Mensal Máximo (por impressora) R\$	Preço Total Máximo Mensal R\$	Preço Total Máximo Anual R\$
01	Locação de Impressora multifuncional monocromática, funções: copiadora, impressora, scanner e fax. Deve seguir rigorosamente todas as especificações contidas no Termo de Referência. Todos os equipamentos devem ser novos e 1º uso.	UND	65	Brother/MFC8912 DW	165,99	10.789,35	129.472,20
02	Locação de Impressora multifuncional colorida, funções: copiadora, impressora, scanner e fax. Deve seguir rigorosamente todas as especificações contidas no Termo de Referência. Todos os equipamentos devem ser novos e 1º uso.	UND	10	Brother/MFC 9460 CDN	296,06	2.960,60	35.527,20

Governador Celso Ramos/SC, 20 de Maio de 2016.

Representante da Empresa
Contratada

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa WALMIR NUNES, estabelecida na Av. Bela Vista/Rodovia SC 410, 11560, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.533.399/0001-30, neste ato representada pelo Sr. Walmir Nunes, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.886.589-00, portador do RG n.º 73.887-5 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 24/2016, objeto do Processo 42/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Item (s) constantes da Ata:

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	Gasolina comum, com especificações técnicas de comercialização e qualidade atendidas ao que prevê a Portaria 041 e seus anexos (ou legislação que a substituir), de 12 de março de 1999 da Agência Nacional do Petróleo – ANP.	Litro	80.000	3,58
2	Óleo Diesel comum	Litro	30.000	3,07
4	Conserto de Pneu de Automóvel	Unid	80	17,50
5	Troca de Pneu Automóvel	Unid	80	17,50
6	Conserto de Pneu de Van	Unid	80	22,50
7	Troca de Pneu de Van	Unid	80	22,50

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

WALMIR NUNES	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa POSTO PALMAS DAS GAIVOTAS LTDA - EPP, estabelecida na Av. Augusto Prolik/GCR 120, nº 147, Palmas, Governador Celso Ramos, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.451.089/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Walmir Nunes, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.886.589-00, portador do RG nº 73.887-5 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 24/2016, objeto do Processo 42/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Item (s) constantes da Ata:

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor Unitário R\$
5	Óleo Diesel S-10	Litro	150.000	3,11
6	Arla 32 (Bombona 20 litros)	Unid	250	78,00

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

POSTO PALMAS DAS GAIVOTAS LTDA - EPP	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL

Aos 13 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa POSTO PALMAS DAS GAIVOTAS LTDA - EPP, estabelecida na Av. Augusto Prolik/GCR 120, nº 147, Palmas, Governador Celso Ramos, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.451.089/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Walmir Nunes,



brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.886.589-00, portador do RG nº 73.887-5 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 24/2016, objeto do Processo 42/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor Unitário R\$
3	Óleo Diesel S-10	Litro	30.000	3,11

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Maio de 2016.

POSTO PALMAS DAS GAIVOTAS LTDA - EPP	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa BZCOM PROPAGANDA EIRELI, estabelecida à Rua Doutor Heitor Blum Nº 230, Sala 3, Estreito, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 19.260.252/0001-88, neste ato representado pela Sr. Felipe da Costa, brasileiro, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 059.992.239-70, portadora do RG nº 5.301.274, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
01	Placa - Material: Quadro tubo galvanizado 25x25 1.55mm, chapa de aço galvanizada 1.25mm, Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV, pé madeira 4m (pinos tratado) 10x10cm e instalação em locais variados - Cores: 4x0 - Formato: 2x1m - Marca: BZCOM/3M	unid	80	497,00	39.760,00
02	Adesivo com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² - Marca: BZCOM/3M	unid	70	81,00	5.670,00
03	Lona com impressão digital (Látex) - Material: Lona super fosca 500g, impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados com bastão 7/8 ou barra de alumínio oco inserido em dobra dupla costurado junto ao bastão ou cordão com ilhoses inoxidáveis fixados de 20 em 20cm inserido em borda dupla. - Formato: 1m² - Marca: BZCOM/3M	unid	120	81,00	9.720,00
04	Adesivo Perfurado com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo perfurado 1ª linha em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² - Marca: BZCOM/3M	Unid	80	81,00	6.480,00
05	Letra caixa PVC - Material: PVC 30mm rígidas com pintura automotiva e instalação em locais variados. - Cores: 1x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: 1m² ou 16 letras 25 x 25 - Marca: BZCOM/PLASTTOTAL	unid	10	902,00	9.020,00

06	PVC 3mm Adesivado– Material: PVC 3mm, Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 1m² - Marca:BZCOM/PLASTTOTAL	unid	20	168,00	3.360,00
07	Acrílico 15mm Adesivado - 60x90cm– Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 60x90cm - Marca:BZCOM/PLASTTOTAL	unid	8	771,00	6.168,00
08	Acrílico 15mm Adesivado - 100x35cm– Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 100x35cm - Marca:BZCOM/PLASTTOTAL	unid	8	493,00	3.944,00
09	Acrílico 15mm Adesivado - 150x0,90m Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 150x0,90m - Marca: BZCOM/PLASTTOTAL	unid	07	1.488,00	10.416,00
10	Envelopamento Automóveis - Material: Adesivo alta performace em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Formato: 150x0,90m - Marca: BZCOM/3M	unid	15	570,00	8.550,00
11	Envelopamento Van- Material: Adesivo alta performace em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade - Marca: BZCOM/3M	unid	10	1.140,00	11.400,00
12	Placa em aço inox - Material: aço inox gravada em baixo relevo Adesivo e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 0,35x0,50cm - Marca:TECNOPLACAS	unid	3	807,00	2.421,00
13	Reforma Visual do Portal - Chapeamento em ACM Brilho fixado em estrutura de 63,5m2 no tamanho de 2 lados de 12,70x2,5m com estruturação de metalom 25x25 1.55mm; - Aplique em metalon galvanizado 25x25 1.55mm 2 lados de 12,70x1m com pintura automotiva na cor do ACM; - Adesivo em recorte misto no tamanho: 2 lados de 12,70x2,5m; - Fechamento fundo inferior em chapa galvanizada 1.25mm com pintura automotiva na cor do ACM; - Marca:BZCOM/ACM/METALON	unid	1	25.013,00	25.013,00

SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO /  
ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS

26	Desenvolvimento de "layouts" para internet e impressão; Diagramação e paginação de textos para preparação de cadernos de impressão;  Seleção, e tratamento de imagens para impressão; Importação e exportação de arquivos para impressão e para internet; Fechamento de arquivos para gráficas; Realização de operações de navegação, pesquisa, seleção, impressão e download de arquivos gráficos a partir da Internet; Compilação, organização e arquivamento de textos e imagens para processamento em impressão; Criação de ilustrações; Manipulação de arquivos vetoriais e criação de peças gráficas para impressão; - Marca:BZCOM	mês	12	2.025,00	24.300,00
27	Analista de mídias sociais, Planejamento, produzir conteúdo e monitoramento (mínimo 15 post por mês). Marca:BZCOM	mês	12	1.535,00	18.420,00

COTA RESERVADA PARA ME OU EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
28	Placa - Material: Quadro tubo galvanizado 25x25 1.55mm, chapa de aço galvanizada 1.25mm, Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV, pé madeira 4m (pinos tratado) 10x10cm e instalação em locais variados - Cores: 4x0 - Formato: 2x1m - Marca:BZCOM/3M	unid	20	497,00	9.940,00

29	Adesivo com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² - Marca:BZCOM/3M	unid	20	81,00	1.620,00
30	Lona com impressão digital (Látex)- Material: Lona super fosca 500g, impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados com bastão 7/8 ou barra de alumínio oco inserido em dobra dupla costurado junto ao bastão ou cordão com ilhoses inoxidáveis fixados de 20 em 20cm inserido em borda dupla. - Formato: 1m² - Marca:BZCOM/3M	unid	30	81,00	2.430,00
31	Adesivo Perfurado com impressão digital (Látex)- Material: Adesivo perfurado 1ª linha em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² - Marca:BZCOM/3M	Unid	20	81,00	1.620,00
32	Letra caixa PVC - Material: PVC 30mm rígidas com pintura automotiva e instalação em locais variados. - Cores: 1x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: 1m² ou 16 letras 25 x 25 - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	2	902,00	1.804,00
33	PVC 3mm Adesivado- Material: PVC 3mm, Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 1m² - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	3	168,00	504,00
34	Acrílico 15mm Adesivado - 60x90cm- Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 60x90cm - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	1	771,00	771,00
35	Acrílico 15mm Adesivado - 100x35cm- Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 100x35cm - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	1	493,00	493,00
36	Acrílico 15mm Adesivado - 150x0,90m Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 150x0,90m - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	1	1.488,00	1.488,00
37	Envelopamento Automóveis - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Formato: 150x0,90m - Marca:BZCOM/3M/PLASTTOTAL	unid	3	570,00	1.710,00
38	Envelopamento Vam- Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade - Marca:BZCOM/3M	unid	2	1.140,00	2.280,00
39	Placa em aço inox - Material: aço inox gravada em baixo relevo Adesivo e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 0,35x0,50cm - Marca: TECNOPLACAS	unid	1	807,00	807,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

BZCOM PROPAGANDA EIRELI	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFI-COS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa BZCOM PROPAGANDA EIRELI, estabelecida à Rua Doutor Heitor Blum Nº 230, Sala 3, Estreito, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 19.260.252/0001-88, neste ato representado pela Sr. Felipe da Costa, brasileiro, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º

059.992.239-70, portadora do RG nº 5.301.274, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
01	Placa - Material: Quadro tubo galvanizado 25x25 1.55mm, chapa de aço galvanizada 1.25mm, Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV, pé madeira 4m (pinos tratados) 10x10cm e instalação em locais variados - Cores: 4x0 - Formato: 2x1m - Mara: BZCOM/3M	unid	20	497,00	9.940,00
02	Adesivo com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	30	81,00	2.430,00
03	Lona com impressão digital (Látex)- Material: Lona super fosca 500g, impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados com bastão 7/8 ou barra de alumínio oco inserido em dobra dupla costurado junto ao bastão ou cordão com ilhoses inoxidáveis fixados de 20 em 20cm inserido em borda dupla. - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	30	81,00	2.430,00
04	Adesivo Perfurado com impressão digital (Látex)- Material: Adesivo perfurado 1ª linha em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	Unid	20	81,00	1.620,00
05	Letra caixa PVC - Material: PVC 30mm rígidas com pintura automotiva e instalação em locais variados. - Cores: 1x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: 1m² ou 16 letras 25 x 25 Mara: BZCOM/3M	unid	5	902,00	4.510,00
06	PVC 3mm Adesivado- Material: PVC 3mm, Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	10	168,00	1.680,00
07	Acrílico 15mm Adesivado - 60x90cm- Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 60x90cm Mara: BZCOM/3M	unid	02	771,00	1.542,00
08	Acrílico 15mm Adesivado - 100x35cm- Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 100x35cm Mara: BZCOM/3M	unid	02	493,00	986,00
09	Acrílico 15mm Adesivado - 150x0,90m Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 150x0,90m Mara: BZCOM/3M	unid	01	1.488,00	1.488,00
10	Envelopamento Automóveis - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Formato: 150x0,90m Mara: BZCOM/3M	unid	15	570,00	8.550,00
11	Envelopamento Vam- Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Mara: BZCOM/3M	unid	10	1.140,00	11.400,00

12	Placa em aço inox - Material: aço inox gravada em baixo relevo Adesivo e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 0,35x0,50cm Mara: TECNOPLACAS	unid	2	807,00	1.614,00
COTA RESERVADA PARA ME OU EPP					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
28	Placa - Material: Quadro tubo galvanizado 25x25 1.55mm, chapa de aço galvanizada 1.25mm, Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV, pé madeira 4m (pinos tratado) 10x10cm e instalação em locais variados - Cores: 4x0 - Formato: 2x1m - Mara: BZCOM/3M	unid	05	497,00	2.485,00
29	Adesivo com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	05	81,70	408,50
30	Lona com impressão digital (Látex) - Material: Lona super fosca 500g, impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados com bastão 7/8 ou barra de alumínio oco inserido em dobra dupla costurado junto ao bastão ou cordão com ilhoses inoxidáveis fixados de 20 em 20cm inserido em borda dupla. - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	05	81,00	405,00
31	Adesivo Perfurado com impressão digital (Látex) - Material: Adesivo perfurado 1ª linha em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: cortes variados - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	Unid	05	81,00	405,00
32	Letra caixa PVC - Material: PVC 30mm rígidas com pintura automotiva e instalação em locais variados. - Cores: 1x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: 1m² ou 16 letras 25 x 25 Mara: BZCOM/3M	unid	1	902,00	902,00
33	PVC 3mm Adesivado - Material: PVC 3mm, Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 1m² Mara: BZCOM/3M	unid	1	168,00	168,00
34	Acrílico 15mm Adesivado - 60x90cm - Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 60x90cm Mara: BZCOM/3M	unid	1	771,00	771,00
35	Acrílico 15mm Adesivado - 100x35cm - Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 100x35cm Mara: BZCOM/3M	unid	1	493,00	493,00
36	Acrílico 15mm Adesivado - 150x0,90m Material: Acrílico 15mm (resina 100% acrílica), Adesivo em vinil transparente espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola + adesivo vinil branco e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte reto - Formato: 150x0,90m Mara: BZCOM/3M	unid	1	1.488,00	1.488,00
37	Envelopamento Automóveis - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Formato: 150x0,90m Mara: BZCOM/3M	unid	1	570,00	570,00
38	Envelopamento Vam - Material: Adesivo alta performance em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV Adesivo em vinil espessura mínima (0,1mm), impressão látex de alta resolução correspondente a 1200 dpi, resistente a incidência sola com verniz UV e instalação em locais variados. - Cores: 4x0 - Acabamento: corte especial variados - Formato: unidade Mara: BZCOM/3M	unid	1	1.140,00	1.140,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

BZCOM PROPAGANDA EIRELI	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME, estabelecida à Rua Gustavo Zimmermann Nº 1990, Bairro Itoupava central, Blumenau/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.665.084/0001-04, neste ato representado pela Sr. Braz Albano, brasileiro, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 538.699.669-04, portadora do RG nº 1.729.366, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
19	Bloco 10x15cm – (cores:1x0,formato 10x15cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	500	1,00	500,00
20	Bloco 21x31cm – (cores:1x0,formato 21x31cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	500	1,80	900,00
21	Bloco 15x21cm – (cores:1x0,formato 15x21cm; acabamento:50 x 02vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	500	1,80	900,00
22	Bloco 10x23cm – (cores:1x0,formato 10x23cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	500	1,50	750,00
45	Bloco 10x15cm – (cores:1x0,formato 10x15cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	100	1,00	100,00
46	Bloco 21x31cm – (cores:1x0,formato 21x31cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	100	2,00	200,00
47	Bloco 15x21cm – (cores:1x0,formato 15x21cm; acabamento:50 x 02vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	50	2,00	100,00
48	Bloco 10x23cm – (cores:1x0,formato 10x23cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	50	2,00	100,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2016**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME, estabelecida à Rua Gustavo Zimmermann Nº 1990, Bairro Itoupava central, Blumenau/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.665.084/0001-04, neste ato representado pela Sr. Braz Albano, brasileiro, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 538.699.669-04, portadora do RG nº 1.729.366, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
COMUNICAÇÃO VISUAL					
19	Bloco 10x15cm – (cores:1x0,formato 10x15cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	2.000	1,00	2.000,00
20	Bloco 21x31cm – (cores:1x0,formato 21x31cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	2.000	1,80	3.600,00
21	Bloco 15x21cm – (cores:1x0,formato 15x21cm; acabamento:50 x 02vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	1.000	1,80	1.800,00
22	Bloco 10x23cm – (cores:1x0,formato 10x23cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	1.000	1,50	1.500,00
45	Bloco 10x15cm – (cores:1x0,formato 10x15cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	400	1,00	400,00
46	Bloco 21x31cm – (cores:1x0,formato 21x31cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	400	2,00	800,00
47	Bloco 15x21cm – (cores:1x0,formato 15x21cm; acabamento:50 x 02vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	250	2,00	500,00
48	Bloco 10x23cm – (cores:1x0,formato 10x23cm; acabamento:100 x 01vias,papel ofset 75 gramas branco;) Marca: ALBGRAF	unid	250	2,00	500,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa GELSON AUGUSTO RESENDE - ME, estabelecida à Rua Afrísio de Senna Vaz, Nº 425, Serraria, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 79.818.530/0001-00, neste ato representado pela Sr. Gelson Augusto Resende, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 522.857.669-04, portadora do RG nº 1.703.295-4, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
16	Convite – (cores:4x0; acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 10x20 cm). Marca: GRÁFICA RESENDE	unid	500	0,34	170,00
17	Flyer– (cores:4x4; corte reto, formato A5 com acabamento em papel couchê 170 gramas. Marca: GRÁFICA RESENDE	unid	10.000	0,09	900,00

24	Pasta nota fiscal- (cores: 4x1; acabamento: 4 vinco ;; formato: aberto 22x58,7cm, papel couchê fosco 250g). Marca: GRÁFICA RESENDE	unid	6000	0,44	2.640,00
25	Pasta- (cores: 4x0; acabamento: 1 vinco ;; formato: A4, papel couchê fosco 250g) com bolsa. Marca: GRÁFICA RESENDE	unid	1450	0,62	899,00
SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO / ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS					
41	Cartaz - (cores:4x0; acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 42x30 cm). Marca: GRÁFICA RESENDE	Unid	150	1,59	238,50
43	Flyer- (cores:4x4; corte reto,formato A5 com acabamento em papel couchê 170 gramas.	unid	2500	0,09	225,00
50	Pasta nota fiscal- (cores: 4x1; acabamento: 4 vinco ;; formato: aberto 22x58,7cm, papel couchê fosco 250g).	unid	590	0,54	318,60
51	Pasta- (cores: 4x0; acabamento: 1 vinco ;; formato: A4, papel couchê fosco 250g) com bolsa.	unid	200	0,62	124,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

GELSON AUGUSTO RESENDE	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa GELSON AUGUSTO RESENDE - ME, estabelecida à Rua Afrisio de Senna Vaz, Nº 425, Serraria, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 79.818.530/0001-00, neste ato representado pela Sr. Gelson Augusto Resende, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 522.857.669-04, portadora do RG nº 1.703.295-4, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
16	Convite - (cores:4x0;acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 10x20 cm). Marca: GRAFICA RESENDE	unid	500	0,34	170,00
17	Flyer- (cores:4x4; corte reto, formato A5 com acabamento em papel couchê 170 gramas. Marca: GRAFICA RESENDE	unid	10.000	0,09	900,00
25	Pasta- (cores: 4x0; acabamento: 1 vinco ;; formato: A4, papel couchê fosco 250g) com bolsa. Marca: GRAFICA RESENDE	unid	50	0,62	31,00
SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO / ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS					
41	Cartaz - (cores:4x0; acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 42x30 cm). Marca: GRAFICA RESENDE	Unid	50	1,59	79,50
43	Flyer- (cores:4x4; corte reto,formato A5 com acabamento em papel couchê 170 gramas. Marca: GRAFICA RESENDE	unid	500	0,09	45,00
50	Pasta nota fiscal- (cores: 4x1; acabamento: 4 vinco ;; formato: aberto 22x58,7cm, papel couchê fosco 250g). Marca: GRAFICA RESENDE	unid	10	0,54	5,40
51	Pasta- (cores: 4x0; acabamento: 1 vinco ;; formato: A4, papel couchê fosco 250g) com bolsa. Marca: GRAFICA RESENDE	unid	100	0,62	62,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

GELSON AUGUSTO RESENDE - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa GRAFICA GUARAMIRIM - ME, estabelecida à Rua Pedro Paulo Streit, s/n, bairro Avaí, Guaramirim/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 79.818.530/0001-00, neste ato representado pela Sr. Fabrício Harckbarth, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 5045.602.469-71, portadora do RG nº 4.099.200 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
MATERIAL GRÁFICO					
14	Pasta Kraft (arquivo) – (cores:1x0; acabamento: 3 vinco meio; furo frente e trás, formato: 47,5x32,5 cm aberta). Marca: GUARAMIRIM	unid	2.000	0,35	700,00
15	Cartaz – (cores:4x0; acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 42x30 cm). Marca: GUARAMIRIM	Unid	500	1,60	800,00
18	Bloco 8x17cm – (cores:1x0,formato 8x17cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: GUARAMIRIM	unid	1.000	0,59	590,00
23	Cartão Nacional do SUS – (cores:1x1,formato 10,5x25X5cm; acabamento: corte reto,papel ofset 180 gramas;) Marca: GUARAMIRIM	unid	10	0,11	1,10
COTA RESERVADA PARA ME OU EPP					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	
MATERIAL GRÁFICO					
40	Pasta Kraft (arquivo) – (cores:1x0; acabamento: 3 vinco meio; furo frente e trás, formato: 47,5x32,5 cm aberta). Marca: GUARAMIRIM	unid	300	0,35	105,00
42	Convite – (cores:4x0;acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 10x20 cm). Marca: GUARAMIRIM	unid	150	0,41	61,50
44	Bloco 8x17cm – (cores:1x0,formato 8x17cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 56 gramas branco;) Marca: GUARAMIRIM	unid	100	0,59	59,00
49	Cartão Nacional do SUS – (cores:1x1,formato 10,5x25X5cm; acabamento: corte reto,papel ofset 180 gramas;) Marca: GUARAMIRIM	unid	10	0,11	1,10

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

GRAFICA GUARAMIRIM - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa GRAFICA GUARAMIRIM - ME, estabelecida à Rua Rua Pedro Paulo Streit, s/n, bairro Avaí,, Guaramirim/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 79.818.530/0001-00, neste ato representado pela Sr. Fabrício Harckbarth, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 5045.602.469-71, portadora do RG nº 4.099.200 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 28/2016, objeto do Processo 46/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
MATERIAL GRÁFICO					
14	Pasta Kraft (arquivo) – (cores:1x0; acabamento: 3 vinco meio; furo frente e trás, formato: 47,5x32,5 cm aberta). Gráfica: GUARAMIRIM	unid	1.000	0,35	350,00
15	Cartaz – (cores:4x0; acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 42x30 cm). Gráfica: GUARAMIRIM	Unid	500	1,60	800,00
18	Bloco 8x17cm – (cores:1x0,formato 8x17cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 56 gramas branco;) Gráfica: GUARAMIRIM	unid	2.000	0,59	1.180,00
23	Cartão Nacional do SUS – (cores:1x1,formato 10,5x25X5cm; acabamento: corte reto,papel ofset 180 gramas;) Gráfica: GUARAMIRIM	unid	2.990	0,11	328,90
COTA RESERVADA PARA ME OU EPP					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	
MATERIAL GRÁFICO					
40	Pasta Kraft (arquivo) – (cores:1x0; acabamento: 3 vinco meio; furo frente e trás, formato: 47,5x32,5 cm aberta). Gráfica: GUARAMIRIM	unid	100	0,35	35,00
42	Convite – (cores:4x0;acabamento: papel couche fosco 170 gramas, formato: 10x20 cm). Gráfica: GUARAMIRIM	unid	50	0,41	20,50
44	Bloco 8x17cm – (cores:1x0,formato 8x17cm; acabamento:50 x 01vias,papel ofset 56 gramas branco;) Gráfica: GUARAMIRIM	unid	400	0,59	236,00
49	Cartão Nacional do SUS – (cores:1x1,formato 10,5x25X5cm; acabamento: corte reto,papel ofset 180 gramas;) Gráfica: GUARAMIRIM	unid	390	0,11	42,90

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2016.

GRAFICA GUARAMIRIM - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016**

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTIDISCIPLINAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 31 dias do mês de Maio do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/



SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NELSON LUIZ DE ALMEIDA LEITE JUNIOR - ME, estabelecida à Rua dos Guapiarenses, Nº144, Sorocaba/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.609.429/0001-02, neste ato representado pela Sr. Nelson Luiz e Almeida Leite Junior, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 072.006938-63, portadora do RG nº 12661255 para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTIDISCIPLINAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 23/2016, objeto do Processo 41/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTIDISCIPLINAR, com tela sensível ao toque (touch screen), com sistema operacional de gestão de aplicativos instalado, com no mínimo 13 (treze) aplicativos multidisciplinares para educação instalados. Padrão de referência PlaytableS1, similar ou superior. MARCA: PLAYTABLE/PLAYMOVE	83	UNID	12.700,00	1.054.100,00

COTA RESERVADA PARA ME OU EPP					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	
02	MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTIDISCIPLINAR, com tela sensível ao toque (touch screen), com sistema operacional de gestão de aplicativos instalado, com no mínimo 13 (treze) aplicativos multidisciplinares para educação instalados. Padrão de referência PlaytableS1, similar ou superior. MARCA: PLAYTABLE/PLAYMOVE	83	UNID	12.700,00	1.054.100,00

Governador Celso Ramos/SC, 31 de maio de 2016.

NELSON LUIZ DE ALMEIDA LEITE JUNIOR - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DA DISPENSA Nº 3/2016

Extrato da Dispensa de Licitação nº 03/2016

Extrato do Contrato Nº 36/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 52/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: FÓRMULA TOPOGRAFIA LTDA ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E OUTROS VISANDO A RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DANIFICADAS PELAS CHUVAS OCORRIDAS CONFORME DECRETO EMERGENCIAL Nº 204/2015.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 25/06/2016 quando expira a vigência do Decreto Emergencial supracitado.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 106.254,50 (Cento e seis mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/06/2016.

Governador Celso Ramos, 15 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 27/2016**

Extrato de Contrato Nº 27/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 03/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CONTINENTE LTDA EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de exames pertencentes do Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia descritos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I) e especificações descritas no Edital.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência por 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/04/2016.

Governador Celso Ramos, 10 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 28/2016**

Extrato de Contrato Nº 28/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 40/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICATIVOS DE INFORMÁTICA PARA MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência por 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/05/2016.

ANEXO I DO CONTRATO

1- Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1	12	Mês	Contabilidade Pública	7	1.600,00	19.200,00	
2	12	Mês	Planejamento	1	200,00	2.400,00	
3	12	Mês	Compras e Licitações	8	900,00	10.800,00	
4	12	Mês	Patrimônio	2	200,00	2.400,00	
5	12	Mês	Folha de Pagamento	5	2.100,00	25.200,00	
6	12	Mês	Tributação Pública	10	3.100,00	37.200,00	
7	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	ILIMITADO	1.200,00	14.400,00	
8	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	ILIMITADO	380,00	4.560,00	
9	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	ILIMITADO	2.500,00	30.000,00	
10	12	Mês	Tesouraria	1	210,00	2.520,00	
11	12	Mês	Ponto eletrônico	2	250,00	3.000,00	
12	12	Mês	Almoxarifado	2	340,00	4.080,00	
13	12	Mês	Recursos Humanos	2	600,00	7.200,00	
14	12	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	ILIMITADO	230,00	2.760,00	
15	12	Mês	Protocolo via internet	10	450,00	5.400,00	
16	12	Mês	Gestão Educacional via internet – Módulo Secretaria	6	990,00	11.880,00	

17	12	Mês	Gestão Educacional via internet – Módulo Escola	30	3.800,00	45.600,00	
18	12	Mês	Gestão de Frotas	2	200,00	2.400,00	
19	12	Mês	Portal da Transparência	ILIMITADO	670,00	8.040,00	
20	12	Mês	Relógio Ponto via internet	ILIMITADO	280,00	3.360,00	
21	12	Mês	Atendimento de Pais e Alunos via internet	ILIMITADO	400,00	4.800,00	
22	12	Mês	Gerenciamento Inteligente	2	720,00	8.640,00	
23	12	Mês	Procuradoria	4	1.000,00	12.000,00	

## 2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	58.176,00	58.176,00
2.	01	Serv.	Implantação e licenciamento de sistema gerenciador de Banco de Dados	-	4.000,00	4.000,00
3.	200	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	01	71,00	14.200,00
4.	1.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,71	710,00
5.	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	135,00	1.350,00

OBSERVAÇÃO: Os aplicativos e serviços contidos neste anexo que, por ventura, ainda não tenham sido utilizados só poderão ser cobrados após recebimento/ solicitação/ implantação em conformidade com o Anexo I do Edital – “DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E SEU RECEBIMENTO”.

Governador Celso Ramos, 18 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO 29/2016

Extrato de Contrato Nº 29/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 40/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICATIVOS DE INFORMÁTICA PARA MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência por 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/05/2016.

ANEXO I DO CONTRATO

1- Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	7	500,00	6.000,00
2	12	Mês	Compras e Licitações	8	400,00	4.800,00
3	12	Mês	Tesouraria	1	110,00	1.320,00

OBSERVAÇÃO: Os aplicativos e serviços contidos neste anexo que, por ventura, ainda não tenham sido utilizados só poderão ser cobrados após recebimento/ solicitação/ implantação em conformidade com o Anexo I do Edital – “DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E SEU RECEBIMENTO”.

Governador Celso Ramos, 18 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2016**

Extrato de Contrato Nº 30/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 44/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: Laudenira dos Santos da Cruz.

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de natureza intelectual como Oficineiro de Artes Manuais.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 15/12/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 50,00 (Cinquenta reais por hora-aula) totalizando R\$ 800,00(oitocentos) reais mensais.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/05/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2016**

Extrato de Contrato Nº 31/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 44/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: Paulo Rogério Costa Machado

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de natureza intelectual como Oficineiro de Artes Musicais.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 15/12/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 50,00 (Cinquenta reais por hora-aula) totalizando R\$ 1.800,00(Hum mil e oitocentos) reais mensais.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/05/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2016**

Extrato de Contrato Nº 32/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 49/2016

CARTA CONVITE Nº 11/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: Formula Topografia Ltda Me

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OUTROS COMPLEMENTARES DA PISTA DE CAMINHADA NO BAIRRO JORDÃO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/08/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 71.998,97 (Setenta e um mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016**

Extrato de Contrato Nº 33/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 50/2016

CARTA CONVITE Nº 12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: Formula Topografia Ltda Me

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/08/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 108.616,55 (Cento e oito mil seiscentos dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016**

Extrato de Contrato Nº 34/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 34/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: ANDRADE &amp; AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA RUA ANTÔNIO MARCOLINO BENTO NO BAIRRO DE PALMAS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/12/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 252.730,67 (Duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2016**

Extrato de Contrato Nº 35/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 35/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DESMONTE DE ROCHA EM ZONA URBANA, CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA SERVIDÃO DO POÇO FRIO, BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/12/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 276.856,71 (Duzentos e setenta e seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos).  
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2016**

Extrato da Dispensa de Licitação nº 03/2016  
Extrato do Contrato Nº 36/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
PROCESSO Nº 52/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADA: FÓRMULA TOPOGRAFIA LTDA ME  
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E OUTROS VISANDO A RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DANIFICADAS PELAS CHUVAS OCORRIDAS CONFORME DECRETO EMERGENCIAL Nº 204/2015.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 25/06/2016 quando expira a vigência do Decreto Emergencial supracitado.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 106.254,50 (Cento e seis mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).  
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/06/2016.

Governador Celso Ramos, 15 de Junho de 2016.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2016**

Extrato de Contrato Nº 37/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
PROCESSO Nº 47/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADA: CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS E SILVIA PRAZERES DE CARVALHO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/10/2016.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 241.232,86 (Duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos).  
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2016**

Extrato de Contrato Nº 38/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
PROCESSO Nº 48/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA  
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA COLIBRI, BAIRRO CAMBOA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 824661/2015 FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 30/09/2016.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 241.015,78 (Duzentos e quarenta e um mil quinze reais e setenta e oito centavos).  
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14/06/2016.

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2016.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2015**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 025/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 025/2015.  
Dispensa de Licitação nº 05/2015  
Processo nº 33/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADO: FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO.  
OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 02/03/2016 e atualizar o valor global do contrato original pelo IGP-M (10,96%) alterando o valor mensal para R\$ 3.883,60 (três mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), totalizando o valor global de R\$ 46.603,20 (Quarenta e seis mil seiscentos e três reais e vinte centavos). O contrato original tem por objeto a Locação de Imóvel situado a Rua Maria Luiza dos Santos, Nº 634, Fundos, Bairro Fazenda da Armação, Governador Celso Ramos/SC, constituído de 03 (três) salas comerciais contendo uma delas 4m² de frente por 6m² de fundo e outras duas salas com 4,5m² de frente e 8,5m² de fundo, construção em alvenaria convencional, medindo 95m². O imóvel será utilizado para instalação e funcionamento da Escola Viva no município.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2014**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2014.  
Dispensa de Licitação nº 03/2014  
Processo nº 65/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS



CONTRATADO: MAURI GOMES.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 15/05/2016 e atualizar o valor global do contrato original pelo INPC (11,08%) atualizando o valor global do contrato para R\$ 28.208,16 (vinte e oito mil duzentos e oito reais e dezesseis centavos).O contrato original tem por objeto a Locação de Imóvel situado a Av. Nézio João Miranda, nº 74, Areias de Baixo, Governador Celso Ramos, constituído de 04 (quatro) salas comerciais, cada uma com metragem mínima de 28m<sup>2</sup>, totalizando 112m<sup>2</sup>para uso da Secretaria de Educação.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2014**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 053/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 053/2014.

Dispensa de Licitação nº 04/2014

Processo nº 67/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: JOSÉ JANICIO DOS SANTOS.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 20/05/2016 e atualizar o valor global do contrato original pelo INPC (11,08%) atualizando o valor global do contrato para R\$ 22.513,80 (vinte e dois mil quinhentos e treze reais e oitenta centavos) ficando as parcelas mensais no valor de R\$ 1.876,15 (Hum mil oitocentos e setenta e seis reais e quinze centavos).O contrato original tem por objeto a Locação de Imóvel situado na Av. Ganchos, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos, constituído de 01 sala comercial de alvenaria, medindo aproximadamente 54m<sup>2</sup>, para uso da Secretaria da Educação.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO N. 09/2016 FAMGP \_ASS. BANCO

DECRETO N. 09/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Superintendente ALEXANDRE BONIN BAGGIO, para, juntamente com o exator do Município, EMIR MÜLLER BRATTI, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, referentes às contas mantidas pela Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP sob o CNPJ 23.311.650/0001-53.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
15 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 15 de junho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER  
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

### LEI MUNICIPAL Nº 2.039

LEI MUNICIPAL Nº 2.039/2016  
(De 24 de maio de 2016)

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CESSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO GINÁSIO MUNICIPAL “PEDRO IVO FIGUEREDO DE CAMPOS” À ASSOCIAÇÃO CANTO DA AMIZADE - ACAMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a ceder as instalações físicas do Ginásio Municipal “Pedro Ivo Figueredo de Campos” à Associação Canto da Amizade – ACAMI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.519.633/0001-85, para realização da 2ª Expo Feira São João, que integra a Programação da Tradicional Festa de São João Batista de Grão-Pará.

§ 1º. Fica autorizada a Associação Canto da Amizade – ACAMI a auferir renda e a comercializar os estandes da 2ª Expo Feira São João, desde a aprovação desta Lei.

§ 2º. Fica autorizada a Associação Canto da Amizade – ACAMI a utilizar o espaço físico, conforme descrito no caput deste artigo, em todos os dias da Feira, dias 23, 24, 25 e 26 de junho de 2016, e nos dias que a antecedem, para a montagem de toda a estrutura necessária, conforme disposto no Regulamento Geral, cuja cópia segue em anexo.

§ 3º. Como forma de compensação pelo uso das instalações físicas do Ginásio Municipal “Pedro Ivo Figueredo de Campos”, a Associação Canto da Amizade deverá oportunizar, sem custos ao Município, o uso dos estandes de nº 19, 20, 21, 22 e 23, ao Município de Grão-Pará, conforme Croqui que integra o Regulamento Geral da Feira, em anexo, para participação, na 2ª Expo Feira São João, do Poder Público Municipal e para exposição de produtos da agricultura familiar, clubes de mães e grupo de turismo do Município.

§ 4º. [...] Suprimido.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 24 de maio de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de maio de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 85

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que TM Schlickmann & Cia Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordens de Pagamento abaixo relacionadas vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TM Schlickmann & Cia Ltda ME  
Ordens de Pagamento: 2090, 1746, 1653, 1660, 1661, 1662, 1743, 1745, 1829, 1870, 2143, 2144, 2146, 2178, 2487, 2630, 2631 e 2129.

Valor: R\$ 2.288,46

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 86**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Dilnei Pereira Antunes ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DILNEI PEREIRA ANTUNES ME

Restos a Pagar: 0778, 0779, 0780, 0793, 0794, 0775, 0781, 0784, 0791 e 0792.

Valor: R\$ 7.020,05

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO RET LICITACAO 105 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### RETIFICAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 105/2016 PMG

Processo Licitatório: 105/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COLORIDAS PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, A FIM DE ATENDER O "PROJETO LIXEIRAS CIDADE LIMPA".

Entrega dos Envelopes: 29/06/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 29/06/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim, SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, ou pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-4433.

Guaramirim (SC), 16 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

HANEMANN, Nº 149, BAIRRO AVAI, PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CENTRAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: HEINZ HANEMANN, inscrito no CPF sob nº 122.956.809-30, residente e domiciliado na Rua Hervino Hanemann, nº 149, bairro Avai, Guaramirim/SC.

Valor: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 01/06/2016 Vigência 31/05/2017.

GUARAMIRIM (SC), 16 de junho de 2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2016 – PMG.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDA PARA UTILIZAÇÃO NO CAMPEONATO MUNICIPAL PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: LONAS BRASIL LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 07.450.192/0001-87

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Guaramirim (SC), 16 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2016 – PMG.

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGO DE BOCHA PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

### EXTRATO CONTR 08 2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO 08/2016

Processo de Licitação: 36/2016 –PMG SEMED

Modalidade: Dispensa de licitação.

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF E PE DORVALINO FELIPE E CEI ROSELI ULLMANN.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Cúbica Construções Ltda.

CNPJ sob o nº 07.637.801/0001-01

Valor : R\$ 64.202,83 ( sessenta e quatro mil duzentos e dois reais e oitenta e tres centavos ).

Data da Assinatura: 27/04/2016 Vigência até 27/06/2016.

GUARAMIRIM (SC), 27/04/2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2015 - FMAS DE PRORROGAÇÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2015- FMAS

Dispensa de Licitação: 002/2015 - FMAS

Modalidade:Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DO IMÓVEL NA RUA HERVINO

Contratado: BILHARES E BOCHAS RIO LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 02.581.119/0001-20

Valor: R\$ 2.740,00 (dois mil e setecentos e quarenta reais).

Guaramirim (SC), 16 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016 – PMG

Processo Licitatório nº: 068/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE TAPETES PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, estabelecida na Rua Prof. Max Humpl, nº 1139, sala comercial, bairro Salto do Norte, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 12.612,00 (doze mil seiscentos e doze reais)

Data da Assinatura: 13/06/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 13 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 88/2016

DECRETO Nº 88/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.128,07 (catorze mil, cento e vinte e oito reais e sete centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.069

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas ..... R\$ 14.128,07 -----

Soma ..... R\$ 14.128,07 -----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos recursos do MAC, no valor de R\$ 14.128,07.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
26 de junho de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 727/2016

PORTARIA Nº 727/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 1209/2015, por mais 02 (dois) anos, a contar de 09 de abril de 2016, em que é concedida Licença Sem Remuneração ao Servidor MARCIO ROBERTO CIELLO (Matr. 68), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível/Referência – 13/1/E, 12:30 (doze horas e meia) semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o art. 105, inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 728/2016

PORTARIA Nº 728/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Comércio, Ind. e Serviços, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo VI da LC Nº 335/2016, que alterou a LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de junho de 2014 e 16 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 16 de junho de 2016 a 15 de julho de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Junho de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 019/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Empresa: Gambatto Adm. e Corretora de Seguros Ltda.

CNPJ/MF Nº 01.977.238/0001-34

Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 1873 - Centro

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 019/2016, de 15 de JUNHO de 2016.

Termo Aditivo ao Contrato nº 0043/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0074/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 0024/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de veículo na frota, através de contratação de serviços de seguro, para dois veículos Chevrolet SPIN LTZ 1.8, adquirido pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme apólice nº 1615000025231 pelo período proporcional as da vigência das demais apólices em vigor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 177,36 (cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), que será pago em parcela única com vencimento em 20/06/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 15 de junho de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

#### Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2925/2016

DECRETO Nº 2925, DE 12 DE MAIO 2016

"APROVA REGULAMENTO DO PROGRAMA - NOTA PREMIADA VOCÊ É QUEM GANHA PARA O ANO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, considerando a implementação do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, criado pela Lei nº 219 de 18 de Dezembro de 2002, o disposto no Artigo 8º da Lei nº 219 de 18 de Dezembro de 2002 e o disposto no artigo 88, Inciso VII da Lei Orgânica, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, para o Ano de 2016 na forma da minuta anexa a este Decreto, que passará a integrá-lo independente de transcrição.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

REGULAMENTO DO PROGRAMA "NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA" ANO 2016.

#### CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º. A execução do PROGRAMA NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA, instituído pela Lei nº 219, de 18 de Dezembro de 2002, para o Ano de 2016, será desenvolvida segundo normas deste regulamento e demais instruções que se fizerem necessárias.

Art. 2º. A Coordenação Geral do Programa, será exercida pela Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, competindo-lhe organizar e determinar a execução das tarefas inerentes.

Art. 3º. O PROGRAMA NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA, Ano 2016, tem por objetivo conscientizar e mobilizar os contribuintes, através de ações de educação fiscal da importância de efetuar suas compras no comércio local, da necessária emissão da nota fiscal, e com isso promover o aumento da arrecadação municipal, através do estímulo a emissão de notas fiscais, pagamento de tributos e conscientização da população sobre os fins sociais da tributação.

Art. 4º. As ações para atingir os objetivos mencionados no artigo anterior consistirão na apresentação:

I – da 1ª via ou via original ou cupom fiscal de compra de mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço;

II – da via amarela da nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra;

III- do carnê do IPTU correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

IV – do carnê de Contribuição de Melhoria correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

V – do comprovante de pagamento do IPVA;

VI – Comprovante de pagamentos de serviços prestados pelo Município: ISS, Alvarás, ISTR, ITBI, horas máquinas, correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento.

Art. 5º. Serão desenvolvidas ações, através dos meios de comunicação, publicação de cartazes e folders, objetivando a participação e conscientização da população para que façam a apresentação dos documentos previstos no artigo anterior.

Art. 6º. A participação no programa é voluntária e facultativa às pessoas físicas, jurídicas, entidades, associações, que apresentarem os documentos fiscais mencionados no artigo 4º.

#### CAPÍTULO II – DA APRESENTAÇÃO E VALIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 7º. Caberá a Comissão Coordenadora do Programa realizar a verificação dos documentos fiscais para entrega dos cupons de premiação na forma deste regulamento.

Parágrafo único. A documentação fiscal para verificação da validade, e consequente recebimento dos cupons de premiação, poderão ser apresentados e retirados, junto ao posto instalado na Secretaria Municipal de Agricultura.

#### CAPÍTULO III – DOS CUPONS DE PREMIAÇÃO

Art. 8º. Os cupons de premiação, serão entregues aos participantes do Programa, apresentando os documentos fiscais previstos no art. 4º, ensejando o direito:

I – para notas ou cupons fiscais de compra de mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço, a cada R\$ 100,00 (cem reais), um cupom branco;

II – Para nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra, a cada R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), um cupom verde;

III – A cada R\$100,00 (cem reais) de comprovantes apresentados e relativos a pagamentos mencionados no art. 4º, itens III, IV, V e VI, um cupom branco.

§ 1º. Os documentos apresentados para troca por cupons prevista neste artigo, serão carimbados e devolvidos.

§ 2º. Os participantes do Programa poderão acumular os documentos fiscais até perfazer, no mínimo, os valores que darão direito a um cupom de premiação, desconsiderando-se as frações e sobras encontradas.

§ 3º. Os documentos fiscais apresentados para a troca por cupons,

para o Ano de 2016, serão aceitos com data a partir do dia 01 de janeiro de 2016, até às 12 horas do dia do Sorteio, previsto no art. 9º.

#### CAPÍTULO IV – DO SORTEIO E PRÊMIOS

Art. 9º. O sorteio será realizado nas festividades natalinas, em data a ser definida posteriormente, e de ampla divulgação.

Art. 10º. Os prêmios a serem entregues serão os constantes nos cartazes de divulgação do Programa.

Art. 11º. O sorteio dos cupons a serem premiados, será realizado em local de livre acesso ao público em dia e horário a ser amplamente divulgado.

Art. 12º. O sorteio será devidamente fiscalizado pela Comissão Coordenadora do Programa, e, se dará pelo lançamento para alto de cupons, e uma pessoa escolhida aleatoriamente dentre o público presente, apanhará ainda no ar um cupom somente, e tal cupom sorteado será entregue a Comissão do Programa, que verificará sua autenticidade, e, em seguida será divulgado ao público presente o nome do respectivo ganhador do prêmio.

Parágrafo único. A premiação será efetuada, com a apuração de forma intercalada entre os prêmios dos produtores rurais e comércio local, iniciando-se a apuração pelo último prêmio dos produtores rurais, de forma sucessiva até o primeiro prêmio.

Art. 13º. A divulgação do resultado dos sorteios, também será efetuada através dos meios de comunicação, rádio, jornal, site oficial do Município.

Art. 14º. Os prêmios deverão ser reclamados até 90 (noventa) dias a contar da data do sorteio, perdendo o direito aos mesmos depois desta data.

Art. 15º. Após o sorteio os cupons que não foram premiados serão incinerados.

#### CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Programa.

Art. 17º. A Comissão Coordenadora do Programa, poderá recusar notas fiscais e cupons fiscais de empresas estabelecidas no Município, e que não estão em condições de regularidade fiscal.

Art. 18º. Este regulamento entra em vigor na data da aprovação, decretada pelo Prefeito Municipal.

Ibiam, 12 de Maio de 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL

# Ilhota

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 456/2016**

PORTARIA Nº 456/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr ÁLVARO DA SILVA, no cargo de PEDREIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 13 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 16 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 457/2016**

PORTARIA Nº 457/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 60 (sessenta) dias de afastamento sem vencimento, a Srª GILMARA SCHMITT, no cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, referente ao memorando da Secretaria de Assistência Social nº 92/2016, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 16 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração



# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 048 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 048 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$205.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	205.000,00
Total				205.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.00.	MANUTENÇÃO DAPROCURADORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE 'PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	17	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 1.016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	95	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	98	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DE INSDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MAN. DA SECRETAIRA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA D PESCA E AQUICULTURA			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	137	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	140	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.061	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS PÚBLICOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	147	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	150	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 1.064	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA FROTA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	168	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	172	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total			205.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 049 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 049 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 140.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.103	AQUISIÇÃO DE VEICULO/AMBULANCIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	61	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
Total			140.000,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	10	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 14.03	VIGILANCIA EM SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.113	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA VIGILANCIA SANITARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	37	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACEUTICA			

PROJ/ATIV. – 2.114	MANUT. DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	42	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.100	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	48	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
PROJ/ATIV. – 1.101	AQUISIÇÃO DE AREA E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	53	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.102	INCENTIVO P/CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	57	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
Total	140.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de junho de 2016.  
**MANOEL VIANA DE SOUSA**  
 Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 1.940, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº. 1.940, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$205.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	205.000,00
Total	205.000,00			

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.00.	MANUTENÇÃO DAPROCURADORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	17	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 1.016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	95	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	98	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MAN. DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	137	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	140	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.061	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS PÚBLICOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	147	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	150	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 1.064	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA FROTA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	168	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	172	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total				205.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.941, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº. 1.941, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 140.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00

UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.103	AQUISIÇÃO DE VEICULO/AMBULANCIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	61	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
Total	140.000,00			

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	10	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 14.03	VIGILANCIA EM SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.113	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA VIGILANCIA SANITARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	37	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUT. DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	42	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.100	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	48	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
PROJ/ATIV. – 1.101	AQUISIÇÃO DE AREA E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	53	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.102	INCENTIVO P/CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	57	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
Total	140.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

**PORTARIA PMI/GGP Nº 320/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 320, de 09 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	RG	Admissão
Jean Carlos Feliciano	Professor II – 20h	2714647	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração  
e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**DECRETO PMI Nº 116, DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 116, DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.518.611,42 (quatro milhões e quinhentos e dezoito mil e seiscentos e onze reais e quarenta e dois centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-1.010		
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0817 (0170)	Aplicações Diretas	4.518.611,42
Total		4.518.611,42

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme Termo de Convênio com SCPAR Participações e Parcerias S/A e SCPAR Porto de Imbituba S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 117, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 117, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0014)	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0015)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		110.000,00

Art. O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 118, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 118, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

GABINETE DO PREFEITO – GAB			
Manutenção do Gabinete do Prefeito			
04.122.0002-2.174			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)		Aplicações Diretas	50.000,00
Total		50.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, apurados no exercício 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 119, DE 17 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 119, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0017)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		25.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0025)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EDITAL SEAGP Nº 061/2016**

EDITAL SEAGP Nº 061/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Junho a 16 de Julho de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 061/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicólogo  
Cristiane Roslindo

**EXTRATO: FUNREBOM 2016/05 – A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FUNREBOM 2016/05 – A/00  
Contratada: POSTO RECANTO LTDA  
CNPJ: 83.479.279/0001-65

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC.

Valor total: R\$ 125.826,00. Prazo: 31/12/2016.  
Fundamento: Processo nº 141/2015. Pregão: 83/2015.  
Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba  
Contratante

Posto Recanto Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/151 - A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/151 - A/02  
Contratada: Loca auto locadora de veículos Ltda.  
CNPJ: 04.649.441/0001-70  
Objeto: é objeto deste termo aditivo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).  
Valor: R\$ 15.898,02.  
Fundamento: Processo nº 81/2015. Pregão 49/2015.  
Imbituba, 13 de Junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Loca auto locadora de veículos Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2016/68 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2016/68 A/00  
Contratada: POSTO RECANTO LTDA  
CNPJ: 83.479.279/0001-65  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Valor: R\$ 1.091.050,70 Prazo: 31/12/2016.  
Fundamento: Processo nº 141/2015. Pregão 82/2015  
Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Posto Recanto Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDETUR 2016/65 – A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDETUR 2016/65 – A/00  
Contratada: SIEG EVENTOS EIRELI-ME  
CNPJ: 17.664.599/1111-60  
OBJETO: LOCAÇÃO DE STAND PARA A PREFEITURA DE IMBITUBA DURANTE A XVII QUERMESSE E V FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO, NO PERÍODO DE 25 A 29 DE MAIO DE 2016 NO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC.

Valor total: R\$ 10.000,00. Prazo: 25/06/2016 a 29/06/2016.  
Fundamento: Processo nº 67/2016. Inexigibilidade: 04/2016.  
Imbituba, 03 de Junho de 2016.

Romeu Pires Filho  
Secretário Interino da SETEC  
Contratante

SIEG eventos Eireli-me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEFAZ 2016/67 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEFAZ 2016/67 A/00  
Contratada: UNITÁ VEÍCULOS LTDA  
CNPJ: 01.956.015/0007-86  
Objeto: o objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) veículo zero km, (04) portas, ano 2015/2016 cor preto Vulcano, para sorteio da campanha "compre aqui – Imbituba legal".  
Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$35.000,00.  
Fundamento: Processo nº 59/2016. Pregão: 41/2016.  
Imbituba, 13 de Junho de 2016.

Ivan Vitório  
Secretário Municipal da Fazenda  
Contratante

Unitá Veículos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2016/11 – A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2016/11 – A/00  
Contratada: POSTO RECANTO LTDA  
CNPJ 83.479.279/0001-65  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR

MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Valor: R\$ 63.454.14 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº 141/2015 Pregão: 83/2015  
Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Selma Elias Westphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Posto Recanto Ltda  
Representante Legal  
Contratada

#### **EXTRATO: SEMUSA 2016/08 – A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2016/08 – A/00  
Contratada: POSTO RECANTO LTDA  
CNPJ: 83.479.279/0001-65  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Prazo: 31/12/2016 Valor: R\$ 637.148,26  
Fundamento: Processo nº141/2015. Pregão: 83/2015  
Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal da Saúde  
Contratante

Posto Recanto Ltda  
Representante legal  
Contratada

#### **PORTARIA PMI/GGP Nº 318/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 318, de 07 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. OZANDIR ELÊNIO CAPARICA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 289.838.669-34, admitido em 09 de fevereiro de 1981, contrato nº 442, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	15.06.2016 a 14.07.2016
	15.06.2017 a 14.07.2017
	15.06.2018 a 14.07.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/GGP Nº 319/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 319, de 08 de junho de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional/Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Sra. CLAUDIANI DE SOUZA PACHECO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 057.110.149-60, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional/Sul, vinculado a Superintendência de Desenvolvimento Regional/Sul da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 14 de junho de 2016.

Imbituba, 08 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/GGP Nº 321/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 321, de 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

##### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.



Nome	Cargo	CPF	Admissão
Daniela de Souza Carvalho	Professora II – 20h	068.512.979-90	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração  
e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 016, DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 016, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações no Processo nº 10810/2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada em Nova Brasília, em frente à praça Laurentino João de Oliveira – Imbituba, a Sra. Maria Conceição da Silva, inscrito CPF nº 88.517.299-72, residente na Rua São Francisco nº 177, Nova Brasília, Imbituba/SC para serviços de vendas de frutas e verduras da época, nos dias da semana de Segunda a Sábado, das 08:00h às 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período nós dias da semana de segunda a sábado, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de Junho de 2016.

NICOLAU CORSINO BENTO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS  
Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027/2016**

Ato da Presidência nº 027/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 19ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 20 de junho de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
044	PLC nº 376/2016	25/04/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
059	PLC nº 381/2016	19/05/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2007/16

. DECRETO Nº 2007/16  
. De 15 de junho de 2016

Contratação Agente Controle de Endemias (Dengue) / José Clinton Neves Batista

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 4.993/14 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 006/2016/SAÚDE, homologado pelo Decreto 1980/164,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado, a partir de 20 de junho de 2016, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Controle de Endemias, JOSÉ CLINTON NEVES BATISTA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2008/16

. DECRETO Nº 2008/16  
. De 15 de junho de 2016

Contratação Agente Controle de Endemias (Dengue) / Eliseu Dias

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 4.993/14 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 006/2016/SAÚDE, homologado pelo Decreto 1980/164,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado, a partir de 20 de junho de 2016, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Controle de Endemias, ELISEU DIAS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2009/16

. DECRETO Nº 2009/16  
. De 16 de junho de 2016

Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, e estabelece outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito de Indaial/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município, e fundado no caput do art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 9.504, de 30/09/1997; e

Considerando-se que o ano corrente é ano de eleições nos municípios, onde exige-se das autoridades e agentes públicos especial atenção diante do cabedal de normas direcionadas às condutas exigidas e/ou vedadas na circunscrição do pleito;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - O Manual de que trata este Decreto será divulgado por meio de publicação na imprensa oficial e na página eletrônica oficial do Município.

Art. 2º - O Manual instituído neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos do Município, inclusive aos representantes governamentais nos conselhos municipais.

Parágrafo Único - O acompanhamento, avaliação e orientação quanto a pedidos de auxílio financeiro, distribuição gratuita de bens ou benefícios, no período eleitoral do ano corrente, ficará a cargo das Unidades de Controle Interno e de Assessoramento Jurídico do Município.

Art. 3º - Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação federal pertinente à matéria, incidindo subsidiariamente o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 105 de 1/12/2010.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, 16 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito do Município de Indaial/SC.

## ANEXO ÚNICO

MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
PARA AS ELEIÇÕES DE 2016

## 1. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO:

O conceito de agente público para aplicação da legislação eleitoral é amplo e abrange, inclusive, aqueles que não são servidores públicos.

Para enquadramento nesta definição, adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30/09/1997:

Art. 73. [...]

§ 1º - Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Portanto, no âmbito municipal, será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

- a) mandato: eleito (Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador) ou escolhido, a exemplo dos Conselheiros Tutelares e Membros de Conselhos da Administração Municipal;
- b) cargo: nomeado por concurso público ou em comissão, ou contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime jurídico administrativo (estatutário);
- c) emprego: contratado por concurso público, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público ou em comissão, pelo regime jurídico trabalhista (celetista); e
- d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o conciliador na Casa da Cidadania, o componente de Comissão ou de Conselho na Administração Municipal, os terceirizados e outros.

## 2. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS:

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é não permitir que seus atos venham "a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais" e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral:

- 1. A configuração da prática de conduta vedada independe de potencialidade lesiva para influenciar o resultado do pleito, bastando a mera ocorrência dos atos proibidos para atrair as sanções da lei.
- 2. O elemento subjetivo com que as partes praticam a infração não interfere na incidência das sanções previstas nos arts. 73 a 78 da Lei nº 9.504/97.
- 3. O juízo de proporcionalidade incide apenas no momento da fixação da pena. As circunstâncias fáticas devem servir para mostrar a relevância jurídica do ato praticado pelo candidato, interferindo no juízo de proporcionalidade utilizado na fixação da pena' (TSE, ARESP nº 278961/SP, em 18/11/2009).

- 1. O exame das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei das

Eleições deve ser feito em dois momentos. Primeiro, verifica-se se o fato se enquadra nas hipóteses previstas, que, por definição legal, são "tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais". Nesse momento, não cabe indagar sobre a potencialidade do fato.

2. Caracterizada a infração às hipóteses do art. 73 da Lei 9.504/97, é necessário verificar, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, qual a sanção que deve ser aplicada. Nesse exame, cabe ao Judiciário dosar a multa prevista no § 4º do mencionado art. 73, de acordo com a capacidade econômica do infrator, a gravidade da conduta e a repercussão que o fato atingiu. Em caso extremo, a sanção pode alcançar o registro ou o diploma do candidato beneficiado, na forma do § 5º do referido artigo. (TSE, Representação n. 295986/DF, em 21/10/2010)

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo e abster-se da prática do ato.

## 3. CONDUTAS VEDADAS:

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral que serão analisadas neste Manual, sem prejuízo das demais proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo.

## 3.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Art. 73. [...]

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária.

Note-se que a vedação é imposta a todos os entes da Federação, não havendo distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais. Ademais, constitui proibição a ser observada permanentemente, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Em síntese, são vedados a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política.

Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE – REspe 24865 e EDAI 5135). Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

É igualmente vedada a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, bem como a pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados, nestes mesmos bens. O desrespeito a esta vedação, sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida

no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (tais como rios, mares, estradas, ruas e praças) e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

É proibida, ainda, a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause danos.

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, R-Rp nº 425109-DF) que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada, sem questionar-se da potencialidade lesiva da atitude em influenciar o resultado do pleito.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, registra-se que o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juizes eleitorais e pelos juizes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei nº 9.504/97.

Ressalva-se, por fim, que a Lei Eleitoral permite a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. A mobilidade referida nestes casos estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas.

### 3.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Art. 73. [...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Além disso, é proibido o uso dos recursos ou equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, cadastro de endereços eletrônicos, aparelhos de fax, conta de e-mail institucional, sites oficiais, blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone ou rede social do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político.

### 3.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

Art. 73. [...]

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo,

ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei Federal nº 9.504/97).

Sublinhe-se que a proibição acima destacada deve ser observada permanentemente pelos agentes públicos, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Anote-se, por seu turno, que não se ajusta à proibição descrita na legislação de regência acima especificada a cessão de servidores que se encontrem devidamente licenciados (licença concedida de acordo com as regras insertas no regime jurídico a que vinculados), estiverem fora do horário de expediente (ocasião em que lhes será lícito manifestar a sua predileção por determinada candidatura) ou no gozo regular de férias (consoante entendimento sufragado pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no RESPE 27.927, de 21.08.2008 – rel. Min. Arnaldo Versiani).

Assim, o servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar direta ou indiretamente de campanha eleitoral.

Já decidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA - ART. 73, I E III, DA LEI N. 9.504/1997 - USO, NA PROPAGANDA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, DE PRÉDIOS IMAGENS CAPTADAS EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS COM A COLABORAÇÃO DE SERVIDORES EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE - CONFIGURAÇÃO - RECURSO PROVIDO.

A realização de propaganda para o horário eleitoral gratuito no interior de policlínicas e escolas públicas, mediante captação de imagens que só puderam ser obtidas pela colaboração dispensada por servidores públicos que ali executavam suas atribuições, em espaços aos quais não teriam livre acesso outras equipes de filmagem, configura as condutas vedadas do art. 73, incisos I e III, da Lei n. 9.504/1997. (TRE/SC, Acórdão n. 23.583, de 14/04/2009)

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu local de trabalho e/ou horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

### 3.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73. [...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº 9.504/97).

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

O Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião do julgamento do RESPE 25.890 (Rel.Min. José Delgado), reconheceu configurar violação ao disposto no preceito normativo em apreço o uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que se está apoiando.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Tal restrição deve observar, ainda os ditames do § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que adiante será objeto de exame.



Dessa forma, é proibido que, por exemplo, durante a entrega de medicamentos ou cestas básicas, seja anunciado ou informado que determinado candidato é o responsável pelo seu fornecimento à população, por meio de discursos, "santinhos" ou faixas.

### 3.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

Art. 73. [...]

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

[...]

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

[...]. (Lei Federal nº 9.504/97).

Segundo a lei, a limitação ocorre apenas na circunscrição do pleito, ou seja, na esfera municipal, portanto, de especial atenção.

A regra, no caso, destina-se a evitar contratações de cunho eleitoral e perseguições por motivos eleitorais.

De ressaltar, novamente, que os atos descritos não podem ter finalidade ou potencialidade de influenciar no pleito municipal.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar Quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

Contudo, foi ressalvada a possibilidade de (1) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; (2) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016; e (3) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

No contexto da terceira exceção, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção nº 712, para determinação do que seja "serviço público essencial" aplica-se o disposto na Lei nº 7.783/89, in verbis:

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

Art. 11, Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Além disso, o Inciso V do Art. 73 da Lei nº 9.504/97 já foi objeto de aplicação pelo Tribunal Superior Eleitoral, como se observa a seguir:

Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a

posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período. (TSE, Resolução nº 21.806, julgado em 08/06/2004)

AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97.

1. A dificuldade imposta ao exercício funcional de uma servidora consubstanciada em suspensão de ordem de férias, sem qualquer interesse da administração, configura a conduta vedada do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, ensejando a imposição de multa. (TSE, Acórdão n. 11.207, de 17/11/2009)

1. Contratação temporária, pela Administração Pública, de professores e demais profissionais da área da educação, motoristas, faxineiros e merendeiras, no período vedado pela lei eleitoral. (...) 3. Em sentido amplo, todo serviço público é essencial ao interesse da coletividade. Já em sentido estrito, essencial é o serviço público emergencial, assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde ou segurança da população".

4. (...) Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à "sobrevivência, saúde ou segurança da população". (TSE, RESP Eleitoral n. 27563, de 12/12/2006)

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral que sequer a área da educação enquadra-se em exceção, entendendo como vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, ao enfrentar a aplicação do mesmo dispositivo, estabeleceu que:

RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRÊS MESES ANTES DA ELEIÇÃO - VEDAÇÃO - ART. 73, V, DA LEI N. 9.504/1997 - NULIDADE - DESPROVIMENTO.

A teor do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, é vedado aos agentes públicos exonerar servidor, na circunscrição do pleito, no período dos três meses que o antecedem até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade. (TRE/SC, Acórdão n. 19.436, de 21/09/2004)

RECURSO - REPRESENTAÇÃO - PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA ART. 73, V, LEI N. 9.504/97 - CARACTERIZAÇÃO - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

A renovação do contrato de prestação de serviços durante o período de 3 (três) meses que antecedem ao pleito importa em conduta vedada ao agente público, se não contemplada nas exceções previstas nas alíneas de "a" a "e" do inciso V do art. 73 da Lei n. 9.504/97. (TRE/SC, Acórdão nº 17051, de 05/09/2001)

Por outro lado, mesmo nas exceções ressalvadas, deve-se atentar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que assim dispõe:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1o do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e

oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

### 3.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei Federal nº 9.504/97).

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também a União e aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Assim, conforme a Resolução-TSE nº 23.450/2015, para estas eleições, a partir da data de 2 de julho de 2016, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

Constitui ressalva a esta exceção, a transferência dos recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Observe-se que "A teor do disposto no artigo 25 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve-se entender por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente integrante da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Vê-se, pois, que a legislação eleitoral, em face do que determina o comando normativo em destaque, não coíbe a realização de transferências obrigatórias (por exemplo, a participação do Município nas receitas obtidas a partir da cobrança de impostos de competência de outros organismos políticos federados) por força da Constituição da República ou de outros diplomas legislativos. Avulta observar que se o convênio tiver sido celebrado antes dos três meses que antecedem o pleito, e se houver previsão de um cronograma de desembolso de recursos, em contrapartida à realização de uma obra ou à prestação de um serviço pela entidade beneficiária, então os recursos relativos a esse convênio podem ser repassados, mesmo que esse repasse já ocorra dentro dos três meses imediatamente anteriores à eleição. Cuida-se de entendimento prestigiado na esfera jurisprudencial e que desfruta do beneplácito de significativa corrente doutrinária".

Portanto, na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

1. convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que preveem o repasse de verbas somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;
2. convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A

obra ou serviço deve estar fisicamente iniciado e com cronograma pré-fixado; e

3. convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais.

Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

### 3.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...]

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei Federal nº 9.504/97).

Neste caso, a vedação vigora a contar de 02/07/2016 e abrange toda a publicidade institucional municipal, produzida por ela própria ou por terceiros.

Logo, a contar de 02/07/2016 deve ser suspenso todo e qualquer contrato de publicidade, programa de rádio ou espaço publicitário em televisão, rádio, jornal, internet, outdoor, placas, faixas, etc.

Somente nos casos excepcionais (casos de grave e urgente necessidade pública), e após autorização da Justiça Eleitoral, será permitida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta.

### 3.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

Art. 73. [...]

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

A média a que alude a Lei é obtida levando-se em conta as despesas do primeiro semestre dos anos anteriores - não desaprovadas oficialmente - em relação ao lapso de tempo (três anos que antecederam o ano eleitoral), no primeiro semestre do ano eleitoral, em que a permissão é dada. Ou seja, não pode o agente, neste único semestre (janeiro a junho) de 2016, investir em publicidade mais que o valor correspondente ao que empregou licitamente em média nos primeiros semestres dos três anos anteriores, achado tal limite em operação que tome por referência a média do gasto realizado no primeiro semestre dos três anos que antecedem o pleito (2013, 2014 e 2015).

### 3.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 73. [...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração

dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Essa restrição se aplica aos agentes públicos municipais a contar de 05/04/2016, ou seja, a partir desta data é vedada a concessão de revisão geral e/ou de reajuste geral aos servidores públicos, exceto se o índice limitar-se a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ao longo do período transcorrido no ano de 2016 (inflação do ano corrente).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, "O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução/TSE nº 20.890, de 9.10.2001. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela lei eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral." (TSE, Resolução nº 21.296, julgado em 12/11/2002, rel. Min. Fernando Neves).

### 3.10. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

Art. 73. [...]

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

A norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos. Destarte, tem-se que é vedada a sua disponibilização gratuita, seja através de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação.

De acordo com o mencionado parágrafo, ao estenderem-se pelo "ano em que se realizar eleição", as vedações vigoram, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

1. distribuição gratuita de bens;
2. distribuição gratuita de valores; e
3. concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

1. estado de calamidade pública;
2. estado de emergência; e
3. programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Ademais, existe a presunção de lesividade do ato no caso de descumprimento da vedação, senão vejamos:

"(...) 4. Mesmo que a distribuição de bens não tenha caráter eleitoreiro, incide o § 10 do art. 73 da Lei das Eleições, visto que ficou provada a distribuição gratuita de bens sem que se pudesse enquadrar tal entrega de benesses na exceção prevista no dispositivo legal" (TSE, AgR-REspe nº 35.590, de 24/5/2010).

"(...) Para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato

ilícito". (TSE, RESP n. 36.026, rel. Min. Aldir Passarinho Junior).

**CONDUTA VEDADA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS.** 1. À falta de previsão em lei específica e de execução orçamentária no ano anterior, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, em ano eleitoral, consistente em programa de empréstimo de animais, para fins de utilização e reprodução, caracteriza a conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97. (TSE, Recurso Ordinário nº 149655, de 13/12/2011)

Por outro lado, a Justiça Eleitoral adota pronunciamento restritivo na resposta as consultas formuladas sobre o dispositivo, como segue:

**CONSULTA - PREFEITO - LEGITIMIDADE - CONHECIMENTO - CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO - ART. 73, § 10, DA LEI DAS ELEIÇÕES - VEDAÇÃO À AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS AOS ADMINISTRADOS EM ANO ELEITORAL, AINDA QUE SE TRATE DE PLEITO ESTADUAL - RESPOSTA NEGATIVA. (...)**

Com essas considerações, conheço da consulta e a ela responder que a conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei das Eleições, não contém restrição quanto ao seu alcance, sendo aplicável a todos os agentes públicos da esfera municipal, estadual e federal, independentemente da circunscrição do pleito (estadual, municipal ou federal), nos termos acima consignados. (Resolução nº 7.779, do TRE/SC, julgado em 26/04/2010)

"Doação de bens - Ano eleitoral. A teor do disposto no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, é proibida a doação de bens no ano em que se realizarem as eleições." NE: "Então, não há como considerar legítima a possibilidade de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, integrante da Administração Pública, proceder a doações de bens. O argumento referente à origem e à natureza perecível não é suficiente a excepcionar-se a regra proibitiva, fora de previsão dela constante." (TSE, Resolução n. 23.291, de 1/7/2010, rel. Min. Marcos Aurélio).

**CONSULTA - SORTEIO ENTRE CONTRIBUINTES - INCENTIVO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS - § 10 DO ART. 73 DA LEI N. 9.504/1997 - CONDUTA VEDADA - SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS - NÃO-CONFIGURAÇÃO - RESPOSTA NEGATIVA.**

A teor do disposto no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, à Administração Pública é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. (TRE/SC, Consulta nº 2285, em 07/04/2008)

**CONSULTA - INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA - FORMULAÇÃO EM TERMOS AMPLOS - NÃO-CONHECIMENTO.** Não se conhece de consulta formulada em termos amplos, passível de diversas interpretações. (...)

Não obstante, tenho que a concessão de benesses a empresas no ano da eleição sem estar devidamente amparada em lei específica, e, ainda, sem obedecer aos requisitos e às exigências da Lei Complementar n. 101/2000, bem como, da Lei n. 8.666/93, poderá subsumir-se na regra insculpida no § 10 do art. 73, caracterizando distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública. (TRE/SC, Res. nº 7.560, julgado em 12/12/2007)

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República de 1988, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações: (a) nesses casos o Ministério Público

poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa; (b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 3.4, "Uso promocional de programas sociais".

Alcance da vedação:

a) entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, Petição nº 100080-DF) que a doação de bens na forma vedada abrange inclusive bens perecíveis;

b) segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), "para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito".

### 3.11. ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73.

§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97).

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções.

Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria.

A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

### 3.12. CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA INAUGURAÇÕES

Art. 75. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida, a partir de 2 de julho de 2016, a contratação de shows artísticos para inaugurações (de obras, serviços, instalações, etc.). A vedação é também aplicável à administração estadual e sua inobservância caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

### 3.13. SOLENIDADES DE INAUGURAÇÕES

Art. 77. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma. (Lei Federal nº 9.504/97).

Assim como na hipótese anterior, a partir do dia 2 de julho de 2016, é vedada a qualquer candidato a participação de inaugurações de obras públicas.

Importante observar que a redação empregada à regra do art. 77, proíbe que qualquer candidato "compareça" a atos de inauguração de obras públicas, eis que até 2009 apenas vedava a "participação" para candidatos ao Executivo. Nesse sentido, a vedação tornou-se mais abrangente e mais severa, cuja violação poderá implicar a cassação do registro do candidato.

É importante salientar que o dispositivo veda a participação de

candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa a evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade (lembrando o que dispõe o item 3.12 acima), mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas.

Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

É proibida, também, a participação de representantes, assessores emissários ou mandatários do candidato nos atos de inauguração.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

### 4. DEMAIS VEDAÇÕES:

Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na legislação eleitoral pertinente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

### 5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES:

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 caracteriza a violação das condutas enumeradas no mesmo artigo como atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.429/92.

#### 5.1. CONSTITUEM CRIMES ELEITORAIS

Além das demais orientações contidas neste Manual de Comportamento, registre-se aos agentes públicos que são considerados crimes eleitorais as seguintes condutas:

a) No dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas e a distribuição de material de propaganda política, inclusive folhetos e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor; Observação: não caracteriza este crime a entrega ou a distribuição de material de propaganda eleitoral no interior das sedes dos partidos políticos e comitês eleitorais, a quem o solicite (Resolução – TSE 21.235, de 05.10.2002);

b) O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. (Lei nº 9.504/97, art. 40);

c) Divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência perante o eleitorado. (Código Eleitoral, art. 323);

d) Caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime



(Código Eleitoral, art. 324), ou quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1.º);

e) Difamar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Código Eleitoral, art. 325);

f) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. (Código Eleitoral, art. 331);

g) Impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332);

h) Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334);

i) Fazer propaganda, qualquer que seja a forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

#### 6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS:

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos.

Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a Internet e a Intranet.

Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

- a) a utilização de computador ou notebook/netbook ou tablet funcional/institucional para atos voltados à eleição;
- b) o uso do e-mail institucional para questões de campanha ou propaganda eleitoral;
- c) a divulgação ou aproveitamento de cadastro de endereços eletrônicos ou catálogo de emails formados ou obtidos na atividade pública; e
- d) a alimentação de páginas eletrônicas, Twitter ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual, como, por exemplo, utilizar-se de Twitter ou facebook pessoal para vincular programa social a determinado partido político ou candidato.

#### 7. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS:

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos, sem prejuízo da obrigação de observância ou atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual.

Nas demais situações não previstas expressamente pela legislação ou neste Manual, em que o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral, recomenda-se, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância das normas cabíveis, que as condutas sejam pautadas por princípios dos Direitos Administrativo e Eleitoral, especialmente:

a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepor aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;

b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio

Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;

c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e

d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de recursos ou bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

#### 8. CALENDÁRIO ELEITORAL:

Abaixo destacamos algumas das datas identificadas no Calendário Eleitoral (Eleições de 2016) de que trata a Resolução nº 23.450, de 10/11/2015, que tem relação direta com as orientações deste Manual:

· 1º de janeiro – sexta-feira (início do ano da eleição)

1. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art.73, § 10).

2. Data a partir da qual ficam vedados:

- a) Os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 11);
- b) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III);
- c) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;
- d) Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, inciso VII).

· 02 de abril - sábado (seis meses antes da eleição)

1. Início dos prazos de desincompatibilização: Data a partir da qual alguns agentes políticos devem se desincompatibilizar ou se afastar dos cargos, empregos ou funções públicas para conservar sua elegibilidade.

Importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral – TSE



disponibilizou em sua página na internet ferramenta de pesquisa, no qual dispõe dos prazos de desincompatibilização para os cargos eletivos no pleito de 2016. Esta informação é encontrada no endereço: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/prazos-de-desincompatibilizacao>>.

· 5 de abril – sábado (180 dias antes)

1. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII).

· 2 de julho – sábado (3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas:

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;

c) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

d) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a

atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, b e c, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos tribunais eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II).

· 2 de outubro - domingo: dia das eleições – Primeiro Turno.

· 30 de outubro - domingo: dia das eleições – Segundo Turno.

Observação: Aqueles que tiverem interesse poderão acessar a íntegra da Resolução nº 23.450/2015 no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/inteiro-teor>.

## DECRETO Nº 2010/16

. DECRETO Nº 2010/16

. De 16 de junho de 2016

Reconhece Despesas de Exercício Anterior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidas pelo Município de Indaial as seguintes despesas realizadas em Exercício(s) Anterior(es) no orçamento, conforme abaixo:

O.U.	P.A.	ELEMENTO/CTA	VINCULO	CREDOR	VALOR	Vecto.	N.FISC/FAT./BOL.
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	637,77	18/8/14	29663
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	303,70	8/9/14	33629
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	911,10	9/10/14	35401
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	242,96	8/1/15	47990
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	242,96	12/2/15	51429
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	242,96	11/3/15	2103
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	364,44	13/4/15	7044
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	121,48	3/7/15	20223
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	607,40	11/12/15	41247
04.01	2062	333909239000000	10000000	Imprensa Nacional	121,48	27/1/16	43722

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 87/16**

. PORTARIA Nº 87/16

. De 16 de junho de 2016

Designa Diretor Técnico da Secretaria de Saúde / Eddy Alvarez Antezana

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº 105/10, em seu artigo 55, e demais dispositivos legais em vigor e considerando a solicitação da Secretaria de Saúde, RESOLVE:

Designar o servidor temporário Eddy Alvarez Antezana, ocupante do cargo de Clínica Médica II, carga horária de 20h/s, admitido na forma de regime especial administrativo em 05 de abril 2016, para exercer a função de Diretor Técnico junto a Secretaria de Saúde, com carga horária de 10h/s, cumulativamente com a função de Médico Regulador também com carga horária de 10h/s.

Município de Indaial em 16 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 087/2016

Edital de Tomada de Preços nº 014/2016-10430

Objeto: Construção de passarela metálica para pedestres sobre o Ribeirão Encano.

Entrega dos envelopes: 05/07/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 05/07/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 088/2016

Edital de Pregão Presencial nº 027/2016-10430

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.

Entrega dos envelopes: 30/06/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 30/06/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Processo Licitatório nº 089/2016

Edital de Pregão Presencial nº 004/2016-19208

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares.

Entrega dos envelopes: 30/06/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 30/06/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 46/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 24/2016, homologado em 10 de junho de 2016.

Objeto: contratação de empresa ( material + mão de obra) para construção de uma quadra coberta com área total de 688,63m<sup>2</sup>, localizada na Rua Elena Pierina Bonissoni Treméa, desmembramento Neldo Simon, Ipumirim-SC, conforme ART de execução, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma, projeto sanitário, projeto elétrico e projeto arquitetônico, anexo ao edital.

Valor: R\$ 452.240,29 (Quatrocentos e Cinquenta e Dois Mil Duzentos e Quarenta Reais e Vinte e Nove Centavos).

Assinatura: 13/06/2016 Vigência: 13/02/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LUPA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, situada na RUA OTAVIANO NICOLAU, S/N, Bairro: CENTRO, cidade de Lindóia do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.550.949/0001-16.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 47/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2016, Processo de Licitação nº 39/2016, homologado em 13 de junho de 2016.

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviço, para elaboração de documentos de segurança do trabalho e saúde ocupacional, (PPRA, LTCAT, PCMSO, PPP).

Valor: R\$ 4.500,00 (Quatro Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 13/06/2016 Vigência: 13/06/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: KLOCK E HERGENRAEDER PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS LTDA, situada na AVENIDA GETULIO DORNELES VARGAS, Nº 1236, Bairro: CENTRO, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.399.968/0001-35.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 48/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016, Processo de Licitação nº 36/2016, homologado em 15 de junho de 2016.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Núcleos Educacionais, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 106.721,95 (Cento e Seis Mil Setecentos e Vinte e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Assinatura: 16/06/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA., situada na RUA TIRADENTES, Nº 80, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 49/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016, Processo de Licitação nº 36/2016, homologado em 15 de junho de 2016.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Núcleos Educacionais, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 12.190,00 (Doze Mil Cento e Noventa Reais)

Assinatura: 16/06/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: KATI PÃO LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 30/06/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 30/06/2016. Objeto da licitação: registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico, para a manutenção preventiva da frota municipal, conforme as características e quantidades anexo III do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 16/06/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2016 FMAS RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016  
RETIFICAÇÃO

No aviso de Licitação, Pregão Presencial nº 02/2016 FMAS, onde lê-se: "O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 28 de junho de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação menor preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02..."; Características do objeto: "...veículo automotivo novo, utilitário..." leia-se: O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de junho de 2016, às 14:00 horas, , Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação menor preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02..."; Características do objeto: "...veículo automotivo novo, de passeio...".

Irineópolis, 16 de junho de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N ° 134/2016

PORTARIA Nº. 134/2016.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ANDERSON HOIÇA	01/07 a 30/07/2016
2.	ANTONIO DILSON TEODORO	01/07 a 30/07/2016
3.	ELAINE BURJARKA ESTRIZER	01/07 a 30/07/2016
4.	FRANCIELI ZIEMANN	01/07 a 30/07/2016
5.	JACI BAGGENSTOSS BINDER	04/07 a 18/07/2016
6.	JAQUELINE APARECIDA SCHLEGER	01/07 a 30/07/2016
7.	JOSÉ OSNIR CARDOSO	11/07 a 25/07/2016
8.	JULIANO LEANDRO	01/07 a 30/07/2016
9.	JURANDIR RODOLFO MALLMANN	01/07 a 30/07/2016
10.	KELLY SUELEN PREISLER	01/07 a 30/07/2016
11.	LIRIA DE FÁTIMA THEIS	01/07 a 30/07/2016
12.	PATRICIA SENN	01/07 a 30/07/2016
13.	REINALDO STASIAK	25/07 a 08/08/2016
14.	SINTIA BENDLIN FRANZ	15/07 a 29/07/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 15 de Junho de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.



# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N. 047/2016

DECRETO Nº 047, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

“Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Itá e, dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com, a Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 2.004, de 24 de junho de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Itá, os seguintes membros:

I – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Ezequiel Marcos Farina Andreolla

Suplente: Franciele Dall Bello

II – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Leocir Hach

Suplente: Jonas Tadeu Sartoretto Hugue

III – Vigilância Sanitária Municipal

Titular: Nádia Martello

Suplente: Rosalina Noara Petry

IV – Consórcio Itá

Titular: Reginaldo de Oliveira

Suplente: Jorge Fabiano de Lima

V – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itá - ACITA:

Titular: Lauri Bernardo Simon

Suplente: Juselei E. Perin

VI - Associações de Bairros

Titular: João Toaldo

Suplente: Hermes Roani

VII – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – SC):

Titular: Diego Paulo Lopes da Silva

Suplente: Luiz Alfredo Sartoretto Hugue

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 081/2012, de 03 de julho de 2012.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 01 de junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

### LEI COMPLEMENTAR 128

LEI COMPLEMENTAR Nº 128 DE 14 DE JUNHO DE 2016

Institui o Código Sanitário do Município de Itá e dá outras Providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá-Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Código Sanitário do Município de Itá, fundamentado nos princípios expressos na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Santa Catarina nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Decreto 7.508/2011, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Código de Saúde do Estado de Santa Catarina Lei 6.320/83, e na Lei Orgânica do Município de Itá.

Art. 2º Todos os assuntos relacionados com as ações de vigilância sanitária serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, nas normas técnicas especiais, portarias e resoluções, a serem determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas, no que couber, a Legislação Federal e Estadual.

Art. 3º Sujeitam-se a presente Lei todos os estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde.

#### CAPÍTULO II

##### COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Art. 5º Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à aprovação de projetos arquitetônicos, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, abrangendo:

I – a inspeção e orientação;

II – a fiscalização;

III – a lavratura de termos e autos;

IV – a aplicação de sanções.

Art. 6º São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I – drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos

e produtos para saúde;  
II – sangue, hemocomponentes e hemoderivados;  
III – produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes;  
IV – alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;  
V – produtos tóxicos e radioativos;  
VI – estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada;  
VII – resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde;  
VIII – veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas federais;  
IX – outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

§ 1º Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos.

§ 2º É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, sejam considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

Art. 7º As ações de vigilância sanitária serão executadas pelas autoridades sanitárias municipais, que terão livre acesso, mediante identificação por meio de credencial de fiscal sanitário, aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário.

§ 1º São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei:

I – os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora;  
II – o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

§ 2º Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

Art. 8º Os profissionais das equipes de vigilância sanitária, investidos das suas funções fiscalizadoras, serão competentes para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos e autos, referentes à prevenção e controle de bens e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Saúde, excepcionalmente, poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente Lei às autoridades sanitárias.

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições:

I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município;  
II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município;  
III – garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária;  
IV – promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços;

V – promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;  
VI – assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;  
VII – assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;  
VIII – promover ações visando o controle de fatores de risco à saúde;  
IX – promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;  
X – organizar atendimento de reclamações e denúncias;  
XI – notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária.

### CAPÍTULO III DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 10 Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante licença sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade por um ano, renovável por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º A concessão ou renovação da Licença Sanitária será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente.

§ 2º A Licença Sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde, através de Regulamentos Técnicos específicos, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença Sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta Lei.

§ 4º Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão que emitiu a respectiva licença sanitária qualquer alteração e/ou encerramento de suas atividades.

§ 5º A Licença Sanitária será emitida, específica e independente, para:

II – cada estabelecimento, de acordo com a atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade;  
III – cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação;  
IV – cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação.

### CAPÍTULO IV DAS TAXAS

Art. 11 As ações de vigilância sanitária executados pelo órgão correspondente da Secretaria Municipal da Saúde ensejarão a cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária, a ser regulamentada em Lei complementar.

Art. 12 Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária e das multas em virtude do exercício das ações de vigilância sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do município, creditados ao Fundo

Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 13 Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 14 São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária:

I – órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e

II – associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

Parágrafo único. A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares.

## CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

### Seção I Fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde

Art. 15 Sujeitam-se ao controle e à fiscalização sanitária os estabelecimentos de saúde.

Art. 16 Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de saúde:

I – serviços médicos;

II – serviços odontológicos;

III – serviços de diagnósticos e terapêuticos;

IV – outros serviços de saúde definidos por legislação específica.

Parágrafo único. Os estabelecimentos a que se referem o artigo anterior deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas.

Art. 17 Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde.

Parágrafo único. É responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho.

Art. 18 Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de pacientes, deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária.

Art. 19 Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final, e demais questões relacionadas a resíduos de serviços de saúde, conforme legislação sanitária específica.

Art. 20 Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com suas finalidades e em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com normas técnicas específicas.

Art. 21 Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas.

### Seção II Fiscalização dos Estabelecimentos de Interesse à Saúde

Art. 22 Para os efeitos desta Lei, se considera estabelecimentos de interesse à saúde:

I – barbearias, salões de beleza, pedicures, manicures, massagens, estabelecimentos esportivos (ginástica, natação, academias de artes marciais e outros), creches, tatuagens, piercings, cemitérios, necrotérios, funerárias, piscinas de uso coletivo, hotéis, motéis, pousadas, instituições de longa permanência para idosos e outros; II – os que extraem, produzem, fabricam, transformam, preparam, manipulam, purificam, fracionam, embalam, reembalam, importam, exportam, armazenam, expedem, transportam, compram, vendem, dispensam, cedem ou usam os produtos mencionados no art. 6º;

III – os laboratórios de pesquisa, de análise de produtos alimentícios, água, medicamentos e produtos para saúde e de controle de qualidade de produtos, equipamentos e utensílios de interesse à saúde;

IV – os que prestam serviços de desratização e desinsetização de ambientes domiciliares, públicos e coletivos;

V – os que degradam o meio ambiente por meio de resíduos contaminantes e os que contribuem para criar ambiente insalubre ao ser humano ou propício ao desenvolvimento de animais sinantrópicos; VI – outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou coletiva.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas.

### Seção III Fiscalização de Produtos

Art. 23 Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta Lei e a legislação federal e estadual, no que couber.

Art. 24 O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo.

Art. 25 No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação específica.

§ 1º A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise.

§ 2º Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas.

§ 3º A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial, para análise fiscal.

Art. 26 É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde.

## CAPÍTULO VI NOTIFICAÇÃO

Art. 27 Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de termo de notificação ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

§ 1º Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

§ 2º Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida a notificação, será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

## CAPÍTULO VII PENALIDADES E INFRAÇÕES SANITÁRIAS

### Seção I Normas Gerais

Art. 28 Considera-se infração sanitária a desobediência ao disposto nesta Lei, nas leis federais, estaduais e nas demais normas legais e regulamentares, que de qualquer forma, destinem-se à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 29 Responderá pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração sanitária não teria ocorrido.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde.

Art. 30 Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo e/ou utilização.

Art. 31 Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitária comunicará o fato:

- I - à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possam configurar ilícitos penais;
- II - aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional.

### Seção II Das Penalidades

Art. 32 As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- II – apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas;
- IV – apreensão de animais;
- V – suspensão de venda e/ou fabricação de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;
- VI – inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas e insumos;
- VII – interdição parcial ou total de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas,

- produtos e equipamentos;
- VIII – suspensão e/ou proibição de propaganda e/ou publicidade;
- IX – cancelamento da Licença Sanitária Municipal;
- X – imposição de mensagem retificadora;
- XI – cancelamento da notificação de produto alimentício.

§ 1º Aplicada à penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante.

§ 2º Aplicada à penalidade de interdição, essa vigorará até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada.

Art. 33 A pena de multa consiste no pagamento em moeda corrente no país, variável segundo a classificação das infrações constantes do art. 37, conforme os seguintes limites:

- I – nas infrações leves, de 105 (cento e cinco) Unidades Municipais de Referência-UMRF a 700 (setecentas) Unidades Municipais de Referência-UMRF;
- II – nas infrações graves, de 701 (setecentas e uma) Unidades Municipais de Referência-UMRF a R\$ 3.500 (três mil e quinhentas) Unidades Municipais de Referência-UMRF;
- III – nas infrações gravíssimas, de R\$ 3501 (três mil quinhentos e uma) Unidades Municipais de Referência-UMRF a R\$ 525.000 (quinhentas e vinte e cinco mil Unidades Municipais de Referência-UMRF;

Parágrafo único. As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência e reincidência específica.

Art. 34º Para imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

- I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III – os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento da legislação sanitária;
- IV – a capacidade econômica do autuado;
- V – os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Parágrafo único - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade sanitária levará em consideração as que sejam preponderantes.

Art. 35 São circunstâncias atenuantes:

- I – ser primário o autuado;
- II - não ter sido a ação do autuado fundamental para a ocorrência do evento;
- III – procurar o autuado, espontaneamente, durante o processo administrativo sanitário, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado.

Parágrafo único. Considera-se, para efeito desta Lei, infrator primário a pessoa física ou jurídica que não tiver sido condenada em processo administrativo sanitário nos 5 (cinco) anos anteriores à prática da infração em julgamento.

Art. 36 São circunstâncias agravantes:

- I – ser o autuado reincidente;
- II – ter o autuado cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão em desrespeito à legislação sanitária;
- III – ter o autuado coagido outrem para a execução material da infração;
- IV – ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;



V – ter o autuado deixado de adotar providências de sua responsabilidade para evitar ou sanar a situação que caracterizou a infração;  
VI – ter o autuado agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;

VII – ter o autuado praticado a infração que envolva a produção em larga escala.

Art. 37 As infrações sanitárias classificam-se em:

I – leves, quando o autuado for beneficiado por circunstância atenuante;

II – graves, quando for verificada uma circunstância agravante;

III – gravíssimas:

a) quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes;

b) quando a infração tiver consequências danosas à saúde pública;

c) quando ocorrer reincidência específica.

Parágrafo único. Considera-se reincidência específica a repetição pelo autuado da mesma infração pela qual já foi condenado.

Art. 38 Na aplicação da penalidade de multa, a capacidade econômica do infrator será observada dentro dos limites de natureza financeira correspondente à classificação da infração sanitária prevista no artigo 33.

Art. 39 As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que o infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 40 O pagamento da multa, em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas cumulativamente.

Art. 41 Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da alínea a do inciso I do artigo 105, sob pena de cobrança judicial.

Art. 42 Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas, insumos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículos, máquinas, assim como a suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidade sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública.

§ 1º Concomitante às medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, a autoridade sanitária deverá lavrar auto de infração.

§ 2º As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias.

### Seção III

#### Das Infrações Sanitárias

Art. 43 Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, produtos para a saúde, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena. advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento,

seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 44 Construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena. Advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 45 Instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e estabelecimentos de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, serviços hemoterápicos, bancos de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena. Advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 46 Explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas relacionadas à saúde, com ou sem a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena. Advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 47 Extrair, produzir, fabricar, transformar, reutilizar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, produtos para a saúde, embalagens, recipientes, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, embalagens, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 48 Fazer veicular propaganda de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena. Advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa.



Art. 49 Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:  
Pena. Advertência e/ou multa.

Art. 50 Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis, zoonoses e quaisquer outras, além do sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:  
Pena. Advertência e/ou multa.

Art. 51 Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 52 Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos ou cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 53 Aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 54 Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e produtos para a saúde cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 55 Retirar ou aplicar sangue, hemocomponentes, hemoderivados, proceder a operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 56 Exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares:  
Pena. Advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 57 Rotular alimentos, produtos alimentícios, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, produtos para saúde, saneantes, de correção estética e quaisquer outros de interesse à saúde, contrariando as normas legais e regulamentares:  
Pena. Advertência, interdição, apreensão e inutilização e/ou multa.

Art. 58 Alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente:  
Pena. Advertência, interdição, apreensão e inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 59 Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e quaisquer outros de interesse à saúde:  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 60 Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse da saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, depois de expirado o prazo:  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 61 Produzir, comercializar, embalar, manipular, fracionar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado.  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 62 Construir, reformar ou adequar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sem a prévia aprovação do projeto pelo órgão sanitário competente.  
Pena. Advertência, interdição e/ou multa.

Art. 63 Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 64 Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros de interesse à saúde que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 65 Executar serviços de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes e produtos e/ou aplicar métodos contrariando as normas legais e regulamentares.  
Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 66 Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas ao transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária e de pacientes.  
Pena. Advertência, interdição e/ou multa.

Art. 67 Descumprir normas legais e regulamentares relativas a imóveis e/ou manter condições que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que possam configurar risco sanitário:  
Pena. Advertência, interdição, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 68 Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:  
Pena. Interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 69 Atribuir encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:  
Pena. Interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 70 Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes:  
Pena. Advertência, interdição e/ou multa.

Art. 71 Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 72 Transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art. 73 Produzir, comercializar ou entregar ao consumo humano sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo órgão competente:

Pena. Advertência, apreensão e interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 74 Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação das normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art. 75 Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação de matérias-primas ou produtos sujeitos à vigilância sanitária:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, e/ou multa.

Art. 76 Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sujeitos à vigilância sanitária:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 77 Proceder a qualquer mudança de estabelecimento de armazenagem de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 78 Proceder à comercialização de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 79 Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, aguardando inspeção física ou a realização de diligências requeridas pelas autoridades sanitárias competentes:

Pena. Advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento

da licença sanitária e/ou multa.

Art. 80 Deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária competente a interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos de tarja vermelha, de uso contínuo ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado:

Pena. Advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 81 Contribuir para que a poluição da água e do ar atinja níveis ou categorias de qualidade inferior aos previstos nas normas legais e regulamentares:

Pena. Advertência, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 82 Emitir ou despejar efluente ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas legais e regulamentares:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 83 Causar poluição hídrica que leve à interrupção do abastecimento público de água, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 84 Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, de habitantes, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 85 Causar poluição do solo, tornando área urbana ou rural imprópria para ocupação, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 86 Utilizar ou aplicar defensivos agrícolas ou agrotóxicos, contrariando as normas legais e regulamentares e/ou as restrições constantes do registro do produto:

Pena. Advertência, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa.

Art. 87 As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

## CAPÍTULO VIII

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

#### Seção I

##### Normas Gerais

Art. 88 O processo administrativo sanitário é destinado a apurar a responsabilidade por infrações das disposições desta Lei e demais normas legais e regulamentares destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo iniciado com a lavratura de auto de infração, assegurando-se ao autuado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, observado o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 89 Constatada a infração sanitária, a autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que essa for verificada ou na sede da vigilância sanitária, o auto de infração sanitária, o qual deverá conter:

I – nome do autuado ou responsável, seu domicílio e residência,

bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil;

II – local, data e hora da verificação da infração;

III – descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV – penalidade a que está sujeito o autuado e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;

V – ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato constatado em processo administrativo sanitário;

VI – assinatura do servidor autuante;

VII – assinatura do autuado, ou na sua ausência ou recusa, menção pelo servidor autuante, e a assinatura de duas testemunhas, quando possível;

VIII – prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa ou de impugnação do auto de infração.

§ 1º Ao autuado é facultada vista ao processo a qualquer tempo, no órgão sanitário, podendo requerer, a suas expensas, cópias das peças que instruem o feito.

§ 2º Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o autuado, obrigação a cumprir, deverá o mesmo ser notificado para cumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 3º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, em casos excepcionais, por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, considerado o risco sanitário, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

§ 4º O servidor autuante é responsável pelas declarações e informações lançadas no auto de infração e no termo de notificação, sujeitando-se a sanções disciplinares em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 90 A ciência da lavratura de auto de infração, de decisões prolatadas e/ou de qualquer comunicação a respeito de processo administrativo sanitário dar-se-á por uma das seguintes formas:

I - ciência direta ao inspecionado, autuado, mandatário, empregado ou preposto, provada com sua assinatura ou, no caso de recusa, sua menção pela autoridade sanitária que efetuou o ato;

II - carta registrada com aviso de recebimento; III – edital publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único. Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, e frustrado o seu conhecimento por carta registrada, este deverá ser cientificado por meio de edital, publicado uma vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a ciência após 05 (cinco) dias da sua publicação.

Art. 91 Para os fins desta Lei contar-se-ão os prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a ciência do autuado.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia não útil, devendo ser observado pelo autuado o horário de funcionamento do órgão competente.

## Seção II

### Da Análise Fiscal

Art. 92 Compete à autoridade sanitária realizar de forma programada ou, quando necessária, a coleta de amostra de insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da

saúde, para efeito de análise fiscal.

Parágrafo único. Sempre que houver suspeita de risco à saúde, a coleta de amostra para análise fiscal deverá ser procedida com interdição cautelar do lote ou partida encontrada.

Art. 93 A coleta de amostra para fins de análise fiscal deverá ser realizada mediante a lavratura do termo de coleta de amostra e do termo de interdição, quando for o caso, dividida em três invólucros, invioláveis, conservados adequadamente, de forma a assegurar a sua autenticidade e características originais, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial para realização das análises.

§ 1º Se a natureza ou quantidade não permitir a coleta de amostra em triplicata, deverá ser colhida amostra única e encaminhada ao laboratório oficial para a realização de análise fiscal na presença do detentor ou fabricante do insumo, matéria prima, aditivo, coadjuvante, recipiente, equipamento, utensílio, embalagem, substância ou produto de interesse à saúde, não cabendo, neste caso, perícia de contraprova.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se estiverem ausentes às pessoas ali mencionadas, deverão ser convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

§ 3º Em produtos destinados ao uso ou consumo humanos, quando forem constatadas pela autoridade sanitária irregularidades ou falhas no acondicionamento ou embalagem, armazenamento, transporte, rótulo, registro, prazo de validade, venda ou exposição à venda que não atenderem às normas legais regulamentares e demais normas sanitárias, manifestamente deteriorados ou alterados, de tal forma que se justifique considerá-los, desde logo, impróprios para o consumo, fica dispensada a coleta de amostras, lavrando-se o auto de infração e termos respectivos.

§ 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, às embalagens, aos equipamentos e utensílios, quando não passíveis de correção imediata e eficaz contra os danos que possam causar à saúde pública.

§ 5º A coleta e amostras para análise fiscal se fará sem a remuneração do comerciante ou produtor pelo produto ou substância coletada.

Art. 94 Quando a análise fiscal concluir pela condenação dos insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, a autoridade sanitária deverá notificar o responsável para apresentar ao órgão de vigilância sanitária, defesa escrita ou requerer perícia de contraprova, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação acerca do resultado do laudo da análise fiscal inicial.

§ 1º O laudo analítico condenatório será considerado definitivo quando não houver apresentação da defesa ou solicitação de perícia de contraprova, pelo responsável ou detentor, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º No caso de requerimento de perícia de contraprova o responsável deverá apresentar a amostra em seu poder e indicar o seu próprio perito, devidamente habilitado e com conhecimento técnico na área respectiva.

§ 3º A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de alteração e/ou violação da amostra em poder do detentor, prevalecendo, nesta hipótese, o laudo da análise fiscal inicial como definitivo.

§ 4º Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará

o processo de análise fiscal, e conterà os quesitos formulados pelos peritos.

§ 5º Havendo divergência entre os resultados da análise fiscal inicial e da perícia de contraprova o responsável poderá apresentar recurso a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame pericial a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial, cujo resultado será definitivo.

Art. 95 Não sendo comprovada a infração objeto de apuração, por meio de análise fiscal ou contraprova, e sendo a substância ou produto, equipamentos ou utensílios considerados não prejudiciais à saúde pública, a autoridade sanitária lavrará notificação liberando-o e determinando o arquivamento do processo.

Art. 96 O resultado definitivo da análise condenatória de substâncias ou produtos de interesse da saúde, oriundos de unidade federativa diversa, será obrigatoriamente comunicado aos órgãos de vigilância sanitária federal, estadual e municipal correspondente.

Art. 97 Quando resultar da análise fiscal que substância, produto, equipamento, utensílios, embalagem são impróprios para o consumo, serão obrigatórias a sua apreensão e inutilização, bem como a interdição do estabelecimento, se necessária, lavrando-se os autos e termos respectivos.

### Seção III Do Procedimento

Art. 98 Adotar-se-á o rito previsto nesta seção às infrações sanitárias previstas nesta Lei.

Art. 99 O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa ou impugnação, contados da ciência do auto de infração.

Parágrafo único. Apresentada defesa ou impugnação, os autos do processo administrativo sanitário serão remetidos ao servidor autuado, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, seguindo os autos conclusos para decisão do superior imediato.

Art. 100 Após analisar a defesa, a manifestação do servidor autuado e os documentos que dos autos constam, o superior imediato decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias, do recebimento do processo administrativo sanitário.

§ 1º A decisão de primeira instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º A decisão que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado.

§ 4º As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 101 Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de primeira instância, à mesma autoridade prolatora.

§ 1º O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei.

Art. 102º Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A decisão de segunda instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º A decisão de segunda instância que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado.

§ 4º As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 103 Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de segunda instância, à autoridade superior dentro da mesma esfera governamental do órgão de vigilância sanitária.

§ 1º O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão de segunda instância.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei.

Art. 104 Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A decisão de terceira instância é irrecorrível e será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo a mesma obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º A decisão que confirmar a existência da infração sanitária ensejará o cumprimento da penalidade aplicada ao infrator pela decisão de 2ª instância.

§ 4º As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão ocasionadas por erros de escrita ou de cálculo poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

### Seção IV Do cumprimento das decisões

Art. 105 As decisões não passíveis de recurso, serão obrigatoriamente publicadas nos meios oficiais para fins de publicidade e de eficácia, sendo cumpridas na forma abaixo:



**I – penalidade de multa:**

a) o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sendo o valor arrecadado creditado ao Fundo Municipal de Saúde, revertido exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

b) o não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado na alínea anterior, implicará na sua inscrição na dívida ativa do município, para fins de cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, sendo o valor obtido utilizado exclusivamente nas ações de vigilância sanitária.

**II – penalidade de apreensão e inutilização:**

a) os insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde serão apreendidos e inutilizados em todo o município, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**III – penalidade de suspensão de venda:**

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando a suspensão da venda do produto, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**IV – penalidade de cancelamento da licença sanitária:**

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da licença sanitária e cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

**V – penalidade de cancelamento da notificação de produto alimentício:**

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

**VI – outras penalidades previstas nesta Lei:**

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cumprimento da penalidade, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**CAPÍTULO IX  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 106 É competência exclusiva das autoridades sanitárias, em efetivo exercício de ação fiscalizadora, lavrar autos de infração, expedir termos de notificação, termos de interdição, termos de apreensão, de interdição cautelar e depósito, de inutilização, bem como outros documentos necessários ao cumprimento de sua função.

Art. 107 Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 108 A Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos e autoridades competentes, publicará portarias, resoluções, normas técnicas, atos administrativos cabíveis e normas complementares de vigilância sanitária no âmbito deste código.

Art. 109 A autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial ou judicial nos casos de oposição à inspeção, quando forem vítimas de embaraços, desacatos, ou quando necessário à efetivação de medidas previstas na legislação, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 110 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Itá (SC), 14 de Junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**LEI N. 2459**

	LEI Nº 2459 DE 14 DE JUNHO DE 2016
--	------------------------------------

Altera a Lei n. 2.135, de 08 de fevereiro de 2011 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O artigo 1º da Lei n. 2.135, de 08 de fevereiro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Itá, autorizado a celebrar convênio com a Associação Beneficente Bom Samaritano – ABBS, de Itá - SC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida no Município de Itá – SC, inscrita no CNPJ nº 13.024.285/0001-42, no percentual de até 60% (sessenta por cento) de suas despesas mensais.

Parágrafo Único. A Associação deverá apresentar, no ato de formalização do convênio, relatório do mês anterior, a fim da apuração do percentual de que trata o caput deste artigo”

Art. 2º Permanecem em vigor os demais artigos da Lei n. 2.135, de 08 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itá-SC, 14 de Junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**LEI N. 2460**

LEI Nº 2460, DE 14 DE JUNHO DE 2016

“Autoriza a firmar Termo de Convênio de Cooperação Mútua com a Associação Empresarial de Itá e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica



Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação Mútua com a Associação Empresarial de Itá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Galeria Comercial, Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, nesta cidade de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 00.383.069/0001-41, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com objetivo de unir esforços na promoção de campanha que visa aumentar as vendas no comércio municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação própria no orçamento de 2016.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá (SC), em 14 de junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS  
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### **LEI N. 2461**

LEI Nº 2461, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

LEIDE MARA BENDER, PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, organizado e disciplinado na forma desta Lei.

Art. 2º O Serviço Municipal de Vigilância Sanitária compreende ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 1º As ações de vigilância sanitária de que trata este artigo serão desenvolvidas de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o município desenvolverá ações no âmbito de suas competências estabelecidas no Artigo 200 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 8.080/90 e no Decreto 7.508/2011.

Art. 3º O município deverá assegurar toda a infraestrutura para a execução das ações do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária

previstas nesta lei.

Art. 4º São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei:

I – os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora, na forma do § 1º do art. 5º; e  
II – o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Para fins de processo administrativo sanitário, o Secretário Municipal de Saúde e o Prefeito serão considerados autoridades sanitárias.

Art. 5º A equipe municipal de vigilância sanitária, investida de sua função fiscalizadora, será competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários.

§ 1º Para o exercício de suas atividades fiscalizadoras, os referidos profissionais serão designados mediante portaria do prefeito ou do secretário municipal de saúde.

§ 2º Os profissionais competentes portarão credencial expedida pelo Poder Executivo Municipal e deverão apresentá-la sempre que estiverem no exercício de suas funções.

§ 3º Os profissionais acima designados serão considerados, para todos os efeitos, autoridade sanitária e exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento; interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e outras atividades estabelecidas para esse fim.

§ 4º Os profissionais investidos na função fiscalizadora terão poder de polícia administrativa, adotando a legislação sanitária federal, estadual e municipal e as demais normas que se referem à proteção da saúde, no que couber.

§ 5º As autoridades fiscalizadoras mencionadas nos incisos I e II do art. 4º desta Lei, quando do exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os locais do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações sigilosas.

Art. 6º As atividades sujeitas às ações da vigilância sanitária ensejarão a cobrança de Taxa de Vigilância Sanitária pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

§ 1º Os fatos geradores e os respectivos valores da Taxa de Vigilância Sanitária serão definidos em legislação municipal.

§ 2º Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do Município de Itá, creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º Os estabelecimentos integrantes da administração pública ou por ela instituídos, sujeitos às ações de vigilância sanitária, estão isentos do recolhimento da Taxa de Vigilância Sanitária prevista neste artigo, porém, para que funcionem, devem cumprir as exigências contidas nas normas legais e regulamentares, além das pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

Art. 7º Os estabelecimentos sujeitos às ações de vigilância sanitária

não poderão funcionar sem que sejam atendidas cumulativamente as seguintes exigências:

- I – apresentação de toda a documentação inerente à atividade a ser desenvolvida, para fins de cadastramento;
- II – recolhimento do respectivo valor da Taxa de Vigilância Sanitária;
- III – realização de inspeção sanitária com parecer favorável da equipe municipal de vigilância sanitária; e
- IV – emissão da Licença Sanitária (Alvará).

Art. 8º Na ausência de norma municipal que disponha sobre infrações sanitárias e penalidades, bem como instauração do devido processo administrativo sanitário, as autoridades sanitárias previstas no art. 4º da presente lei deverão utilizar de maneira suplementar a legislação estadual e/ou federal cabível à espécie.

Art. 9º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar à presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Itá SC), em 14 de junho de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

# Itapema

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 94 / 2016 – TOMADA DE PREÇOS 02.008.2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE PROJETO DE MOLHES NO RIO BELA CRUZ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 94 / 2016 – Tomada de Preços 02.008.2016.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração de licenciamento de projeto de molhes no Rio Bela Cruz, conforme especificações constantes nos Anexos do edital.

Abertura dos Envelopes: 04(quatro) de julho de 2016 às 14:00(quatorze) horas.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 04(quatro) de julho de 2016.

Endereço para retirada do edital: O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), ícone “serviços – fornecedores – modalidades – editais – Tomada de Preços - 02.008.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 16 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

# Itapiranga

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 095/2016

PORTARIA Nº 095/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Artemio A. Scalon, matrícula nº 9979/04, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

a) Contrato nº 067/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 87/2016, para contratação de empresa especializada para obtenção dos direitos minerais junto ao DNPM e a elaboração de estudos, desenvolvimento de projetos, mapas e formulários, conforme determina a legislação mineral, visando a obtenção da titularidade de direito mineral através de registro de extração em nome da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

b) Contrato nº 068/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 76/2016, para contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia, objetivando a pavimentação asfáltica de ruas nos centros comunitários no interior do município

c) Contrato nº 071/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 081/2016, para execução, em regime de empreitada global, de projetos para implantação de rede de distribuição elétrica em tensão primária e secundária para instalação de iluminação pública, em diversos locais neste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Artemio A. Scalon  
Fiscalizador

### PORTARIA Nº 096/2016

PORTARIA Nº 096/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Antonio Santos, matrícula nº 6493/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

a) Contrato nº 069/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Convite de nº 97/2012, para contratação de seguros para equipamentos desta municipalidade.

b) Contrato nº 070/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 88/2016, para a contratação de seguros para veículos de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Flavio Antonio Santos  
Fiscalizador

### PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIA Nº 097/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Luisandro Marcos Lermen, matrícula nº 14102/03, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 103, 104, 105 e 106/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 - FMS, para aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da saúde desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no

Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Luisandro Marcos Lermen

Fiscalizador

### **PORTARIA Nº 098/2016**

PORTARIA Nº 098/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 107 e 108/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2016 - FMS, para aquisição de uniformes para os servidores que atuam no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e materiais para atividades do NASF.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Clair M. H. Heinen

Fiscalizadora

### **PORTARIA Nº 099/2016**

PORTARIA Nº 099/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Luis C. Steffenon, matrícula nº 6260/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços 109 e 110/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016, para aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Luis C. Steffenon

Fiscalizador

### **PORTARIA Nº 100/2016**

PORTARIA Nº 100/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01, para exercer a função de fiscal das seguintes atas:

a) Ata de Registro de Preços nº 129/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 080/2016, para aquisição de materiais e equipamentos destinados para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

b) Ata de Registro de Preços nº 132/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 086/2016, para aquisição, de forma parcelada, de bobinas de papel para leitura de água, para relógio ponto e folhas de pagamento, destinadas para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Osmar P. Muller

Fiscalizador



**PORTARIA Nº 101/2016**

PORTARIA Nº 101/2016 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores Wilson Schneiders, matrícula nº 14903/01; Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02; Artemio A. Scalon, matrícula nº 9979/04 e Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01 para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 130/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 082/2016, para contratação de empresa para serviços de pedreiro, pintura e instalação hidro sanitária para atender as necessidades das diversas das secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Aos Servidores supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Wilson Schneiders Janete S. Brixner Artemio A. Scalon Osmar P. Muller

Fiscalizador Fiscalizador Fiscalizador Fiscalizador

**PORTARIA Nº 102/2016**

PORTARIA Nº 102/2016 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços 131/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 085/2016, para a contratação de serviços de arbitragem para jogos de competições promovidas pelo Município de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Ênio J. Pauli

Fiscalizador

**PORTARIA Nº 103/2016**

PORTARIA Nº 103/2016 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Julian Wildner, matrícula nº 14873/02, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 133/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 092/2016, para contratação de empresa para locação de serviços de sonorização para eventos realizados Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Julian Wildner

Fiscalizador

**PORTARIA Nº 104/2016**

PORTARIA Nº 104/2016 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Wilson Schneiders, matrícula nº 14903/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 134 e 135/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016,

para aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 10 de junho de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Wilson Schneiders

Fiscalizador

### **PORTARIA Nº 64/2016**

Portaria nº 64 de 16 de junho de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a partir do dia 16 de junho de 2016, Basílio Soethe matrícula nº 10104/05, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, com 30 horas semanais.

Art. 2º - O servidor Municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível salarial 544, classe A-1.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

Data	16/06/2016	Horário início: 11h00min
Licitação /Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 02/2016 Nº 02/2016 Nº 41/2016

#### OBJETO:

Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para realização de exames laboratoriais para prestação de serviços especializados na área de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) segundo especificações constantes na tabela de exames laboratoriais, Anexo III deste Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2685/2016. Observando que a Licitação foi publicada em jornal diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da Prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 23/05/2016 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
16/06/2016	1194	REINALDO SAMPAIO BEXIGA ME	00.506.738/0001-25

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação ao credenciamento, o qual foi encontrado devidamente lacrado. Aberto o envelope de habilitação ao credenciamento, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, verificou-se que a empresa REINALDO SAMPAIO BEXIGA ME cumpriu as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público nº 02/2016 e, portanto foi considerada pré-qualificada ao objeto de credenciamento. A CPL salienta a necessidade do cumprimento da cláusula 21.9. DA ANÁLISE TÉCNICA E VISTORIA DO LOCAL do edital, para prosseguimento dos demais procedimentos inerentes à contratação. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO
--	----------------------------------

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: EDITAL Nº 020/2016 - ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC

Secretaria de Administração e Finanças

EDITAL nº 20/2016

ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital que, fixa data e estabelece procedimentos que nortearão concessão de adicional na remuneração dos servidores municipais efetivos e estáveis do Poder Executivo conforme Lei Municipal Nº174/2008 de 05 de maio de 2008.

#### 1. Dos Procedimentos

1.1 - A concessão de adicional correspondente a 1% sobre o DAS II referente a participação de cursos de aperfeiçoamento, integração ou adaptação na área de conhecimento com relação direta ao cargo efetivo, após seu ingresso neste órgão, que somados totalizem uma carga horária de no mínimo 40 horas devidamente comprovados. Deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo I), sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados (autenticação em cartório ou pelo setor de Recursos Humanos) que não tenham sido apresentados anteriormente;

1.2 - A concessão de adicional, pela formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo, deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo II), sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados ou diplomas (autenticação em cartório ou pelo setor de Recursos Humanos) conforme tabela abaixo;

Classe	Formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo	Área de conhecimento com relação direta ao cargo efetivo	Área de conhecimento com relação indireta ao cargo efetivo
A	Ensino Fundamental Completo	2,00%	0,00%

B	Ensino Médio, Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	3,00%	1,50%
C	Curso de Graduação	4,00%	2,00%
D	Curso de Pós-Graduação	5,00%	2,00%
E	Mestrado ou Título de Educação de Maior Grau	6,00%	2,00%
F	Doutorado	7,00%	2,00%

1.3 - A fundamentação legal para a concessão de adicional na remuneração dos servidores é o artigo 49-A §3º e §4º da Lei Municipal nº174/2008;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC  
Secretaria de Administração e Finanças

1.4 - Para efeito deste Edital, entende-se como curso qualquer evento que proporcione capacitação para os servidores, como: treinamentos, seminários, congressos, palestras, painéis e outros;

1.5 - O Certificado que não possuir carga horária será considerado carga horária de 8hs;

1.6 - O adicional por capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento será concedido somente 1% ao ano a cada servidor que apresentar no mínimo 40hs, as horas excedentes não serão computadas;

1.7 - O adicional por formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo poderá ser requerido em um único exercício, quantas classes (A à F) o servidor já tiver concluído. Por tanto, deverá apresentar o certificado de conclusão, ou o diploma ou o histórico escolar;

1.8 - O servidor que concluir a formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo, deverá anexar ao requerimento uma declaração da instituição educacional para comprovar o fato, mas a concessão do adicional em seus vencimentos no mês de janeiro/2017 ficará condicionada à apresentação do certificado de conclusão ou do diploma ou do histórico escolar;

1.9 - Os modelos de requerimento (Anexos I e II) serão entregues no Departamento de Recursos Humanos, sendo que o preenchimento é de responsabilidade do requerente;

1.10 - As inscrições deverão ser realizadas de 20 de junho à 08 de julho de 2016 no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, das 08:30 às 13:30 com destinação ao Departamento de Recursos Humanos, através da entrega dos envelopes contendo os documentos dos itens 1.1 e/ou 1.2 deste edital;

1.1 e/ou 1.2 deste edital;

1.11 - Os envelopes deverão estar fechados e colados e conter em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 – Adicional de participação de cursos de aperfeiçoamento.	Envelope nº 02 – Adicional por formação superior ao exigido para o cargo efetivo.
Servidor:	Servidor:
Matrícula:	Matrícula:
Cargo Efetivo:	Cargo Efetivo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC  
Secretaria de Administração e Finanças

## 2 – Da Concessão

2.1 - Toda documentação de comprovação de titulação contida nos envelopes, será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação instituída pelo Decreto Municipal 2816/2016 de 16 de junho de 2016, que deverá publicar os resultados no dia 18 de julho de 2016. Abrindo prazo para recurso nos dias 21 e 22 de julho de 2016 e homologar os requerimentos até o dia 28 de julho de 2016 e encaminhá-la ao Departamento de Recursos Humanos;

2.2 - Qualquer irregularidade apontada na documentação analisada, a Comissão oficializará o servidor para que no prazo de dois dias úteis do recebimento, possa solucionar o mesmo;

2.3 - Será publicada em Edital no mural da Prefeitura Municipal de Itapoá no dia 28 de julho de 2016, a relação dos servidores contemplados com o benefício da concessão dos adicionais aqui mencionados e deferidos pela Comissão de Avaliação de Titulação;

2.4 - Além da publicação a Comissão de Avaliação de Titulação, deverá efetuar o encaminhamento de uma cópia ao Setor de Orçamento para que os adicionais de remuneração sejam impactados na LDO de 2017 e pagos a partir do mês de janeiro 2017.

## 3 – Das Disposições Finais

3.1 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Finanças com parecer da Comissão de Avaliação de Titulação. Itapoá, 16 de junho de 2016.

Maria Izabel Blanski

Diretora do Departamento de Finanças

Marciane Rech

Membro

Sandra R. Fernandes da Silva

Membro

Vandressa Aparecida Chervinski

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC  
Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I  
REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO

Senhor(a) Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Itapoá/SC:

Eu, ..... , ocupante do cargo de ..... matrícula ..... , em exercício na Secretaria ..... do Município, vem através deste,

REQUERER,

Concessão de adicional de 1% referente a cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento com fundamento legal no artigo 49-A, § 3º da Lei Municipal nº 155/2003 mediante comprovação da documentação em anexo.

Nome do Curso	Carga Horária	Deferimento
Total Carga Horária:		

Nestes termos pede deferimento.  
Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC  
Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO II  
REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO

Senhor(a) Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Itapoá/SC:

Eu, ..... , ocupante do cargo de ..... , matrícula ..... , em exercício na Secretaria ..... do Município, vem através deste,

REQUERER,

Concessão de adicional de remuneração por formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo com fundamento legal no artigo 49-A, § 4º da Lei Municipal nº 155/2003 mediante comprovação da documentação em anexo.

Classe	Formação superior àquela exigida para o exercício do cargo efetivo	Área de conhecimento com relação direta ao cargo efetivo	Área de conhecimento com relação indireta ao cargo efetivo
( ) A	Ensino Fundamental Completo	( ) 2,00%	( ) 0,00%
( ) B	Ensino Médio, Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	( ) 3,00%	( ) 1,50%
( ) C	Curso de Graduação	( ) 4,00%	( ) 2,00%
( ) D	Curso de Pós-Graduação	( ) 5,00%	( ) 2,00%
( ) E	Mestrado ou Título de Educação de Maior Grau	( ) 6,00%	( ) 2,00%
( ) F	Doutorado	( ) 7,00%	( ) 2,00%

Nestes termos pede deferimento.  
Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 019/2016 - GEOGRAFIA**

Classificação Edital Nº 19/2016

Edital 19/2016 - Geografia

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de Serviço na Área	Desempate	Total
1	Marcos Alfredo Correa	Não Habilitado		48		48
2	Claudinete Rafalski	Não Habilitada		0		0
3	Erica Regina da Costa	Não Habilitada		0		0

- As candidatas classificadas Ordem 2 e 3 não apresentaram tempo de serviço na área de Geografia.

Itapoá, 16 de junho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 01 DO EDITAL Nº 019/2016 - GEOGRAFIA**

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital Nº 19/2016 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretária de Educação no dia 20/06/2016, as 8h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40	Geografia	Marcos Alfredo Correa	24/06/2016	09/07/2016

Itapoá, 16 de Junho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação**ÓRGÃO TRIBUTÁRIO: COMUNICADO SOBRE OS LIVROS DE DÍVIDA ATIVA DO ANO DE 2014 E 2015**

Órgão Tributário: comunicado sobre os Livros de Dívida Ativa do ano de 2014 e 2015

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através de seu Órgão Tributário, dá ciência de que os Livros de Dívida Ativa do ano de 2014 de número 10.000, folhas 0001 a 4.834, e do ano de 2015 de número 10.001, folhas números 0001 a 2.640, estão disponíveis para consulta nas dependências do Órgão Tributário situado à Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, Itapoá/SC.

Luciano Pelissari  
Gerente do Órgão Tributário

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **Decreto nº 553, de 15 de junho de 2016**

DECRETO Nº 553, de 15 de junho de 2016.

“Constitui Comissão Permanente de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, realizados pelo Município de Ituporanga”

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 e letra “c”, do inciso II, do artigo 97 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o artigo 51 da Lei nº. 8.666/93, bem como o artigo 7º, inciso II e artigo 10, do anexo I, do Decreto nº. 498/2007, RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Luis Augusto Wagner Scheeren, Juceli Francener, Eliane Aparecida Rodrigues Eyng, Antônio José Tenfen, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pela segunda.

Art. 2º - Fica nomeada como pregoeira a funcionária pública do município BRUNA RUDOLFO, para atuar nos procedimentos relativos aos processos licitatórios na modalidade pregão, com atribuições de acordo com o artigo 9º do Decreto nº. 498, de 20 de abril de 2007.

Art. 3º - Fica nomeada a Equipe de Apoio ao pregoeiro nos processos licitatórios modalidade pregão, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Márcio Lima da Costa Junior, Zuleide Dumes Hessmann, Maria Angélica Nienkötter Müller, designando como secretário o primeiro.

Art. 4º - Como Suplentes ficam nomeados os seguintes servidores: Josiane Rosa Sieves e Tiago Jesser Marques Vieira.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 528, de 20 de abril de 2016, e as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

### **Decreto nº552, de 15 de junho de 2016**

DECRETO Nº 552 de 15 de junho de 2016.

“Constitui Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD dos Servidores do Poder Executivo Municipal”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 35 e seus incisos da Lei Complementar 020 de 17 de dezembro de 2008 e alterações;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representantes da Secretaria da Administração;

Mariliam Graciela dos Santos de Melo

Marília Willemann Deuttner

Representante da Secretaria de Urbanismo;

Josemara Kuster Scheidt

Representante da Secretaria de Planejamento;

Edna Lückmann Paza

Representante da Secretaria da Secretaria da Saúde;

Aglais Moraes

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 528, de 20 de abril de 2016, e as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### COMPDEC - RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMPDEC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL  
LEI 6.855/2014

#### RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMPDEC

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6.855/2014 em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 07 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que o atual mandato dos Conselheiros do COMPDEC - Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, encerrar-se-á em 24 de junho de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de dar encaminhamentos a importantes questões em trâmite do Conselho;

CONSIDERANDO o Art.7º §9º a saber: "O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil poderá, ainda, deliberar por 2/3 (dois terços) dos membros, pela prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros, em caráter excepcional, a fim de dar continuidade às atividades em andamento, por prazo não excedente a 90 (noventa) dias, cabendo ao Presidente baixar e publicar, no Órgão Oficial de Comunicação do Município, ato relativo dispondo sobre a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros do Compdec".

#### RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar o mandato dos Conselheiros do COMPDEC - Conselho Municipal de Proteção e Defesa civil até o dia 30 de agosto de 2016, a contar do dia 24 de junho de 2016.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.  
Leocádio Neves e Silva  
Presidente do COMPDEC

### DECRETO Nº 10.918/2016

D E C R E T O Nº 10.918/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 576.075,40 (Quinhentos e setenta e seis mil, setenta e cinco reais e quarenta centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01.10.122.07502.651 - Manutenção patrimonial - Saúde

#### 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.133 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
15.01.10.301.07512.672 - Pagamento dos servidores da Saúde - Atenção Básica

#### 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.135 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 516.348,98  
15.01.10.301.07542.685 - Pagamento dos servidores da Saúde - Farmácia

Popular do Brasil

#### 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.134 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 29.726,42

TOTAL R\$ 576.075,40

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos PAB, no valor de R\$ 516.348,98 (Quinhentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos); ao Incentivo à Farmácia Popular, no valor de R\$ 29.726,42 (Vinte e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos); e aos Próprios - Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2016, revogado o Decreto Municipal Nº 10.909/2016, de 03/06/2016.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 10.919/2016

D E C R E T O Nº 10.919/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.02 - ASSISTENCIA AO SERVIDOR

05.02.04.331.03002.053 - Atenção ao servidor

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.02.36 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.02 - ASSISTENCIA AO SERVIDOR  
05.02.04.331.03002.053 - Atenção ao servidor  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
05.02.35 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário Municipal da Fazenda

## **DECRETO Nº 10.920/2016**

D E C R E T O Nº 10.920/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 566.750,00 (Quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades

Odontológicas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.117 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 184.000,00

15.01.10.302.07532.677 - Procedimentos de ações judiciais - MAC - Média

e Alta Complexidade

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.121 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

15.01.10.301.07542.683 - Assistência farmacêutica básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.123 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.32 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.750,00

TOTAL R\$ 566.750,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecados pela FME, no valor de R\$ 12.750,00 (Doze mil, setecentos e cinquenta reais); do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados ao MAC / FES / Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais); e aos Próprios / Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário Municipal da Fazenda

## **DECRETO Nº 10.921/2016**

D E C R E T O Nº 10.921/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.543,14 (Um mil, quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.03002.251 - Pagamento de despesas fixas - Trânsito (água, energia

elétrica, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.366 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.543,14

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), proveniente dos recursos vinculados ao Convênio Rádio Patrulha - PM, no valor de R\$ 1.543,14 (Um mil, quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário Municipal da Fazenda

## **ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO**

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

TIPO: menor preço Global

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para reforma e adequações nos veículos RENAULT MASTER Placa QHN 4724 e Frota 460 e VAN AGRAL Placa MBX 9053 e Frota 212, de uso da Diretoria de Transito e Transportes, destinados para manutenção da sinalização viária municipal, com fornecimento de peças e mão de obra, em conformidade com o Anexo VIII – Termo de Referência e Anexo IX - Minuta de contrato deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 30/2016, no atendimento da LC 147/2014 restar Frustrado.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:45 horas do dia 01 de Julho de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.



O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Valor máximo da contratação: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 23 de maio de 2016.

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário de Administração

**EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 108/2015 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL COMUNICADO DE EXCLUSÃO**

EDITAL  
CONCORRÊNCIA Nº 108/2015  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

**COMUNICADO DE EXCLUSÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Concorrência acima, que está promovendo a exclusão dos serviços contratados para prestação de serviços no "sábado" constante no Anexo III do Edital, no que se refere a prestação de serviços para a Polícia Militar, ou seja, fica excluído os itens 8, 34, bem como a exigência de limpeza no sábado constante no item 39. A Administração Pública comunica aos interessados, que mantém a mesma data para entrega e abertura dos Envelopes, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:45 horas do dia 24 de junho de 2016, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sob a coordenação da Comissão Especial de Licitação.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - FROAGRO**

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - FROAGRO  
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL  
TIPO: Menor Preço por Item  
EXCLUSIVO ME/EPP

OBJETO: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no

ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 e LC 123/2006.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste Pregão empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:00 horas do dia 05 de julho de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 08:15 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 77.681,35 (setenta e sete mil seiscentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 01 de junho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário de Administração

IVAN ANDREIAS WOLTER  
Gestor do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 144/2016 AO CONTRATO Nº 472/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 144/2016 AO CONTRATO Nº 472/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2015.

FUNDAMENTO: Artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização na Rua 1350 – Benildo Zamin no Bairro Centenário (acesso ao viaduto de Schroeder), com extensão total de 268,85m (duzentos e sessenta e oito vírgula oitenta e cinco metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 16/04/2016 com término em 14/07/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 12 de setembro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA



após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.673/2015, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/04/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 473/2016**

PORTARIANº 473/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 009/2016/CMTE/JS, de 13/06/2016, do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 07/06/2016, CHARLES MEDEIROS, como conselheiro titular, em substituição a Marcelo Campregher; e KLAUS FRANZNER SEL, como conselheiro suplente, em substituição a Charles Medeiros, para representarem a Associação das Imobiliárias de Jaraguá do Sul (AIJS), na qualidade de Representantes dos Empregadores, no Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 939/2014, de 26/05/2014, no que se refere a designação de Marcelo Campregher e Charles Medeiros.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º/06/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 474/2016**

PORTARIANº 474/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal IDA RACHEL HILLBRECHT DA SILVA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 716/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da

Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 242/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal IDA RACHEL HILLBRECHT DA SILVA, concedida através da Portaria Nº 281/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 09/06/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 475/2016**

PORTARIANº 475/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 728/2016/Cogem, de 13/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 1º/06/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 021/2015, instaurado pela Portaria Nº 859/2015, de 02/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 476/2016**

PORTARIANº 476/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 729/2016/Cogem, de 13/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/06/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo

Disciplinar Nº 023/2015, instaurado pela Portaria Nº 880/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 477/2016**

PORTARIANº 477/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 730/2016/Cogem, de 13/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/06/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 478/2016**

PORTARIANº 478/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 243/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 06/06/2016, REGINA PIMONT MINATTI do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 872/2014, de 12/05/2014, e parcialmente revogada a Portaria Nº 291/1994, de 23/12/1994, no que se refere a nomeação da mesma.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 479/2016**

PORTARIANº 479/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 243/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 06/06/2016, CRISTIANE ALBANO MARQUETTI do cargo efetivo de TRADUTORA E INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 067/2010, de 10/02/2010.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 480/2016**

PORTARIANº 480/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 243/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 07/06/2016, MAIQUEL MACHADO do cargo efetivo de SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 142/2016, de 14/03/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 481/2016**

PORTARIANº 481/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 243/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 09/06/2016, MARILZA JORGE DE MORAES do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 055/2014, de 03/02/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 482/2016**

PORTARIANº 482/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 243/2016/Sema-DGP, de 14/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 10/06/2016, CAREN SIMONE PAZ do cargo efetivo de PEDAGOGA, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 059/2010, de 09/02/2010.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 483/2016**

PORTARIANº 483/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 181, I, c/c o artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015, e tendo em vista o Processo Administrativo Disciplinar Nº 003/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 193/2016/1ª CPAD, de

14/06/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processos Administrativos e Administrativos Disciplinares;  
RESOLVE :

Art.1º APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ESCRITA e DESCONTO EM FOLHA DOS 05 (CINCO) DIAS referentes aos dias 24, 27 e 28 de junho de 2013 e 01 e 02 de julho de 2013, à servidora pública municipal BEATRICE DANIELE BYLAARDT, matrícula 9496, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, decorrente das infrações de INASSIDUIDADE, IMPONTUALIDADE E DESLEALDADE A INSTITUIÇÃO A QUE SERVIR, respectivamente enquadradas nos termos dos incisos II, III e XIV, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 180/2016 A EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2016 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2014**

EXTRATO DO CONTRATO 180/2016

Processo: Pregão nº 90/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Torneira, Bacia e Tela para Proteção; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.550,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos Lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.3 0.24.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.401.3.3.90.30.99.00.00.00 – 05 - Manutenção das atividades administrativas - Samae;; Prazo de Fornecimento: Até 13/06/2016; Data da assinatura: 31/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 181/2016

Processo: Pregão nº 90/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: K & P Construtora Ltda.; Objeto: Tijolo, Porta e Caixilho; Forma

de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de de R\$ 1.748,60 (hum mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos Lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.40 7.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: até 13/06/2016; Data da assinatura: 31/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Murilo Alves.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 182/2016

Processo: Pregão nº 90/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: KL Materiais de Construção Ltda.; Objeto: Argamassa, Telha, Calha, Grampo; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de de R\$ 6.460,00 (seis mil, quatrocentos e sessenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos Lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90 .30.24.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água;; Prazo de Fornecimento: Lote 01, conforme necessidade do Samae, até 31/12/2016; Lote 03, até 13/06/2016; Data da assinatura: 31/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Martinho José Lehnert.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2016 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015

Processo: Pregão 13/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Imunizadora Jaraguá Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada nos itens 01 (Serviço de Caminhão Tanque) da cláusula 2.1 do referido contrato, com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993, equivalente a R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais); As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas; Data da assinatura: 01/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fernando Friederich Voigt.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2016 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2016

Processo: Pregão 51/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Alfacomp Automação Industrial Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada nos itens 01, 02 e 03 (Manutenção Eletrônica em Laboratório) da cláusula 2.1 do referido contrato, com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993,

equivalente a R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais); As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas; Data da assinatura: 01/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Eduardo Grachten.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2016 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 433/2014

Processo: Pregão 265/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Venturi Transportes Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada nos itens 01 e 02 (Transporte de Água Potável) da cláusula 2.1 do referido contrato, com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993, equivalente a R\$ 19.830,00 (dezenove mil, oitocentos e trinta reais); As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas; Data da assinatura: 01/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jéferson Luiz Venturi.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 186/2016

Processo: Pregão nº 91/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.302,00 (três mil, trezentos e dois reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.40 7.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 21/06/2016; Data da assinatura: 03/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 187/2016

Processo: Pregão nº 91/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.615,00 (hum mil, seiscentos e quinze reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.40 7.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 21/06/2016; Data da assinatura:



03/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 188/2016

Processo: Pregão nº 91/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.584,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 21/06/2016; Data da assinatura: 03/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 189/2016

Processo: Pregão nº 85/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sercompe Computadores Ltda.; Objeto: Licenças de software, equipamentos e instalação para armazenamento de dados; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.30.17.00.00.00 – 05 - Manutenção das atividades administrativas – Samae; 25.01.4.403.4.4.90.39.94.00.00.00 – 09 - Aquisição de equipamentos e material permanente; Prazo de Fornecimento: Até 07/07/2016; Data da assinatura: 03/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Adolfo Reimer.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 190/2016

Processo: Pregão nº 85/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Weikan Tecnologia Ltda. EPP; Objeto: Licenças de software e fitas para armazenamento; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação

orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.30.17.00.00.00 – 05 - Manutenção das atividades administrativas – Samae; 25.01.4.403.4.4.90.39.94.00.00.00 – 09 - Aquisição de equipamentos e material permanente; Prazo de Fornecimento: Até 27/06/2016; Data da assinatura: 03/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Eduardo Hames.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 191/2016 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2016

Processo: Concorrência 227/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Infrasil – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.; Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo de fornecimento e aplicação de massa asfáltica até 31/12/2016, conforme cláusula 7.1 do contrato; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 07/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rui Carlos Ludka.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 192/2016

Processo: Pregão nº 93/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Zaneli Serviços Elétricos Ltda. - ME; Objeto: Serviço de Paralelismo de Trafo e Manutenção em Subestação de Energia; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 45.601,50 (quarenta e cinco mil, seiscentos e um reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.39.20.00.00.00 – 22 - Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 09/07/2016; Data da assinatura: 08/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Odimar Zanela dos Santos.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 193/2016

Processo: Pregão nº 87/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Isoil Lamon Indústria de Equipamentos e Serviços de Instrumentação Ltda.; Objeto: Placa para conserto de macromedidor; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.797,00 (sete mil, setecentos e noventa e sete reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.25.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água;; Prazo de Fornecimento: Até 08/08/2016; Data da assinatura: 08/06/2016;



Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Vera Lúcia Pereira Araújo Lamon.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 194/2016

Processo: Pregão nº 87/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Summit Energy Ltda. - ME; Objeto: Supressor de Surto; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 9.947,50 (nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.25.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água;; Prazo de Fornecimento: Até 24/06/2016; Data da assinatura: 08/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Giovani Athayde Schmitt.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 195/2016

Processo: Convênio 195/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae; Objeto: Arrecadação de contribuições financeiras nas faturas de água e esgoto do Samae de Jaraguá do Sul; Forma de Pagamento: Os valores arrecadados serão contabilizados pelo Samae e repassados à entidade beneficiada em conta bancária específica, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao seu faturamento; Data da assinatura: 13/06/2016; Validade: 13/06/2021; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Joãozinho Julio Depiné.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 196/2016

Processo: Inexigibilidade 100/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lonatec Comércio de Lonas Ltda.; Objeto: Módulo de decantação em lonas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais); O pagamento será realizado até 10 (dez) dias após a entrega final, instalação e start-up do objeto, mediante certificação na NF de que o produto/serviço foi entregue em conformidade com o edital; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.414.4.4.90.51.00.00.00 – 42 – Ampliação e melhorias das Etes; Prazo de Fornecimento: Até 14/07/2016; Data da assinatura: 13/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fernanda Buchner Bastos.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2016

#### 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2014

Processo: Pregão 105/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Auto Mecânica Gorges Ltda.; Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo no serviço de Latoaria e Pintura em veículos da Frota do Samae, até 16/06/2017, conforme cláusula 7.1 do contrato; o aditivo passa a vigorar a partir de 16/06/2016; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 14/06/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ildemar Gorges.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 195/2016

##### EXTRATO DO CONTRATO 195/2016

Processo: Convênio 195/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae; Objeto: Arrecadação de contribuições financeiras nas faturas de água e esgoto do Samae de Jaraguá do Sul; Forma de Pagamento: Os valores arrecadados serão contabilizados pelo Samae e repassados à entidade beneficiada em conta bancária específica, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao seu faturamento; Data da assinatura: 13/06/2016; Validade: 13/06/2021; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Joãozinho Julio Depiné.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 106/2016 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO E REFORMA DE TOLDOS

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 106/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO E REFORMA DE TOLDOS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 17/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 30/06/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 107/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPENSADO, LONAS, TÁBUAS DE PINUS, BROCAS VÍDEA E BATERIA 3V

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 107/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPENSADO, LONAS, TÁBUAS DE PINUS, BROCAS VÍDEA E BATERIA 3V

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 17/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h  
DATA DA ABERTURA: 01/07/2016 às 14 horas  
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-  
Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SEMA - PORTARIA Nº 051/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 051/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº154/2014, Seção II, artigo 125, paragrafo único, de 03/11/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA, por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor público municipal CARLOS ROBERTO NEVES COELHO, matrícula 9718-7, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 22/05/2016 a 14/06/2016, com direito a 100% dos seus vencimentos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário da Administração

**SEMED - PORTARIA Nº 0263/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0263/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, INÊS ECCEL HECK, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 13/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Cristina Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 09 de maio de 2016  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0264/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0264/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, THAMIRES CRISTINA PENA REIS , para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de Ciências, a partir de 13/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEF Waldemar Schmittz	24	5	29

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0266/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA Nº 0266/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, GRAYCE MONDINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 13/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0267/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA Nº 0267/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, RAFAEL ALBERTO GONÇALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de Matemática, a partir de 10/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEF PROFª GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ	12	2	14

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0270/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA Nº 0270/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ROSANE DE FÁTIMA CORNELSEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 15/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Maria Nilda Salai Stahelin	40

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

#### **SEMED - PORTARIA Nº 0271/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0271/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DINORÁ APARECIDA FERREIRA TRAVASSO, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 13/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Alberto Bauer	40

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

#### **SEMED - PORTARIA Nº 0272/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0272/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR JOSIANE LONGEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 14/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Profª Gertrudes Steilein Milbratz	40

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0273/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA Nº 0273/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR RAFAELA CZORNEI, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 14/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Guilherme Hanemann	40

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 0274/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA Nº 0274/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, SCHEILA REGINA LINO KRUEGER, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 14/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Albano Kanzler	20

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação



**SEMED - PORTARIA N° 0275/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

**PORTARIA N° 0275/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital N° 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR , SARITA BEHLING para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 14/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Pe Alberto Jacobs	40

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 079/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

Acórdão nº 079/2016

Recurso Voluntário

Processo nº141.959/2016

Recorrente: LAURICIO FESTA E LENITA DADALT FONTANA

Ementa: Tributário. IPTU. Discussão de valores constantes na Planta de Valores. Impossibilidade Princípio da Legalidade. Indeferimento. Maioria.

Laurício Festa e Lenita Dadalt Fontana apresentaram recurso do lançamento do IPTU 2015 de alguns Lotes localizados no Loteamento Colina Verde, sendo tal pedido inferido em primeira instância administrativa. Inconformados, recorrem da decisão de proferida no Processo Administrativo n. 138.119/2015 ao Conselho de Contribuintes, com os seguintes argumentos: que o Município não respondeu oportunamente seu pedido de revisão do IPTU 2015; que a planta de valores é injusta, pois pelas características do Loteamento Colina Verde, os lotes localizados na Rua Edison Borges de Castilhos estão com valor muito acima do de mercado; que o valor do tributo é confiscatório; que devem ser alterados os valores da seção imobiliária; que em 2015 foi cobrado o valor de R\$ 140,00 o metro quadrado no loteamento e posteriormente foi reduzido para R\$ 120,00 o metro quadrado. Requer a extinção do PA, revisão dos valores da seção imobiliária e suspensão do IPTU até o julgamento. O processo foi relatado pelo Conselheiro Valdir Patzla. Inicialmente foi levado para votação a preliminar de descumprimento do prazo para apreciação do requerimento de primeira instância, alegando nulidade e prejuízo, tendo sido a preliminar rejeitada por unanimidade. Posteriormente o Conselheiro Valdir Patzla emitiu seu voto, o qual foi no sentido de reavaliar os lotes 05 a 11 da Quadra 03, localizados na Rua Edison Borges de Castilhos – Loteamento Colina Verde em 30% do valor do metro quadrado, por estarem localizados em terreno íngreme, tendo aos fundos uma APP. Esta Conselheira requereu vistas dos autos, passando neste momento a emitir o voto.

### VOTO

DO EXCESSO DE PRAZO PARA RESPOSTA DA MUNICIPALIDADE

A LC n. 31/97 determina:

Art. 268. Considera-se processo contencioso todo aquele que versar sobre aplicação da Legislação Tributária Municipal.

§ 1º As falhas do processo não constituirão motivo de nulidade, sempre que existam elementos que permitam suprimi-las, sem cerceamento do direito de defesa do sujeito passivo.

[....].

Percebe-se que a demora no julgamento não gera vício ao processo, pois não gerou prejuízo ao Recorrente, até porque, neste período o tributo foi suspenso.

Improcede o pedido.

### VALOR DO IPTU

A cobrança do IPTU decorre de previsão no CTM, que estabelece:

Art. 11. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU tem como base de cálculo o valor venal do imóvel e será calculado mediante a

aplicação sobre o valor venal dos imóveis, das alíquotas seguintes:  
I - 0,6% (zero vírgula seis por cento) do valor atribuído às edificações;

II - 0,36% (zero vírgula trinta e seis por cento) para terreno edificado;

III - 1,02% (um vírgula zero dois por cento) para imóvel não edificado em logradouro pavimentado;

IV - 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) para imóvel não edificado em logradouro não pavimentado;

V - 0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento) para imóveis onde houver construção em andamento em logradouro pavimentado;

VI - 0,51% (zero vírgula cinquenta e um por cento) para imóveis onde houver construção em andamento em logradouro não pavimentado;

VII - 0,00% (zero vírgula zero por cento) para imóvel não edificado localizado em Áreas Especiais identificadas em lei (aeroviárias, de preservação permanente, de proteção ambiental e faixa de domínio);

VIII - 0,00% (zero vírgula zero por cento) para imóvel ou unidade edificada não utilizável de acordo com laudo técnico apresentado pelo proprietário e validado pela Secretaria de Planejamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 291/2014)

Art. 13. Consideram-se valor venal do imóvel para fins previstos no artigo 11 desta Lei Complementar:

I - nos casos de terrenos não edificados, em construção, em ruínas, edificações condenadas e temporárias ou demolição: o valor da terra nua;

II - Nos demais casos: o valor venal da terra e da edificação, considerados em conjunto.

§ 1º Incorrerá em multa, calculada sobre o valor total do imposto, nos percentuais indicados, o imóvel que:

I - situado em via pavimentada, não possua passeio em toda a extensão da testada: 10% (dez por cento);

II - situado em via pavimentada, tenha edificações em ruínas: 10% (dez por cento).

§ 2º Incorrerá em multa, calculada à razão de 02 (duas) UR por ano, o imóvel que, imune ou isento do pagamento do IPTU, situado em via pavimentada, não possua passeio em toda a extensão da testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 14. Constituem-se instrumentos para a apuração da base de cálculo do Imposto:

I - planta de valores de terrenos que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização;

II - as informações de órgãos técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;

III - fatores de correção de acordo com a saturação, pedologia, topografia e área dos terrenos de acordo com a categoria, estado de conservação dos prédios e padrão devidamente caracterizados em regulamento;

IV - os terrenos localizados na zona urbana que sejam considerados inaproveitáveis ou impróprios para construção, após análise realizada pela Secretaria de Planejamento, terão o IPTU calculado com base tão somente na fração de área aproveitável, a qualquer título, desde que seja preservada a vegetação natural.

Parágrafo Único. Os porões, jiraus, terraços, mezaninos e piscinas, cobertura de postos de serviços e assemelhados serão computados na área construída. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 15. O valor venal referido no artigo 11 desta Lei Complementar é o constante do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo serão considerados o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, levando-se em conta para avaliação dos terrenos:

- I - a área da propriedade territorial;
- II - o valor básico do metro quadrado do terreno no Município, que terá como um dos parâmetros a moeda nacional (Real), aplicado à Planta de Valores anexada à presente Lei Complementar;
- III - os coeficientes de valorização e/ou desvalorização do imóvel de acordo com as tabelas e fatores de correção especificados no Anexo IX. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 16. Os coeficientes de valorização e/ou desvalorização das edificações que constam da Tabelas de fatores de correção especificados no Anexo IX desta Lei Complementar são os seguintes:

- I - a área construída da edificação;
- II - o valor básico do metro quadrado de construção que será fixado segundo o tipo de edificação;
- III - a forma, situação topográfica, dificuldades de aproveitamento e outras características que possam contribuir para a diminuição do valor do imóvel. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 17. O valor venal dos imóveis, composto pela Planta de Valores e pelo valor básico do metro quadrado de construção, será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador do imposto, através de Decreto, de acordo com a variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Único. O Executivo Municipal poderá designar uma comissão para atualização do valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizam, bem como os preços correntes no mercado, cumulativamente com a atualização prevista no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006).

Art. 18. O terreno que se limita com mais de um logradouro será considerado como situado naquele em que a testada apresentar maior valor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Extrai-se o valor do IPTU da Planta Genérica de Valores, que foi elaborada por Comissão Técnica e inserida no CTM.

Não cabe ao Conselho de Contribuintes decidir de forma a inaplicar legislação vigente.

O CTM estabelece:

Art. 287. As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

- I – declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei;
- II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária.

Assim, tem-se que o Conselho de Contribuintes não pode declarar a ilegalidade, inconstitucionalidade de norma, nem mesmo dispensar seu cumprimento.

Ademais, vigora na administração pública, sendo o Conselho de Contribuinte a segunda instância de julgamento (integra a Administração Municipal), o princípio da legalidade, diante do qual, somente podem ser praticados atos em conformidade com o previsto em lei.

Desta forma, incabe ao Conselho de Contribuintes decidir pela não aplicabilidade da CTM, muito menos, criar novos valores para imóveis.

DISPOSITIVO:

ACORDAM os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, por maioria de votos, conhecer do recurso, indeferindo o pedido.

Joaçaba, Sala das Sessões, em 09 de Maio de 2016.

Eliana Zardo

Presidente

Rosângela Pelicioli

Relatora

Valdir Patzlaff

Relator

Vania Brandalize Representante da Fazenda Pública Municipal

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONVÊNIO Nº 02/2015-FMAS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONVÊNIO Nº 02/2015-FMAS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

CONVENIADOS: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

OBJETO: Cooperação Técnica Financeira PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DA ENTIDADE, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 4.570/2015.

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO ATÉ DEZEMBRO DE 2016.

JOAÇABA-SC, 16 DE JUNHO DE 2016.

RAFAEL LASKE REGINALDO TANELLO

Prefeito PRESIDENTE

## **PORTARIA Nº 6190**

PORTARIA Nº 6.190 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“RETIFICAR PORTARIA QUE CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA QUE CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARIA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA durante o período de 19 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Anita Lopes Vieira e EM Frida Regensburger, em vaga para efetivação até o resultado do concurso em andamento.

Onde lê-se: “... MARIA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA durante o período de 19 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário...” Leia-se: “...MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS durante o período de 19 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário...”

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 14 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 6191**

PORTARIA Nº 6.191 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIANA ZOPELETTI, Enfermeira, das funções de Chefe de Atenção Básica, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 282/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 6192**

PORTARIA Nº 6.192 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ROSE MARI DA LUZ CASTAGNARO, Auxiliar de Saúde Bucal, das funções de Chefe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 282/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de junho de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 6193**

PORTARIA Nº 6.193 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) MARIANA ZOPELETTI, Enfermeira, para exercer a função de Chefe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 282/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de maio de 2016, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 6194**

PORTARIA Nº 6.194 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ANGELA SIGNORI, Enfermeira, para exercer a função de Chefe de Atenção Básica, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 282/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de maio de 2016, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**ATA JULGAMENTO PROPOSTAS DE PREÇOS TP 8/2016/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2016 - TP</b>  Processo Administrativo: 38/2016 Processo de Licitação: 35/2016 Data do Processo: 02/05/2016
Folha: 1/1	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de capela mortuária em alvenaria, junto à Estrada Municipal do Distrito de Nova Petrópolis, neste Município.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 54/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 16 de Junho de 2016, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 5228, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 35/2016, Licitação nº 8/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, exatamente as 16 horas, foram abertos os envelopes contendo as propostas de preços das proponentes referente ao Processo Licitatório 35/2016/PMJ e TP 8/2016/PMJ, as quais foram rubricadas e analisadas pelos membros da comissão de licitações, sendo constatado que as proponentes atenderam às exigências do edital, sendo desta forma, CLASSIFICADAS, com exceção das empresas M.N. SANEAMENTO E CONSTRUCAO LTDA - ME (10849) que não atendeu ao subitem 5.1.1.3 do edital; ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA. LTDA - ME (9489), onde em seu cronograma apresentado nesta fase do certame apresentou que concluiria a execução dos serviços em 6 meses e não conforme o subitem 1.2.2 do edital; CONSTRUPEJC CONSTRUCOES LTDA - ME (11618) não atendeu ao subitem 5.1.1.1.1 do edital, cotando valores superiores ao estipulado, sendo assim foram DESCLASSIFICADAS, nesta fase. Na análise de preço verificou-se que a proponente FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA (9842) ofertou valor de R\$ 122.746,96 (cento e vinte e dois mil e setecentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos); a proponente CONSTRUCOES HERVAL LTDA - EPP (10680) ofertou valor de R\$ 122.750,75 (cento e vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos); a proponente CONSTRUTORA DON JUAN LTDA (11105) ofertou valor de R\$ 125.671,68 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos). Desta forma, ambas as propostas foram classificadas nesta fase, sendo que, considerando que a proponente CONSTRUCOES HERVAL LTDA - EPP e CONSTRUTORA DON JUAN LTDA tratam-se de EPP e ME, gozando dos benefícios concedidos pela Lei 123/2006 às MEs e EPPs, conforme item 7 do Edital, constatou-se a situação de empate entre as propostas das proponentes FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, CONSTRUCOES HERVAL LTDA - EPP e CONSTRUTORA DON JUAN LTDA. A partir disso, fica concedido o prazo de dois dias úteis para que, caso haja interesse, as proponentes que gozam do benefício apresentem novas propostas de preços, nos termos e formas do subitem 7.1.2 do Edital. Apresentada nova proposta, será designada data para abertura do envelope e análise e julgamento da mesma. Ficam sobrestadas a adjudicação e a abertura do prazo para a apresentação de recursos, para depois da declaração da empresa vencedora. A presente ata será ainda disponibilizada no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário dos Municípios (DOM).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Joaçaba, 16 de Junho de 2016

**COMISSÃO:**

Altevir da Cás	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Camila Salardi Futina	- ..... - Membro
Nathalia Costenaro Mascarelo	- ..... - Membro
Eduardo de Carli Bortoli	- ..... - Membro
Angela Dolores Beal Dariva	- ..... - Membro



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 039/2016 - CONTRATAÇÃO TEMPORARIA - MARIVANIA**

RESOLUÇÃO Nº 039/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016

"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar 097/2005 e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo 001/2016, resolve:

Art. 1º - CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO a Sra. MARIVANIA CARVALHO DA SILVA para exercer o cargo de JORNALISTA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido art. 2, II da Lei Complementar nº 97/2005, em função da sua classificação no Processo Seletivo nº 001/2016, para substituição de atestado médico e posterior licença maternidade da Sra. Adriana Panizzi.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 16 de junho de 2016.

Joaçaba, 16 de junho de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 176/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 176/2016 DE 16.06.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Murilo Girardi, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1600/2016 de 06 de junho de 2016, referente ao período aquisitivo de 01.06.2015 à 31.05.2016, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de junho de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 178/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 178/2016 DE 16.06.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) OSNI JOSÉ GALDINO, Vigilante, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 1537/2016 de 31 de maio de 2016, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2015 (12 dias) para serem fruídos no período de 04 de julho de 2016 à 15 de julho de 2016, de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de junho de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**BALANCETE FINANCEIRO ABRIL 2016****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Abril

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.501.366,60</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.025.432,86</b>
RECEITA PATRIMONIAL	96.378,30	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>948.895,64</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.365.813,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	353.560,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.813,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	584.258,87
RECEITA DE SERVIÇOS	16.361,66	INVESTIMENTOS	11.076,05
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>76.537,22</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	76.537,22
<b>Interferências Financeiras</b>	<b>1.945,18</b>		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTAT	1.945,18		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.193.523,57</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.237.464,12</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	148.695,03	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	156.175,14
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.044.828,54	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.056.599,66
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	24.689,32
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>9.088.189,09</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>9.522.127,46</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.860.938,65	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.326.349,54
BANCO C/ MOVIMENTO	89.183,68	BANCO C/ MOVIMENTO	56.743,75
POUPANÇA	138.066,76	POUPANÇA	139.034,17
<b>TOTAL</b>	<b>11.785.024,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.785.024,44</b>

JOACABA, 16/06/2016

ALUIR FLEMMING  
Diretor Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO  
Contador CRC SC 039259/O-8

**BALANCETE FINANCEIRO MAIO DE 2016****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.536.964,46</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.015.050,58</b>
RECEITA PATRIMONIAL	105.778,86	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>890.466,51</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.389.251,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	343.235,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.676,08	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.519,82
RECEITA DE SERVIÇOS	21.257,55	INVESTIMENTOS	6.711,65
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>124.584,07</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.525,14
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.058,93
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.183.566,25</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.229.251,71</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	151.324,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	160.615,84
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.021.384,24	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.011.096,58
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	10.857,62	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	57.539,29
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>9.522.127,46</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>9.998.355,88</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.326.349,54	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.801.207,96
BANCO C/ MOVIMENTO	56.743,75	BANCO C/ MOVIMENTO	57.193,31
POUPANÇA	139.034,17	POUPANÇA	139.954,61
<b>TOTAL</b>	<b>12.242.658,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.242.658,17</b>

JOACABA, 16/06/2016

ALUIR FLEMMING  
Diretor Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO  
Contador CRC SC 039259/O-8

**BALANCETE FINANCEIRO MARÇO 2016****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.751.935,58</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.016.928,31</b>
RECEITA PATRIMONIAL	101.362,13	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>914.917,93</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.463.883,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	355.449,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.922,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	558.916,77
ALIENAÇÃO DE BENS	128.395,00	INVESTIMENTOS	551,65
RECEITA DE SERVIÇOS	15.024,33	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>102.010,38</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	348,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.830,61
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.179,77
<b>Interferências Financeiras</b>	<b>863,36</b>	<b>Interferências Financeiras</b>	<b>863,36</b>
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIV/	863,36	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIV/	863,36
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.243.728,22</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.490.490,51</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	168.692,79	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	157.979,92
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.025.625,43	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.023.598,19
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	49.410,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	308.912,40
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>8.599.944,11</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>9.088.189,09</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.529.596,59	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.860.938,65
BANCO C/ MOVIMENTO	67.200,33	BANCO C/ MOVIMENTO	89.183,68
POUPANÇA	3.147,19	POUPANÇA	138.066,76
<b>TOTAL</b>	<b>11.596.471,27</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.596.471,27</b>

JOACABA, 16/06/2016

ALUIR FLEMMING  
Diretor Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO  
Contador CRC SC 039259/O-8

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 680/2016**

PORTARIA RH Nº 680/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a Portaria RH Nº 573/2016, que designou JADSON DE OLIVEIRA FRETTA, Fiscal Sanitário, para responder pelas atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 681/2016**

PORTARIA RH Nº 681/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 3304/2016;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a pedido a LICENÇA SEM VENCIMENTO, da Servidora JAMILLE MILITÃO DE SOUZA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico em Educação, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 682/2016**

PORTARIA RH Nº 682/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, ALEX DA SILVA DE BEM, Fiscal Sanitário, para responder pelas atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 683/2016**

PORTARIA RH Nº 683/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 2315/2016;

**RESOLVE:**

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. GISELLE CARDOSO PAES Técnico em Enfermagem com lotação na Secretaria Saúde, a partir de 15/06/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 684/2016**

PORTARIA RH Nº 684/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MICHELLA VARGAS FLORES Assistente Social, do período de 02/05/2013 a 15/06/2016, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 685/2016**

PORTARIA RH Nº 685/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor GISELLE SANTOS AUGUSTINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 15/06/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 686/2016**

PORTARIA RH Nº 686/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor TAYSE SOUZA GOULART Fonoaudióloga, do período de 02/05/2013 a 15/06/2016, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 687/2016**

PORTARIA RH Nº 687/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor THAYSE RICKEN TURAZI Psicóloga, do período de 10/06/2013 a 15/06/2016, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

# Lajeado Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### **EXTRATO DE CONTRATO N. 001/2016 - CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: Contrato n. 001/2016

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE

CONTRATADO: HK ENGENHARIA

**OBJETO:** Contratação de serviços especializados de consultoria na área de engenharia civil mediante a disponibilização de um profissional engenheiro civil com registro no CREA/SC, objetivando a elaboração de projeto civil completo para reforma parcial da Sede própria da Câmara de Vereadores e acompanhamento, orientação, fiscalização e realização das medições dos serviços e materiais empregados na reforma da sede da Câmara pela empresa a ser contratada via processo licitatório.

**VALOR:** 4.480,00 (Quatro mil e quatrocentos e oitenta reais), sendo:

R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), relativo à elaboração do Projeto e R\$ 3.520,00 (três mil e quinhentos e vinte reais) relativo aos serviços de acompanhamento, fiscalização e medição das obras de reforma para 4 (quatro) meses de trabalho.

**FORO:** Comarca de Xaxim

Lajeado Grande – SC, 10 de junho de 2016.

GILBERTO BIANCHI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGAO Nº 15/2016 HMHL**

EDITAL DE PREGAO Nº 15/2016 HMHL

PROCESSO Nº15/2016 HMHL

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de junho de 2016 às 8:30h, haverá pregão presencial para, para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de medicamento e material medico para o exercicio de 2016, o edital na integra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 16 de junho de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº 16/2016 FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº 16/2016 FMS

PROCESSO Nº16/2016 FMS

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de junho de 2016 às 10:30hs, haverá pregão presencial para, para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de medicamento e material medico durante o exercicio de 2016, o edital na integra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 16 de junho de 2016..

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº 16/2016 FMS 17/2016 HMHL**

EDITAL DE PREGAO Nº 16/2016 FMS 17/2016 HMHL

PROCESSO Nº16/2016 FMS 17/2016 HMHL

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER, e FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de junho de 2016 às 11:30hs, haverá pregão presencial para, para contratação de empresa do ramo pertinente para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos hospitalares, durante o exercicio de 2016, o edital na integra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 16 de junho de 2016..

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **SEGUNDA ABERTURA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 46/PMLM**

SEGUNDA ABERTURA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 46/PMLM

PROCESSO Nº Nº 46/PMLM /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 6 de julho de 2015 às 09:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de pavimentação asfáltica da estrada Geral localidade de Capivaras Alta, Lauro Muller/ SC, recurso obtido junto a Agencia de Desenvolvimento Regional de Criciuma, convenio nº 2016TR000644, já que a primeira abertura do certame foi deserta, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 junho de 2016.

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA CC 01/2016 - DECISÃO DA COMISSÃO

Decisão do pedido de Recurso Administrativo ao Edital do Processo Licitatório 21/2016 CONCORRÊNCIA CC01/2016 devidamente protocolada na data de 10/06/2016 neste setor, pela empresa CONTRUTORA BRANGER LTDA-ME CNPJ 09.146.893/0001-52 DA CIDADE DE Lages/SC.

A comissão decide pela improcedência do recurso apresentado, mantendo a decisão de desclassificar a licitante CONSTRUTORA BRANGER LTDA-ME e declarar vencedora a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA. Conforme Ofício nº 007/2017 anexado ao site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) na parte referente a CONCORRÊNCIA CC01/216. Lebon Régis, 16 de junho de 2016. Comissão Permanente de Licitação - CPL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 24/2016

Editais de Convocação n. 24/2016

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h00min e 17h00min, até o dia 27/06/2016, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Marinei da Costa Moreira Schultz	Servente de Serviços Internos	26º
Nelia Gabriel dos Santos	Servente de Serviços Internos	27º
Gracieli Alves Pereira	Servente de Serviços Internos	28º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 16 de junho de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PE01/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PE01/2016 Processo25/2016

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de um veículo zero quilômetro, com capacidade para 15 passageiros, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Data de Homologação: 20/05/2016 Licitantes Homologados: JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI EPP-16.850.663/0001-35. Valor total (R\$)138.150,00 (cento e trinta e oito mil cento e cinquenta reais).

Lebon Régis, 20/05/2016. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 34/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 34/2016 licitação: PE01/2016.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de um veículo zero quilômetro, com capacidade para 15 passageiros, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos..

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI EPP - 16.850.663/0001-35.

Valor: R\$ 138.150,00 (cento e trinta e oito mil e cento e cinquenta reais).

Vigência: 01/06/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 16/06/2016. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

**Leoberto Leal****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016 – FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ALMOÇOS E MARMITAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas para o fundo municipal de saúde de leoberto leal, em conformidade com o Anexo I, que acompanha este edital.

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME

CNPJ: 08.105.961/0001-72

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 02, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME

CNPJ: 80.700.891/0001-28

RUA: PADRE ELY, Nº 39, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas para o fundo municipal de saúde de leoberto leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 007/2016, a contar da assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	UND.	1600	MINI - SANDUÍCHE NATURAL (ALFACE, TOMATE, PRESUNTO, QUEIJO).	VÓ RUTH	2,25	3.600,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
02	UND.	500	SALGADINHOS FRITOS (COXINHA, BOLINHO DE CARNE E PASTEL).	VÓ RUTH	2,10	1.050,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
03	UND.	500	MINI – SANDUÍCHE (PÃO, QUEIJO E PRESUNTO).	VÓ RUTH	2,45	1.225,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
04	UND.	500	PÃES DE QUEIJO 25 GRAMAS.	VÓ RUTH	0,93	465,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
05	KG.	20	ORELHA DE GATO COM AÇÚCAR E CANELA.	VÓ RUTH	22,33	446,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
06	UND.	10	POTE DE NATA C/ 350 GRAMAS.	TERRA VIVA	5,70	57,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
07	UND.	50	ROSCA DE POLVILHO 300 GRAMAS.	VÓ RUTH	7,20	360,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
08	UND.	60	LEITE INTEGRAL CAIXA 1 LITRO.	TIROL	3,53	211,80	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME



09	LT.	100	SUCO NATURAL SABORES.	VITAL	7,03	703,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
10	LT.	100	REFRIGERANTE 2 LITROS SABORES (LIMÃO, LARANJA, UVA, ABACAXI).	MAX	7,68	768,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
11	KG.	30	BOLO ROCAMBOLE C/ RECHEIO VARIADOS.	VÓ RUTH	24,33	729,90	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
12	KG.	20	BOLO RECHEADO C/ RECHEIO VARIADOS.	VÓ RUTH	28,66	573,20	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
13	UND.	20	BOLO CENOURA C/ COBERTURA DE CHOCOLATE 1 KG E 600 GRAMAS.	VÓ RUTH	27,33	546,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
14	UND.	30	CUCA DE COCO E FRUTAS VARIADAS C/ 1 KG E 600 GRAMAS.	VÓ RUTH	25,00	750,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
15	UND.	20	BOLO DE COCO (TOICINHO DO CÉU) 2 KG E 100 GRAMAS.	VÓ RUTH	24,66	493,20	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
16	UND.	20	BOLO NEGA MALUCA COBERTURA E RECHEIO DE CHOCOLATE 2 KG E 100 GRAMAS.	VÓ RUTH	31,00	620,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
17	PCT.	20	COPOS DESCARTÁVEIS DE 180 ML CONTENDO 50 UNIDADES.	BOMPACK	5,83	116,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
18	PCT.	40	COPOS DE ISOPOR DE 180 ML CONTENDO 25 UNIDADES.	BOMPACK	7,50	300,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
19	PCT.	50	PRATO TRANSPARENTE Nº 21 CONTENDO 10 UNIDADES.	TOTALPLAST	3,50	175,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
20	PCT.	20	GARFOS DESCARTÁVEIS CONTENDO 50 UNIDADES.	TOTALPLAST	6,50	130,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
21	UND.	10	CAFÉ SOLÚVEL 200 GRAMAS DE BOA QUALIDADE.	NESCAFÉ	15,50	155,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
22	UND.	800	SALADA DE FRUTAS COPO COM 180 GRAMAS, CONTENDO (MAÇÃ, MAMÃO, LARANJA E BANANA).	VÓ RUTH	5,50	4.400,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
23	UND.	200	MARMITAS CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES MÍNIMOS: (ARROZ, FEIJÃO, MASSAS, BATATA INGLESA) TRÊS TIPOS DE SALADAS (CENOURA, BETERRABA E COUVE FLOR) DOIS TIPOS DE CARNE (FRANGO E BOVINA, PESO MÍNIMO DE 950 GRAMAS, ACOMPANHADOS COM SOPA DE LEGUMES E VERDURAS.	JK	15,00	3.000,00	HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME
24	UND.	30	PRATOS DE MASSAS CONTENDO: LASANHA TAMANHO NO MÍNIMO COM 2,5 KG, COM PRESUNTO, QUEIJO, PALMITO, REQUEIJÃO, FRANGO OU CARNE MOÍDA E MOLHO.	VÓ RUTH	45,00	1.350,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
25	UND.	40	PASTELÃO CARNE/FRANGO TAMANHO NO MÍNIMO 2,5 KG, COM OVO, QUEIJO, MILHO, REQUEIJÃO, PALMITO, PRESUNTO E MOLHO.	VÓ RUTH	44,00	1.760,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
26	UND.	200	ALMOÇO – BUFFET LIVRE (CARNE, SALADA, MASSAS, ARROZ, FEIJÃO, BATATA FRITA E DERIVADOS).	JK	21,00	4.200,00	HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME

## CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de

transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações

judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.034.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064 – (14) Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 – (6) Funcionamento e Manutenção do FMS

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de maio de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro
PADARIA VÓ RUTH LTDA ME Empresa Vencedora	HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME Empresa Vencedora

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

**VISTO:**

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E SERVENTE, PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016.

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 020/2016.

SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME  
CNPJ: 09.063.617/0001-20  
RODOVIA SC 452, Nº 2328, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.618-000, MONTE CARLO/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 020/2016, a contar da data de assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

A proponente registrada para os itens cotados é a seguinte:

**LOTE I – SERVIÇO DE PEDREIRO.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	3000	H	SERVIÇO DE PEDREIRO.	26,00	78.000,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					78.000,00	

**LOTE II – SERVIÇO DE CARPINTEIRO.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
2	1000	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO.	25,00	25.000,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					25.000,00	

**LOTE III – SERVIÇO DE CALCETEIRO.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
3	5000	M²	SERVIÇO DE CALCETEIRO.	14,00	70.000,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					70.000,00	

**LOTE IV – SERVIÇO DE PINTOR.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
4	1500	H	SERVIÇO DE PINTOR.	25,00	37.500,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					37.000,00	

**LOTE V – SERVIÇO DE ELETRICISTA.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
5	1000	H	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	32,00	32.000,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					32.000,00	

**LOTE VI – SERVIÇO DE SERVENTE.**

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
6	3000	H	SERVIÇO DE SERVENTE-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	12,00	36.000,00	SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
TOTAL					36.000,00	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;



- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que

forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (3) – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.02.06.182.0055.2.055.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (6) – Funcionamento e Manutenção do FMPDC

03.01.04.122.0003.2.003.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (11) – Funcionamento e Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (34) - Funcionamento e Manutenção da SECD – EF

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (53) – Funcionamento e Manutenção da SECD – EI

04.01.12.364.0004.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (50) – Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

04.01.27.812.0005.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (67) – Comissão Municipal de Esportes - CME

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (78) – Funcionamento e Manutenção do FMAS

05.03.08.241.0007.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (69) – Atividades de Integração do Idoso

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (92) – Pavimentação de Ruas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (113) – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (122) – Funcionamento e Manutenção da SAMA

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME  
EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016 - PMLL**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GRAMA EM LEIVA SEMPRE VERDE, PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016.

Aos 03 (três) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as

Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de grama em leiva sempre verde, para construção e manutenção de campos de futebol no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 021/2016.

GRAMEIRA MEURER LTDA EPP

CNPJ: 04.976.935/0001-69

RODOVIA SC 407, Nº 3.759, BAIRRO: BEIRA RIO, CEP: 88.164-183, BIGUAÇU/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições de grama em leiva sempre verde, para construção e manutenção de campos de futebol no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 021/2016, a contar da data de assinatura da presente ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	5000	M²	GRAMA EM LEIVA SEMPRE VERDE – RETIRADA	3,50	17.500,00	GRAMEIRA MEURER LTDA EPP
2	5000	M²	GRAMA EM LEIVA SEMPRE VERDE – ENTREGUE NO LOCAL	4,50	22.500,00	GRAMEIRA MEURER LTDA EPP
TOTAL					40.000,00	

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Material;
- c) Descrição do Material;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega do material e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com

os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.



**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.27.812.0005.1.042.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (66) – Construção de Campo de Futebol

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

GRAMEIRA MEURER LTDA EPP  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS EM MELHORIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS E NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016.

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital.

JOSEMIR CADORIN ME

CNPJ: 04.461.076/0001-75

RUA: ANITÁPOLIS, SN, BAIRRO: CAETE, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME

CNPJ: 17.268.142/0001-37

RUA: LEONEL THIESEN, Nº 2259, BAIRRO: VILA NOVA, CEP: 88.400-000, ITUPORANGA/SC

FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CNPJ: 19.004.085/0001-04

RODOVIA SC 302, SN, KM 001/100, CERRO NEGRO, CEP: 88.400-00, ITUPORANGA/SC

FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ: 79.695.086/0001-74

RODOVIA BR 470, Nº 470, KM 135, RAINHA, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 022/2016, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Und.	900	Tubos de concreto – D = 30 simples C-2	BARRAÇÃO PRÉ	18,70	16.830,00	JOSEMIR CADORIN ME
02	Und.	600	Tubos de concreto – D = 40 simples C-2	BARRAÇÃO PRÉ	25,75	15.450,00	JOSEMIR CADORIN ME
03	Und.	200	Tubos de concreto – D = 50 simples C-2	FABRICON	38,90	7.780,00	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
04	Und.	300	Tubos de concreto – D = 60 simples C-2	FABRICON	53,95	16.185,00	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
05	Und.	120	Tubos de concreto – D = 80 PA-1	CONCRETO-FORTE	154,00	18.480,00	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME
06	Und.	100	Tubos de concreto – D = 100 PA-1	CONCRETO-FORTE	218,30	21.830,00	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME
07	Und.	50	Tubos de concreto – D = 120 PA-1	FRONZA	395,90	19.795,00	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
08	Und.	50	Tubos de concreto – D = 150 PA-1	FRONZA	629,90	31.495,00	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

TOTAL						147.845,00	
-------	--	--	--	--	--	------------	--

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0016 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0024 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0044 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
JOSEMIR CADORIN ME	CONCRETOFORTE ART. DE CIM. EIRELI ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA
FABRICON ART. DE CIM. LTDA ME	FRONZA ART. DE CIMENTO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016, para eventuais aquisições parceladas de brinquedos a serem utilizados pelas crianças do Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe, de acordo com as especificações no Anexo I, do Processo Licitatório nº 035/2016.

Aos 10 (dez) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de brinquedos a serem utilizados pelas crianças do Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 023/2016.

JAIR FRANCISCO BION ME

CNPJ: 82.792.912/0001-08

RUA: RODOLFO EDUARDO SULIVAN, Nº 290, BAIRRO: ESTREITO, CEP: 88.095-060, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tem por objeto eventuais aquisições parceladas de brinquedos a serem utilizados pelas crianças do Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 023/2016, a contar da assinatura da presente Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

A proponente registrada para os itens cotados é a seguinte:

ITEM	QT.	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	01	Circuito de atividades 1 – 14 peças, medindo 370x178x36cm	Und.	MASTERBRINK	1.020,00	1.020,00	JAIR FRANCISCO BION ME
02	01	Sacola quebra cuca em plástico – 120 peças	Und.	BRINK MOBIL	219,98	219,98	JAIR FRANCISCO BION ME
03	01	Linha de movimentação ativa – 68 peças	Und.	BRINK MOBIL	435,59	435,59	JAIR FRANCISCO BION ME
04	01	Pula corda sisal – 2m	Und.	CIA BRINK	11,37	11,37	JAIR FRANCISCO BION ME
05	01	Tubo mania – 50 peças em plástico na mochila	TB.	JOTT PLAY	63,64	63,64	JAIR FRANCISCO BION ME
06	01	Sacolão engrenagens – 550 peças	Und.	BRINK MOBIL	224,39	224,39	JAIR FRANCISCO BION ME
07	01	Bola de borracha nº 8	Und.	SILME	18,12	18,12	JAIR FRANCISCO BION ME
08	01	Bola de borracha nº 10	Und.	SILME	30,02	30,02	JAIR FRANCISCO BION ME
09	01	Quebra cabeça casal – 10 jogos	Kit	CARLU	186,34	186,34	JAIR FRANCISCO BION ME
10	01	Quebra cabeça cubos animais vertebrados – 12 peças em MDF	Und.	CARLU	163,74	163,74	JAIR FRANCISCO BION ME
11	01	Soletrando em MDF – 48 peças	Und.	BRINK MOBIL	46,37	46,37	JAIR FRANCISCO BION ME
12	01	Quebra cabeça de 1 a 10 em MDF – 20 peças	Und.	BRINK MOBIL	48,68	48,68	JAIR FRANCISCO BION ME
13	01	Sacolão monte e brinque – 200 peças em plástico	Und.	BRINK MOBIL	252,72	252,72	JAIR FRANCISCO BION ME
14	01	Bambolê colorido – 63cm de diâmetro	Und.	JOTT PLAY	6,75	6,75	JAIR FRANCISCO BION ME
TOTAL			2.727,71				

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs, e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Infantil

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 14 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JAIR FRANCISCO BION ME  
EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

**VISTO:**

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016, para eventuais aquisições parceladas de um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, Processo Licitatório nº 036/2016.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 024/2016.

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA

CNPJ: 85.776.003/0002-55

RODOVIA BR 470, Nº 7150, KM 141,50, BAIRRO: CANTA GALO, CEP: 89.163-020, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 024/2016, a contar da assinatura da presente Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

#### LOTE I – VEÍCULO FORD TRANSIT, PLACA MLX 0515.

ITEM	QT.	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	01	MOTOR PUMA 2.2L DSL – FORD TRANSIT 2013	PÇ	DURATORQ	22.500,00	22.500,00	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
02	10	ÓLEO DE MOTOR (EURO V DIESEL) WR	LT	MOBIL	50,00	500,00	
03	01	FILTRO DE AR	PÇ	FORD	76,00	76,00	
04	01	FILTRO DE COMBUSTÍVEL (ELEMENTO)	PÇ	FORD	200,00	200,00	
05	03	ADITIVO P/ RADIADOR (VERMELHO)	LT	WURTH	40,00	120,00	
06	01	ADITIVO P/ TANQUE	UND.	FORD	95,00	95,00	
07	15	MÃO DE OBRA MOTOR (SUBST. MOTOR)	H	FORD	115,00	1.725,00	
08	01	CARGA DE GÁS P/ AR CONDICIONADO	UND.	FORD	180,00	180,00	
09	04	PASSAR APARELHO (E REGENERAÇÃO SISTEMA INJEÇÃO)	H	FORD	180,00	720,00	
TOTAL			26.116,00				

#### LOTE II – VEÍCULO FORD TRANSIT, PLACA MLX 0495.

ITEM	QT.	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
10	01	MOTOR PUMA 2.2L DSL – FORD TRANSIT 2013	PÇ	DURATORQ	22.500,00	22.500,00	
11	10	ÓLEO DE MOTOR (EURO V DIESEL) WR	LT	MOBIL	50,00	500,00	
12	01	FILTRO DE AR	PÇ	FORD	76,00	76,00	
13	01	FILTRO DE COMBUSTÍVEL (ELEMENTO)	PÇ	FORD	200,00	200,00	
14	03	ADITIVO P/ RADIADOR (VERMELHO)	LT	WURTH	40,00	120,00	
15	01	ADITIVO P/ TANQUE	UND.	FORD	95,00	95,00	
16	15	MÃO DE OBRA MOTOR (SUBST. MOTOR)	H	FORD	115,00	1.725,00	
17	01	CARGA DE GÁS P/ AR CONDICIONADO	UND.	FORD	180,00	180,00	
18	04	PASSAR APARELHO (E REGENERAÇÃO SISTEMA INJEÇÃO)	H	FORD	180,00	720,00	
TOTAL			26.116,00				

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e prestação dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.



**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Manutenção do Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 – Manutenção do Transporte Escolar - EF

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Manutenção do Transporte Escolar – EM

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução

do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

#### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PP Nº 025/2016 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição e instalação de corrimão de proteção de ferro com 42 metros de comprimento para a Ponte na Localidade de Rio das Pedras, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 025/2016, foi DECLARADA DESERTA, no dia 16 de junho de 2016. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 16/06/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal.

#### **CONTRATO N.º 002/2016 - IPRELL**

CONTRATO Nº 002/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2014 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, autarquia municipal constituída na forma da Lei municipal nº 148/2000, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, CEP: 88.445-000, nesta Cidade, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. Silvânia Capistrano Lopes, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Dom Jaime Câmara, nº 170, 9º andar, sala 901, Centro, na cidade de Florianópolis, inscrita no CGC/MF sob o nº 11.882.190/0001-34, neste ato representada por seu diretor responsável pela atividade de Consultoria de Valores Mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Sr. Rodrigo Scussiato da Costa, portador do RG nº 3.751.159 SSP/SC e do CPF/MF nº 035.938.729-27, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014 – Processo de Licitação nº 002/2014, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

Considerando, a necessidade de assessoria contínua em relação ao mercado financeiro à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, com suporte técnico para questões relacionadas aos investimentos financeiros, em conformidade com as normas e princípios do Ministério da Previdência;

Considerando, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada através do Contrato nº 003/2014;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 002/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2014 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 003/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - Fica o Contrato nº 003/2014 prorrogado até o dia 01 de julho de 2017, através do aditivo de Contrato nº 002/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 003/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO”

III - O Termo Aditivo de Contrato nº 002/2016, tem por objeto o reajuste no valor do Contrato, de acordo com o índice acumulado do INPC e conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2016, o valor mensal dos serviços em R\$ 1.791,60 (um mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 21.499,20 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos)”.

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 003/2014.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, IPRELL e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos meios oficiais.

Leoberto Leal/SC, 16 de junho de 2016.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES Diretora Executiva Contratante	RODRIGO SCUSSIATO DA COSTA SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA Contratada
--	---

Testemunhas:

WORLI JOSÉ KREUSCH CPF/MF nº 471.603.309-00	LIZANDRO KREUSCH CPF/MF nº 023.728.959-82

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2225

DECRETO Nº 2225 de 16 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os arts. 4º e 5º da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 7.894,56 (sete mil e oitocentos e noventa quatro reais e cinquenta e seis centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade - 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 3.35 - S.F. Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União .....  
..... R\$ 7.894,56  
Detalhamento de Recursos - 303 - PBF Piso Básico Fixo

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 16.118,74 (dezesseis mil cento e dezoito reais e setenta e quatro centavos), em favor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, já descontados os recursos utilizados pelos Decretos 2182 de 23 de fevereiro de 2016, 2203 de 28 de março de 2016 e 2208 de 25 de abril de 2016, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:  
1.3.2.5.01.03.15.00 - Rendimentos NASF Federal (46123)  
1.7.2.1.33.11.30.05 - NASF Federal  
Detalhamento de Recursos: 209 - NASF Federal  
Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 47.932,42

Valores de Excesso já utilizados:  
Decreto 2.182 - R\$ 7.656,09  
Decreto 2.203 - R\$ 8.072,45  
Decreto 2.208 - R\$ 16.085,14  
Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 31.813,68

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal  
Fonte: 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União...R\$ 16.118,74  
Detalhamento de Recurso: 209 - NASF Federal

Art.4º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo

do Excesso de Arrecadação.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0092016

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA, a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Fundo Municipal de Cultura - 19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Execução do Fundo da Cultura - 3.3.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (custeio) - 4.4.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (capital).

VIGÊNCIA: Até 30/11/2016.

Luzerna, 16 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	RENATO WEISS ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA CONVENIADA
--	---

### PORTARIA 110/16

PORTARIA Nº 110/16 de 13 de junho de 2016.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, JOSÉLIA ZAMBIAZZI, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, para reger classes e/ou ministrar aulas cujo número reduzido de alunos não justifique o provimento de cargo, em razão de desdobramento de turma cujo limite de alunos excede o estabelecido no art.50, inciso VII, alínea "b", "b.1" da Lei Complementar nº 091/10, com remuneração equivalente a do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003



e alterações posteriores, em conformidade com o inciso VIII do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso I do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 001/2016 de 01 de fevereiro de 2016, homologado em 12 de fevereiro de 2016, a partir de 13 de junho de 2016 até 22 de dezembro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## ANEXO 14 - DECRETO 2225

Betha Sistemas  
Exercício 2015  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.354.852,40	PASSIVO CIRCULANTE	1.114.111,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	849.364,58
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.396,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
INVESTIMENTOS	4.222,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	340.682,14
IMOBILIZADO	33.209.494,97	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.614.648,81</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	22.987.189,92
		RESULTADOS ACUMULADOS	10.570.287,71
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.648.359,04
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.218.646,75
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>33.557.477,63</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.172.126,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>35.172.126,44</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício 2015  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.205.626,27	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.545,54
ATIVO CIRCULANTE	1.205.626,27	PASSIVO CIRCULANTE	230.545,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.386,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	320.809,52
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.347,06
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	552.702,12
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	33.966.500,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.384.103,27
ATIVO CIRCULANTE	149.226,13	PASSIVO CIRCULANTE	883.585,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	849.364,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.682,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
INVESTIMENTOS	4.222,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
IMOBILIZADO	33.209.494,97	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.384.103,27
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	33.966.500,17		
SALDO PATRIMONIAL			33.235.321,05

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	3.300,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.146.780,88
TOTAL	3.300,00	TOTAL	7.146.780,88
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL		
ORDINÁRIA	-211.771,57		
VINCULADA	884.695,72		
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	30.529,84		
Assistência Farmacêutica Básica	13.749,72		
Atenção Básica	135.512,37		
Bolsa Família	9.042,38		
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	36,85		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	137.302,79		
Convênio Transfêro - Civil	13.281,68		
Convênio Transfêro - Militar	14.888,91		
Convênio Transfêro - Prefeitura	6.061,70		
Fundo Especial do Petróleo	5,18		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício 2015  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 3

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Gestão do SUS	44,04
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	37.276,36
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.307,92
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.546,60
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	19,69
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20,15
S.F. Transferências de Convênios - Estado/Outros	851,84
S.F. Alienações de Bens destinados a Outros Program	11.847,60
S.F. Assistência Farmacêutica Básica	133.071,03
S.F. Atenção Básica	10.027,03
S.F. Bolsa Família	5.217,95
S.F. Contr. p/ o Custeio dos Serv. de Ilum. Públ. - C	108.135,54
S.F. Convênio Trânsito - Civil	10.352,47
S.F. Convênio Trânsito - Militar	13.510,79
S.F. Convênio Trânsito - Prefeitura	2.349,36
S.F. Outras Transf. de Rec. p/ o Fundo de Assist. Soc	9.490,88
S.F. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ.-FND	4.163,44
S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	611,06
S.F. Salário Educação	0,48
S.F. Transferências de Convênios - Outros	12.477,60
S.F. Transferências de Convênios - Saúde	8.332,12
S.F. Vigilância em Saúde	17.667,78
Salário Educação	3.183,29
Transferência SUAS/ Estado	26.420,24
Transferências de Convênios - Estado/Outros	6.198,42
Transferências de Convênios - Educação	45,27
Transferências de Convênios - Outros	37.110,28
Transferências de Convênios - Saúde	22.631,30
Transferência do SUS/Estado	7.597,95
Vigilância em Saúde	4.825,82
<b>TOTAL</b>	<b>652.924,15</b>

Luzerna, 12/04/2016

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1576

DECRETO Nº 1576, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. May S. C. Silveira: Ortopedista, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt: Endocrinologista, CRM 13320 Dra. Nathalie Galvan: Clinico Geral, CRM18807, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Alexa Raquel Di Domenico, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de maio de 2016.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### decreto 1577

DECRETO Nº 1577, de 30 de Maio de 2016.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº 2016 TR 000908 Processo SDR10-00000759/2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 830, de 30/05/2016;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2016TR000908 celebrado com a Agencia de Desenvolvimento Regional de Caçador .

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.05 Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
10.05 Ampliação da Rede Física Escolar  
44.90.1032 Aplicações Diretas  
R\$ 50.297,06

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 30 de Maio de 2016

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### decreto 1579

DECRETO Nº1579, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 810 de 11 de Dezembro de 2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 831, de 15/06/2016;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos serviços de Utilidade Publica  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Secretaria Mun. de Administração e Finanças  
20.21 Manutenção das Atividades Administrativas  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 15 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### decreto 1580

DECRETO Nº 1580, de 15 de Junho de 2016.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº 2016 TR 0001021 Processo SDR10-00000760/2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 832, de 15/06/2016;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2016TR0001021 celebrado com a Agencia de Desenvolvimento Regional de Caçador .

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.1064 Aplicações Diretas  
R\$ 99.654,13

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.



Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2016  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**lei 830**

LEI Nº 830, de 30 de Maio de 2016.  
Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº 2016 TR 000908 Processo SDR10-00000759/2016.  
EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2016TR000908 celebrado com a Agencia de Desenvolvimento Regional de Caçador .

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.05 Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
10.05 Ampliação da Rede Física Escolar  
44.90.1032 Aplicações Diretas  
R\$ 50.297,06

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 30 de Maio de 2016  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**lei 831**

LEI Nº831, DE 15 DE JUNHO DE 2016.  
Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 810 de 11 de Dezembro de 2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:  
03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos serviços de Utilidade Publica  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:  
03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Secretaria Mun. de Administração e Finanças  
20.21 Manutenção das Atividades Administrativas  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 15 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**lei 832**

LEI Nº 832, de 15 de Junho de 2016.  
Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº 2016 TR 0001021 Processo SDR10-00000760/2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. 2016TR0001021 celebrado com a Agencia de Desenvolvimento Regional de Caçador .

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.1064 Aplicações Diretas  
R\$ 99.654,13

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2016  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**portaria 3511**

PORTARIA N.º 3511/2016

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, o servidor publico municipal, Joaquin Antonio de Souza, ocupante do cargo de Vigia, lotado na secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a contar de 31/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 31 de maio de 2016.  
Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

**portaria 3512**

PORTARIA N.º 3512/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Edina do O Pinto	Serviços Gerais II	16/06/16 a 30/06/16
Adriano Lazzarotti	Adm RH e Dpto Pessoal	01/06/16 a 10/06/16
Rosane Bertotto	Cont. Interno	06/06/16 a 25/06/16
Jaderson Canalle	Veterinário	20/06/16 a 19/07/16

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3513**

PORTARIA N.º 3513/2016

Conceder Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/13 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 10 DIAS DE FÉRIAS, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para pagamento no mês 06/2016.

ADRIANO LAZZAROTTI ADM DE RH DPTO PESSOAL

ROSANE BERTOTTO CONTROLADORA INTERNA

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3514**

PORTARIA N.º 3514/2016

“Admite, os Servidores que Especifica”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRA-TO ATÉ	SECRETA-RIA
Débora de Mello	Serv gerais II 20 horas	01/06/2016	28/10/2016	Educação
Anilton Boz	Vigia	01/06/2016	28/10/2016	Infraestrutura
Cristiane da S Pires	Gari 20 horas	01/06/2016	28/10/2016	Infraestrutura
Joaquin A de Souza	Gari 20 horas	01/06/2016	28/10/2016	Infraestrutura
Franciele M Colaço	Professora 10 horas	06/06/2016	09/12/2016	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de junho de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 - CODEM

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MAFRA  
ATA da Reunião Extraordinária nº002 /2016

Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e dezesseis às 08h30min, por convocação do presidente do Conselho Sr. Carlos Otávio Senff, estiveram presentes na sala de reuniões da Associação Empresarial de Mafra – ACIM, os membros do CODEM relacionados abaixo. O Sr. Senff apresentou a pauta da reunião extraordinária, que tem como principal assunto a aprovação da concessão de incentivos à empresa MASTER Agroindustrial. Imediatamente passou a palavra para conselheira Ana Laura Saliba, atual Secretária de Desenvolvimento Econômico do município, que explanou sobre o andamento do processo de instalação da referida empresa, comunicando sobre a necessidade da aprovação expressa de todos os membros do CODEM para a doação do terreno por solicitação dos agentes financiadores BNDES e BRDE. Após as considerações dos conselheiros sobre a concessão de incentivos às empresas, previstos na Lei Municipal nº 4.020/2014 e nº 4.157/2015, o CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra, posiciona-se como FAVORÁVEL a concessão de benefícios fiscais, físicos e imobiliários (no caso, doação do terreno objeto da matrícula nº 13.471, do Livro 2, da Comarca de Mafra), autorizando ainda a empresa MASTER a oferecer o imóvel em hipoteca de primeiro grau à seus agentes financeiros, ficando a hipoteca subsequente em favor do Município para garantir a cláusula de reversão e demais obrigações da Escritura de Doação, sem quaisquer ressalvas. O CODEM recomenda a publicação do presente parecer no Diário Oficial do Município. Após a aprovação integral dos assuntos tratados com unanimidade, deu-se por encerrada a reunião às 09:00h, e eu Hélio Daniel da Costa lavro e assino a presente ata juntamente com os demais participantes.

Membros do CODEM	Instituição	Assinatura
Carlos Otávio Senff – PRESIDENTE	UnC	
Onírio Jorge Medeiros – VICE-PRESIDENTE	ACIM	
Helio Daniel da Costa – SECRETÁRIO	Amplanorte	
José Nelson Notari	ACIM	
Marcos Grossl	CDL	
Marcio Magnabosco da Silva	CDL	
Ana Laura Saliba Silva	Sec. Mun. Desenv. Econômico	
Ivanir Luiz Basso	Sindicato Trab. Rurais Mafra	
Luiz Cláudio Saliba	Sincomafra	
Enalto Gondrige	Sec. Mun. Fazenda e Planej.	

Clayton Alves Bertotto	OAB	
Outros participantes	Instituição	Assinatura
Jeison Maikel Kuitschal	Procuradoria Jurídica – Prefeitura Mafra	
Rodney Luiz Medeiros	Secretário Administração – Prefeitura Mafra	

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

Nota Fiscal nº. 5.326 R\$ 117,01

Nota Fiscal nº. 5.104 R\$ 400,43

Nota Fiscal nº. 4.821 R\$ 546,01

Nota Fiscal nº. 4.595 R\$ 408,22

Nota Fiscal nº. 6.398 R\$ 360,74

Nota Fiscal nº. 6.386 R\$ 4.421,17

Nota Fiscal nº. 6.389 R\$ 43.201,02

Nota Fiscal nº. 4.251 R\$ 468,10

Nota Fiscal nº. 5.819 R\$ 861,01

Nota Fiscal nº. 6.136 R\$ 1.630,81

Nota Fiscal nº. 6.134 R\$ 650,05

Nota Fiscal nº. 6.135 R\$ 195,00

Valor Total: R\$ 53.259,57

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 17 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição de Forno elétrico, trifásico, potência 17.1 KW, 220 V, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/07/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafrá (SC), 16 de junho de 2016.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal



# Maracajá

## PREFEITURA

### RESULTADO DA HABILITAÇÃO TP 40/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento da Documentação de Habilitação.  
Tomada de Preço nº 40/2016

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento da Documentação de Habilitação do Processo Licitatório nº 40/2016 – Tomada de Preço, referente contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

A Comissão decidiu por unanimidade pela HABILITAÇÃO das empresas, PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA e CREMA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, e INABILITAR as empresas CONTRUÇÕES VITORORIA LTDA e BRANCO PEDRAS ARTEFATOS LTDA – EPP.

Maracajá/SC, 16 de junho de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa.

Presidente da Comissão de Licitação

### RESULTADO DA HABILITAÇÃO TP 41/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento da Documentação de Habilitação.  
Tomada de Preço nº 41/2016

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento da Documentação de Habilitação do Processo Licitatório nº 41/2016 – Tomada de Preço, referente contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 818994/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

A Comissão decidiu por unanimidade pela HABILITAÇÃO das empresas, PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA e CREMA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, e INABILITAR as empresas CONTRUÇÕES VITORORIA LTDA e BRANCO PEDRAS ARTEFATOS LTDA – EPP.

Maracajá/SC, 16 de junho de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa.

Presidente da Comissão de Licitação

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 545/2016

DECRETO Nº 525, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivos do Decreto nº 273, de 18 de fevereiro de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o quadro constante do art. 5º do Decreto nº 273, de 18 de fevereiro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º [...]

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	9.684,35	23,585275
Área Verde	2.705,36	6,588636
-Lote Urbano nº 5, Quadra nº 6		
Área Institucional	1.984,75	4,833661
-Lote Urbano nº 11, Quadra nº 3 (Equipamento Público)	1.319,64	3,213852
-Lote Urbano nº 12, Quadra nº 3 (Praça)	665,11	1,619809
Totais	14.374,46	35,007572%
Percentual Total da Área Loteada =		
35,007572%		

Art. 2º Fica pelo presente Decreto, alterado o § 1º do art. 7º do Decreto nº 273, de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A caução tem validade de 4 anos a contar da data de assinatura deste Decreto.

Art. 3º As despesas do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 525, de 2 de junho de 2016.

Maravilha – SC, 16 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 546/2016

DECRETO Nº 546, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivos do Decreto nº 424, de 15 de abril de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso

VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 1º do Decreto nº 424, de 15 de abril de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote "A", parte do lote urbano nº (8), com área de (346,06 m²), com edificação, e Lote "D", parte do lote urbano nº (8), com área de (325,00 m²), sem edificação, perfazendo a área total de (671,06 m²), ambos da Quadra nº (12), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 17.235 e 18.744 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Lauri Linke, brasileiro, casado, funcionário público, portador da C.I. RG nº 13/R-2.230.060-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 637.572.069-91, domiciliado e residente na Rua Santa Terezinha, nº 541, na cidade de Iraceminha/SC, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU.: A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

PARTE DO LOTE "A" e PARTE DO LOTE "D", parte do lote urbano nº (8), com as áreas respectivas de (346,06 m² e 325,00 m²), totalizando (671,06 m²), da Quadra nº (12); situadas na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com edificação, sendo uma casa residencial de alvenaria, com área construída de 175,90 m², coberta de telhas de fibrocimento; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do lote "C", parte do lote urbano nº (8), na extensão de 26,00 metros, de Ademir Celuppi – M. 19.393;- ao Sul, com parte do lote "B", parte do lote urbano nº (8), na extensão de 26,00 metros, de Liane Linke Manfrin – M. 17.236;- ao Leste, com parte do lote "B", parte dos lotes urbanos nºs (7 e 10), e parte do lote urbano nº (7), na extensão de 25,81 metros, de Copema Distribuidora Automotiva Ltda. – M. 18.588;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 25,81 metros.

Art. 2º As despesas deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 547/2016

DECRETO Nº 547, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016,

CONSIDERANDO,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado/Edital nº 003/2016, para o cargo de Médico Clínico Geral - EMAD, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 16 de junho de 2016 a 15 de junho de 2017, LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 306.856.800-53, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral - EMAD, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Preço por lote, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 29 de junho de 2016 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19h. Maravilha - SC, 16 de junho de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 072/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 072/2016 - Modalidade Pregão Presencial n. 014/2016 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de empresa especializada para capacitação de servidores municipais da Secretaria de Assistência Social sobre o SUAS e a rede de serviços, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 30 de junho de 2016 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19h. Maravilha - SC, 16 de junho de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 073/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 073/2016 - Modalidade Pregão Presencial n. 015/2016 .

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de pessoa jurídica, para segurar a frota de veículos oficiais do Município de Maravilha – SC, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência técnica 24 horas, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA Nº 32.2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE EQUIPAMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

VALIDADE: DE 16/06/2016 A 16/06/2017

Ao décimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE EQUIPAMENTOS (TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA) PARA REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR GRAZIELE VOGELSANGER FELIPE	03.620.927/0001-12

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE EQUIPAMENTOS (TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA) PARA REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA							
ITEM	NOME EMPRESA	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE EQUIPAMENTOS (TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA) PARA REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME	LOTE	PAVIPLAN	1	R\$ 126.000,00	R\$ 126.000,00
01.01	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	TRATOR DE ESTEIRA COM SISTEMA HIDRÁULICO PARA A LÂMINA DE INCLINAÇÃO E ANGULAÇÃO HIDRÁULICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PESO OPERACIONAL DE 16 TONELADAS, POTÊNCIA DE 150 HP, RIPPER DE 3 DENTES, SAPATAS DE 600MM, MATERIAL RODANTE COM RODA MOTRIZ ELEVADA, CAPACIDADE DA LÂMINA DE 3,15M³. USO MÁXIMO: 5 ANOS.	HORAS	PAVIPLAN	245	R\$ 222,9084	R\$ 54.612,56
01.02	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PESO OPERACIONAL DE 34 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 245 HP, CAPACIDADE DE CONCHA 2,01M³, LANÇA DE 6,50M E BRAÇO DE 3M.	HORAS	PAVIPLAN	250	R\$ 285,5498	R\$ 71.387,44
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 126.000,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 126.000,00							

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 126.000,00 (CENTO E VINTE E SEIS MIL REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem

que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) se compromete a efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias após emissão do relatório de carregamento e nota fiscal, devidamente aprovado pela fiscalização do setor de obras, sendo que:

a) Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5

5.1 O início dos serviços será autorizado pela Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos, mediante a emissão de ordem de compra ou nota de empenho fornecida pela mesma.

5.2 Disponibilizar os serviços contratados de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 02 (dois) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, nos locais determinados pela Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos, devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 A licitante vencedora obriga-se:

10.1.1 Disponibilizar os serviços contratados de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 02 (dois) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, nos locais determinados pela Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos, devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do objeto.

10.1.2 Entregar a(s) máquina(s) no local de execução dos serviços às 07h30min, para conferência do horímetro, já devidamente abastecida, lubrificada e com o operador para a execução dos serviços.

10.1.3 Atender rigorosamente, as quantidades de horas que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento.

10.1.4 Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação sem a autorização expressa pela Administração Municipal.

10.1.5 Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações, bem como despesas com carregamento, deslocamento e descarga da máquina até o local definido para a execução dos serviços.



10.1.6 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de seus empregados resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal.

10.1.7 A licitante deverá responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado para o serviço, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

10.1.8 Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.9 Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

10.1.10 Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10.1.11 Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

10.1.12 Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o serviço.

11.1.4 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	16	de	Junho	de	2016
MÁRIO FERNANDO REINKE					
PREFEITO MUNICIPAL					

PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA  
GRAZIELE VOGELSANGER FELIPE  
CONTRATADA

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº092-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº092/2016.

16/06/2016

Autoriza o Licenciamento ao Vereador José Osnir Ronchi pelo prazo de doze (12) dias para tratamento de saúde

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador José Osnir Ronchi, para tratamento de saúde pelo prazo de doze (12) dias a contar do dia 16 ao dia 27 de junho de 2016.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 16 DE JUNHO DE 2016.

Vanderlei Sasse

Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo.

# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA N°272-2016**

PORTARIA n.º 272/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei 1349/2009, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações:

**CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde, à servidora DAIZE MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Desenvolvimento Rural, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13/06/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0169/2016

DECRETO Nº 0169/2016 DE 03 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso VI, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Resolução nº 171/2014, de 04 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes,

Considerando a Resolução nº 09/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Modelo/SC,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal de Acompanhamento e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, estruturada de forma intersetorial e com a participação da sociedade civil através de entidades.

Art. 2º - A comissão de que trata o presente Decreto será composta pelos seguintes membros:

#### I – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) Governo: Gilnei Vogel
- b) Sociedade Civil: Silvainha Maria Kreutz

#### II – Conselho Tutelar:

- a) Conselheiro Tutelar: Antonio dos Santos
- b) Conselheiro Tutelar: Sandra Braun

#### III – Conselhos setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social:  
Governo: Marizete Maria Floss  
Sociedade Civil: Loraci Maura da Silva Bellaver

#### b) Conselho Municipal de Educação:

- Governo: Jussane M. T. Frandoloso
- Sociedade Civil: Janete Toseto

#### c) Conselho Municipal de Saúde:

- Governo: Erno Michielin
- Sociedade Civil: Carine de Assis

#### IV – Órgãos/entidades estaduais e municipais gestores das políticas sociais, tais como educação, saúde assistência social, segurança, esporte, cultura e lazer:

- a) Escola Estadual Dom Helder Câmara: Lisani Birk

b) Polícia Militar: Gilson Henkes

c) Polícia Civil: Giovani André Rodrigues

d) APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: Eliana Kothe

#### V – Crianças e Adolescentes:

a) Adolescente: Alana Rodrigues

b) Adolescente: Douglas Reichert

Art. 3º - Compete à Comissão Intersectorial Municipal de Acompanhamento e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º - Os serviços da comissão ora nomeada são considerados de caráter relevante, não sendo atribuído qualquer remuneração.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### DECRETO Nº 0170/2016

DECRETO Nº 0170/2016 DE 03.06.2016.

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, a Resolução nº 171 de 04/12/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA,

que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, Considerando as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Modelo SC; Considerando a Resolução 09/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, do Município do Modelo SC,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica convocada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE MODELO SC, a se realizar no dia 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 13:30 HORAS, NA SEDE DA ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo SC, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo e Comissão Municipal de Acompanhamento e Elaboração do Plano Decenal, de que dispõe o Decreto Municipal nº 169/2016.

Art. 2º - A Audiência Pública, para discussão, formulação e deliberação do Plano Municipal Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Modelo SC, será realizada de conformidade com as disposições legais, em especial, com a Resolução nº 171 de 04/12/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013.

Art. 3º - As despesas com a realização da Audiência Pública de que dispõe este Decreto, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município de Modelo SC, alocados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 03 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:  
FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 26/2016**

1º TERMO ADITIVO AO EXTRATO CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: MODELAR EMPREENDIMENTOS LTDA EPP.

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO do item 02 do Contrato nº 026/2016, no montante de 8,04 % (oito vírgula zero quatro por cento) do valor do contrato firmado entre as partes em 16/05/2016, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Quinta.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 008/2016.

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 2.999,55 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Mondaí – SC, 15 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 88/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 88/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS

1.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição PARCELADA DE AVIAMENTOS nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital.

1.2

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 16/junho/2016 até as 13:45 horas do dia 29/junho/2016; ABERTURA: às 14:00 29/junho/2016.

TIPO MENOR PREÇO INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 16 de Junho de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇO 069/2016**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 069/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA LUIZ CASAGRANDE, conforme anexo I. Data: 04/07/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2016 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRANSITO. Data da entrega dos envelopes: 01/07/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 01/07/2016 às 14h00min hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 16 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 FMV

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 FMV  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 05/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 05/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS (BONÉ, CAMISA, CALÇA E COTURNO), PARA SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 05/2016.

Fornecedor: Marcia Girardi Me

Valor: R\$ 8.999,00

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 16 de maio de 2016.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016 FMS  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 11/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 11/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LISTAGEM BRASINDICE DE A a Z PARA ATENDER OS PACIENTES JUDICIAIS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 11/2016 FMS.

Fornecedor: Matriz Comércio Farmacêutico Ltda

Valor: R\$ 400.000,00.

Desconto: 28%

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de maio de 2016.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 FMV

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 FMV

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 20/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 20/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS ELETRÔNICOS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.. conforme Pregão Presencial nº 20/2015.

Fornecedor: Sinacom Industria e Comercio de Sinalização Viaria

Valor: R\$ 241.200,00

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 12 de maio de 2016.

### NOTIFICAÇÃO - SR RAFAEL VALMIR DA COSTA -DEVENDO APRESENTAR-SE NO PRAZO DE 48H NO RH DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES NOTIFICAÇÃO

A Sr.<sup>a</sup> Diretora do Departamento de Gestão em Recursos Humanos, DIANDRA PEREIRA, faz saber o (a) Sr.(a) Rafael Valmir da Costa, que deverá apresentar-se ao departamento de recursos humanos no prazo de 48 horas na publicação deste, para resolver assunto de seu interesse, conforme dispõe a Lei complementar nº 007/2013, o não comparecimento implicará em encaminhamento a Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relativos ao abandono de trabalho.

Diandra Pereira

Diretora de Gestão de Recursos Humanos

Navegantes (SC), 16 /06 /2016.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 167/2016 - CONVOCA SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DECRETO nº 167/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 – DÉCIMA SEXTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 17 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

X – Cópia Comprovante de Residência atual;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado(a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 15 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 167/2016)

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 20 HS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
13º	29237	Luciana Maria Cadorin Piazza

#### ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 167/2016)

CARGOS	EXAMES
PROFESSOR E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	Audiometria, Videolaringoscopia

#### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 167/2016)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

#### DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, .....  
....., portador (a) do  
RG nº ..... e CPF nº .....  
....., Candidato (a) na .....ª posição do Concurso Público - Edital nº 001/2014, inscrição nº ..... , para o cargo de ..... , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ..... , publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../...../..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2016.

Assinatura

### DECRETO Nº 168/2016 - NOMEIA SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E 003/2015

DECRETO Nº 168/2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados nos Concurso Público nº 001/2014 e 003/2015:

Edital nº	NOME	CARGO	C.H.
001/2014	Rita Casiane Krichinski	Professor E. F. Anos Iniciais	20h/Sem.
003/2015	Elizangela Gambeta	Auxiliar de Consultório Odontológico	40h/Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 16 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 438/2016**

PORTARIA Nº 438/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal FLORINDA LUCIA TAMANINI GARBARI, matrícula nº 6304, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias, a contar de 23 de maio de 2016 a 19 de julho de 2016, conforme resultado pericial datado de 23/05/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

### **PORTARIA Nº 452/2016**

PORTARIA Nº 452/ 2016

Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 72, da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22/12/1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal CLEIA INES GASPERI, matrícula nº 1043, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08 de junho de 2016 a 04 de dezembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 02/06/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 464/2016**

PORTARIA Nº 464/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal PAMELA AMORIM DA SILVA, matrícula nº 6888, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado, com 15 (quinze) horas semanais (Educação Infantil - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a partir de 03 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 465/2016**

PORTARIA Nº 465/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal MARIA APARECIDA DA SILVA ALVES PEREIRA, matrícula nº 7013, ocupante do cargo de Professor Nível I, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental – Contador de Histórias), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a partir de 07 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 466/2016**

PORTARIA Nº 466/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, matrícula nº 6559, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 25 de maio de 2016 a 03 de junho de 2016, conforme resultado pericial datado de 08/06/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação



Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 467/2016**

PORTARIA Nº 467/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 1.005/2015, que Prorrogou a Concessão de Readaptação ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta e oito) dias, a contar de 03 de junho de 2016 a 29 de novembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 08/06/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 471/2016**

PORTARIA Nº 471/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014;

#### **RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 097/2016, MARISA BENTO DA SILVA, matrícula nº 7211, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 13 de junho de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARISA BENTO DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Est. Mu. Rosimere Machado, nº 393, Bairro Carmelo de Dentro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 027.353.130-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 13 de junho de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Marisa Bento da Silva  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de junho de 2016.

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 472/2016**

PORTARIA Nº 472/ 2016

Torna Ato de Provimento Sem Efeito

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

**RESOLVE:**

TORNAR o Ato de Provimento sem efeito, conforme o art. 20, parágrafo 4º, do Estatuto do Funcionário Público Municipal do Município de Nova Trento/SC, em virtude do não comparecimento do candidato ROGERIO JULIO DE AGUIAR, portador do RG nº 19.648.968-4 e CPF nº 113.738.728-96, habilitado na 15ª posição, do Concurso Público nº 002/2015, inscrição nº 294, para o cargo de Técnico em Enfermagem, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, nomeado pelo Decreto nº 142/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios de 12/05/2016, o qual apresentou Requerimento do prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, no dia 26/04/2016, findando o prazo para se apresentar em 26/05/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PROCESSO Nº 62/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 062/2016 – Pregão Presencial nº 045/2016  
Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição de Serra Fita móvel para madeira, em aço estrutural, acompanhada de Amolador, a ser utilizada no atendimento da população de Nova Trento (com rodado para transporte até o local da prestação de serviço, acoplada em trator agrícola), conforme quantidades e especificações contidas no anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 30/06/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 30/06/2016 as 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.nova-trento.sc.gov.br](http://www.nova-trento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2009**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 47/2009

Por este Termo Aditivo ao Contrato de Locação, de um lado, a Prefeitura Municipal de Nova Trento, doravante denominado LOCATÁRIA, representada neste ato pelo Sr. Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, e de outro lado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Trento - SITTRUNT, doravante denominado LOCADOR, neste ato representado pela Presidente Maria Goretti Minatti, resolvem, de comum acordo, alterar a data de vencimento, com fundamento na autorização dada pela Lei nº 2.612, de 01 de junho de 2016, constante na Cláusula Primeira do Contrato nº 47, de 15 de março de 2009, mediante as seguintes condições:

CLAUSULA PRIMEIRA: O prazo de locação é de 08 (oito) anos, contados a partir de 01 de janeiro de 2009 e término em 31 de dezembro de 2016, data em que o locatário se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado no estado em que recebeu, independente de notificação ou interpelação judicial, ressalva a hipótese de prorrogação da locação, o que somente se fará por escrito.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato de locação ora aditado, não alterados pelo presente termo, que ratificam.

E, por assim estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições acima, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Trento, 01 de junho de 2016

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Maria Goretti Minatti

Locatário Presidente SITTRUNT

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Clarisse Cadorin Marchiori Eduardo Fabris da Silva  
Gerente Legislativo – RG nº559.141 Diretor de Planejamento e Gestão

Administrativa – RG nº 4349254

Registrado o presente Termo Aditivo nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Adérico Edílio Dalri

Resp. p/Secretaria M. Administração e Finanças

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **PREGÃO 033/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 033/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada no conserto de pneus para atender a frota de veículos da Prefeitura Municipal. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 30/06/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

### **PREGÃO 037/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 037/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada na detonação de cascalheira. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 16:00 hs. do dia 29/06/2016 e abertura da sessão será às 16:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 16/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

### **PREGÃO 038/206**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 038/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada na construção e revitalização urbana e paisagista da Praça Pinheiros – Setor 02. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 29/06/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2778

DECRETO N.º 2778/2016

"CONCEDE ADICIONAL DE GRADUAÇÃO OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar 023/2005

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Concedido Adicional de Graduação de 15,0% (quinze por cento), referente conclusão de graduação, a servidora pública Municipal Sr. Cleuza Mendes.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - São revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 08 de junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2779

DECRETO Nº. 2779/2016

"Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial, pelo Superávit do Exercício Anterior na Fonte 0300 - Recursos Ordinários e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 962/2016, de 14 de junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Especial pelo Superávit da Exercício Anterior no valor de R\$ 4.038,76 (Quatro mil e trinta e oito reais e setenta e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	3001	Secretaria/Coordenadoria de Administração e Gestão	
Função	6	Segurança Pública	
Subfunção	181	Policiamento	
Programa	601	Segurança Publica	
Ação	2.10	Manutenção do Convênio - Polícia Militar Bombeiros	
Fonte	0300	Recursos Ordinários	
Elemento	4490	Aplicações Diretas	R\$ 4.038,76

Art. 2º O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recurso ordinário apurado pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada, no valor de R\$ 4.038,76 (Quatro mil e trinta e oito reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2780**

DECRETO N.º 2780/2016

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Leis Complementares 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. Poliane Zanata Nunes, para exercer o Cargo de provimento efetivo de Enfermeiro 30:00 hs. Semanais, enquadrado no Anexo III, da Lei Complementar 023/2005, Nível 546.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 16 de junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Municipal de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2781**

DECRETO N.º 2781/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido, a servidora pública municipal Sra. Fabiane Bernardi, ocupante do cargo Efetivo de Engenheiro Arquiteto, em virtude de Chamamento no Concurso Público 001/2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 16 de junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2782**

DECRETO N.º 2782/2016

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PUBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Comp. 022/2005 e Edital de Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. Fabiane Bernardi, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Arquiteto e Urbanista, em virtude de aprovação no Concurso Público 001/2015, enquadrada no anexo III, da Lei Complementar 023/2005, nível 561, a presente nomeação terá seus efeitos a partir de 17 de junho de 2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 16 de junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão



# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1350/2016.**

PORTARIA Nº. 1350/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora DANIELA DE JESUS, matrícula nº. 801852-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21/03/2016, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1363/2016.**

PORTARIA Nº. 1363/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1374 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor HENRIQUE DIRCKSEN MELO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2016 a 17/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1369/2016.**

PORTARIA Nº. 1369/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1395 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor AURELIO ZACHARIAS ADÃO FILHO, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2016 a 12/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1376/2016.**

PORTARIA Nº. 1376/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LUIZA BENTO DA SILVA BERTOLINO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1317/2016.**

PORTARIA Nº. 1317/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**



PRORROGAR a Portaria 2439 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor EUGENIO JOSE SANT'ANA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/07/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1318/2016.**

PORTARIA Nº. 1318/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2978 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DEBORA CRISTIANE E SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/08/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1319/2016.**

PORTARIA Nº. 1319/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1607 de 11 de abril de 2014, que Prorrogou a Admissão da servidora MARILDA HILARIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 14/12/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1320/2016.**

PORTARIA Nº. 1320/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1448 de 05 de março de 2014, que Prorrogou a Admissão da servidora ALINE ROZELI BARBOSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/02/2015 a 30/04/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1321/2016.**

PORTARIA Nº. 1321/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIELE DE OLIVEIRA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1322/2016.**

PORTARIA Nº. 1322/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LEANDRO ALFEU CARLOS, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2015.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1323/2016.**

PORTARIA Nº. 1323/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA APARECIDA MELLO ALVES, Matrícula nº. 801112-1-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para a Escola Básica Reinaldo Weingartner do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1324/2016.**

PORTARIA Nº. 1324/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCOS AURELIO ROSA RECH, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 009/2015, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais,

do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1325/2016.**

PORTARIA Nº. 1325/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor DIOGO JESUS DA ROSA, de Responsável pela Análise Técnica, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 à 31/05/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1326/2016.**

PORTARIA Nº. 1326/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DARCI DE SOUZA, matrícula nº. 800867-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 28/03/2016 à 28/06/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1327/2016.**

PORTARIA Nº. 1327/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ERNANDE JOÃO MIGUEL, matrícula nº. 300224-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/1998 a 10/05/2003, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 10/05/2003 a 10/05/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1328/2016.**

PORTARIA Nº. 1328/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELINE APARECIDA PEREIRA MARTINS, matrícula nº. 127612-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 20/08/1999 a 20/08/2004, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/03/2016 à 28/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1329/2016.**

PORTARIA Nº. 1329/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IARA MARTINS COLLAÇO, matrícula nº. 400999-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/03/2016 à 21/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1330/2016.**

PORTARIA Nº. 1330/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA DOS SANTOS, matrícula nº. 400301-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2005 a 30/06/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/06/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1331/2016.**

PORTARIA Nº. 1331/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EONICE GLAZA OW CZARZAK, matrícula nº. 400953-3, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/07/2010 a 14/07/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/05/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1332/2016.**

PORTARIA Nº. 1332/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Alexandro Adriano	03870335989
Bruno Serafim Rosa	04174240551
Matheus Silva Lemos	04430494302
Vanderlei Hermesmeiyer	00891341972

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1333/2016.**

PORTARIA Nº. 1333/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Luciana da Silva	40	20	28/03/2016 a 14/12/2016
Maria Aparecida Aleixo do Prado	20	30	08/03/2016 a 14/12/2016
Martha Gislaine Ozório da Luz	30	40	17/03/2016 a 14/12/2016
Najla Elisangela dos Santos	20	40	01/03/2016 a 14/12/2016

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1334/2016.**

PORTARIA Nº. 1334/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 10 de março de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
210502-5	Anna Karla Martins	R\$ 447,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
211113-1	Paula Regina Cruz Pessi	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1335/2016.**

PORTARIA Nº. 1335/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ANNA KARLA MARTINS, matrícula nº. 210502-5, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 09/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1336/2016.**

PORTARIA Nº. 1336/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para PAULA REGINA CRUZ PESSI, titular do cargo de Orientador

Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 10/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1337/2016.**

PORTARIA Nº. 1337/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ARIANE LETICIA DA SILVA, matrícula nº. 210441-5, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 10/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1338/2016.**

PORTARIA Nº. 1338/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para GEOVANNA KRUGER NUNES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1339/2016.**

PORTARIA Nº. 1339/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor



(a) ANDRE DANIEL DA CRUZ, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2015 a 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1340/2016.**

PORTARIA Nº. 1340/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) CLAUDIA REGINA DE ABREU CAVALCANTI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2015 a 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1341/2016.**

PORTARIA Nº. 1341/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 10 de março de 2016.

#### **ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
210441-5	Ariane Letícia da Silva	R\$ 1100,00	Diretor CEI José Miguel Ferreira

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1342/2016.**

PORTARIA Nº. 1342/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) EMILENA PALMAS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2015 a 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1343/2016.**

PORTARIA Nº. 1343/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) GISELLE MARQUES GOES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2015 a 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1344/2016.**

PORTARIA Nº. 1344/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) NAYARA MARA BATISTI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2015 a 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

# **PORTARIA Nº. 1347/2016.**

PORTARIA Nº. 1347/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## **RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
401851-1	Alessandra Maria Pamplona Luiz	Técnico em Enfermagem	1-138-1-A ANMS	1-138-2-A ANMS	01/02/2016
100295-2	Angela Maria Wagner	Técnico em Contabilidade	1-5-2-B ANT	1-5-3-B ANT	01/02/2016
401803-1	Angelita Zamberlan Nedel	Psicólogo	1-141-1A-A ESF-NASF	1-141-2A-A ESF-NASF	01/02/2016
401919-1	Bianca Sanches de Barros Alves	Assistente Administrativo	1-17-1-A ANM	1-17-2-A ANM	01/02/2016
300529-1	Cintia Mohr	Técnico em Contabilidade	1-5-1-A ANT	1-5-2-A ANT	01/02/2016
800550-1	Claudia Zeni Teixeira	Contador	1-118-2B-C ANS	1-118-2B-C ANS	01/02/2016
400260-1	Cristiane de Souza Assunção	Enfermeiro	1-118-3B-D ANS	1-118-4B-D ANS	01/02/2016
401840-1	Elenice Maria Mendes	Assistente Social	1-141-1A-A ESF-NASF	1-141-2A-A ESF-NASF	01/02/2016
401431-1	Gabriel D´Oliveira da Silva	Fisioterapeuta	1-118-2A-A ANS	1-118-3A-A ANS	01/02/2016
400333-1	Graziela Nazare Nunes	Enfermeiro	1-118-2B-C ANS	1-118-2C-C ANS	01/02/2016
501081-1	Gustavo Sarda da Silva	Técnico em Edificações	1-148-1-A ANTP	1-148-2-A ANTP	01/02/2016
800549-1	Ivania Herondina Peres Poluceno	Contador	1-118-2B-E ANS	1-118-3B-E ANS	01/02/2016
800928-1	Ivonete Hilleshein Tomaz	Merendeira	1-9-1-C ANF - B	1-9-2-C ANF - B	01/02/2016
100285-1	João Lauro Severino da Silva	Monitor	1-17-1-B ANM	1-17-2-B ANM	01/02/2016
300178-1	Maisa Cristina Pierri	Assistente Administrativo	1-17-2-E	1-17-3-E	01/02/2016
401744-1	Nathalia Broering Borba	Fisioterapeuta	1-118-2A-A ANS	1-118-2B-A ANS	01/02/2016
501143-1	Patrícia Schroeder	Engenheiro Ambiental	1-146-1A-A ANSEAG	1-146-2A-A ANSEAG	01/02/2016
402030-1	Roberta de Brito Medeiros	Assistente Administrativo	1-17-1-A ANM	1-17-2-A ANM	01/02/2016
200024-1	Rosane Ondina de Q. Espindola	Assistente Administrativo	1-17-1-G ANM	1-17-2-G ANM	01/02/2016
401674-1	Sandra Regina Alves dos Santos	ACS	1-143-1-A ACS	1-143-2-A ACS	01/02/2016
801505-2	Suzana dos Passos Pereira	ASO	1-9-1-B ANF - B	1-9-2-B ANF - B	01/02/2016
800861-2	Vera Ap. Rodrigues Borges Ferreira	Merendeira	1-9-2-C ANF - B	1-9-3-C ANF - B	01/02/2016
300215-2	Wanice Pierri	Agente Administrativo I	1-8-2-D ANF- A	1-8-3-D ANF- A	01/02/2016

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1348/2016.**

PORTARIA Nº. 1348/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIANA CRISTINA PROVIN VITTO, matrícula nº. 401144-2, titular do cargo de ACE, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 21/03/2016, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1349/2016.**

PORTARIA Nº. 1349/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEUSA SILVA ANSELMO, matrícula nº. 800452-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 21/03/2016, de acordo com às folhas 103.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1351/2016.**

PORTARIA Nº. 1351/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a IVONETE PIERRI DA SILVA, matrícula nº. 800043-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1352/2016.**

PORTARIA Nº. 1352/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0741 de 06 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIANA DE MELLO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1353/2016.**

PORTARIA Nº. 1353/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SARA DALLA LANA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1354/2016.**

PORTARIA Nº. 1354/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1029 de 23 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANDREZA SILVA VIEIRA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2016 a 03/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1355/2016.**

PORTARIA Nº. 1355/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1502 de 20 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FERNANDA MACHADO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/03/2016 a 25/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1356/2016.**

PORTARIA Nº. 1356/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
800860-1	Adriana Schreiber	Graduação	30%	01/02/2016
400290-1	Anezia Anita de Souza	Graduação	30%	01/02/2016
400122-1	Clesio Ari Leonel	Graduação	30%	01/02/2016
400234-1	Eliane Espindola Broering	Graduação	30%	01/02/2016
800193-2	Fabiana dos Anjos Pires	Graduação	30%	01/02/2016
400222-1	Fabio Martins da Rosa	Graduação	30%	01/02/2016
400235-2	Flavio Schmidt	Graduação	30%	01/02/2016
100091-1	Gracielle Francine Damasceno Piccoli	Graduação	30%	01/02/2016
401596-1	Ilson Laurentino Guimarães	Graduação	30%	01/02/2016
300498-6	Jane das Dores da Silva	Pós Graduação	15%	01/02/2016
100445-2	João Roberto Engelke	Graduação	30%	01/02/2016
3745073-1	Luana Machado Ferreira	Graduação	30%	01/02/2016
400225-1	Maria Aparecida da Silva	Graduação	30%	01/02/2016
100273-4	Maycon Luiz da Silva	Graduação	30%	01/02/2016
100590-1	Milena Aparecida Koch	Graduação	30%	01/02/2016
401242-2	Rosilaine da Rosa Huguen	Graduação	30%	01/02/2016
3745776-1	Sandra Pereira de Abreu Oliveira	Pós Graduação	15%	01/02/2016
800858-1	Sonia Heinz da Silva	Graduação	30%	01/02/2016
802115-2	Thiago Cesar Silva	Graduação	30%	01/02/2016

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1357/2016.**

PORTARIA Nº. 1357/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1528 de 20 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ALESSANDRA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/03/2016 a 24/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1358/2016.**

PORTARIA Nº. 1358/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1027 de 23 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TEREZA DA PENHA TAVARES DE GODOY, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2016 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1359/2016.**

PORTARIA Nº. 1359/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1026 de 23 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CARLA REGINA DA SILVA MARTINS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/03/2016 a 05/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1360/2016.**

PORTARIA Nº. 1360/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1376 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SUSANA MARIA GONZAGA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de

13/03/2016 a 13/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1361/2016.**

PORTARIA Nº. 1361/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1028 de 23 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JANINE BARBOSA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/03/2016 a 10/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1362/2016.**

PORTARIA Nº. 1362/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1392 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor HALISON ARAUJO DE SOUZA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2016 a 12/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1364/2016.**

PORTARIA Nº. 1364/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1291 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LETICIA SCHEFER, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2016 a 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1365/2016.**

PORTARIA Nº. 1365/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1290 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CRISTIANE MIGNOT MEYER, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2016 a 11/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1366/2016.**

PORTARIA Nº. 1366/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1038 de 23 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VALTER ROSA DA CRUZ, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2016 a 30/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1367/2016.**

PORTARIA Nº. 1367/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1394 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ALDO MARCELO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2016 a 11/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração  
ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1368/2016.**

PORTARIA Nº. 1368/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1393 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ALESSANDRE DE ANDRADE, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2016 a 12/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1370/2016.**

PORTARIA Nº. 1370/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANA DA SILVA DE ABREU, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1371/2016.**

PORTARIA Nº. 1371/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEONICE GENEROSO DE SANTANA CHAVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1372/2016.**

PORTARIA Nº. 1372/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1373/2016.**

PORTARIA Nº. 1373/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOÃO LUIZ CONTINI SMIELEWSKI, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1374/2016.**

PORTARIA Nº. 1374/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para GABRIELA BORTOLI, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2015.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1375/2016.**

PORTARIA Nº. 1375/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SUSANA MARIA GONZAGA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1377/2016.**

PORTARIA Nº. 1377/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora FLAVIA DA SILVA, matrícula nº. 801459-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de



dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 11/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1378/2016.**

PORTARIA Nº. 1378/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora ROSANA ISAUINA BATISTA DA SILVA, matrícula nº. 401453-1, titular do cargo de Socorrista, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 23/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1379/2016.**

PORTARIA Nº. 1379/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3506 de 03 de setembro de 2015, que Averbou Tempo de Serviço à servidora MIRIA CONCEIÇÃO JUTTEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV 03 (três) anos, 03 (três) meses e 26 (vinte e seis) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1380/2016.**

PORTARIA Nº. 1380/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO TATIANE DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1381/2016.**

PORTARIA Nº. 1381/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SABRINA APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1382/2016.**

PORTARIA Nº. 1382/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GUSTAVO GONÇALVES DEFREYN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1383/2016.**

PORTARIA Nº. 1383/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
João Miguel Filho	978859687

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1384/2016.**

PORTARIA Nº. 1384/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402104-1	Daiane Raupp Martins	Graduação	30%	01/02/2016
3745220-1	Geórgia Linhares dos Santos	Pós Graduação	15%	01/02/2016
401946-1	Jony Alberto Correia	Graduação	30%	01/02/2016
3745925-1	Maycon Marcos da Silva	Graduação	30%	01/02/2016
3745302-1	Vanessa de Souza David	Graduação	30%	01/02/2016

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1385/2016.**

PORTARIA Nº. 1385/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA DALLA LANA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1386/2016.**

PORTARIA Nº. 1386/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANA DE MELLO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1387/2016.**

PORTARIA Nº. 1387/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JOSIANE DE FREITAS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1388/2016.**

PORTARIA Nº. 1388/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDO FRANCISCO ALEXANDRE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro

de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1389/2016.**

PORTARIA Nº. 1389/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THIAGO ABILIO VAZ BRAZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1390/2016.**

PORTARIA Nº. 1390/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GUSTAVO DIAS MACHADO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Receita da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1391/2016.**

PORTARIA Nº. 1391/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DIUNISIO MAFRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Receita da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1392/2016.**

PORTARIA Nº. 1392/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR FERNANDA DE ASSUNÇÃO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/04/2016, face ao termino da LG.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1393/2016.**

PORTARIA Nº. 1393/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA FABRIN GIACOMINI, matrícula nº. 121582-1, titular do cargo de Técnico em Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2006 a 01/08/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/04/2016 à 25/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1394/2016.**

PORTARIA Nº. 1394/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIEGO RIBEIRO DEFREYN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.



Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1395/2016.**

PORTARIA Nº. 1395/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Elezia Rodrigues	20	40	07/04/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1396/2016.**

PORTARIA Nº. 1396/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0689 de 15 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora CLEIDE MARIA DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/03/2016 a 21/12/2016, face o impedimento do titular Nilceia Aparecida Vingla, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1397/2016.**

PORTARIA Nº. 1397/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0690 de 15 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora JULIANA DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/03/2016 a 21/12/2016, face o impedimento do titular Ivani Adelaide Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1398/2016.**

PORTARIA Nº. 1398/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
3746063-1	Roberto Andre Coral	80%

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1399/2016.**

PORTARIA Nº. 1399/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0885 de 29 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora DIANER SALETE SCAIM BERGENTAL, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1400/2016.**

PORTARIA Nº. 1400/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0853 de 29 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora MARIA DE FATIMA DA SILVA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2016 a 21/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1401/2016.**

PORTARIA Nº. 1401/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria a servidora SUELI DO NASCIMENTO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1402/2016.**

PORTARIA Nº. 1402/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Nova Esperança a servidora ALAIDE MULLER DE ABREU FARIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1403/2016.**

PORTARIA Nº. 1403/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vó Laura a servidora LECI CRISTINA MACARIO ALVES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1404/2016.**

PORTARIA Nº. 1404/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON ROBERTO MACIEL DE AGUIAR, matrícula nº. 800914-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1405/2016.**

PORTARIA Nº. 1405/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ELISETTE MOREIRA DOS SANTOS PITTA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1406/2016.**

PORTARIA Nº. 1406/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MAGDA DOS SANTOS MARIA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1407/2016.**

PORTARIA Nº. 1407/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) CRISTINA DA SILVA SOARES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1408/2016.**

PORTARIA Nº. 1408/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0986 de 02 de março de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora ANGELA MARIA SCHMITZ, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2016 a 27/05/2016, face o impedimento do titular Ana Beatriz Zacchi, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1409/2016.**

PORTARIA Nº. 1409/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para URSULA MATOS MARTINS, matrícula nº. 800825-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2009 a 02/04/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1410/2016.**

PORTARIA Nº. 1410/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADELITA MARIA LOPES, matrícula nº. 801586-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/06/2010 a 21/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/04/2016 à 11/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1411/2016.**

PORTARIA Nº. 1411/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para AMANTINO RODRIGUES RAULINO, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2015.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1412/2016.**

PORTARIA Nº. 1412/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIANA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1413/2016.**

PORTARIA Nº. 1413/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA BEATRIZ DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1414/2016.**

PORTARIA Nº. 1414/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SEVASTY NAIR ROSA SILVA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2015.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1415/2016.**

PORTARIA Nº. 1415/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LUIZ CARLOS ROMÃO FILHO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1416/2016.**

PORTARIA Nº. 1416/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Aparecida Mendes	ACS	07	18/03/16	I – Z 76-3
Aldalucia Cunha Felisbino	Professor	10	31/03/16	I – F 41-2
Alice Rosa Ceci	Professor	180	28/03/16	I –
Andreia Maria Coelho Weingartner	Professor	15	04/04/16	I – N 20, II – N 23
Bianca Freitas Pereira Correa	ACS	30	18/03/16	I – F 32
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	03	01/03/16	I – J 01-0
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	02	14/03/16	I – J 01-0
Cintia Cristina Matos	ACS	30	01/04/16	I – T 81-3
Cintia Gouveia Coelho	Pedagogo	05	19/03/16	I – Z 76-3
Claionara Maria Camilo	Fiscal de Obras	180	21/02/16	I – F 42, II – F 31-9

Clarete Kreuch	Professor	27	15/03/16	I –
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	17	17/03/16	I –
Claudia Nami Yoda	Médica	11	15/03/16	I –
Cristiane da Silva de Souza	Assessor	04	08/03/16	
Cristina Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	17/03/16	I – Z 76-3, II – Z 41-2
Darlene Damazio de Melo	Orientador Educacional	04	05/04/16	I – M 54-5
Deise Cristina Pereira de Godoy	Assistente Administrativo	15	30/03/16	I – M 25-5
Deise de Oliveira	Técnico em Enfermagem	30	31/03/16	I –
Denise Machado Santiago	ASO	20	22/03/16	I –
Dilceia Soares	ASO	30	04/04/16	
Edelaine Priscilla dos Santos	ASG	05	04/04/16	I – S 43-1
Eder Espindola	ACS	30	06/04/16	I – F 32, II – F 41-1
Edmeri Liane Espindola da Rosa	ACS	08	17/03/16	I –
Elenice Fernandes Camargo	Professor	10	31/03/16	I -
Elenir Rodrigues	ASO	14	17/03/16	I –
Eliane Mara Dransfeld	Psicólogo	02	15/03/16	
Eliane Mara Dransfeld	Psicólogo	03	17/03/16	
Eligianie Lopes Sckricoski	ASG	21	30/03/16	I – M 79-6, II – M 75-1, III – M 54-5
Elizete João Raimundo Faust	Socorrista	05	22/03/16	I – M 54-5
Fabiana da Costa Ribeiro	Merendeira	07	10/03/16	I -
Fabiana Guttha	Farmacêutico	03	02/03/16	I – A 09, II – K 01-0
Fernanda B. dos Santos Francisco	ASO	30	22/03/16	I –
Fernanda Zanini	Psicólogo	03	08/03/16	I –
Fernanda Zanini	Psicólogo	03	21/03/16	I –
George Emanuel Aurino de Souza	Vigia	05	03/03/16	I – Z 76-3
Geovana Kriger Nunes	Professor	02	22/03/16	I –
Gidele Gomes Cardoso	Professor	60	17/03/16	I –
Gilsemara Silva da Silva	Professor	06	08/03/16	I -
Gilsemara Silva da Silva	Professor	09	16/03/16	I -
Glaucia Ferreira	ASO	10	22/03/16	I –
Graciane Quadros Rosa Laurentino	Professro	180	04/04/16	I –
Greice Juliane Ribeiro Bessa	Assistente Social	08	13/03/16	I – R 61
Helena Maria Schmoeller	Merendeira	15	22/03/16	
Iris Izabel de Melo	Professor	15	18/03/16	I -
Ivonete Luiza da Silva Cremer	ACS	07	14/03/16	I – O 20-0
Jaiane Aparecida Conrado	Professor	06	15/03/16	
Jeferson Jose de Azevedo	ASO	30	17/03/16	I – F 33
João Lehmkuhl	ASO	120	17/02/16	I – I 20, II – I 25
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	60	15/03/16	I – F 10-2, II – F 39
Karini Zuleide P. Abromovicz	ACS	90	30/03/16	I – M 75-4
Karla Kristina Coelho	Dentista	15	17/03/16	I – M 77-0
Kátia dos Santos Kath Marques	ASO	180	21/03/16	I – C 50
Keoma Freitas dos Santos	ASO	13	29/03/16	I – I 15
Lais Waltrich dos Anjos	Enfermeiro	90	28/03/16	I – F 43-2
Lilian Aparecida Luz	ASO	02	10/03/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Aparecida Luz	ASO	05	14/03/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Aparecida Luz	ASO	02	29/03/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Aparecida Luz	ASO	02	04/04/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Aparecida Luz	ASO	02	11/04/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Aparecida Luz	ASO	31	14/04/16	I – J 06-9, II – M 77
Lilian Rose Paulão	Merendeira	07	11/04/16	I – B 02-9
Lindamir de Oliveira	Técnico em Enfermagem	30	04/04/16	I – G 56-0, II – M 79-6
Loislene Lucia Ferreira	Professor	02	08/03/16	I –
Loislene Lucia Ferreira	Professor	02	17/03/16	I –
Luan de Oliveira Pereira	Assessor	07	26/03/16	I – B 26-9

Lucelia Aparecida Postaia Barcelos	ASO	30	21/03/16	I – G 56-0, II – M 75-5, III – M 75-1
Luciana Terezinha Sens	Enfermeiro	05	14/03/16	
Manoel Roberto de Andrade	Assessor	15	09/03/16	I – M 17
Márcia Aparecida Correia	ACS	15	06/04/16	I – H 26
Márcia Helena Duarte	Professor	180	28/03/16	
Márcia Valdete Dutra Alves	ASG	45	22/03/16	I – Z 54-0
Maria de F. Cardoso Schwinden	ACS	15	29/02/16	
Maria Elizabete Duarte Folster	Merendeira	90	10/03/16	I – M 78-4
Maria Goreti da Silva	Merendeira	31	05/04/16	I – M 25-5
Maria Joelma Dias	Professor	60	01/04/16	I – G 56-0
Maria Laurentino Leal	Merendeira	60	17/03/16	I – M 75-1/M 51-0
Marina Machado Ribeiro Gonzaga	Orientador Educacional	15	18/03/16	
Martines Quadros da Silva	ACS	60	17/03/16	I – M 76-6
Mateus Gaio Teixeira	Professor	08	10/03/16	I – M 25
Michele Nazare Ferreira	Técnico em Enfermagem	07	16/03/16	I –
Michelle Costa Patrício	Merendeira	30	28/03/16	I – F 43
Nanci Cecília Oliveira Veras	Psicóloga	10	21/03/16	I – M 65-9
Paulo Fernando Magni	Professor	105	07/03/16	I – S 60
Paulo Henrique P. da Natividade	Professor	60	17/02/16	I – F 41-2
Paulo Roberto da Silva	ASO	60	14/03/16	I – M 75-1, II – M 75-4
Raquel Mara Martins Weiss	Professor	30	17/03/16	I – F 43-2
Renata Patrício dos Santos	Assessor	180	02/04/16	I –
Rita de Cássia da Silva	ASO	30	16/03/16	I –
Rivelino da Silveira	Engenheiro Civil	15	04/04/16	I –
Robson Medeiros	Assessor	09	31/03/16	I –
Rogério Edmilson Oliveira	Agente Administrativo I	15	21/03/16	I –
Rosa Amélia Soares Pereira	Merendeira	07	15/03/16	I – I 20
Rosa Amélia Soares Pereira	Merendeira	07	21/03/16	I – I 20
Rosana Aparecida Pinheiro	ACS	04	29/03/16	I –
Roseli Silveira Pereira	Assessor	10	14/03/16	
Rosilane Maria Weingartner	Professor	10	24/03/16	I – J 01-6
Rosilda Maria G. Schutz	Professor	30	18/03/16	I – F 33-2
Rosilda Maria Ramos	ASO	30	18/03/16	
Rosinei Maria Martins	Professor	21	09/03/16	I – M 25-5
Sandra Mara Bosquetti Lehnert	Merendeira	60	05/04/16	I –
Silvia Aparecida Mettler	Professor	30	17/03/16	I – M 79-7
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	08	01/04/16	I – O 21-0
Sueli Maria da Silva	ASO	10	16/03/16	I – M 71-1
Suelly Ferreira	Professor	10	30/03/16	I –
Suelly Ferreira	Professor	07	08/04/16	I –
Susi Nilza Goulart	Professor	02	15/03/16	I – J 06-9, II – J 11, III – R 10-4
Susi Nilza Goulart	Professor	03	28/03/16	I – J 06-9, II – J 11, III – R 10-4
Talita Silva Vieira Pereira	Assistente Administrativo	03	07/03/16	I –
Talita Silva Vieira Pereira	Assistente Administrativo	03	22/03/16	I –
Tânia Cruz da Silva	ASO	90	17/03/16	I – M 65, II – S 93-2, III – M 19
Tânia Machado Santlinger	Enfermeiro	30	17/03/16	
Tatiane Carline Bosquetti Lehnert	ACS	05	22/03/16	I –
Valmir dos Santos	ASO	28	11/02/16	I –
Vanessa Paes de Oliveira	ACS	30	22/03/16	I –
Zenaide de Melo Amaral	ACS	15	30/03/16	I – R 54-5, II – R 23-9
Zenilda Aparecida Santos	ASO	60	16/03/16	I – K 40

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1417/2016.**

PORTARIA Nº. 1417/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANDREA PAULETTI PREZOTTO, matrícula nº. 800908-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30/03/2016, de acordo com às folhas 26.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1418/2016.**

PORTARIA Nº. 1418/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSNI ROGERIO DE MENEZES, matrícula nº. 500111-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2006 a 01/04/2011, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/06/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**RESULTADO PREGÃO Nº 066/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 066/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de fraldas para o Serviço de Acolhimentos Institucional da Secretaria de Assistência Social deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

BRUTHAN COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 06, totalizando R\$ 13.084,08 (treze mil, oitenta e quatro reais e oito centavos);

SEBOLD COMERCIAL ATACADO E PROD. ALIMENTOS E EQUIP. LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 03 e 04, totalizando R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais);

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELE - ME ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$ 12.067,20 (doze mil, sessenta e sete reais e vinte centavos);

Palhoça, 16 de junho de 2016.

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2016

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 046/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.254.896/0001-60, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de pranchões e vigas de madeira para a manutenção das pontes e pontilhões do município, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 327.500,00 (trezentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), relativos aos itens 01 e 02, objeto do pregão presencial 046/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
  - 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 046/2016 e seus anexos;
  - 3.1.2 – Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – O objeto adjudicado deverá ser disponibilizado em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria de Infraestrutura.
- 4.2 – O Município se responsabiliza pelo transporte dos materiais descrito no objeto deste certame, retirando em local distante no máximo de 10 km da Garagem Municipal, sito a rua José Reva, 389, Centro, nesta cidade.
- 4.3 – A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.
- 4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- 5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 046/2016 e seus anexos;
- 5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05(cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
  - 7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
  - 7.1.2 – Não for fornecido os materiais no prazo estabelecido neste Instrumento;
  - 7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
  - 7.2.1 – Advertência;
  - 7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
  - 7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
  - 7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.



**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) material(ais) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 09 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
- Paulo Cesar Frare – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 29 de junho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 29/06/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 16 de junho de 2016

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de cestas de alimentos para atender aos projetos "Cidade Limpa e Solidária", "Associação de Catadores de Recicláveis Consciência Ecológica", Emergenciais e Ações e Serviços de Proteção Básica - Leite. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 29 de junho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 29/06/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 16 de junho de 2016  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

# Paraíso

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2016

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2016, Processo Licitatório nº. 26/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6657	GRAFICA BAROZZI LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
8668	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA BAROZZI LTDA	01.101.611/0001-99	JOÃO CARLOS VIZENTIN	345.970.009-25
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	78.218.187/0001-91		

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PASTAS IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL TRIPLEX 300G, NAS MEDIDAS 23X41 (FECHADA) 46X31 (ABERTA), VERNIZ UV BRILHO TOTAL - EM SELEÇÃO DE CORES - " MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,6400	1.280,00
2	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - " MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
3	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
4	ENVELOPES OFICIO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 11X22, EM PAPEL SULFITE 90 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,2900	580,00
5	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
6	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - " CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
7	BLOCOS DE COMPRA PARA COMBUSTÍVEIS 25X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	BL	BAROZZI	100,000	3,1300	313,00
8	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	20.000,000	0,0600	1.200,00
9	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	5.000,000	0,0800	400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 2/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016**Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	BLOCOS DE COMPRA PARA COMPRAS EM GERAL 25X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	UND	BAROZZI	150,000	2,9600	444,00
11	BLOCOS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS 50X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X21, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO	BL	BAROZZI	60,000	5,9900	359,40
12	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, EM PAPEL EXTRACOPY, 04 VIAS, IMPRESSÃO 1X0	UND	BAROZZI	20.000,000	0,4800	9.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis a data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
**ERNI GIACOMINI**  
**PREF. MUNIC. PARAÍSO**

**Empresas Participantes:**

GRAFICA BAROZZI LTDA

CNPJ: 01.101.611/0001-99

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP

CNPJ: 78.218.187/0001-91

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/6  
 Processo Nº.: 26/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2016**

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2016, Processo Licitatório nº. 26/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6657	GRAFICA BAROZZI LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
8668	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA BAROZZI LTDA	01.101.611/0001-99	JOÃO CARLOS VIZENTIN	345.970.009-25
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	78.218.187/0001-91		- - -

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PASTAS IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL TRIPLEX 300G, NAS MEDIDAS 23X41 (FECHADA) 46X31 (ABERTA), VERNIZ UV BRILHO TOTAL - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,6400	1.280,00
2	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
3	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
4	ENVELOPES OFICIO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 11X22, EM PAPEL SULFITE 90 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,2900	580,00
5	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
6	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
7	BLOCOS DE COMPRA PARA COMBUSTÍVEIS 25X2 EM PAPAEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	BL	BAROZZI	100,000	3,1300	313,00
8	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	20.000,000	0,0600	1.200,00
9	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	5.000,000	0,0800	400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 2/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016**Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	BLOCOS DE COMPRA PARA COMPRAS EM GERAL 25X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	UND	BAROZZI	150,000	2,9600	444,00
11	BLOCOS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS 50X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X21, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO	BL	BAROZZI	60,000	5,9900	359,40
12	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, EM PAPEL EXTRACOPY, 04 VIAS, IMPRESSÃO 1X0	UND	BAROZZI	20.000,000	0,4800	9.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis a data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
ERNI GIACOMINI  
PREF. MUNIC. PARAÍSO

**Empresas Participantes:**

GRAFICA BAROZZI LTDA

CNPJ: 01.101.611/0001-99

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP

CNPJ: 78.218.187/0001-91

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/6  
 Processo Nº.: 26/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2016**

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraisópolis/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2016, Processo Licitatório nº. 26/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6657	GRAFICA BAROZZI LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
8668	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA BAROZZI LTDA	01.101.611/0001-99	JOÃO CARLOS VIZENTIN	345.970.009-25
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	78.218.187/0001-91		- - -

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PASTAS IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL TRIPLEX 300G, NAS MEDIDAS 23X41 (FECHADA) 46X31 (ABERTA), VERNIZ UV BRILHO TOTAL - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,6400	1.280,00
2	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
3	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
4	ENVELOPES OFICIO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 11X22, EM PAPEL SULFITE 90 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,2900	580,00
5	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
6	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
7	BLOCOS DE COMPRA PARA COMBUSTÍVEIS 25X2 EM PAPAEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	BL	BAROZZI	100,000	3,1300	313,00
8	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	20.000,000	0,0600	1.200,00
9	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	5.000,000	0,0800	400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 2/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016**Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	BLOCOS DE COMPRA PARA COMPRAS EM GERAL 25X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	UND	BAROZZI	150,000	2,9600	444,00
11	BLOCOS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS 50X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X21, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO	BL	BAROZZI	60,000	5,9900	359,40
12	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, EM PAPEL EXTRACOPY, 04 VIAS, IMPRESSÃO 1X0	UND	BAROZZI	20.000,000	0,4800	9.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
ERNI GIACOMINI  
PREF. MUNIC. PARAÍSO

**Empresas Participantes:**

GRAFICA BAROZZI LTDA

CNPJ: 01.101.611/0001-99

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP

CNPJ: 78.218.187/0001-91

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/6  
 Processo Nº.: 26/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2016**

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2016, Processo Licitatório nº. 26/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6657	GRAFICA BAROZZI LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
8668	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA BAROZZI LTDA	01.101.611/0001-99	JOÃO CARLOS VIZENTIN	345.970.009-25
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP	78.218.187/0001-91		- - -

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PASTAS IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL TRIPLEX 300G, NAS MEDIDAS 23X41 (FECHADA) 46X31 (ABERTA), VERNIZ UV BRILHO TOTAL - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,6400	1.280,00
2	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
3	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
4	ENVELOPES OFICIO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 11X22, EM PAPEL SULFITE 90 G- EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,2900	580,00
5	ENVELOPES MEIO SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 18X24, EM PAPEL SULFITE 120 G- EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,3300	660,00
6	ENVELOPES SACO IMPRESSÃO 4X0, NAS MEDIDAS 26X36, EM PAPEL SULFITE 120G - EM SELEÇÃO DE CORES - "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	2.000,000	0,5400	1.080,00
7	BLOCOS DE COMPRA PARA COMBUSTÍVEIS 25X2 EM PAPAEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	BL	BAROZZI	100,000	3,1300	313,00
8	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "MUNICIPIO DE PARAISO"	UND	BAROZZI	20.000,000	0,0600	1.200,00
9	FOLHAS DE OFICIO EM PAPEL SULFITE 90G, NAS MEDIDAS 21X29,7 CM - IMPRESSÃO 4X0 - EM SELEÇÃO DE CORES "CONSELHO TUTELAR"	UND	BAROZZI	5.000,000	0,0800	400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 2/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

Fornecedor: 6657 - GRAFICA BAROZZI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	BLOCOS DE COMPRA PARA COMPRAS EM GERAL 25X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X19, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO.	UND	BAROZZI	150,000	2,9600	444,00
11	BLOCOS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS 50X2 EM PAPEL EXTRACOPY, NAS MEDIDAS 12X21, IMPRESSÃO 1X0, PICOTADO, COLADO, GRAMPEADO E NUMERADO	BL	BAROZZI	60,000	5,9900	359,40
12	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, EM PAPEL EXTRACOPY, 04 VIAS, IMPRESSÃO 1X0	UND	BAROZZI	20.000,000	0,4800	9.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/6  
Processo N°.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
**ERNI GIACOMINI**  
**PREF. MUNIC. PARAÍSO**

**Empresas Participantes:**

GRAFICA BAROZZI LTDA

CNPJ: 01.101.611/0001-99

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP

CNPJ: 78.218.187/0001-91

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 441/2016

DECRETO Nº 441, de 01 de junho de 2016.

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei Municipal nº 195/97,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão Municipal de Defesa Civil conforme redação que segue:

#### I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO.

a) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico  
Titular: Nilsso Perozza  
Suplente: Edson Salvadego

b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde  
Titular: Nilvania Bortolini de Oliveira  
Suplente: Osmilda Vieira dos Santos

c) Representantes da Câmara Municipal de Vereadores  
Titular: Alvanir Antonio Tirelli  
Suplente: Adriano Link

d) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
Titular: Lidiane Barrinuevo Brustolin  
Suplente: Maria Sidiane Albrescht

e) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes  
Titular: Valdinei Liboni  
Suplente: Ivania Sangali Dall Orsoletta

f) Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Titular: Enio José Girardi  
Suplente: Alex Sander Zanchet

#### II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.

a) Representantes da Associação de Pais e Professores  
Titular: Fabiana Titton Bevilaqua  
Suplente: Marcia Fátima Marca Bocalon

a) Representantes da Polícia Militar  
Titular: PM Gilvano Bernardi  
Suplente: PM Jakson Wilian da Silva

b) Representantes da Associação Comercial e Industrial  
Titular: Fabio Gabiatti  
Suplente: Lohani Von Muhlen Rodrigues

c) Representantes da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia - ACIP  
Titular: Fábio Gabiatti  
Suplente: Lohani Von Muhlen Rodrigues

d) Representantes do Grupo Terceira Idade Sorrir

Titular: Nadir Bonamigo  
Suplente: Joana Sangali

Art. 2º. A Comissão Municipal de Defesa Civil será presidida pelo representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 146/2013, de 17 de julho de 2013.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia, SC, 01 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

### DECRETO N. 442/2016

DECRETO N.º 442, de 01 de junho de 2016.

"ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 555/2007 e a Lei nº 562/2008;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Decreto n. 270, de 03 de junho de 2014 - que dispõe sobre a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, alterado em sua composição conforme redação que segue:

Art. 1º .....

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento:  
Lidiane Barrinuevo Brustolin.

(....)

V - Representante da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:  
Pedro de Santi.

(....)

VIII – Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Alvanir Antonio Tirelli.

Art. 2º. As demais disposições do Decreto n. 270, de 03 de junho de 2014 permanecem inalteradas.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia, SC, 01 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

### **DECRETO N. 443/2016**

DECRETO N.º 443, de 01 de junho de 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 3º da Lei Municipal nº 010/93, de 12 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, os seguintes servidores:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Flávio Roberto Rossi.
- b) Rosimeri Peroza Nunes.

II – Representante do Poder Legislativo:

- a) Alvanir Antonio Tirelli.

III – Representantes dos Servidores

- a) Nilse Bortolini de Oliveira
- b) Giovana Votcoski

Art. 2º. O presente Conselho funcionará sob a presidência do servidor Flávio Roberto Rossi, com poderes para delegar as demais funções administrativas aos outros membros.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia, SC, 01 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

### **DECRETO N. 444/2016**

DECRETO N.º 444, de 01 de junho de 2016.

“NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e para atender necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Esportes,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas para compor a Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, as seguintes servidoras:

I – Ivania Sangali Dall Orsoletta.

II – Juliana Fábica Canonica Tirelli.

III – Noeli Fátima Tamanho Canonica

Art. 2º. Para o desempenho das funções ora assumidas as servidoras não farão jus a acréscimo em suas respectivas remunerações.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia, SC, 01 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 24/2016

DECRETO Nº24/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 187.900,00 (cento e oitenta e sete mil e novecentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SECRET. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 187.900,00  
26.782..0008.1.036 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 187.900,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.92.000000 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.92.000000 – Aplicações Diretas R\$ 168.900,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) da fonte 0.3.92.000000 – Alienação de Bens – Exercícios Anteriores e do excesso de arrecadação no valor de R\$ 168.900,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos reais) da fonte 0.1.92.000000 – Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de junho de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

### DECRETO Nº 23/2016

DECRETO Nº 23/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.000,00  
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.13.001138 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.13.001138 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo

excesso de arrecadação no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da fonte 0.1.13.001138 – Convênio Bombeiros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de junho de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO Nº 13/2016-FMAS

MUNICÍPIO DE PENHA	
CNPJ/MF 83.102.327/0001-00	
ESTADO DE SANTA CATARINA	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

3º TERMO ADITIVO Nº 13/2016-FMAS  
AO CONTRATO Nº 06/2013 FMAS

LICITAÇÃO: Processo Administrativo Nº 01/2013 – FMAS modalidade de Dispensa de Licitação Nº 01/2013 – FMAS.

Objeto: Locar um imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, para funcionamento da sede da assistência social.

Os signatários deste instrumento, de um lado, JOSÉ NELMO PINTO, portador do CPF nº 304.074.439/91, residente e domiciliado à Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 11.680.072/0001-43, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo 06/2013 FMAS, fica prorrogado do dia 13.06.2016 até 12.06.2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na cláusula segunda do contrato nº 06/2013 – FMAS, fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), perfazendo um valor mensal de R\$: 2.712,10 (dois mil, setecentos e doze reais e dez centavos), totalizando um valor anual de R\$: 32.545,20 (trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

#### CLAUSULA TERCEIRA

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 40 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 40.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Funcional: 08.244.0008 – Assistência Comunitária  
Projeto/Atividade: 2068 – Funcionamento e Manutenção das ações do fundo Mun. De Assistência Social  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações diretas  
Código Reduzido: 000001

#### CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 10 de Junho de 2016.  
PREFEITO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### CONTRATO Nº 73/2016-FMS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE OBRA E/OU SERVIÇO PÚBLICO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP

Nº 73/2016 - FMS

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para Execução de Obra e/ou Serviço Público o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Tubarão, nº 122, Bairro Fazenda, CEP nº 88301-470, Telefone: (47) – 3344-4363, E-mail: wtmconstrucoes@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 21.338.866/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Walter Tomaz Mantau, CPF nº 414.975.469-15, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 19/2016 - FMS, modalidade Tomada de Preço nº 01/2016 - FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a obra e/ou serviço adiante discriminado:

A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de Engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção da Unidade Básica de Saúde no Bairro Nossa Senhora de Fátima, Centro, Penha/SC, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA obriga-se a executar a obra e/ou serviços mencionados na Cláusula Primeira segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

#### CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa

responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

#### CLÁUSULA QUINTA

Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia global acordada na Cláusula Sexta, desde que concluídos a obra e/ou serviço contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 442.200,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e duzentos reais), a ser pago no Banco do Brasil, Agência nº: 5212-4, Conta Corrente nº: 10.553-8, após relatório de execução dos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0014 – Vigilância Sanitária

2,060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0058 – Aplicações Diretas

Código reduzido – 89

#### CLÁUSULA OITAVA

As obras e/ou serviços ora contratados terão início contados a partir desta data e deverão ser executados em até 04 (quatro) meses de acordo com as solicitações da Secretaria de Planejamento, é a vigência do contrato é de 05 (cinco) meses a contar da data da assinatura.

#### CLÁUSULA NONA

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- 2- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- 3- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- 4- aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento
- 5- impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- 6- omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

Toda prorrogação de prazo, por parte da CONTRATADA, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor

total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As obras e/ou serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Planejamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A perícia a que se refere a Cláusula anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a- quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

No caso de suspensão das obras e/ou serviços ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

A CONTRATADA deverá apresentar "DIÁRIO DE OBRA" ou "REGISTRO DE OCORRÊNCIA", sendo estes documentos rotineiros de comunicação entre a fiscalização e o responsável técnico da CONTRATADA e elementos hábeis para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização, deverão proceder as anotações, visando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do contrato, sendo, ainda,



visados diariamente por profissionais credenciados por ambas as partes. No "DIÁRIO DE OBRAS" será anotado, diariamente, o andamento dos serviços: os períodos com chuvas que impeçam a execução normal dos serviços; o número de operários em atividade; os problemas ocorridos; as solicitações de providências pela CONTRATADA e as determinações de fiscalização. A disponibilidade do "DIÁRIO DE OBRA" é de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá mantê-lo no escritório do canteiro de obra. Será elaborado em formulário apropriado, em folhas avulsas e numeradas sequencialmente, ou em caderno/livro (tipo capa dura). Para medição de Obra, a Secretaria de Planejamento deverá indicar o Responsável Técnico pela medição de cada obra. A primeira medição está sujeita a colocação, pela Contratada, de Placa de Obra e do Responsável Técnico pela execução, no canteiro de obra. Para cada medição, a Contratada deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-financeiro assinado pelo Responsável Técnico da execução. A Secretaria de Planejamento realizará a conferência da medição e encaminhar Relatório assinado pelo profissional fiscalizador à Secretaria da Fazenda. Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- I- o não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- II- o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III- a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra ou do serviço, nos prazos estipulados;
- IV- o atraso injustificado no início da obra ou serviço;
- V- a paralização da obra ou do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- VI- a subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- VII- o desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- VIII- o cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- IX- a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- X- a dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- XI- a alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- XII- o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- XIII- razões de interesse do serviço público;
- XIV- a supressão, por parte da PREFEITURA, de obras ou serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- XV- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- XVI- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de obras e/ou serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- XVII- a não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra ou serviço, nos prazos contratuais; e
- XVIII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos

ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 16 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### ERRATA DE EDITAL 2 PP21/2016 - PMP

ERRATA DE EDITAL - 2

PREGÃO PRESENCIAL

Nº21/2016-PMP

Processo Administrativo  
Nº 34/2016 - PMP

ONDE SE LÊ:

AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE, AREIA MÉDIA, LAJOTAS SEXTAVADAS, TUBOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

LEIA-SE:

AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE, AREIA MÉDIA, LAJOTAS SEXTAVADAS, TUBOS DE CONCRETO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Obs: Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 16 de junho de 2016.

Daniele S. de S. Lunge  
Secretária de Administração.

ONDE SE LÊ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2016-PMP  
PROCESSO Nº. 34/2016-PMP  
LICITAÇÃO: PREGÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 16/06/2016  
HORÁRIO: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/06/2016  
HORÁRIO: 10h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

LEIA-SE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2016-PMP  
PROCESSO Nº. 34/2016-PMP  
LICITAÇÃO: PREGÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 23/06/2016  
HORÁRIO: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/06/2016  
HORÁRIO: 10h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

INCLUI-SE:

XVI – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.11.b – A licitante vencedora deverá apresentar documento fiscal compatível com atividade contratada.

ONDE SE LÊ:

13 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	MACADAME GNAISSE	M³	2.000	23,33	46.660,00
	TOTAL				R\$ 46.600,00

LEIA-SE:

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	MACADAME GNAISSE	M³	1.300	35,00	45.500,00
	TOTAL				R\$ 45.500,00

Motivo: Cotação errada do item.

Penha, 10 de junho de 2016.

Daniele S. de S. Lunge  
Secretária de Administração

**PP23/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 – PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR, ENXADA ROTATIVA, ROÇADEIRA, ARADO, GRADE HIDRÁULICA E CARRETA BASCULANTE PARA ATENDER A DEMANDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

Entrega dos Envelopes: 29/06/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 30/06/2016 às 10h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 16 de junho de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 26/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 16/2016, Inexigibilidade de Licitação 08/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fisioterapia e auriculoterapia, para atendimento à população do município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do município de peritiba, mediante encaminhamento e autorização da secretaria municipal de saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 26/2016

Contratado: BS CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES SS LTDA - ME

Data de Vigência: 15/06/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 15 de Junho de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

### RESUMO DE PROCESSO 16/2016 - INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 16/2016 FMS – Inexigibilidade de Licitação 08/2016 - FMS

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia e Auriculoterapia conforme relação abaixo, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 26/2016

Contratado: BS CLINICA DE FISIOTERAPIA E PILATES SS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.866.727/0001-14.

Data do Contrato: 15/06/2016 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **CONTRATO 22 2016 - SEBRAE/SC**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, inscrita no CNPJ: 82.515.859/0001-06. Objeto: LICENCIAMENTO DE USO PARA A IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DO CURSO JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS - JEEP, DE TITULARIDADE DO SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA, COM A FINALIDADE DE DIFUSÃO E FOMENTO DA CULTURA EMPREENDEDORA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FORMAIS. Data: 15/06/2016. Valor: R\$ 7.500,00. Petrolândia, 17 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### **CONTRATO 23 2016 - TENDAS**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS, inscrita no CNPJ: 14.247.912/0001-77. Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 TENDAS PIRAMIDIAIS 15x15, PARA USO NA COBERTURA PARCIAL DA QUADRA ESPORTIVA DO CENTRO EDUCACIONAL PERIMBÓ. Data: 16/06/2016. Valor: R\$ 32.960,00. Petrolândia, 17 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### **PREGÃO PRESENCIAL 26 2016 - REVITALIZAÇÃO PRAÇA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 34/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA EUGÊNIO NETTO, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 29/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 17 de junho de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
6.247.560	ALINE CRISTINA MÜLLER	Atendente de Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de junho de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
6.247.294	DANIELLI STREY FREDDO	Atendente de Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de junho de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
5.520.327	ELISANGELA APARECIDA DA ROSA	Servente

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S.;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - . 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de junho de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em

atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
5.927.327	TATIANE BARRETO DA SILVA	Atendente de Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S.;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - . 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de junho de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 4.412, DE 08 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 4.412, DE 08 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPÉRÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

**DECRETA**

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 54.824,60 (Cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro

reais e sessenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infraestrutura Urbana  
Programa: 14 - Urbanização De Vias  
Ação: 1.10 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 389 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Total Suplementado .....  
..... R\$ 54.824,60

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 08 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 341 DE 15 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 341 DE 15 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DA ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS LUCIANE RENATA BASEGGIO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Licitações e Atos Administrativos, Fabiana Orçatto, se encontra em licença das funções para tratar de interesses particulares, cujo afastamento tem data término prevista para 18 de agosto de 2016,

Considerando cláusula terceira do contrato nº 213/2015 da servidora Luciane Renata Baseggio,

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga até dia 31 de dezembro de 2016 o contrato temporário de, LUCIANE RENATA BASEGGIO para a função de Analista de Licitações e Atos Administrativos.

Parágrafo único: No caso de a servidora afastada sem remuneração para tratar de interesses particulares, retornar antes desta data, o contrato será rescindido na data do retorno.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de junho de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### Decreto nº 4559/2016

DECRETO Nº 4559/2016, DE 15 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL, CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial as Leis Municipais nº 760/2015 e 773/2016, de 14 de junho de 2016, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, perfazendo um total de R\$ 719.144,11 (setecentos e dezenove mil cento e quarenta e quatro reais com onze centavos) nas dotações constantes no anexo I.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, conforme anexo I.

Art. 3º. Ficam criadas as modalidades de aplicação e aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, perfazendo um total de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme anexo II, nas classificações:

I – Prefeitura Municipal – 5.1.12.361.2.011 – 3.1.90.00.00.00 – 1058

II – Fundo Municipal de Saúde – 6.3.10.302.1.025. – 3.3.50.00.00.00 – 1002

Art. 4º. A fonte de recurso para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, será anulação da despesa, feita dentro da mesma categoria de programação de despesa, conforme anexo II.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se a disposição em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de junho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

#### ANEXO I

#### DECRETO Nº 4559/2016

#### SUPLEMENTAÇÕES

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	31.000,00	5	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	26.000,00	25	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	30.000,00	33	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	72.000,00	79	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	5.000,00	101	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	62.879,11	107	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	40.000,00	138	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	140.000,00	145	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	1	Adicionar	25.000,00	149	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	10.440,00	11	2	31710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	1.250,00	13	2	33710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	100.000,00	55	2	31900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	50.000,00	39	2	33900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	22.000,00	61	2	31900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	80.000,00	62	2	33900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	2	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.390,87	3	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	400,00	6	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	7	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	51.410,00	10	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	74.316,58	20	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	350,00	21	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	750,00	22	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	23	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	2	Subtrair	1.250,00	26	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	440,00	27	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.400,00	29	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	14.000,00	30	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	21.000,00	31	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	20.000,00	49	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	67	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	71	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	73	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	550,00	76	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	77	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	78	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	90	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	500,00	92	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	2.020,00	94	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	100.000,00	105	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	7.500,00	104	2	31710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	106	2	33710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	111	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	2	Subtrair	100,00	109	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	120	1	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	121	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	123	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	124	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	166.841,66	125	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	250,00	129	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	200,00	139	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	30.000,00	141	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	250,00	147	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	3.000,00	133	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	148	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	400,00	151	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	50	1	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	6.000,00	53	1	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	6.250,00	42	2	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
TOTAL DA ENTIDADE			695.569,11				

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
-----------------------	------	----------------	-----------	---------	------------	----------	---------



13/06/2016	1	Adicionar	23.575,00	4	2	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	500,00	1	1	44900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	7.000,00	18	1	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	10.000,00	5	2	44900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	2.600,00	20	2	31710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	3.475,00	21	2	33710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			23.575,00				

## ANEXO II

DECRETO Nº 4559/2016

## SUPLEMENTAÇÃO ESPECIAL

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	30.000,00	157	2	31900000000000	1058 - Salário Educação
13/06/2016	2	Subtrair	30.000,00	46	2	33900000000000	1058 - Salário Educação
TOTAL DA ENTIDADE			30.000,00				

Entidade:	Fundo Municipal de Saúde						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	99.000,00	33	1	33500000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	17.875,00	21	2	33710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	125,00	22	2	33720000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%

13/06/2016	2	Subtrair	79.000,00	23	2	33930000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	2.000,00	24	2	44710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			99.000,00				

Planalto Alegre – SC, em 15 de junho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

## ED\_RP0272016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo. Nº. PM-027/2016

Modalidade: REGISTRO DE PREÇO

Edital nº PM/RP-027/2016

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 29 de Junho de 2016.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 29 de Junho de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066.

Planalto Alegre-SC, em 15 de Junho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

## ED\_RP0282016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 28/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E PROVÁVEL FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS E AQUISIÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE – SC.
<div></div>
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 30 de Junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 30 de Junho de 2016.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 16 de Junho de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

**Lei Municipal nº 0773/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 0773/2016, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL, CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, perfazendo um total de R\$ 719.144,11 (setecentos e dezenove mil cento e quarenta e quatro reais com onze centavos) nas dotações constantes no anexo I.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, conforme anexo I.

Art. 3º. Ficam criadas as modalidades de aplicação e aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, perfazendo um total de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme anexo II, nas classificações:

I – Prefeitura Municipal – 5.1.12.361.2.011 – 3.1.90.00.00.00 – 1058

II – Fundo Municipal de Saúde – 6.3.10.302.1.025. – 3.3.50.00.00.00 – 1002

Art. 4º. A fonte de recurso para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, será anulação da despesa, feita dentro da mesma categoria de programação de despesa, conforme anexo II.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se a disposição em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de junho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se

ANEXO I							
LEI MUNICIPAL Nº 0793/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	31.000,00	5	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	26.000,00	25	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	30.000,00	33	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	72.000,00	79	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	5.000,00	101	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	62.879,11	107	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	40.000,00	138	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	140.000,00	145	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	25.000,00	149	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	1	Adicionar	10.440,00	11	2	31710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	1.250,00	13	2	33710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	1	Adicionar	100.000,00	55	2	31900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	50.000,00	39	2	33900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	22.000,00	61	2	31900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	1	Adicionar	80.000,00	62	2	33900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	2	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.390,87	3	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	400,00	6	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	7	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	51.410,00	10	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	74.316,58	20	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	350,00	21	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	750,00	22	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	23	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.250,00	26	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	2	Subtrair	440,00	27	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.400,00	29	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	14.000,00	30	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	21.000,00	31	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	20.000,00	49	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	67	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	5.000,00	71	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	73	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	550,00	76	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	77	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	78	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	90	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	500,00	92	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	2.020,00	94	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	100.000,00	105	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	7.500,00	104	2	31710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	106	2	33710000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	111	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	100,00	109	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários

13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	120	1	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	4.000,00	121	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	123	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	124	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	166.841,66	125	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	250,00	129	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	200,00	139	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	30.000,00	141	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	250,00	147	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	3.000,00	133	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	50.000,00	148	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	400,00	151	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
13/06/2016	2	Subtrair	1.000,00	50	1	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	6.000,00	53	1	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
13/06/2016	2	Subtrair	6.250,00	42	2	44900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
TOTAL DA ENTIDADE			695.569,11				

Entidade:	Fundo Municipal de Saúde						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso



13/06/2016	1	Adicionar	23.575,00	4	2	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	500,00	1	1	44900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	7.000,00	18	1	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	10.000,00	5	2	44900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	2.600,00	20	2	31710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	3.475,00	21	2	33710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			23.575,00				

## ANEXO II

LEI MUNICIPAL Nº 0793/2016

## SUPLEMENTAÇÃO ESPECIAL

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	30.000,00	157	2	31900000000000	1058 - Salário Educação
13/06/2016	2	Subtrair	30.000,00	46	2	33900000000000	1058 - Salário Educação
TOTAL DA ENTIDADE			30.000,00				

Entidade:	Fundo Municipal de Saúde						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
13/06/2016	1	Adicionar	99.000,00	33	1	33500000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	17.875,00	21	2	33710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	125,00	22	2	33720000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%

13/06/2016	2	Subtrair	79.000,00	23	2	33930000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
13/06/2016	2	Subtrair	2.000,00	24	2	44710000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			99.000,00				

Planalto Alegre – SC, em 15 de junho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

# Pomerode

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 011 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, PINTOR, ELETRICISTA E ENCANADOR PARA A MANUTENÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 30/06/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 30/06/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 16 de Junho de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY  
Secretária Municipal de Saúde

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO 45/2016

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 045/2016 Dispensa de Licitação nº 10/2016. OBJETO: Locação de um imóvel urbano, em alvenária com área edificada de 150 m² ( cento e cinquenta metros quadrado) com registro na matrícula 10.117 no CRI de Ponte Serrada, utilizada como biblioteca pública Municipal localizada no centro, rua Madre Maria Theodora nº 285.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO FRIGUETTO

Endereço: PONTE SERRADA- Santa Catarina CEP: 89.683-000

CPF: 102.616.649-72

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93 VALOR R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2016

Ponte Serrada/SC, 16 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 004/2016

PORTARIA 04/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- Que a requisição protocolada sob nº 0308 na data de 08 de dezembro de 2015, expedida por JUCELIA BORSATTI BORGES DA CRUZ ME, solicita o pagamento de diferença de quilometragem do transporte escolar no ano de 2014;

- Que a empresa solicitante alega ter prestado o montante de 19 (dezenove) quilômetros por dia a mais do que designado pelo itinerário do item do processo licitatório, transportando alunos do Programa Inovador, Linha III do Processo Licitatório nº 012/2014, modalidade Pregão nº 05/2014, juntando, também, documentos.

- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas,

conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: DILVANE BALBINOT, que a presidirá, GILBERTO FRIGUETTO e MARILENE FÁTIMA RIBACK DALLA VECCHIA, respectivamente secretário e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 23 de Fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA 006/2016

PORTARIA 006/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- O Ofício n. 06.2014.00000385-1-0028/2016/PJ/PON que aponta, em tese, irregularidades na ocupação de área pública pela empresa Davi S. da Silva e Cia Ltda ME, em especial, os requisitos estabelecidos na Lei Municipal Nº 1.051/89, bem como a suposta ocupação de área superior à legalmente concedida.

- A necessidade de realização de procedimento administrativo para apuração das irregularidades acima mencionadas, a fim de que seja oportunizado os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar se área atualmente ocupada pela empresa Davi S. da Silva e Cia Ltda ME observa a metragem estabelecida na Lei Complementar n. 14/2001 e se houve o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Municipal Nº 1.051/91.

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo será composta pelos servidores: MARLI LUCIA BAZZI BONATTO, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA

FARIAS e DILCE DA SILVA CADORI, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 14 de Março de 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 007/2016**

PORTARIA 007/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- O Boletim de Acidente de Trânsito n. 83449792, o qual narra a ocorrência de acidente de trânsito envolvendo veículo pertencente ao Município de Ponte Serrada/SC, da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços, veículo M. Benz L 1113, placas IAX7874, conduzido por José Jacir Pedrozo, funcionário público municipal na qualidade de motorista.
- Que do acidente resultou a vítima Sr. Igor Fabio Bauer, o qual sofreu lesões leves, sendo encaminhado, naquele dia, para o Hospital Regional de Xanxerê/SC, bem como danos materiais na motocicleta Suzuki GSXR 1000, placas MGF3128.
- A necessidade de realização de procedimento administrativo para apuração dos fatos acima mencionadas, a fim de que seja oportunizado os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, bem como quanto ao ressarcimento à vítima de possíveis prejuízos, oportunizando, administrativamente, a resolução dos fatos.

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar o acidente envolvendo veículo municipal, o qual estava sendo conduzido por José Jacir Pedrozo, funcionário Público, pertencente ao quadro de funcionários do Município.

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo será composta pelos servidores: DILVANE BALBINOT, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e DILCE DA SILVA CADORI, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas

que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 18 de Abril de 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 008/2016**

PORTARIA 008/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- O requerimento da empresa ELO PAINÉIS E MADEIRAS, o qual relata que realizou serviços de terraplanagem em terreno pertencente ao Município, requerente a devolução dos valores;
- Que conforme aduzido no requerimento, o reembolso dos valores gastos na terraplanagem chegam a R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais);
- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: MARLI LUCIA BAZZI BONATTO, que a presidirá, IVONIR CORONETTI e DILCE DA SILVA CADORI, respectivamente secretário e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 28 de Abril de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 28 de Abril de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 009/2016**

PORTARIA 009/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- Que a requisição datada de 24 de março de 2015, expedida por JEFFERSON MARTINS professor de capoeira deste município no ano de 2014, informa pendências no pagamento de dois meses (Março/2014 e Outubro/2014) de seu salário por parte da Secretaria Municipal de Educação;

- Que o requerente alega que foi contratado pela Secretaria Municipal de Educação para trabalhar pelo período de 09 (nove) meses como professor de capoeira, sendo que não recebeu dois meses de seu salário (Março/2014 e Outubro/2014), anexando, também, fichas de inscrição, extratos bancários e documento fornecido pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;

- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: DILVANE BALBINOT, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e DILCE DA SILVA CADORI, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos,



# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

#### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO – 001/2016 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção do quartel do Corpo de Bombeiros Militar, com área de 523,28m², a ser edificado no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Onde se lê:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO	VALOR MÁXIMO PREVISTO
1	Construção do quartel do Corpo de Bombeiros Militar, com área de 523,28m², a ser edificado no Município de Porto Belo.  O valor desse lote deve ser baseado nos itens do Orçamento Estimado: 1.0 Serviços Preliminares; 2.0 Infra-Estrutura; 3.0 Supra Estrutura; 4.0 Paredes, Painéis e Proteções; 5.0 Impermeabilização; 6.0 Cobertura; 7.0 Revestimentos; 8.0 Pavimentação Interna; 9.0 Esquadrias; 10.0 Instalações e Aparelhos Elétricos; 11.0 Instalações e Aparelhos Hidro-Sanitários; 12.0 Instalações e Equipamentos Especiais; 13.0 Comunicação Visual; 14.0 Entrega da Obra.	07 (sete) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial.	R\$ 688.026,58
VALOR TOTAL PREVISTO PARA FINALIZAÇÃO DA OBRA			R\$ 688.026,58

Atenção:

• Os arquivos com PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ESTÃO DISPONÍVEIS EM ARQUIVOS PDF, QUE DEVERÃO SER SOLICITADOS POR EMAIL ([licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)), MEDIANTE PREENCHIMENTO ANTECIPADO DE FICHA CADASTRAL.

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO	VALOR MÁXIMO PREVISTO
1	Construção do quartel do Corpo de Bombeiros Militar, com área de 523,28m², a ser edificado no Município de Porto Belo.  O valor desse lote deve ser baseado nos itens do Orçamento Estimado: 1.0 Serviços Preliminares; 2.0 Infra-Estrutura; 3.0 Supra Estrutura; 4.0 Paredes, Painéis e Proteções; 5.0 Impermeabilização; 6.0 Cobertura; 7.0 Revestimentos; 8.0 Pavimentação Interna; 9.0 Esquadrias; 10.0 Instalações e Aparelhos Elétricos; 11.0 Instalações e Aparelhos Hidro-Sanitários; 12.0 Instalações e Equipamentos Especiais; 13.0 Comunicação Visual; 14.0 Entrega da Obra.	07 (sete) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial.	R\$ 725.372,11
VALOR TOTAL PREVISTO PARA FINALIZAÇÃO DA OBRA			R\$ 725.372,11

Atenção:

• Os arquivos com PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (RETIFICADA) E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (RETIFICADA) ESTÃO DISPONÍVEIS EM ARQUIVOS PDF, QUE DEVERÃO SER SOLICITADOS POR EMAIL ([licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)), MEDIANTE PREENCHIMENTO ANTECIPADO DE FICHA CADASTRAL.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação TOMADA DE PREÇO 001/2016 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 16 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

**EXTRATO PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO - 005/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 005/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por lote;

Objeto: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e afins, para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 28/06/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 28/06/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 008/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 008/2016 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Mecânica Marjovan Ltda.  
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças prestação de serviços para manutenção da viatura AR-77, marca Toyota, ano de fabricação 2008/2008, modelo Hilux CD 4X4, do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.  
Valor Total: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 005/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 30 de maio de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Mecânica Marjovan Ltda.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 009/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 009/2016 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – ME.  
Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção do FUNREBOM.  
Valor Total: R\$ 4.084,60 (quatro mil e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).  
Vigência: 90 (noventa) dias.  
Base legal: Pregão Presencial 007/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Supermercado Dukelli Ltda – ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 010/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 010/2016 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA – EPP.  
Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção do FUNREBOM.  
Valor Total: R\$ 3.181,40 (três mil cento e oitenta e um reais e quarenta centavos).  
Vigência: 90 (noventa) dias.  
Base legal: Pregão Presencial 007/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA – EPP.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 011/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 011/2016 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda.  
Objeto: Aquisição de material de Atendimento Pré Hospitalar para uso em ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.  
Valor Total: R\$ 8.260,00 (oito mil duzentos e sessenta reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 006/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 012/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 012/2016 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Tecsul Indústria e Comércio Ltda ME.  
Objeto: Aquisição de material de Atendimento Pré Hospitalar para uso em ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.  
Valor Total: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 006/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Tecsul Indústria e Comércio Ltda ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 104/2016

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 104/2016  
Partes: Município de Porto União e Viação Ouro e Prata S.A.  
Objeto: Fornecimento de passagens para pacientes em Tratamento de Saúde fora do Domicílio.  
Valor Total: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 007/2016, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 02 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Viação Ouro e Prata S.A.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 101/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 101/2016 - PREFEITURA  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 170/2014  
Partes: Município de Porto União e Teleunião – Telecomunicações Ltda.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Aditar o valor de R\$ 774,36 (setecentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 30 de maio de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 102/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 102/2016 - PREFEITURA  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 095/2015  
Partes: Município de Porto União e Perfect Provedor de Internet Ltda.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Aditar o valor de R\$ 11.822,00 (onze mil oitocentos e vinte e dois reais) ao aludido contrato superior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 103/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 103/2016 - PREFEITURA  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 120/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Toque Telecomunicações Ltda - ME.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 105/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 105/2016 - PREFEITURA  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 102/2015  
Partes: Município de Porto União e Comercial Palmeiras Ltda - EPP.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 03 de junho de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 106/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 106/2016 - PREFEITURA  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 101/2015  
Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 03 de junho de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2016 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 005/2016 - FAS  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2016  
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para manutenção do CREAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 15 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitepor-touniao@yahoo.com.br](mailto:licitepor-touniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.  
Porto União - SC, 16 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2016 - FUNREBOM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 012/2016 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de um aparelho de ar condicionado tipo Split, Instalado na Sede do Corpo de Bombeiros de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 18 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 054/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 106/2016 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 054/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de água mineral e cargas de gás. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 14 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**RESCISÃO DE CONTRATO 004/2016**

RESCISÃO DE CONTRATO 004/2016  
CONTRATO 020/2015 - Saúde

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de prestação de serviços N.º 020/2015 – Saúde, datado de 16 de julho de 2015 entre o Município de Porto União e a empresa Nerci Leomar Hegele 78726379953, inscrito no CNPJ sob o número 19.537.945/0001-75, visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 022/2015 – Saúde, Modalidade de Pregão Presencial nº 013/2015, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 08 de junho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 043/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 092/2016

Retificação do Edital de Pregão Presencial 043/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório anteriormente citado. As datas anteriormente publicadas permanecem inalteradas. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de junho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 097/2016

Retificação do Edital de Pregão Presencial 047/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alteração na data limite para recebimento dos envelopes para dia 30 de junho de 2016 às 09h00min e a sessão pública às 09h15min do mesmo dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de junho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 010/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 086/2016

Retificação do Edital de Tomada de Preços 010/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alteração da data limite para recebimento dos envelopes e da sessão pública para dia 04 de julho de 2016 às 13h30min, referente ao processo anteriormente citado. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de junho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LEILÃO 001/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 076/2016 – PREFEITURA

Leilão 001/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico

Charles Orlando Marques,

Erick Marcelo Ferreira Lopes,

Jucelene Terezinha Vaz,

Luis Roberto Granater,

Paulo Enrique Gomes e

Rudi Valori.

Porto União SC, 09 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
005/2016 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 005/2016 – FUNREBOM  
Pregão Presencial 005/2016  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
Mecânica Marjovan Ltda.  
Porto União SC, 30 de maio de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
006/2016 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 006/2016 – FUNREBOM  
Pregão Presencial 006/2016  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda e  
Tecsul Indústria e Comércio Ltda ME.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
007/2016 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 007/2016 – FUNREBOM  
Pregão Presencial 007/2016  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA – EPP e  
Supermercado Dukelli Ltda – ME.  
Porto União SC, 01 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
048/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 098/2016  
Pregão Presencial 048/2016  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no art. 49 da lei  
8.666/93.  
Porto União SC, 16 de junho de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2016**

Câmara de Vereadores de Porto União – Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato nº 50/2016 – Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016

Contratante: Porto União – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB Nº 83.529.933/0001-06)

Contratada: De Marco Ltda. (CNPJ SO Nº 84.584.556/0001-53)

Objeto: Contratada empresa para a aquisição de 01 (um) veículo novo, zero km, para atendimento dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Porto União – SC.

Valores: R\$ 83.750,00 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 meses

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade 1.030 – Aquisição de Veículos e equipamentos para o Legislativo

Modalidade – 4.490-100 – Aplicações diretas

Complemento – 4.4.90.52.52.00.00.00 – Veículos de Tração Mecânica

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO 47

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 047/2016 de 07/06/2016.

Cancela lançamento de dívida ativa por erro formal e dá outras providência.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando que o lançamento de dívida ativa em nome do contribuinte é indevido;

Considerando que não se trata de renúncia de receita valores lançados indevidamente, do qual o contribuinte não pode arcar com erro formal da Administração Pública;

Considerando que os fatos ensejadores cancelamento encontram-se devidamente comprovados junto a municipalidade, sem a necessidade de abrir prazo para notificações e ampla defesa ao “de cujus”.

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 16.252,15 (dezesesseis mil e duzentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos) relativos a erro formal de lançamento em nome de JOSNEI SANGALETTI, CPF nº 024.321.979-25, Inscrição Municipal nº 18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 07 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### DECRETO 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 048/2016 de 07/06/2016.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.2.035.3.3.90– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(07) 3.3.90.00.00.00.00.0101. – Aplicações Diretas  
..... R\$ 200.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de Junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### DECRETO 50

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 050/2016 de 13/06/2016.

Nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação e dá outras providência.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Coordenadora com a finalidade de orientar e coordenar o Plano Municipal de Educação para o ano de 2016.

Art. 2º - A Comissão Coordenadora será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro eles terá o encargo de coordená-la: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Jakqueline Aparecida Poleza

João Carlos Felipe Knoblauch

Camilo Freitas Machado

Rede Municipal de Ensino

Djeison Fronza

Elizabeth A. C. Siewerdt

Rafaela Machado.

Art. 3º - A Equipe Técnica será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro terá o encargo de coordená-la:

Claudir Pires da Moraes – Secretaria de Saúde

Francisco Decezaro – Centro Social Marista

Teotonio R. Bonessi – Secretaria de Finanças

Angélica Cardoso Lopes – Centro de Referência Assistência Social

Flávia Isidoro – Pólo UAB

Jakqueline Aparecida Poleza – Secretaria de Educação e Cultura

João Carlos Felipe Knoblauch – Secretaria de Educação e Cultura

Rosemeri F. Bini – Rede Estadual de Ensino

Claudio Kramel – Poder Legislativo

Hófenas Deodato Bini – Poder Legislativo

Djeison Fronza – Rede Municipal de Ensino

Elizabeth A. C. Siewerdt – Rede Municipal de Ensino

Rafaela Machado – Rede Municipal de Ensino

Fábia Campos – Associação de Pais e Professores

Elizário Sardo – Associação de Pais e Professores

Camila Weber – Rede Municipal de Educação

Michele Gutz – Rede Municipal de Educação

Genoveva dos Santos Sora – Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais  
Lucimara Sardo – NAES

Pouso Redondo, 14 de junho de 2016.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

Art. 4º - Foram estabelecidas como atribuições da Comissão Coordenadora:

- a) Mobilizar a sociedade civil organizada para discussão dos problemas educacionais, tendo como referência, diagnóstico do Município e as metas estabelecidas pelo Plano Municipal e Educação;
- b) Organizar a consulta pública para debater as propostas do Texto – Base do PME, organizado pela equipe técnica;
- c) Elaborar relatórios com as proposições apresentadas por ocasião da consulta pública e encaminhá-los à Equipe Técnica;
- d) Validar a versão final do documento base;
- e) Propor ao Executivo o Projeto de Lei para a aprovação do PME.

Art. 5º - Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:

- a) Elaborar proposta de trabalho para a elaboração para o Plano Municipal de Educação;
- b) Estruturar a análise situacional da realidade educacional do Município, considerando as metas previstas no PNE;
- c) Elaborar o Texto Base da proposta do PME e encaminhá-la a Comissão Coordenadora;
- d) Fazer as adequações no Documento – Base, examinando a viabilidade das proposições da consulta pública.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 13 de junho de 2016.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

## LEI 2643

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2643/2016 de 14/06/2016

Autoriza realizar despesa para realização da Festa de 58 anos de Emancipação Política de Pouso Redondo

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizado despesa no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para serem utilizados para a realização da Festa de 58 anos de Emancipação Política do Município de Pouso Redondo, a ser realizada nos dias 16 e 17 de julho de 2016, com despesas de apresentações artísticas, trilhas de Jeep, Motovelocidade, Cavalgada, Canta Pouso, Parque de Diversões, segurança do parque de eventos, folders, som de rua, sonorização, iluminação, locação de estruturas e demais despesas necessárias para a realização do evento.

Art. 2º. Para atender à despesa refere esta Lei, fica consignada no orçamento a modalidade de aplicação, conforme segue:

03 – Secretaria de Administração

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Dotação 33.90.00.00.00.00 0130

Art. 3º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECISÃO IMPUGNAÇÃO EDITAL 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

IMPUGNAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 21/16 - DECISÃO.

Impugnante: FM PNEUS LTDA.

FM PNEUS LTDA, protocolou junto à sede administrativa do Município, no dia 14 de junho de 2016, impugnação referente ao Edital acima epigrafado, a qual passamos a descrever em parte na forma a seguir:

Impugnação que se refere à Cláusula 2.2.

Em síntese alega o Impugnante:

"O Objetivo da impugnação ao Edital de licitação é o de assegurar a prevalência do princípio da Igualdade entre os licitantes, para fins de evitar que o mesmo seja contrariado através da cobrança e exigências que possam afastar a competitividade do certame, quando limitam a participação em razão das cláusulas restritivas".(...)

"Nesse sentido, a fixação limitação ao raio de 70 km para as empresas participarem do processo de licitação é fator de limitação para a participação de licitantes".

"Assim, há que se reconhecer que a cláusula ora impugnada (2.2) ofende o princípio da competitividade na licitação, não sendo demais registrar que é vedado aos agentes públicos admiti, prever ou incluir nos atos de convocação cláusula que comprometa ou frustre o caráter competitivo do procedimento licitatório".

Passamos à análise.

As impugnações ao Edital não podem ser acolhidas por questão de representatividade do postulante. Sem adentrar no mérito, a impugnação vem desacompanhada de comprovação de que o signatário do instrumento de procuração Sr. Eduardo Maldaner esteja autorizado a representar a postulante (FM PNEUS LTDA), eis que desacompanhado o requerimento de qualquer estatuto social ou certidão da JUCESC para tanto.

Isto posto, é que o recurso não pode ser admitido, por falta de comprovação de representatividade, afastando a legitimidade para a insurgência.

Presidente Castello Branco (SC), 16 de junho de 2016.

Edenilson Domingos Zeni

Pregoeiro

### EXTRATO DE APOSTILA 02 AO CONTRATO 16/2016

EXTRATO DE APOSTILA 02 AO CONTRATO

Nº 16/2016

CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	SAFRA DIESEL LTDA
OBJETO:	A presente apostila tem por objeto o reajuste de 0,67 % sobre o valor inicial do contrato, no preço do litro do "Óleo Diesel S10", argumentado que, o preço do litro foi reajustado pelos fornecedores, efetivamente, assim os comprova mediante documentação legal, fiscal e contábil juntamente ao referido expediente.
VALOR:	R\$ 3,01 (três reais e um centavo)

VIGÊNCIA:	14/06/2016 à 31/12/2016.
-----------	--------------------------

### EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 01/2016

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

TÉCNICA Nr. 01/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC
CONTRATADO:	ECOSTUMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA
OBJETO:	O presente ACORDO tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo do MUNICÍPIO de sistema eletrônico de licitações, disponibilizado pela ECUSTOMIZE, doravante denominado PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PORTALCP, desenvolvido em plataforma Web, que permite realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns, por meio da Internet, em conformidade com a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal no. 10.520/2002, artigo 24, inciso II e artigo 22, inciso III, da Lei Federal no. 8.666/1993, Capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006 e suas posteriores alterações, com a utilização de fornecedores previamente cadastrados.
VIGÊNCIA:	17/06/2016 à 31/12/2016.

### EXTRATO DO DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73/2013

EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 73/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Com base no ofício nº 12/2016, de 31 de maio de 2016 encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através da Administradora Escolar, anexo ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 73/2013 para exercício 2016, do que se trata ao trajeto 07.
VALOR	Em razão da alteração no Trajeto 07 acima descrito, o valor do contrato original passa de R\$ 146,61 (Cento e quarenta e seis reais com sessenta e um centavos) diários para R\$ 155,28 (Cento e cinquenta cinco reais e vinte e oito centavos) diários.
VIGÊNCIA:	31/05/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO 20/2016 - MATERIAL ESCOLAR

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2016

OBJETO: AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Onde se lê: Aquisição de Material de Construção; com data de abertura no dia 24 de junho de 2016; Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas.

Lê-se: Aquisição de Material de Escolar; com data de abertura no dia 30 de abril de 2016; Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00 horas.

Presidente Nereu, 16. de junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

### DECRETO 53/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 12/01/2016

DECRETO Nº 53, de 15 de junho de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 ( dez mil reais ), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01380700 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$10.000,00 ( dez mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.01380700 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 15 de junho de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 06/06/2016  
Emissão Analítica.

Página 1 de 1  
Impresso em: 06/jun/2016  
As 15:24:10 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 014 até 014  
Data de Pagamento: 01/05/2016 até 31/05/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc. P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa		
1423.0	JAIME SCHMIDT		14	TRATOR PEQUENO				BARRINHA		224/2016	
	BARRINHA										
	Observação:02 HORAS										
2016	01	00	02/05/2016	91,76 R\$	Pago	91,76 R\$		02/05/2016	00-003739		
593.2	ODAIR KOCHANISKI		14	TRATOR PEQUENO				CENTRO		228/2016	
	RUA MONICA JONK.										
	Observação:02 HORAS.										
2016	01	00	02/05/2016	91,76 R\$	Pago	91,76 R\$		02/05/2016	00-003739		
3495.9	ALECIO DE SOUZA		14	TRATOR PEQUENO				TIRIVAS		229/2016	
	ESTRADA GERAL TIRIVAS										
	Observação:03 HORAS.										
2016	01	00	02/05/2016	137,64 R\$	Pago	137,64 R\$		02/05/2016	00-003739		
2807.0	ALECIO REZINI		14	TRATOR PEQUENO				THIEME		231/2016	
	ESTRADA GERAL										
	Observação:4 HORAS.										
2016	01	00	03/05/2016	183,52 R\$	Pago	183,52 R\$		03/05/2016	00-003740		
4864.0	ADELICIO DE SOUZA		14	TRATOR PEQUENO				TIRIVAS II		232/2016	
	LOC TIRIVAS			S/N							
	Observação:01 HORA.										
2016	01	00	04/05/2016	45,88 R\$	Pago	45,88 R\$		04/05/2016	00-003741		
238.0	NELSON RAITZ		14	TRATOR PEQUENO				SN		237/2016	
	LOC BARRA RIO ANTINHA										
	Observação:02 HORAS.										
2016	01	00	09/05/2016	91,76 R\$	Pago	91,76 R\$		09/05/2016	00-003745		
1859.7	ANTONIO GONZAGA JORGE		14	TRATOR PEQUENO				BARRINHA		239/2016	
	BARRINHA										
	Observação:02 HORAS.										
2016	01	00	10/05/2016	91,76 R\$	Pago	91,76 R\$		10/05/2016	00-003746		
3087.2	DAVI FERNANDES		14	TRATOR PEQUENO				CENTRO		248/2016	
	RUA JOSE EIFLER										
	Observação:2 HORAS.										
2016	01	00	13/05/2016	91,76 R\$	Pago	91,76 R\$		13/05/2016	00-003750		
3521.1	NILO FEUZER		14	TRATOR PEQUENO				CENTRO		252/2016	
	VIDAL RAMOS			S/N	CASA						
	Observação:2:30 HORAS.										
2016	01	00	19/05/2016	114,70 R\$	Pago	114,70 R\$		19/05/2016	00-003755		

## [ Resumo dos valores por Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	940,54	0,00	0,00	0,00	940,54 R\$	9	0

## [ Resumo dos valores por Serviço/Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
Serviço: 14-TRATOR PEQUENO							
01-Pago	940,54	0,00	0,00	0,00	940,54 R\$	9	0





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 06/06/2016  
Emissão Analítica.

Página 1 de 1  
Impresso em: 06/jun/2016  
As 16:04:06 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 016 até 016  
Data de Pagamento: 01/05/2016 até 31/05/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc. P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor	Atualiz. (Moe)	Data Pagto	Lote baixa		
4153.0	ELEONOR APARECIDA RODRIGUES KRAUS		16	BASCUL GRANDE						222/2016	
	ESTRADA GERAL TUCANO							TIRIVAS			
	Observação:08 HORAS.										
2016	01	00	03/05/2016	367,04 R\$	Pago	367,04 R\$		03/05/2016	00-003740		
3326.0	PEDRO RAISER		16	BASCUL GRANDE						225/2016	
	Est Tucano			S/N				Tucano			
	Observação:08 horas.										
2016	01	00	02/05/2016	367,04 R\$	Pago	367,04 R\$		02/05/2016	00-003739		
2775.8	JOSE MAURINO ELEOTERIO		16	BASCUL GRANDE						234/2016	
	ROD RODOVIA SC 429							RIO ANTINHA			
	Observação:8 horas.										
2016	01	00	05/05/2016	367,04 R\$	Pago	367,04 R\$		05/05/2016	00-003742		
4274.9	CLEMENTE KRAUS		16	BASCUL GRANDE						251/2016	
	BLINCK			1				BLINCK			
	Observação:3 HORAS.										
2016	01	00	18/05/2016	137,64 R\$	Pago	137,64 R\$		18/05/2016	00-003754		
1000.6	CLAUDIO CAPRARI		16	BASCUL GRANDE						254/2016	
	RUA VIDAL RAMOS							CENTRO			
	Observação:6 HORAS.										
2016	01	00	23/05/2016	275,28 R\$	Pago	275,28 R\$		23/05/2016	00-003759		
486.3	NELITO NASCIMENTO		16	BASCUL GRANDE						255/2016	
	AV. JOAO KENEDY,										
	Observação:3 HORA										
2016	01	00	24/05/2016	137,64 R\$	Pago	137,64 R\$		24/05/2016	00-003760		
4488.1	SALVADOR JORGE		16	BASCUL GRANDE						262/2016	
	EST THIEMEM			12867				Thiemem			
	Observação:8 HORAS.										
2016	01	00	25/05/2016	367,04 R\$	Pago	367,04 R\$		25/05/2016	00-003761		
80.9	LUIZ CARLOS FRANZEN		16	BASCUL GRANDE						267/2016	
	JOAO KALBUSCH										
	Observação:6:00 horas.										
2016	01	00	30/05/2016	275,28 R\$	Pago	275,28 R\$		30/05/2016	00-003765		
4644.2	CLEBER FERREIRA		16	BASCUL GRANDE						268/2016	
	EST THIEMEM			S/N				Thiemem			
	Observação:3 horas.										
2016	01	00	31/05/2016	137,64 R\$	Pago	137,64 R\$		31/05/2016	00-003767		

## [ Resumo dos valores por Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	2.431,64	0,00	0,00	0,00	2.431,64 R\$	9	0

## [ Resumo dos valores por Serviço/Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
Serviço: 16-BASCUL GRANDE							
01-Pago	2.431,64	0,00	0,00	0,00	2.431,64 R\$	9	0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 06/06/2016  
Emissão Analítica.

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 007 até 008  
Data de Pagamento: 01/05/2016 até 31/05/2016

Página 1 de 2  
Impresso em: 06/jun/2016  
As 15:22:41 Horas

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Logradouro				Valor Original (Moe)		Situação		Valor Atualiz. (Moe)		Data Pagto Lote baixa	
Ano	Venc. P.	Dta.Vencto									
547.9	OLAVIO HOEPERS			7	RETROESCAVADEIRA					158/2016	
	RUA ESTRADA GERAL							BARRINHA			
	Observação:02 HORAS.										
2016	01	00	02/05/2016	152,86	R\$	Pago		157,60	R\$	23/05/2016	00-003759
2761.8	VALDECIR ELEUTERIO			8	TRATOR GRANDE					227/2016	
	ESTRADA GERAL SALTO NAUFRAGIO				S/N			SALTO NAUFRAGIO			
	Observação:05 HORAS.										
2016	01	00	02/05/2016	305,50	R\$	Pago		305,50	R\$	02/05/2016	00-003739
3150.0	LINDOMAR COMANDOLLI			8	TRATOR GRANDE					230/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				S/N			CENTRO			
	Observação:30 MINUTOS.										
2016	01	00	03/05/2016	30,55	R\$	Pago		30,55	R\$	03/05/2016	00-003740
3193.3	PAULO CESAR SCHWARTZ			8	TRATOR GRANDE					235/2016	
	LOC BOA ESPERANCA				S/N			BOA ESPERANÇA			
	Observação:2 HORAS.										
2016	01	00	06/05/2016	122,20	R\$	Pago		122,20	R\$	06/05/2016	00-003743
238.0	NELSON RAITZ			8	TRATOR GRANDE					238/2016	
	LOC BARRA RIO ANTINHA				SN						
	Observação:06 HORAS.										
2016	01	00	09/05/2016	366,60	R\$	Pago		366,60	R\$	09/05/2016	00-003745
883.4	JOAO VOLSTEIN			8	TRATOR GRANDE					240/2016	
	RUA ESTRADA GERAL							TIRIVAS II			
	Observação:2:30 HORAS.										
2016	01	00	10/05/2016	152,75	R\$	Pago		152,75	R\$	10/05/2016	00-003746
2865.7	EDSON VON MUEHLEN			8	TRATOR GRANDE					243/2016	
	LOC BOA ESPERANCA				S/N			BOA ESPERANÇA			
	Observação:2:30 horas.										
2016	01	00	10/05/2016	152,75	R\$	Pago		152,75	R\$	10/05/2016	00-003746
577.0	CELSO AUGUSTO VIEIRA			8	TRATOR GRANDE					244/2016	
	ROD SC 429							ITAQUA			
	Observação:4 HORAS.										
2016	01	00	12/05/2016	244,40	R\$	Pago		244,40	R\$	12/05/2016	00-003749
3398.7	GEREMI LESKE			8	TRATOR GRANDE					246/2016	
	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPPMANN				SN			BARRA DO RIO ANTINHA			
	Observação:04 HORAS.										
2016	01	00	12/05/2016	244,40	R\$	Pago		244,40	R\$	12/05/2016	00-003749
2842.8	IDALECIO EIFLER			8	TRATOR GRANDE					247/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				S/N			CENTRO			
	Observação:6 HORAS.										
2016	01	00	13/05/2016	366,60	R\$	Pago		366,60	R\$	13/05/2016	00-003750
603.3	LUIZ VITORINO			8	TRATOR GRANDE					249/2016	
	RUA ESTRADA GERAL							THIEMEN			
	Observação:3 HORAS.										
2016	01	00	16/05/2016	183,30	R\$	Pago		183,30	R\$	16/05/2016	00-003751
2997.1	AGENOR BENTO			8	TRATOR GRANDE					250/2016	
	ESTRADA RIO ANTINHA							RIO ANTINHA			
	Observação:1 HORA.										
2016	01	00	18/05/2016	61,10	R\$	Pago		61,10	R\$	18/05/2016	00-003754
3570.0	CLAUDIO KNISS			7	RETROESCAVADEIRA					253/2016	
	LOC ITAQUA				S/N			ITAQUA			
	Observação:2 HORAS.										
2016	01	00	23/05/2016	152,86	R\$	Pago		152,86	R\$	23/05/2016	00-003759
3150.0	LINDOMAR COMANDOLLI			8	TRATOR GRANDE					256/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				S/N			CENTRO			
	Observação:1:30 horas.										
2016	01	00	24/05/2016	91,65	R\$	Pago		91,65	R\$	24/05/2016	00-003760
2742.1	FABIO DE MELO			8	TRATOR GRANDE					257/2016	
	ESTRADA GERAL TIRIAS							TIRIVAS			
	Observação:6:30 horas.										
2016	01	00	24/05/2016	397,15	R\$	Pago		397,15	R\$	24/05/2016	00-003760
2645.0	VALDEMAR LOTERIO			8	TRATOR GRANDE					259/2016	
	ESTRADA GERAL BARRINHA							CENTRO			

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Receitas Diversas.

Usuário: 5 - JEAN TILLMANN

PP403000





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 06/06/2016

Página 2 de 2  
Impresso em: 06/jun/2016  
As 15:22:41 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 007 até 008  
Data de Pagamento: 01/05/2016 até 31/05/2016

Código Nome ou Razão Social				Serviço			Numero Processo				
Logradouro				Número		Complemento	Bairro				
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa	
Observação:3 horas.											
2016	01	00	24/05/2016	183,30	R\$	Pago	183,30	R\$	24/05/2016	00-003760	
4879.8 LETICIA KNISS				8	TRATOR GRANDE					261/2016	
LOC ITAQUA				S/N			ITAQUA				
Observação:2 HORAS.											
2016	01	00	25/05/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	25/05/2016	00-003761	
1796.5 GENESIO JACOMELI				8	TRATOR GRANDE					266/2016	
BARRA DO RIO ANTINHA							BARRA DO RIO ANTINHA				
Observação:1:30 HORAS											
2016	01	00	30/05/2016	91,65	R\$	Pago	91,65	R\$	30/05/2016	00-003765	
[ Resumo dos valores por Situação ]											
Situação	Vlr. Tributo		Vlr. Correção	Vlr. Multa		Vlr. Juros		Vlr. Total Moeda		Cota Única	Parcelas
01-Pago	3.421,82		0,00	3,21		1,53		3.426,56 R\$		18	0
[ Resumo dos valores por Serviço/Situação ]											
Situação	Vlr. Tributo		Vlr. Correção	Vlr. Multa		Vlr. Juros		Vlr. Total Moeda		Cota Única	Parcelas
Serviço: 7-RETROESCAVADEIRA											
01-Pago	305,72		0,00	3,21		1,53		310,46 R\$		18	0
Serviço: 8-TRATOR GRANDE											
01-Pago	3.116,10		0,00	0,00		0,00		3.116,10 R\$		18	0

# Princesa

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº49/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº37/2016PM**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 49/2016-PM

Pregão Presencial 37/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE, destinado a "AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PRANCHA PARA ADAPTAÇÃO NO CAMINHÃO BASCULANTE, MARCA WOLKSWAGEN, MODELO 17.210 ANO 2000, PLACA MBJ 5356 PM 2700 PARA SER UTILIZADA NO TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 30 de junho de 2016 as 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 16 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 50.2106 - DISPENSA 05.2016 - INSTRUMENTOS FANFARRA**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 50/2016-PM

Dispensa de Licitação 05/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Aquisição de INSTRUMENTOS PARA BANDA FANFARRA do Município de Princesa/SC, para serem utilizados no desfile de 07 de setembro de 2016.". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 15 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº2016.09 FMS**

Extrato de Publicação de Contrato/Termo Aditivo

Contratada: FORZA Projetos Imobiliários

Termo Aditivo: 2016/09-FMS

Contrato Original: 16/2015-FMS

Processo Licitatório: 16/2015-FMS

Dispensa de Licitação: 01/2015-FMS

Fundamento Legal: Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: "Terceiro Termo Aditivo para reajuste de valor do Contrato 16/2015-FMS, cujo objeto é a "locação de imóvel residencial destinado à residência do profissional médico e sua família, designado pelo "Projeto Mais Médicos" para atuar no Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 16/06/2016

Data da Publicação: 17/06/2016

Vigência: de 16/06/2016 até 11/08/2016

Valor Total: R\$ 1.682,08 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e oito centavos).

Forma de Pagamento: Mensal, conforme entrega dos materiais/execução dos serviços.

## Rio do Sul

## PREFEITURA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2016 -  
BERNARDETE CANDIDO NUNES**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNARDETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, n. 209, Ed. Porto Fino – Apto 11 - Bairro Centro – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educação Infantil Schroeder Ohf, em substituição a Laurita Paul, designada para ocupar cargo de provimento efetivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/06/2016 e encerrando-se em 19/07/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E

por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA	BERNARDETE CANDIDO NUNES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

**LEI 5.731**

LEI Nº 5.731, de 02 de junho de 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO NÃO ONEROSA, COM ENCARGOS, IMÓVEIS QUE ESPECIFICA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber por doação não onerosa, com fulcro no art. 87 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, da empresa CLT Administradora e Incorporadora de Imóveis Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.929.273/0001-31, da empresa Horizonte Serviços de Intermediação Financeira Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 13.302.646/0001-75 e de Clebson Atílio Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 007.900.889-59, as seguintes áreas de terra:

I - uma área de terra contendo 3.963,45 m2 (três mil, novecentos e sessenta e três metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), que integra uma área maior de 23.935,46 m2 (vinte e três mil, novecentos e trinta e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 38073;

II - uma área de terra contendo 38,00 m2 (trinta e oito metros quadrados) que integra área maior de 1.799,67 m2 (mil, setecentos e noventa e nove metros e sessenta e sete decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 47500;

III - uma área de terra contendo 14,00 m2 (quatorze metros quadrados) que integra uma área maior de 670,99 m2 (seiscentos e setenta metros e noventa e nove decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 55442;

IV - uma área de terra contendo 14,00 m2 (quatorze metros quadrados) que integra uma área maior de 675,27 m2 (seiscentos e setenta e cinco metros e vinte e sete decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 54475;

V - uma área de terra contendo 14,00 m2 (quatorze metros quadrados) que integra uma área maior de 679,55 m2 (seiscentos e setenta e nove metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 55443;

VI - uma área de terra contendo 14,00 m2 (quatorze metros quadrados) que integra uma área maior de 683,84 m2 (seiscentos e oitenta e três metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 55444.

Art. 2º- As áreas de terra recebidas em doação destinam-se ao alargamento da Estrada São José, conforme projeto constante no anexo da presente Lei.

Parágrafo único. Os imóveis objetos da doação estão avaliados no total de R\$ 592.387,70 (quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta centavos), conforme laudo de avaliação efetuado através de competente comissão, o qual é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º- Em contrapartida ao recebimento dos imóveis descritos no art. 1º desta Lei por doação, o Município de Rio do Sul realizará a execução das obras de prolongamento da Estrada São José, nomeada Trans-enchente, que ligará os Bairros Santana e Taboão.

Art. 4º- As áreas definidas estão identificadas nas plantas que integram esta Lei.

Art. 5º- As despesas necessárias para a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

02 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Os Anexos da referida Lei Ordinária, estão disponíveis através do site: <https://leismunicipais.com.br/SC/RIO.DO.SUL/ANEXO-LEI-5731-2016-RIO-DO-SUL-SC.pdf>

### **PREGÃO PRESENCIAL 048/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2016

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de combustível, para manutenção dos veículos da frota rodoviária da Prefeitura Municipal.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 30/06/2016, às 11:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 30/06/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 16 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

### **RESOLUÇÃO Nº011 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 011, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA AO Sr. JAIR VOLNEY CARLOS TEIXEIRA."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Jair Volney Carlos Teixeira, brasileiro, casado, médico, Cédula de Identidade nº 184.976-0 e CPF nº 341.726.299-20, domiciliado e residente na Rua Monte Castelo, 05, Edifício Dom Emílio, Centro, Rio do Sul – SC no cargo de Médico, nível H-1 com proventos integrais, com paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 de Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº012 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 012, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTERIO A SRA. MARILENE RIZZI."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Marilene Rizzi, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.220.724, CPF nº 530.740.179-53, domiciliada e residente na Rua Maria Auxiliadora, 36, Bairro Centro, Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP,



na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 de Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº013 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 013, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. MARISA DOS SANTOS."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Marisa dos Santos, brasileira, viúva, Cédula de Identidade nº 816.450-9 e CPF nº 217.810.109-78, domiciliada e residente na Rua Julio Rousseng Filho, 429, Bairro Jardim América, Rio do Sul – SC, no cargo de Auxiliar Administrativo, nível C, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 de Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº014 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 014, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE A SRA. DULCE BINI TINTI"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria por idade a Sra. Dulce Bini Tinti, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 207.640 e CPF 066.815.229-04, domicilia e residente na Rua Estrada da Madeira, 3181, Bairro Barra do Trombudo, em Rio

do Sul – SC, no cargo de Professor, nível B-3, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no a no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº015 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 015, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. RAQUEL APARECIDA WESSNER FROENHLICH "

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Raquel Aparecida Wessner Froehlich, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.225.639, CPF nº 548.601.139-34, domiciliada e residente na Rua João Baldassari, s/n, Bairro Itoupava, Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº016 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 016, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. VOLNI ROGÉRIO SILVA "

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Volni Rogério Silva, brasileiro, casado, motorista de caminhão, portador da Cédula de Identidade nº 1.895.810-9 e CPF nº 586.730.249-00, domiciliado e residente na Rua Maria Leite da Silva, s/nº, Bairro Sumaré, em Rio do Sul – SC, no cargo de Motorista de caminhão, nível 1-E, com proventos proporcionais e sem paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida em conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, letra "a" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/ e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº017 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 017, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A Sra. JUREMA KOEHLER HERING "

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar aposentadoria por invalidez a servidora Sra. Jurema Koehler Hering, brasileira, viúva, Auxiliar de enfermagem, portador da Cédula de Identidade nº 2.499.105 CPF nº 683.839.599-15 domiciliada e residente na Rua Padre Anchieta, 255, Bairro Canoas, em Rio do Sul – SC, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível 1-48-D1, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida em conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, letra "a" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº018 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 018, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA PENSÃO À Sra. ROSELI FERREIRA"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 10 de Março de 2016, pensão à Sra. Roseli Ferreira, brasileira, viúva, portadora do CPF nº 046.595.369-71 e RG nº 2.495.155, domiciliada e residente na Rua Travessa Sete Quedas, nº 10, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul/ SC, em virtude do falecimento de seu esposo, Sr. João Ferreira, servidor público municipal, aposentado desde 26/08/2013, no cargo de Detonador, nível B-1

Art. 2º A pensão foi concedida em conformidade com o artigo 273, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I do § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº019 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 019, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA PENSÃO AO SR. HENRY JOÃO ERHARDT E A SRA. HANNA BEATRIZ SCHLEMPER ERHARDT"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 20 de Janeiro de 2016, pensão ao Sr. Henry João Erhardt, brasileiro, viúvo, portador da Cédula de Identidade nº 2.333.5186 e CPF nº 806.816.119-87, e para a Sra.

Hanna Beatriz Schlemper Erhardt, brasileira, menor, ambos domiciliados e residentes na Rua do Escultor, 333, Bairro Navegantes, em Rio do Sul – SC, na qualidade de esposo e filha, respectivamente, da servidora pública municipal Sra. Silvia Schlemper Erhardt, falecido em 20/01/2016, ocupante do cargo de Professor, nível 3-C.

Art. 2º - A pensão foi concedida em conformidade com o artigo 273, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I do § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo.

Art. 5º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 6º O valor do benefício da pensão por morte ora concedido será rateado entre o Sr. Henry João Erhardt e Sra. Hanna Beatriz Erhard na proporção de 50% para cada pensionista, sendo assegurado o direito do viúvo em crescer à sua pensão a cota-parte pertencente a filha, quando esta completar 21 (vinte e um) anos de idade.

Art. 7º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

#### **RESOLUÇÃO Nº020 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 020, de 10 de Maio de 2016.

“HOMOLOGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A Sra. ISOLDE WEHMUTH”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar aposentadoria por invalidez a servidora Sra. Isolde Wehmuth, brasileira, auxiliar de serviços gerais, portadora da Cédula de Identidade nº 2.336.875 e CPF nº 792.126.979-68, domiciliada e residente na Rua Padre Feijó, nº 125, bairro Navegantes, em Rio do Sul – SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 1-48-A-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida em conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, letra “a” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

#### **RESOLUÇÃO Nº021 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 021, de 10 de Maio de 2016.

“HOMOLOGA INVALIDEZ A Sra. NELZI TEREZINHA PIETRASCK”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar aposentadoria por invalidez a servidora Sra. Nelzi Terezinha Pietrasck, brasileira, viúva, auxiliar de serviços gerais, portadora da Cédula de Identidade nº 3.749.108-0 e CPF nº 854.967.909-72, domiciliada e residente na Rua Laurentino, 236, trevo de Iontras, em Rio do Sul – SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 1-48-A-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º A aposentadoria foi concedida em conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, letra “a” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

#### **RESOLUÇÃO Nº022 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 022, de 10 de Maio de 2016.

“HOMOLOGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. ENIO WIGGERS”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.



**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Enio Wiggers, brasileiro, separado judicialmente, serviços gerais, portador da Cédula de Identidade nº 2.496.032 e CPF nº 019.786.559.32, domiciliado e residente na Rua Ribeirão do Tigre, s/nº, Bairro Barra do Trombudo, em Rio do Sul – SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 1-48-A-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, letra "a" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº023 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 023, de 10 de Maio de 2016.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. ANA OLIPIA VITORINO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Ana Olípiá Vitorino, brasileira, separada judicialmente, Cédula de Identidade nº 2.338.351 e CPF nº 582.418.849-15, domiciliada e residente na Estrada Floresta, 240, Bairro Progresso, Rio do Sul – SC, C, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível D, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar Nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto Nº 119 de 21/03/2002 e Artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Abril de 2016 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 10 Maio de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº026 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 26 de 15 de junho de 2016.

"DISPÕE SOBRE INDICAÇÃO DOS MEMBROS"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 52 da lei Complementar nº 073 de 20 de novembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de junho de 2016, aprovaram por unanimidade a indicação dos seguintes nomes para concorrerem como candidatos à eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do FAP, a realizar-se em 14 de julho de 2016.

Conselho de Administração: Aldo Nestor Siebert, Celeste Oelke Schaefer, Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento, Edvirges Regina Rossett,, Isonete da Silveira, Judit Maria Bach Muller, Lenita Terezinha Porto da Silva, Myrthes Minirote Christen, Ramiro de Liz e Souza, Rolf Rudi Kusterko, Rômulo Augusto Borges, Rodrigo Farber, Simone Klehm, Valdir Meinicke, Vital Fontanive;

Conselho Fiscal: Catia Dagnoni, Cláudia Simara Beber, Diovana May Machado, Elenir Holler, Gilberto Júlio Vicente, José Antunes Filho, Rafael Torquato Luiz, Valdir Antônio Postai;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 15 de junho de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Presidente do FAP

**RESOLUÇÃO Nº027 DE 10 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

"DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DO FAP – BIÊNIO 2014-2016"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições e, em acordo com o Edital, que visa a Eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do FAP, a ser realizada no dia 14 de julho de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os seguintes servidores: Débora Pinheiro, Patrícia Sardá, Thayse Helena Mrowskowski e Valdenir Ribeiro Borges para comporem a Comissão responsável pela Eleição do FAP, para deliberar e executar os serviços relativos à recepção de votos nas urnas fixas e itinerantes previstas no Edital de Eleição;

Art. 2º - Designar os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para participarem do escrutínio dos votos e decidir sobre eventuais dúvidas e casos omissos;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 15 de junho de 2016.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Presidente do FAP

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 908, DE 16 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA No 908, DE 16 DE JUNHO DE 2016

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Art.13, da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Nomear, SABRINA ROSENI CABRAL DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo – Área Legislativa – Padrão 3, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, declarado vago pela Portaria nº 860, de 10 de setembro de 2015, em virtude da exoneração do servidor Douglas Rafael Lizot, por posse em outro cargo incompatível.

Rio do Sul, 16 de junho de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara

**RESOLUÇÃO Nº 861, DE 16 DE JUNHO DE 2016**

RESOLUÇÃO No 861 DE 16 DE JUNHO DE 2016

Autoriza pagamento de três diárias e indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de três diárias ao Vereador José Eduardo Rothbarth Thomé, no valor de R\$ 2.049,60 (dois mil e quarenta e nove reais e sessenta centavos) para cumprir agenda junto ao Ministro das Cidades, Sr. Bruno Araújo, nos dias 21 e 22 de junho do corrente ano, para encaminhamento de projetos de pavimentação de ruas de nossa cidade, em Brasília - DF

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 50/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 29 de junho de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONVÊNIO 2016 TR001242, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016005325, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MAFRA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao), obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2016

OBJETO: Aquisição de 6.000 unidades de capas de processo/protocolo para uso do Setor de Protocolo e reposição no estoque do Almoxarifado Central.

CONTRATADO: Gráfica São Bento Ltda.

Valor Total: R\$ 780,00

SÃO BENTO DO SUL, 14 de junho de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Enoxaparina Sódica 40mg/0,4ml" para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda (MG).

Valor Total: R\$ 7.292,25

São Bento do Sul, 07 de junho de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2016

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de 6.000 unidades de Capas de Processo/Protocolo para uso do Setor de Protocolo e reposição no estoque

do Almoxarifado Central.

II – Contratado: GRÁFICA SÃO BENTO LTDA.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento das capas de protocolo se funda no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, considerando a necessidade da compra de 6.000 unidades de Capas de Processo/Protocolo 90 gramas para uso do Setor de Protocolo, faz-se necessário a compra por Dispensa de Licitação devido o item solicitado não ter em estoque no Departamento do Almoxarifado e o mesmo é utilizado para abertura de Processos Administrativos para todos os setores e secretarias da Administração Pública.

Encontra-se em andamento o novo Processo Licitatório Pregão Presencial nº 135/2016 para aquisição de impressos diversos e reposição do estoque do Almoxarifado Central da Prefeitura, com abertura para o dia 28/06/2016.

Em virtude da urgência e para que os setores da administração não fiquem sem as devidas capas para darmos andamento a abertura de processo administrativo através do Setor de Protocolo e devido ao aumento de no mínimo 30 % comparado aos anos anteriores a quantidade solicitada na licitação anterior não foi suficiente para atender a demanda, justificados pelos motivos supra ditos, a dispensa esta fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente para suprir a demanda até a finalização de novo processo licitatório.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Gráfica São Bento Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (Impressão de material para outros usos); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da quantidade solicitada pela Secretaria de Administração;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 780,00 para o fornecimento de 6.000 unidades de capas é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Enoxaparina Sódica 40 mg/0,4ml para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição do medicamento



Enoxaparina Sódica 40mg/0,4ml se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o fornecimento, por se tratar de medicamento utilizado por gestantes para evitar o aborto, o qual é fornecido através da Assistência Social, mediante avaliações socioeconômicas para as gestantes do município. Justifica-se o pedido da compra emergencial pois o processo licitatório para a compra deste item está em andamento e para que as gestantes não fiquem sem o devido medicamento, faz-se necessário a compra. Portanto, considerando a urgência na aquisição desse medicamento e para a continuidade do tratamento caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Comercial

Cirúrgica Rioclarense Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio atacadista de medicamentos); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento e entrega da quantidade solicitada pelo Fundo Municipal de Saúde;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 7.292,25 para o fornecimento do medicamento é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 111, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 111, de 15 de junho de 2016.

#### "CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

#### RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor SANDRO MATEO BEIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 15/06/2016.

IVANA APARECIDA PEREIRA  
Diretora Presidente Interina

### PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 112, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 112, de 15 de junho de 2016.

#### "CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

#### RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 27/06/2016.

IVANA APARECIDA PEREIRA  
Diretora Presidente Interina

### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 110 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 110 de 15 de junho de 2016.

#### "CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "D".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de abril de 2016.

IVANA APARECIDA PEREIRA  
Diretora Presidente Interina

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO N.13-2016-FMS PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.13/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 13/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROF NA AREA DA SAUDE – MEDICO  
PSF – BALNEÁRIO DE PRATAS  
Entrega dos Envelopes 10:30 horas –dia 30 de junho de 2016  
Abertura dos Envelopes:10:30 horas- dia 30 de junho de 2016  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio,  
747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800  
SAO CARLOS, 16 de junho de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### AVISO N.53/2016-PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.53/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL – N.53/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS-MANUT CON-  
VENIO  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 30 de junho de 2016  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 30 de junho de 2016 .  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:  
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00  
às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000  
SAO CARLOS, 16 de junho de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### AVISO N.54/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.54/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL – N.54/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS –MANUTENÇÃO  
DO PROGRAMA – MERENDA ESCOLAR  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 01 de julho de 2016  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 01 de julho de 2016 .  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000  
SAO CARLOS, 16 de junho de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### AVISO N.55/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.55/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL – N.55/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA – MANUTENÇÃO  
DAS ATIVIDADES ESCOLAS MUNICIPAIS  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 05 de julho de 2016  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 05 de julho de 2016 .  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747,  
nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo  
fone 014 493325.3000  
SAO CARLOS, 16 de junho de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### AVISO N.56/2016-PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Processo Adm. Nº.:056/2016  
Edital: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.056/2016  
Tipo : Menor preço.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TELHA ALUZINCO.  
.Entrega dos Envelopes:09:30 horas -dia 30 de junho de 2016  
Abertura dos Envelopes:09:30 horas- dia 30 de junho de 2016  
Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000-S CARLOS, 16 de junho de 2016-  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### AVISO N.57/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Processo Adm. Nº.:057/2016  
Edital: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.057/2016  
Tipo : Menor preço.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MANTA ASFALTICA E SERVIÇOS P/GINÁSIOS DE ESPORTES.  
.Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 06 DE JULHO DE 2016  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 06 DE JULHO DE 2016  
Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000-S CARLOS, 16 de junho de 2016-  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

**AVISO N.58/2016 - PREGÃO**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.58/2016

Edital:PREGÃO PRESENCIAL – N.58/2016

Tipo : Menor preço

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS-MANUT CON-

VENIO

Entrega dos Envelopes:09:30 horas –dia 06 de julho de 2016

Abertura dos Envelopes:09:30 horas- dia 06 de julho de 2016 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte ende-

-reço e horário:

RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,  
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014  
493325.3000

SAO CARLOS, 16 de junho de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

**RESUMO DE CONTRATO N.25/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:025 /2016

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME

Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM  
PARA IMPLANTAÇÃO  
DA ETAPA DE PAISAGISMO NO PARQUE AQUÁTICO DE SÃO CAR-

LOS

Valor ..... :R\$65.200,00(SESSENTA E CINCO MIL E DUZENTOS  
REAIS)

Vigência ..... : 31.12.2016

Licitação ..... :48/2016

SAO CARLOS, 13 DE JUNHO DE 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

**NA PROC N.49-2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 49/2016 - PR**

Processo Administrativo: 49/2016  
Processo de Licitação: 49/2016  
Data do Processo: 25/05/2016

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE TELHAS ALUZINCO

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2016**

**Motivo:** LICITAÇÃO DESERTA

São Carlos, 14 de Junho de 2016

-----  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA FINAL CONCORRENCIA PREFE N. 002/2016

No dia 16 de junho de 2016, às 08:30 horas, a Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 075/2016, Modalidade Concorrência PREFE n. 002/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHOS DAS RUAS: NEREU RAMOS; NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS; ITAMAR PAULO SABINI; SÃO JOSÉ; DEOCLIDES MARCHESAN; PEDRO IVO; SANTA ROSA; SANTA MARIA; CASTELO BRANCO; AMAZONAS; MANAUS; ADEMAR DE BARROS; SÃO CRISTÓVÃO; CRISTÓVÃO COLOMBO; AVENIDA IRINEU BORNHAUSEN E; DUQUE DE CAXIAS, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 1.031.689-38/2016 E CONVÊNIO SICONV N. 830387/2016/MCIDADES/CAIXA. Realizaram visita técnica para participar do certame as empresas: Setep Construções S. A, CNPJ n. 83.665.141/0001-50, e; Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99, conforme atestados de visita constantes no processo. Participaram do certame, entregando envelopes n. 01 e n. 02 as empresas: Setep Construções S. A, CNPJ n. 83.665.141/0001-50, credenciado o Sr. Vonei Jorvani Fabrício, CPF n. 647.057.229-49 e; Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99, credenciado o Sr. Aladir Antonio Picoli, CPF n. 082.575.579-43. Nenhuma das proponentes comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciados. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e pelos representantes das empresas. Tendo em vista que ambas as participantes cumpriram com os requisitos exigidos no edital, estas restaram HABILITADAS para apresentação da proposta de preços. Indagados acerca da abertura do prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93, os representantes de ambas as empresas renunciaram expressamente à abertura do prazo de habilitação/inabilitação bem como do prazo de julgamento das propostas em razão de que o presente processo licitatório compreende recurso advindos do Governo Federal e tendo em vista a proximidade do período eleitoral e do que dispõe o art. 73, VI, "a", em que são proibidas aos agentes públicos nos três meses que antecedem o pleito realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito. Assim, foram abertos os envelopes das propostas em que as proponentes apresentaram os seguintes valores globais: Setep Construções S. A. o valor de R\$ 1.983.890,05 (um milhão, novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa reais e cinco centavos) e; Britter Rodovias Ltda., o valor total de R\$ 1.941.805,79 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e setenta e nove centavos). Ambas as propostas foram declaradas válidas por cumprirem com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Todavia, restou VENCEDORA do presente certame a licitante Britter Rodovias Ltda, com o valor global de R\$ R\$ 1.941.805,79 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e setenta e nove centavos). Assim, tendo em vista que ambas as empresas renunciaram expressamente a todos os prazos recursais o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

### DEC 2313 DE 16 06 16 ADMITE PROF ACTLUCIANE ZAPPE MEIRELLES

DECRETO Nº 2313, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012; e:

- Considerando a Solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, Iraci Inês Marmentini Walendorff;
- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital de classificação final nº. 013, de 17 de fevereiro de 2016, objeto do Edital nº 001/2015;
- Considerando o Decreto nº 2172, de 17 de fevereiro de 2016, que homologou o resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015;
- Considerando o Quinto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Luciane Zappe Meirelles, para exercer o cargo de Professor PD/A-I (Educação Infantil), em Caráter Temporário (ACT), com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2016, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações respectivas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1963 DE 13 06 16 FÉRIAS AOS SERVIDORES SALETE ROVANI ANDRÉIA FATIMA DE DEUS E FABIANA APARECIDA AIOLFI ORLANDI**

PORTARIA Nº 1963, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Concede férias a servidoras e empregadas públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras e empregadas públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Salette Rovani	Técnico em Enfermagem	19/01/14 a 18/01/15	15	13/06/16 a 27/06/16
Andréia Fátima de Deus	Assessor de Secretaria	04/09/14 a 03/09/15	15	20/06/16 a 04/07/16
Fabiana Aparecida Aiolfi Orlandi	Agente Comunitário de Saúde	02/06/14 a 01/06/15	30	04/07/16 a 02/08/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de junho de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1964 DE 13 06 16 CONCEDE ABONO PECUNIARIO AO SERVIDOR FABIANO ANTONIO AIOLFI**

PORTARIA Nº 1964, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Concede Abono Pecuniário ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

· Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;

· Considerando que o servidor público municipal, Fabiano Antonio Aiolfi possui 60 (sessenta dias) de férias vencidas a ser gozada;

· Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:

· Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS
Fabiano Antonio Aiolfi	Operador de Máquinas	09/01/14 a 08/01/15	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de junho de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda



**POR 1965 DE 13 06 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA CARARO**

PORTARIA Nº 1965, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 07/06/2016 a 12/06/16, por motivo de falecimento de sua mãe, a Servidora Publica Municipal, Adriana Cararo, ocupante do Cargo Público de Professor PD/D-IV.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 13 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 10/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 010/2016, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais para pacientes diabéticos e usuários de insulina da secretaria da saúde do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 29 de junho de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 29 de junho de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 17 de junho de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2016

OBJETO: Selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica com pré misturado a frio na Rodovia Municipal SJS – 244 e 348 (comunidade de Passo Magnus), extensão 528,00 m (estaca 00 até 26+8,000) e Rodovia Municipal SJS – 160 (comunidade de Glorinha), extensão 479,61 m (estaca 00 até 23+19,610), conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro projeto básico.

CONTRATADO: SETEP CONTRUÇÕES S.A

VIGÊNCIA: 15/06/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 223.900,52 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 29/2016 – Tomada de Preços nº 01/2016 de 15/06/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 26.782.0135.1056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00

São João do Sul, 15 de Junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 112/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 40/2016 - REGISTRO DE PREÇO. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE MEIO FIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 112/2016

Pregão Presencial 40/2016 – Registro de Preço

Objeto: Aquisição de Material de Sinalização de Trânsito e Contratação de mão de obra para pintura de meio fio

Abertura: 04/07/2016

Horário: 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 16 de junho de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

**TP 05/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO -

PROCESSO Nº126/2016 -

TOMADA DE PREÇO 05/2016

OBJETO: Contratação de Empresa para realização de serviço de terraplanagem e drenagem pluvial da Rua Frei Henrique de Coimbra no bairro Jardim Caiçara.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 01/07/2016 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 21.031,14

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim SC, 16 de junho 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

**PROCESSO 115/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 43/2016 - AQUISIÇÃO DE LONAS EMBORRACHADAS PARA CAÇAMBA E CAMINHÕES DA SECRETARIA DE OBRAS E AVIAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 115/2016

Pregão Presencial 43/2016 – Registro de Preço

Objeto: Aquisição de Lonas Emborrachadas para caçambas e caminhões da Secretaria de Obras e Aviação

Abertura: 30/06/2016

Horário: 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 16 de junho de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 17/2016

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4018/2015

RECORRENTE: MARIA BERNADETE AMORIM REGIS

OBJETO: ISENÇÃO DE IPTU 2015

CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ MATEUS HOFFMANN

### ACÓRDÃO Nº 17/2016

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 4018/2015

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 229ª Sessão, em, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, INDEFERINDO o pedido de isenção tributária formulado pela recorrente, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Relator Sr. JOSÉ MATEUS HOFFMANN.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Sr. Rodrigo João Machado, sem voto, e dele participaram os Conselheiros Sr. Valmor dos Santos Junior, Sr. Gino de Souza e a Sra. Nadir Terezi-nha Hoffmann.

Esteve presente ao julgamento como representante da Fazenda Pública, o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos.

São José, 16 de Junho de 2016.

Rodrigo João Machado

Presidente

José Mateus Hoffmann	Rozana Maria Kuster
Conselheiro Relator	Secretária-Geral

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos  
Procurador Adjunto do Município  
Representante da Fazenda

### DECRETO Nº 6595/2016

DECRETO Nº 6595/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

4.4.90.51.00.00.0066 – Obras e Instalações,  
Recursos do Conv.1060 - SEINFRA – Revit. e Manut. de Ruas .....

R\$ 5.000.000,00

Total deste Projeto .....

.. R\$ 5.000.000,00

Total do Órgão .....  
R\$ 5.000.000,00

Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$  
5.000.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta dos Recursos do Convênio nº 2016TR001060, firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA-SC, para a revitalização e manutenção de ruas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### LICENÇA DE OPERAÇÃO RLO Nº 391/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LICENÇA DE OPERAÇÃO RLO Nº 391/2004 – A Prefeitura Municipal de São José – PMSJ – CNPJ Nº 82.892.274/0001-05, torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a renovação da Licença de Operação RLO nº 391/2004, expedida em 11 de janeiro de 2011, com validade pelo período de 10 (dez) anos, para o empreendimento Aterro Hidráulico Mecânico Angra de São José – Processo nº 02001.000413/99-33, no trecho do município de São José/SC.

### PORTARIA Nº 012/2016

PORTARIA Nº 012/2016

Prorrogação da Portaria nº 08/2016 que reeditou as Portarias nº 010/2014, 012/2014, 014/2014 e 002/2015

O Procurador Geral do Município de São José, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processos Disciplinares, instaurada pela Portaria nº 010/2014, de 28 de agosto de 2014 e Reeditada pela Portaria nº 008/2016, de 08 de abril de 2016, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar do dia 23 de junho de 2016.

São José, 15 de junho de 2016.

RODRIGO JOÃO MACHADO

Procurador Geral do Município

**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 007/2016 -  
HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 007/2016 - HABILITAÇÃO  
- Processo nº 136/2016 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
REFORMA DO TELHADO DO CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO DE  
SÃO JOSÉ/SC. EMPRESAS HABILITADAS: MAURICIO SAVULSKI DE  
MATOS ME. EMPRESA INABILITADA: LMD INSTALAÇÕES E CONS-  
TRUÇÕES . Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das  
13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.  
sc.gov.br. Gisele Hendges, Presidente/CPL.

**REVOGAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°  
111/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2007 – Ob-  
jeto: "OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE  
REMOÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E RETIDOS EM OPERA-  
ÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RO-  
DOVIÁRIO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA SUA CIRCUNSCRIÇÃO,  
INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO,  
APROVADO PELA LEI 9.503/97 E SUAS ALTERAÇÕES; E OS VEÍCU-  
LOS AUTOMOTIVOS APREENDIDOS ADMINISTRATIVAMENTE EM  
FISCALIZAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, BEM COMO A GUARDA  
ATÉ A ENTREGA AOS LEGÍTIMOS PROPRIETÁRIOS OU ADQUI-  
RENTES EM HASTA PÚBLICA, SENÃO RECUPERADOS PELOS DO-  
NOS RESPONDENDO A CONCESSIONÁRIA PELA ORGANIZAÇÃO,  
EXECUÇÃO E CONTROLE DESSE PROCEDIMENTO, INCLUINDO  
AINDA, OS SERVIÇOS E O REGISTRO, CONTROLE E MONITORA-  
MENTO DAS OPERAÇÕES.". Motivo: Conforme Parecer Jurídico nº  
293/2016.



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.75/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº75/2016.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 75/2016, Edital de Tomada de Preço Nº 75/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO DE ALVENARIA EM ESTRUTURA PRÉMOLDADA, PARA ABRIGAR PROJETOS RELATIVOS A AGRICULTURA FAMILIAR, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL.. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 05/07/2016. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 05/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail– [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.76/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº76/2016, Edital de Pregão Nº76/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO COM ARMAZENAMENTO DE IMAGENS, E SISTEMA DE ALARME MONITORADO, A SER INSTALADO E REALIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, COM O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 29/06/2016. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 29/06/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail, [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016 - PR Nº 065/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/06/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS EM ALUMÍNIO E VIDRO, E COBERTURAS EM VIDRO TEMPERADO, AMBOS COM INSTALAÇÃO, DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS MUNICIPAIS MONTEIRO LOBATO E CORA CORALINA VINCULADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 83, DE 04 DE SETEMBRO DE 2010.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 83, DE 04 DE SETEMBRO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ANDREIA CRISTIANE DOBNER, CPF: 05347907983.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 83, de 04 de setembro de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452W2P, com registro no patrimônio do Município sob nº 6830, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 83, de 04 de setembro de 2010.

Data da assinatura: 09 de junho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andreia Cristiane Dobner - servidora pública municipal.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016 - CDM.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: Moda Ivana Ltda. ME, CNPJ nº 07.984.775/0001-98.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO DOS ATLETAS DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC QUE ESTARÃO PARTICIPANDO DAS COMPETIÇÕES DO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 22.960,00 (vinte e dois mil e novecentos e sessenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo

Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal.

Data de assinatura: 07/06/2016.

Vigência: de 07/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Marcelo Neri Guidini (Presidente da Autarquia) - pelo Contratante e Mauro Perazoli - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Paola Zonta 05379314902, CNPJ nº 22.093.133/0001-92.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO DE DANÇA COM A CIA EXPERIMENTAL DE PINHALZINHO/SC, INTITULADA "PLATAFORMA 7", CUJO EVENTO SERÁ REALIZADO NO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, NO DIA 25 DE JUNHO DE 2016.

Valor: R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais).

Pagamento: O pagamento será realizado através de cheque nominal, após o evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do contrato, serão custeadas através de recursos próprios do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 2/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural São Lourenço.

Data de Assinatura: 06/06/2016.

Vigência: de 06/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Paola Zonta - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO,

ILUMINAÇÃO, MONTAGEM DE PALCO, CONTRATAÇÃO ARTÍSTICA E DE EQUIPE DE SEGURANÇA, PARA O EVENTO "IV FESTIVAL DO ROCK", A SER REALIZADO NO DIA 10 DE JULHO DE 2016, NA PRAÇA DA BANDEIRA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Pagamento: O pagamento será realizado através de movimentação financeira - transferência bancária - em conta de titularidade da Contratada, a ser realizado no primeiro dia útil após o evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 2/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural São Lourenço.

Data de Assinatura: 06/06/2016 a

Vigência: de 06/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Weber Segurança Ltda. ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: LIMPEZA, E SEGURANÇA PRIVADA DE EVENTOS, PARA O 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 13/06/2016.

Vigência: de 13/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Ademir Eugenio Weber - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Mega Monitoramento Ltda. ME, CNPJ nº

12.859.656/0001-43.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: LIMPEZA, E SEGURANÇA PRIVADA DE EVENTOS, PARA O 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 2.390,00 (dois mil, trezentos e noventa reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 13/06/2016.

Vigência: de 13/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Eliane Franzosi - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 005/2016, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 001/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Fabricio Menegas ME, CNPJ nº 05.253.378/0001-10.

Objeto: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA PARA REALIZAÇÃO DO 44º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 14, 15 E 16 DE JULHO DE 2016.

Valor: R\$ 4.250,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos, referente ao lance ofertado, deverão ser realizados mediante depósito na Conta Corrente, de titularidade do ICSL, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da execução da prestação dos serviços constantes do objeto licitado e contratado, acompanhada da respectiva Prestação de Contas.

Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários serão por conta da Contratada, consistentes da oferta realizada na licitação.

Data de Assinatura: 15/06/2016.

Vigência: de 15/06/2016 a

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Fabricio Menegas - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016 - FMS.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 021/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Samuel Correa Clinica Médica EIRELLI, CNPJ nº 07.872.878/0001-66.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 021/2014, de 06/05/2014, para que seja acrescido o percentual de 9,32% (nove vírgula trinta

e dois por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a partir da presente data, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Valor: O valor mensal de R\$ 41.357,00 (quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais) passa a ser de R\$ 45.605,48 (quarenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), com a incidência de 9,32% (nove vírgula trinta e dois por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 021/2014, de 06/05/2014.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (D 07/2016).

Data de Assinatura: 10/06/2016.

Vigência: de 10/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Samuel Correa - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.  
Origem: Processo Licitatório nº 084/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 004/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Rocha & Santi Ltda. ME, CNPJ nº 08.860.981/0001-59.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DA ARTISTA PLÁSTICA "KATIELLY LANZINI" PARA CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DE ESCULTURA EM FERRO, RESINA E FIBRA DE VIDRO, DENOMINADA "FOGO OLÍMPICO: DA GRÉCIA PARA O MUNDO" A SER INSTALADA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago em transferência bancária em conta de titularidade da Contratada, no dia 15 de junho de 2016, após entrega do objeto e a devida emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão efetuadas à conta da respectiva dotação orçamentária, estabelecidas para o exercício fiscal de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 17/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 03/06/2016.

Vigência: de 03/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Régis Rogério da Rocha - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.  
Origem: Processo Licitatório nº 076/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 058/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Moda Ivana Ltda. ME, CNPJ nº 07.984.775/0001-98.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC PARA O ANO DE 2016.

Valor: R\$ 32.036,25 (trinta e dois mil, trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada

da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: a) D - 55/2016 - 08.01.12.361.4505.2.01.4.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação. b) D - 84/2016 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 06/06/2016.

Vigência: de 06/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauro Perazoli - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.  
Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 108/2015, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 005/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Célio Armando Janczeski EIRELI, CNPJ nº 15.718.568/0001-10.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 150/2015, de 30/07/2015, até a data de 31/12/2016, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel.

Valor: Pela locação do imóvel, o Locatário pagará ao Locador, o valor mensal de R\$ 7.026,00 (sete mil e vinte e seis reais), totalizando o valor de R\$ 42.156,00 (quarenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais), até 31 de dezembro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 51/2016 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 06/06/2016.

Vigência: de 30/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célio Armando Janczeski - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.**

CONTRATO Nº 147/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2015.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, estabelecida na Rodovia BR 282, Km 607, s/n, na cidade de Maravilha - SC, CEP: 89874-000, neste ato representada por seu Procurador, o Sr. Renato Adriano Seibt, brasileiro, divorciado, administrador, portador da CI. RG nº 1.612.469 - SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 526.393.209-04, domiciliado e residente na Avenida Araucária nº 736, Centro, na cidade de Maravilha - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem;



CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto à necessidade de prorrogar os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 009/2015, de 21/01/2015, (originário do Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS PREFEITO ZENO GERMANO ETGES E TRAVESSA SÃO PEDRO, COM ÁREA TOTAL DE 4.860,21M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.006.192-75/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 786729), em 54 (cinquenta e quatro) dias e 408 (quatrocentos e oito) dias, respectivamente, em virtude da constante intensidade pluviométrica ocorrida no período de execução da obra, bem como devido a fatos supervenientes encontrados in loco durante a execução dos serviços e que pendiam de informações/orientações, conforme a justificativa técnica, apresentada pela Contratada, constante em anexo ao presente termo aditivo;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§1º Os prazos de início e etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

(...).

Têm entre si justo e acertado este Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015, de 21/01/2015, (originário do Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014), com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante a sujeição às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

I.1 - O prazo de execução do Contrato nº 089/2015, de 16/04/2015, fica prorrogado pelo lapso de 54 (cinquenta e quatro) dias, a contar de 07/06/2016 a 1º/08/2016.

I.2 - A vigência do Contrato nº 089/2015, de 16/04/2015, fica prorrogada pelo prazo de 408 (quatrocentos e oito) dias, com efeitos a contar de 20/07/2015 a 31/08/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

II.1 - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos

e legais efeitos.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	RENATO ADRIANO SEIBT Gaia Rodovias Ltda.
---	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 100/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 066/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tatiane Comunello ME, CNPJ nº 13.424.471/0001-79.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 e 2 do Contrato nº 023/2016, de 27/01/2016, em 40 (quarenta) horas cada, tendo em vista que as horas máquinas se esgotaram, bem como a fim de concluir os serviços na comunidade de Linha Três Voltas.

Valores Aditados: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) ao item 1 e R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) ao item 2.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: a) 08.01.12.361.4502.2.014.3.3.90.00.00.0 0.00.00 (55/2016); e b) 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00 .00.00 (100/2016).

Data de Assinatura: 09/06/2016.

Vigência: de 09/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Alcir José Comunello - pela Contratada.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016. Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Alterar a Cláusula Primeira do Contrato nº 142/2016, de 1º/06/2016 - Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, a fim de excluir o item I.2, tendo em vista a argumentação exposta no requerimento da Contratada, constante em anexo ao presente instrumento.

Data de Assinatura: 10/06/2016.

Vigência: de 10/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 081/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 061/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA. EPP, CNPJ nº 10.547.961/0001-74.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE, PARA IMPLANTAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 17764/2016 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF/RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO SOCIAL, E CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos oriundos do fundo social decorrentes do convênio a ser celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste e o Município São Lourenço do Oeste - SC, e contrapartida com recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos oriundos do fundo social decorrentes do convênio a ser celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste e o Município São Lourenço do Oeste - SC, e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 162/2016 - 09.01.15.451.4507.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0083 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 10/06/2016.

Vigência: de 10/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Silvana de Oliveira Ziober - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2016, DE 10 DE JUNHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 086/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 005/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: San Francisco Transportes e Sonorizações Ltda. - ME, CNPJ nº 72.275.076/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO "MUSICAL SAN FRANCISCO" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM SUA PRÓPRIA CARRETA PALCO INCLUINDO SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 26 JULHO DE 2016, NA PRAÇA DA LIBERDADE, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago em transferência bancária em conta de titularidade da Contratada, após entrega do objeto e a devida emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 35/2016 - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades Comemorativas do Município.

Data de Assinatura: 10/06/2016.

Vigência: de 10/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela

Contratante e Lino Francisco Reinehr - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2016, DE 14 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2016, DE 14 DE JUNHO DE 2016. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 137/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 078/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Visoli Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 02.131.315/0001-01.

Objeto: Aditar o valor global do Contrato nº 137/2015, de 06/07/2015, em R\$ 9.018,29 (nove mil, dezoito reais e vinte e nove centavos), o que corresponde a 3,20% (três vírgula vinte por cento) do valor global contratado e atualizado, em virtude da alteração da quantidade de itens previstos na planilha orçamentária; bem como devido ao aditamento de novos itens que surgiram como serviços fundamentais, conforme a justificativa técnica apresentada em anexo ao presente termo aditivo; e suprimir o valor global do Contrato nº 137/2015, de 06/07/2015, em R\$ 21.502,96 (vinte e um mil, quinhentos e dois reais e noventa e seis centavos), o que corresponde a 7,40% (sete vírgula quarenta por cento) do valor global contratado e atualizado, em virtude da alteração de itens que se encontravam em duplicidade com outro Contrato que estava sendo executado no mesmo local e conforme a fundamentação exposta na justificativa técnica constante em anexo a este termo aditivo.

Valor Aditado: R\$ 9.018,29 (nove mil, dezoito reais e vinte e nove centavos).

Valor Suprimido: R\$ 21.502,96 (vinte e um mil, quinhentos e dois reais e noventa e seis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta dos exercícios financeiros de 2016.

Rubrica Orçamentária: 09.01.27.812.4511.1.062.4.4.90.00.00.00.0.00 (D-107/2016).

Data de Assinatura: 14/06/2016.

Vigência: de 14/06/2016 a 1º/07/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Douglas Visoli - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 090/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA. - ME, CNPJ nº 37.537.230/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO "GINASLOUCOS" (GRUPO DE GINASTAS ACROBATAS) PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO, NA PRAÇA DA LIBERDADE, NO DIA 03 DE JULHO DE 2016, FAZENDO PARTE DA PROGRAMAÇÃO ORGANIZADA PARA A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago em cheque nominal para a Contratada, após entrega do objeto e a devida emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 16/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 15/06/2016.



Vigência: de 15/06/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Domingos Renato Ventorini - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.  
Origem: Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CDL, CNPJ nº 83.404.111/0001-90.

Objeto: ASSOCIAÇÃO DO CONTRATANTE À CONTRATADA PARA USUFRUIR DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E REGISTRO DE DEVEDORES.

Valor: R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 383,50 (trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) até a data de 31 de dezembro de 2016.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por meio de boleto bancário com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 16/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 15/06/2016.

Vigência: de 15/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Eliane Regina Noal Battisti - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.  
Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 189/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 126/2015, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 189/2015, de 16/10/2015, por 60 (sessenta) dias, a fim de viabilizar os aditamentos e supressões necessárias, bem como a tramitação burocrática do recebimento da obra, conforme a justificativa técnica apresentada em anexo a este termo aditivo.

Data de Assinatura: 15/06/2016.

Vigência: de 15/06/2016 a 15/08/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.  
Origem: Processo Licitatório nº 034/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LOVERA & CIA. LTDA. ME, CNPJ nº 10.329.603/0001-95.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS LANCHES E COMEMORAÇÕES DOS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 97,19 (noventa e sete reais e dezenove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos

próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 16/06/2016.

Vigência: de 16/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiza Bernardete Lorenzon Lovera - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.  
Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 040/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda., CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 089/2015, de 16/04/2016, por 45 quarenta e cinco) dias e 90 (noventa) dias, respectivamente, em razão de que a Contratada não executou os serviços no prazo estipulado no contrato originário devido a falta de repasse do convênio, ficando desta forma sem receber pelos serviços executados.

Data de Assinatura: 16/06/2016.

Prazo de Execução: de 16/06/2016 a 1º/08/2016.

Prazo de Vigência: de 1º/07/2016 a 03/10/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016.  
Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda., CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 200/2014, de 03/09/2014, pelo lapso de 60 (sessenta) dias, a fim de finalizar a tramitação de documentos relativos ao contrato e ao convênio.

Data de Assinatura: 17/06/2016.

Vigência: de 20/06/2016 a 19/08/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016. Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 275/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 024/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda. EPP, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 275/2015, de 23/12/2015, pelo lapso de 60 (sessenta) dias, a fim de finalizar a tramitação de documentos relativos ao contrato e ao convênio.

Data de Assinatura: 17/06/2016.

Vigência: de 20/06/2016 a 19/08/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 15 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 15 DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Aluno: Wellington Xavier da Silva, matriculado na Oficina de Violino do ICSL.

Responsável legal pelo Aluno: Marcio Xavier da Silva, inscrito no CPF sob o nº 038.555879-14.

Objetos: Violino, com registro no patrimônio do Município sob o nº 03/09; Espaleira; Arco e Capa para proteção (Case).

Data da assinatura: 15/06/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera - Presidente da Autarquia e Marcio Xavier da Silva - responsável legal pelo Aluno.

**LEI Nº 2.284, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 2.284, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 94 Aplicação Direta R\$ 645.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

02.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 01 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.18.541.4511.2.060.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 103 Aplicação Direta R\$ 45.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.13.392.4511.1.090.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 151 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN

09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 108 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN

09.03.17.512.4511.2.032.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 109 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

11.00 SECR. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS

11.03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

11.03.16.482.4509.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 136 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

12.00 SECR. DE TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO- SDE

12.01 SECR. DE TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO- SDE

12.01.22.661.4515.2.026.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 138 Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.285, DE 16 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 2.285, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 1.090.000,00 (um milhão e noventa mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 07 Aplicação Direta R\$ 1.090.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01.04.124.4512.2.005.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 08 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CCM  
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CCM  
05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 11 Aplicação Direta R\$ 70.000,00

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 14 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

11.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
11.03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
11.03.16.482.4509.1.056.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 134 Aplicação Direta R\$ 280.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.28.846.0000.0.001.3.2.90.00.00.00.00.01.0000 147 Aplicação Direta R\$ 270.000,00  
16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 148 Aplicação Direta R\$ 230.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.28.846.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 149 Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 80/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal , leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais destinados para adequações do trânsito referente ao estacionamento rotativo na área central de São Miguel do Oeste, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico-Financeiro integrantes do presente Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 07 de julho de 2016

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 16 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2016-PMS

PROCESSO Nº. 108/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de fornecimento de Agente Redutor Líquido Automotivo - Arla 32 para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 30 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 16/2016-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2016 - PR</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 39/2016</b> <b>Data do Processo: 30/05/2016</b>
	Folha: 1/3

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 33/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI - EPP, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - EPP, PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI, ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA. - EPP, PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. - EPP e STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. As empresas ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI - EPP e PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP encaminharam os envelopes e documentos pelo correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI - EPP, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - EPP, PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI, ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA. - EPP, PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. - EPP e STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e/ou código de autenticação para verificação de autenticidade na internet, documento exigido no edital no item 4.1.3 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 4.1.3.1, sendo assim o representante da empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI - EPP, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - EPP, PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI, ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA. - EPP, PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. - EPP e STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. Constatou-se que a empresa PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI não cumpriu com as exigências do edital no que tange o item 5.2 "Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que" subitem 5.2.2 "Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública" sendo que foi constatado que a empresa PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI está suspensa de contratar com o Município de Guarimirim no Estado de Santa Catarina desde 03 de outubro de 2014 pelo período de 2 anos, conforme publicações oficiais anexas ao processo, sendo assim a empresa PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI está inabilitada de participar do certame. Constatou-se que a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP não cumpriu com as exigências do edital no que tange o item 5.2 "Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que" subitem 5.2.2 "Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública" e 5.2.3 "Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal"



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 2/3

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 33/2016 (Sequência: 1)

sendo que foi constatado que a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP está impedida de contratar com o Município de Pato Branco no Estado do Paraná desde 05/11/2015 até 04/11/2016 e no Município de Sertãozinho no Estado do Paraná desde 26/10/2015 até 25/10/2017, conforme publicações oficiais anexas ao processo, sendo assim a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP está inabilitada de participar do certame. O representante da empresa PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI retirou-se da sessão. O representante da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. retirou-se da sessão. Será paralisada a sessão, dando continuidade ao certame em 20 de junho de 2016 às 8h com a etapa de lances conforme consta no edital no item 1.2 "e". Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata e quadro comparativo aos participantes.

Schroeder, 16 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália kersten Brumüller	- ..... - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RODRIGO TRUFFA DA COSTA	- ..... - Representante
FABIO ELIAS LEAL	- ..... - Representante
CLJETON ANDRÉ WAGNER	- ..... - Representante
WALDIR CAMPOS FILHO	- ..... - Representante
FELIPE POLINI	- ..... - Representante
CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI	- ..... - Representante
ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL	- ..... - Representante
WALDIR JACOBI	- ..... - Representante
CARLOS EDUARDO HORT	- ..... - Representante

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>		<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 16/2016 - PR</div>
		<div>Processo Administrativo:</div> <div>39/2016</div> <div>Processo de Licitação:</div> <div>30/05/2016</div> <div>Data do Processo:</div>
		<div>Folha: 3/3</div>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 33/2016 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JARDEL VALENTIM DOS SANTOS	- ..... - Representante
MARCOS ANTONIO LOBO	- ..... - Representante
DIEGO GILI	- ..... - Representante
SUZANA PEREIRA LOPES	- ..... - Setor Solicitante
JEISE DEMATHE	- ..... - Setor Solicitante

# Seara

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 26/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 26/2016

A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que encontram-se abertas, no período de 17 a 27 de junho de 2016, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara-SC., as inscrições para Processo Seletivo Público Simplificado, objetivando a admissão em caráter temporário de: Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental – 01 (uma) vaga – carga horária: 40 horas semanais. Mais informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Recursos Humanos, no site do Município <http://www.seara.sc.gov.br> ou através do telefone (49) 3452-8313, no horário acima especificado.

Seara – SC., em 16 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

### HOMOLOGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS PP Nº 07/2016 - FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 -FMS- REGISTRO DE PREÇO

#### HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS

Objeto: seleção de fornecedores e propostas para aquisição absorventes e fraldas descartáveis geriátricas e in à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Seara.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS APROVADAS
01	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PARA INCONTINENCIA URINARIA MODERADA E INTENSA PARA USO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE FITAS ADESIVAS REPOSICIONAIS E ESTATICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATOMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO MEDIO, CINTURA 80 A 115 CM, PESO 40 A 70 KG. QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATOXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LIQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADADA, PACOTE COM 10 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS FIOS DE ELASTANO ADESIVAS.	BIOFRAL CONFORT NATURAL MASTER
02	ABSORVENTE GERIATRICO UNISEX, COM NO MINIMO 10 UNIDADES	BIOFRAL MAXI
03	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PARA INCONTINENCIA URINARIA MODERADA E INTENSA PARA USO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE FITAS ADESIVAS REPOSICIONAIS E ESTATICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATOMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO GRANDE, CINTURA 115 A 150 CM, PESO 70 A 90 KG. QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATOXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LIQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADADA, PACOTE COM 10 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS FIOS DE ELASTANO ADESIVAS.	BIOFRAL CONFORT NATURAL MASTER
04	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PARA INCONTINENCIA URINARIA MODERADA E INTENSA PARA USO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE FITAS ADESIVAS REPOSICIONAIS E ESTATICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATOMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO PEQUENO, CINTURA 50 A 80 CM PESO 30 A 40KG. QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATOXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LIQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADADA, PACOTE COM 10 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS FIOS DE ELASTANO ADESIVAS.	BIOFRAL CONFORT NATURAL MASTER

05	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PARA INCONTINENCIA URINARIA MODERADA E INTENSA PARA USO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE FITAS ADESIVAS REPOSICIONAIS E ESTATICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATOMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO EXTRA GRANDE, CINTURA 120 A 165 CM PESO ACIMA DE 90 KG. QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONAVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATOXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LIQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADA, PACOTE COM 10 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS FIOS DE ELASTANO ADESIVAS.	BIOFRAL CON-FORT  NATURAL MASTER
06	FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO EXTRA GRANDE INFANTIL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, SUPERABSORVENTE, ELASTICO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS (VALOR POR FRALDA)	DRY
07	FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO MEDIOGF INFANTIL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, SUPERABSORVENTE, ELASTICO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS (VALOR POR FRALDA)	DRY

Seara, 16 de Junho de 2016.

Angela Maria De Prá Mezzaroba

Sandra de Sá

Jackson Três

Kátia Techio

#### **PORTARIA Nº 393/2016**

Portaria nº. 393/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110 da Lei Complementar nº. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Conceder,

A servidora Ana Clara Furst - matrícula 217902, contratada no emprego público de Agente Comunitário de Saúde - CLT, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 09 de junho a 06 de outubro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 16 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 098/2016

DECRETO Nº 098/2016, DE 14 DE JUNHO 2016.

“Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal da Indústria e Comércio do Município de Serra Alta/SC”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 40 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei 1.029/2015, de 27/05/2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal da Indústria e Comércio do Município de Serra Alta – SC:

I – Representante do Poder Executivo;

Delmar Frantz – Titular;

Ana Cláudia Lauxen Zuzeliski – Suplente;

II – Representante da ACISA – Associação Comercial e Industrial de Serra Alta;

Vantuir de Moraes – Titular;

Henrick Zorzi - Suplente;

III – Representante do setor Imobiliário, Contabilistas e Advogados;

Lauro De Ávila e Silva – Titular;

Clair Fatima Andreis – Suplente;

IV – Representante do depto. de Saúde e da Vigilância Sanitária do Município de Serra Alta;

Rafael Marin – Titular;

Renato Odair De Almeida – Suplente;

V – Representante do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

Roberto Flávio Prior - Titular;

Valmir Senhor – Suplente;

VI - Membros de Clubes de Serviços.

Nei Zanquett – Titular

Michele Müller - Suplente

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando o DECRETO Nº 105/2015 DE 28 DE MAIO DE 2015, E DECRETO Nº 038/2016, DE 01 DE MARÇO 2016, e as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 100/2016

DECRETO Nº 100/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

“Homologação final das inscrições do Concurso Público Municipal de acordo com Edital nº 01/2016”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público

para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES, conforme segue abaixo:

Art. 1º. – Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Concurso Público Municipal Edital nº 01/2016.

#### ENFERMEIRO do NASF

1004	ADRIANA BELOLLI PRIOR
770	ADRIANE ZANARDI
1086	AGATA PAULA VALMORBIDA
1017	ALINE LEMES DE SOUZA
1048	ANDRESSA DOS SANTOS MAYER
1068	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO
1018	CASSIANO LAGO
1014	DAYANE ANDRÉIA DIEHL
1122	DEISI DEOTTI TASCA
1113	DIANA SIMON
812	JAQUELINE DE ALMEIDA SOUZA
657	JAQUELINE TERESINHA LUNKES
1085	JAQUELINE VESCHENFELLES
1060	JOZIANE PELINZON
1077	LUCIA FUZINATTO
1072	MAIARA DAIS SCHOENINGER
1103	MARCIANI WACHTER DREWS
1059	RAFAELA BEDIN
745	TALITA MARIA CADONÁ
1097	TATIANE VANESSA GEMELLI

#### FISIOTERAPEUTA do NASF

836	ALEXANDRA SCHLOSSER DA SILVA
1095	ANDELIZE BONADIMAN
925	BRUNA CASSOL DAGA
1043	CAIANO FORNASARI
1096	CAMILA MABEL SGANZERLA
1003	CARLLA ANDREIA HENCHEN
1071	EVELINE LUCIANE POLETTTO CAMARA
749	FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA
815	FLAVIA BERGER RANSAN
1081	FLAVIA THAIS ECKERT
1064	JOKASTA HOSS
1031	JULIANO FRITZEN
1074	JUSSARA INDIANA CASSOL
1038	LAÍS CASAGRANDE NOGUEIRA
1019	TATIANA TONEL

#### NUTRICIONISTA do NASF

1101	ALESSANDRA CARLA SIMON ALBANI
1037	ALINE LUIZA FÜHR
1022	ANA CAROLINA PONTES RODRIGUES
1069	ANDRESSA LAÍS ARIOTTI

1062	ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ
1024	CARINE APARECIDA FACHIN
651	CARLA PARIZOTTO
649	CAROLINE KUHN
748	CRISTINA INES SCHMITZ
1088	DANIELA MARQUES ECKERT
1057	ELISA DA SILVA
667	FABIANE CARLA COSTACURTA
645	FERNAN JÚNIOR TASCA
923	FERNANDA GUARDA
1093	FERNANDA REITER
1036	FLÁVIA JANE TESSER
1110	FLÁVIA REGINA SCHINATO
1112	FRANCIELI CASSOL
638	FRANCIELI ORSO BUGALHO
724	GABRIELA REGINA PINTO
1084	GRAZIELI ALINE KUNST
642	JANICE SALVALAGGIO
1010	JUSSARA ALGAYER
681	KELLY SCARLET BASSANI
1044	MAIARA ALINE BIANCHETTO
1047	MAITÉ DACROCE
1052	MAYCON FELIPE BACKES
1066	MONIKE ANGELICA CARRERE DA SILVEIRA DE MENEZES
1082	NEIDE ARTIFON
1087	PÂMELA PAOLA MEZZOMO
1009	PATRICIA PAULETTI
629	PATRÍCIA PIOVESAN BONETI
1104	RAQUEL KUHN
1115	RONAN MICHAEL MALLMANN
1034	SIMONE FACHIN

## PSICÓLOGO do NASF

754	ANA LUIZA COPINI
1049	ANA PAULA ANTUNES SAVAGNAGO
1058	ANA PAULA DE OLIVEIRA
1011	ANDRÉ FELIPE DE CASTRO MELO
1090	CAMILA VIER
1002	CAMILE HASLINGER
781	CARINE BRUNETO
680	CARLOS HUDSON SANTIAGO BRANDÃO
1012	CLECI FÁTIMA TUMELERO FRANCISCON
726	CRISTIANE MARTINI
764	CRISTIANE WICKERT
1056	CRISTIÉLI TERESINHA BRINGHENTI
1120	DAIANE ASCARI
682	DAIANE SZYMANSKI
1100	DALVANA ZAGO
1021	DANIELI JÚLIA STRAPAZZON
1107	DIANES MOCELIN
1119	DIANILÉIA FABRIS
1121	DULCIANA BORTOLI KROTH
1063	EDRISA PALAORO

1032	EDUARDO PAVAN GUERREIRO
700	ELIANE ZAMARCHI
819	ELISANDRA NEU
1098	FLÁVIA PAULA WERNER
1040	GABRIELA TRAINOTTI NIENOV
1027	GIANFRANCESCO MENEHINI
1117	ITAMARA SCARIOT BRUTSCHER
1102	IVANIR ELOI DREWS
900	JULIANE ANDRÉA PROBST
1080	JUSIENE DENISE LAUERMANN
1039	JUSSARA CONSOLADORA COLLE
1091	KARINE RENATA BOESING MALDANER
1007	KARINE ZAMBIAZI
1028	KERLY MARIA MONTIEL
1109	KETHLIN CARRARO
1035	MANÉLY PETTER
1026	MARIANE DALLASTRA GODARTH
1020	MARIANE SIMIONATO
1116	MICHELI CARLA BORTOLOTTI
644	NAIANA PAULA DONIDA
1111	NOELI FÁTIMA WILLENS SANTOLIN
751	PÂMELA KOCH
1029	PAMELA PANSEIRA
1099	PATRICIA PARIZE MAROCCO
1078	PATRICIA TOMAZELLI
1050	PAULA ROBERTA PALOMBIT
756	PRISCILA ROSEGHINI
1094	RENATA LAIS SOLIVO
1065	SABRYNA JOANE VOOS BORTONCELLO TAROUÇO
666	SHEILA CARINE BACH
1106	SOFIA LAURA CHIUZA BEILNER
1070	SOLANGE KAPPES
1016	TAMARA KASSIA MARAFON
1023	THAIS FERRARI
686	VANESSA FICAGNA

Art. 2º – Foram homologadas inscrições, as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Concurso Público Municipal Nº01/2016.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Serra Alta/SC, 16 de Junho de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração



**EDITAL DE ENSALAMENTO CONCURSO Nº 001/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CNPJ: 80.622.319/0001-98**

**EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2016****ENSALAMENTO**

**HORÁRIO DE PROVA: 08h00min às 12h0min**

**HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES: 7h00min**

**HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: 7h50min**

**TRAZER CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA**

**LOCAL: Centro Municipal de Educação – CME, rua: Sete de setembro, 530 – centro.**

<b>SALA 01</b>	<b>SALA 02</b>
<b>ENFERMEIRO do NASF</b>	<b>FISIOTERAPEUTA do NASF</b>
1004 ADRIANA BELOLLI PRIOR	836 ALEXANDRA SCHLOSSER DA SILVA
770 ADRIANE ZANARDI	1095 ANDELIZE BONADIMAN
1086 AGATA PAULA VALMORBIDA	925 BRUNA CASSOL DAGA
1017 ALINE LEMES DE SOUZA	1043 CAIANO FORNASARI
1048 ANDRESSA DOS SANTOS MAYER	1096 CAMILA MABEL SGANZERLA
1068 ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	1003 CARLLA ANDREIA HENCHEN
1018 CASSIANO LAGO	1071 EVELINE POLETTTO CAMARA
1014 DAYANE ANDRÉIA DIEHL	749 FERNANDO JACINTO DE OLIVEIRA
1122 DEISI DEOTTI TASCA	815 FLAVIA BERGER RANSAN
1113 DIANA SIMON	1081 FLAVIA THAIS ECKERT
812 JAQUELINE DE ALMEIDA SOUZA	1064 JOKASTA HOSS
657 JAQUELINE TERESINHA LUNKES	1031 JULIANO FRITZEN
1085 JAQUELINE VESCHENFELLES	1074 JUSSARA INDIANA CASSOL
1060 JOZIANE PELINZON	1038 LAÍS CASAGRANDE NOGUEIRA
1077 LUCIA FUZINATTO	1019 TATIANA TONEL
	<b>NUTRICIONISTA do NASF</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CNPJ: 80.622.319/0001-98**

1072 MAIARA DAIS SCHOENINGER 1103 MARCIANI WACHTER DREWS 1059 RAFAELA BEDIN 745 TALITA MARIA CADONÁ 1097 TATIANE VANESSA GEMELLI	1101 ALESSANDRA SIMON ALBANI 1037 ALINE LUIZA FÜHR 1022 ANA CAROLINA RODRIGUES 1069 ANDRESSA LAÍS ARIOTTI ANGÉLICA WERLANG DA 1062 CRUZ 1024 CARINE APARECIDA FACHIN 651 CARLA PARIZOTTO
<b>SALA 03</b>	<b>SALA 04</b>
<b>NUTRICIONISTA do NASF</b>  649 CAROLINE KUHN 748 CRISTINA INES SCHMITZ 1088 DANIELA MARQUES ECKERT 1057 ELISA DA SILVA 667 FABIANE COSTACURTA 645 FERNAN JÚNIOR TASCA 923 FERNANDA GUARDA 1093 FERNANDA REITER 1036 FLÁVIA JANE TESSER 1110 FLÁVIA REGINA SCHINATO 1112 FRANCIELI CASSOL 638 FRANCIELI ORSO BUGALHO 724 GABRIELA REGINA PINTO 1084 GRAZIELI ALINE KUNST 642 JANICE SALVALAGGIO 1010 JUSSARA ALGAYER 681 KELLY SCARLET BASSANI 1044 MAIARA ALINE BIANCHETTO 1047 MAITÊ DACROCE 1052 MAYCON FELIPE BACKES 1066 MONIKE CARRERE DE MENEZES 1082 NEIDE ARTIFON	<b>NUTRICIONISTA do NASF</b>  1087 PÂMELA PAOLA MEZZOMO 1009 PATRICIA PAULETTI 629 PATRÍCIA PIOVESAN BONETI 1104 RAQUEL KUHN 1115 RONAN MICHAEL MALLMANN 1034 SIMONE FACHIN  <b>PSICÓLOGO do NASF</b>  754 ANA LUIZA COPINI 1049 ANA PAULA SAVAGNAGO 1058 ANA PAULA DE OLIVEIRA 1011 ANDRÉ FELIPE DE CASTRO MELO 1090 CAMILA VIER 1002 CAMILE HASLINGER 781 CARINE BRUNETO 680 CARLOS SANTIAGO BRANDÃO 1012 CLECI TUMELERO FRANCISCON 726 CRISTIANE MARTINI 764 CRISTIANE WICKERT CRISTIÉLI TERESINHA 1056 BRINGHENTI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CNPJ: 80.622.319/0001-98**

1120 DAIANE ASCARI

682 DAIANE SZYMANSKI

1100 DALVANA ZAGO

**SALA 05**

**PSICÓLOGO do NASF**

1021 DANIELI JÚLIA STRAPAZZON

1107 DIANES MOCELIN

1119 DIANILÉIA FABRIS

1121 DULCIANA BORTOLI KROTH

1063 EDRISA PALAORO

1032 EDUARDO PAVAN GUERREIRO

700 ELIANE ZAMARCHI

819 ELISANDRA NEU

1098 FLÁVIA PAULA WERNER

1040 GABRIELA TRAINOTTI NIENOV

1027 GIANFRANCESCO MENEGHINI

1117 ITAMARA SCARIOT BRUTSCHER

1102 IVANIR ELOI DREWS

900 JULIANE ANDRÉA PROBST

1080 JUSIENE DENISE LAUERMANN

1039 JUSSARA CONSOLADORA COLLE

1091 KARINE BOESING MALDANER

1007 KARINE ZAMBIAZI

1028 KERLY MARIA MONTIEL

1109 KETHLIN CARRARO

1035 MANÉLY PETTER

1026 MARIANE DALLASTRA GODARTH

1020 MARIANE SIMIONATO

1116 MICHELI CARLA BORTOLOTTI

644 NAIANA PAULA DONIDA

1111 NOELI WILLENS SANTOLIN



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CNPJ: 80.622.319/0001-98**

751 PÂMELA KOCH  
1029 PAMELA PANSERA  
1099 PATRICIA PARIZE MAROCCO  
1078 PATRICIA TOMAZELLI  
1050 PAULA ROBERTA PALOMBIT  
756 PRISCILA ROSEGHINI  
1094 RENATA LAIS SOLIVO  
1065 SABRYNA VOOS TAROUCO  
666 SHEILA CARINE BACH  
1106 SOFIA LAURA CHIUZA BEILNER  
1070 SOLANGE KAPPES  
1016 TAMARA KASSIA MARAFON  
1023 THAIS FERRARI  
686 VANESSA FICAGNA

**Serra Alta- SC, 16 de junho de 2016.**

**FRANCISCO ARTUR BOTH**

**Prefeito Municipal**

# Siderópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 75/2016

DECRETO N.º 75, DE 01 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O CARGO DA FUNCIONÁRIA GIANE HELENA MACHADO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo da funcionária GIANE HELENA MACHADO, brasileira, CPF/MF sob nº 746.961.609-04, para Chefe de Departamento – C2, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de Junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2016.

### DECRETO Nº 76/2016

DECRETO N.º 76 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.016 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 16 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 quinze mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

Valor: 15.000,00 (quinze mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	29	

Valor: 15.000,00 (quinze mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº 2.121 de 13 de novembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2015 - Lei nº. 2.173, de 16 de dezembro de 2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2016.

### DECRETO Nº 77/2016

DECRETO N.º 77 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 376.720,98 (trezentos e setenta e seis mil setecentos e vinte reais e noventa e oito centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	87	

VALOR: R\$ 51.726,98 (cinquenta e um mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5.064	Transferências de Convênios – Estado/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas



CÓDIGO REDUZIDO	88	
-----------------	----	--

VALOR: R\$ 324.994,00 (trezentos e vinte quatro mil novecentos e noventa e quatro reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 51.726,98 (cinquenta e um mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), e provável excesso de arrecadação de Receitas de Transferências de Convênios do Estado, no valor de R\$ 324.994,00 (trezentos e vinte quatro mil novecentos e noventa e quatro reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

### DECRETO Nº 78/2016

DECRETO N.º 78 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.010	Convênio de Trânsito-Militar
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	11	

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos de Convênio de Trânsito-Militar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), , conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

### DECRETO Nº 79/2016

DECRETO N.º 79 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica-PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

### DECRETO Nº 80/2016

DECRETO N.º 80 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.061	Transferência de Convênios-Estado/Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	1.007	Construção de Piscina Térmica no Centro de Convivência Multiuso
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	02	

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos de Transferências de Convênio do Estado conforme proposta nº 0000017710 através da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

## DECRETO Nº 81/2016

DECRETO N.º 81 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	09	Fundo de Habitação e Interesse Social
FUNÇÃO	16	Habitação
PROGRAMA	08	Gestão e Apoio a Habitação de Interesse Social
SUBFUNÇÃO	482	Habitação Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.023	Manutenção do Fundo de Habitação de Interesse Social
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas

CÓDIGO REDUZIDO	05	
-----------------	----	--

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 01 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

### **LEI Nº 2.192/2016**

LEI Nº 2.192, DE 14 DE JUNHO DE 2016

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) NO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS NO EXERCÍCIO DE 2016, PELA ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores, autorizada pela presente Lei a suplementar, mediante anulação e transposição de dotações, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em seu orçamento, através do seguinte elemento de despesa corrente, conforme abaixo discriminado:

01.00 – CÂMARA DE VEREADORES  
01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

3.3.90.14.00.00.00.00 – Diárias – Civil R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

01.00 – CÂMARA DE VEREADORES  
1.01 – CÂMARA DE VEREADORES

3.3.90.39.00.00.00.00 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"  
Em, 14 de junho de 2016  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 14 de junho de 2016.

**LEI Nº 2.193/2016**

LEI Nº 2.193, DE 14 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA A REALIZAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a expedir ao Município de Nova Veneza, permissão para realizar obra de pavimentação asfáltica no município de Siderópolis.

§ 1º - A pavimentação asfáltica de que trata o caput deste artigo será realizada na Rodovia SID – 162, abrangendo a comunidade de Santo Antônio, e terá 750 metros de extensão por 6,5 metros de largura, totalizando 4.875 m², com um custo aproximado de R\$ 282.032,69 (duzentos e oitenta e dois mil trinta e dois reais e sessenta e nove centavos).

§ 2º - A pavimentação asfáltica de que trata o caput deste artigo não compreenderá o maquinário e serviço para limpeza e abertura da via, bem como a escavação, carga, transporte e fornecimento de seixo, que ficará sob responsabilidade da própria Comunidade de Santo Antônio, conforme acordado em reunião com membros desta, sem ônus para o município de Siderópolis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 14 de junho de 2016

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 14 de junho de 2016.

**PORTARIA Nº 125/2016**

PORTARIA Nº 125, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ANDREZA PATEL DE ARAÚJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ANDREZA PATEL DE ARAÚJO, CPF nº 027.846.319-31, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

**PORTARIA Nº 126/2016**

PORTARIA Nº 126, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ÂNGELA LARROYD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ÂNGELA LARROYD, CPF nº 014.465.599-39, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

**PORTARIA Nº 127/2016**

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ARETUSA LARROYD WARMLING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ARETUSA LARROYD WARMLING, CPF nº 777.882.659-34, Professor – MAG -LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

**PORTARIA Nº 128/2016**

PORTARIA Nº 128, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA CÁTIA REGINA ZEFERINO TRENTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora CÁTIA REGINA ZEFERINO TRENTA, CPF nº 915.645.149-00, Professor – MAG -LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para B1, a contar

de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 129/2016**

PORTARIA Nº 129, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA DALVANI BA-  
ESSO NOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora DALVANI BAESSO NOLA, CPF nº 522.175.079-15, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 130/2016**

PORTARIA Nº 130, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA DENISE OLIV-  
VO CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora DENISE OLIV-  
VO CARMINATTI, CPF nº 037.139.169-50, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 131/2016**

PORTARIA Nº 131, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ELAINE POS-  
SENTI BONFANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ELAINE POS-  
SENTI BONFANTE, CPF nº 041.648.249-05, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 132/2016**

PORTARIA Nº 132, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ESTELA MA-  
RIS BÚRIGO RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ESTELA MA-  
RIS BÚRIGO RONSONI, CPF nº 613.184.509-34, Professor – MAG  
-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 134/2016**

PORTARIA Nº 134, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA JUCINÉIA  
NUNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora JUCINÉIA  
NUNES, CPF nº 021.943.659-23, Professor – MAG-LP, do Quadro



Permanente do Município, de D4 para E4, a contar de 02/05/2016.  
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 135/2016**

PORTARIA Nº 135, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA KARINA DAMIN CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora KARINA DAMIN CARMINATTI, CPF nº 028.941.199-84, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 136/2016**

PORTARIA Nº 136, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR LUIZ FERNANDO ROSSO MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito ao servidor LUIZ FERNANDO ROSSO MARTINS, CPF nº 055.599.189-17, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 137/2016**

PORTARIA Nº 137, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MAITÊ BEZ BIROLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MAITÊ BEZ BIROLO, CPF nº 009.130.129-71, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 138/2016**

PORTARIA Nº 138, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO, CPF nº 686.386.479-72, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 30 de maio de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 139/2016**

PORTARIA Nº 139, DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MILENE FRENHANI GARCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MILENE FRENHANI GARCIA, CPF nº 854.923.709-44, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de

02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 140/2016**

PORTARIA Nº 140, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI, CPF nº 646.789.389-15, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 141/2016**

PORTARIA Nº 141, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI, CPF nº 645.652.469-53, Professor – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

#### **PORTARIA Nº 142/2016**

PORTARIA Nº 142, DE 01 DE JUNHO DE 2016

CONTRATA MAIARA ISIDORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MAIARA ISIDORO, brasileira, CPF/MF sob nº 101.327.999-95, para ocupar a função de Técnica de Enfermagem, na Secretaria de Saúde – ESF – Vila Rica, a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 143/2016**

PORTARIA Nº 143, DE 01 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR ANTÔNIO JESUÍNA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor ANTÔNIO JESUÍNA, CPF/MF nº 440.017.709-20, Chefe de Setor I, a partir desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 144/2016**

PORTARIA Nº 144, DE 01 DE JUNHO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA GISELE ELIZABETH TOMÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária GISELE ELIZABETH TOMÉ, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 028.590.279-20, Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 145/2016**

PORTARIA Nº 145, DE 02 DE JUNHO DE 2016

ADMITE GISELE ELIZABETH TOMÉ PARA EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.843 de 02 de Dezembro de 2009,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir, GISELE ELIZABETH TOMÉ, CPF nº. 028.590.279-20, inscrição nº 17970, aprovada no Processo Seletivo nº.001/2015, para emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Saúde, e os proventos de lei, a contar desta data, pelo período de duração do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF do Governo Federal.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 02 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 146/2016**

PORTARIA Nº 146, DE 02 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA LOURDES MARIA ZUCHINALLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora LOURDES MARIA ZUCHINALLI, CPF nº 377.215.509-04, Professora – MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C2 para D2, a contar de 01/06/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 02 de junho de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 147/2016**

PORTARIA Nº 147, DE 07 DE JUNHO DE 2016

TORNA SEM efeitos a portaria nº 120/2016

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso V, art.51 da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Tornar sem efeitos, por determinação judicial no Processo de nº 0303064-80.2016.8.24.0020, a Portaria de nº120/2016, que nomeou Gleice Assunção da Silva, no cargo de Pedagoga CAPS, a partir desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 148/2016**

PORTARIA Nº 148, DE 07 DE JUNHO DE 2016

COLOCA A SERVIDORA LOURDES MARIA ZUCHINALLI À DISPOSIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Colocar a servidora LOURDES MARIA ZUCHINALLI, CPF nº 377.215.509-04, Professora MAG/ST, à disposição do Departamento de Cultura do Município, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 149/2016**

PORTARIA Nº 149, DE 07 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR VALDEMIR ELIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### **RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS,

ao servidor VALDEMIR ELIAS, CPF/MF nº 454.665.809-53, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 09/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 150/2016**

PORTARIA Nº 150, DE 07 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SIMONE MACHADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### **RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora SIMONE MACHADO, CPF/MF nº 030.234.829-85, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 14/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 151/2016**

PORTARIA Nº 151, DE 07 DE JUNHO DE 2016

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO SIDNEI DA ROSA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário SIDNEI DA ROSA SOARES brasileiro (a), CPF/MF sob nº 015.398.850-97, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras, a partir de 09/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 152/2016**

PORTARIA Nº 152, DE 07 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA JÉSSICA LÚCIA DESTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária JÉSSICA LÚCIA DESTRO, CPF/MF nº 080.054.049-21, Assessor II, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 24/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 153/2016**

PORTARIA Nº 153, DE 09 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA LÚCIA MARIA DE MENECH PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### **RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora LÚCIA MARIA DE MENECH, CPF/MF nº 015.962.149-61, Técnico de Enfermagem, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de junho de 2016.

#### **PORTARIA Nº 154/2016**

PORTARIA Nº 154, DE 09 DE JUNHO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARILENE BOTINI DE SILVESTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARILENE BOTINI DE SILVESTRO, brasileiro (a), CPF/MF sob 909.388.019-53, Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 10/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin



Em, 09 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal  
JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de junho de 2016.

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de junho de 2016.

### **PORTARIA Nº 155/2016**

PORTARIA N.º155, DE 13 DE JUNHO DE 2016

ADMITE MARILENE BOTINI DE SILVESTRO PARA EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.843 de 02 de Dezembro de 2009,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir, MARILENE BOTINI DE SILVESTRO, CPF nº. 909.388.019-53, inscrição nº 17988, aprovada no Processo Seletivo nº.001/2015, para emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Saúde, e os proventos de lei, a contar desta data, pelo período de duração do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF do Governo Federal.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 13 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de junho de 2016.

### **PORTARIA Nº 156/2016**

PORTARIA Nº 156, DE 13 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR PAULO SÉRGIO KINDERMANN FREITAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### **RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor PAULO SÉRGIO KINDERMANN FREITAS, CPF/MF nº 046.496.289-70, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 19/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 13 de junho de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

**242/2016**

DECRETO Nº 242, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

## 04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(27) - Aplicações Diretas .....  
R\$ 110.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 240/2016**

DECRETO Nº 240, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

## 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0070 (21) - Aplicações Diretas .....  
R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 241/2016**

DECRETO Nº 241, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

## 04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0627(253) - Aplicações Diretas .....  
R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso da fonte de recursos 628.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO PP 67/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016

Objeto: Revoga-se o processo licitatório em epígrafe com base nas vedações da lei eleitoral, mais especificamente §10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/97.

Sombrio-SC, 01 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 146/2016

DECRETO Nº 146, DE 15 DE JUNHO DE 2016

REVOGA O DECRETO 103/2016 A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o decreto 103/2016 retornando ao trabalho a Servidora Pública Municipal JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir da data de 16.06.2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 15 de junho de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 147/2016

DECRETO Nº 147/2016 DE 16/06/2016

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 020/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Legislação Vigente e Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar o Decreto nº 020/2016, de 10/02/2010, que DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS E SEUS DETALHAMENTOS, ORIUNDAS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, onde se lê “DECRETO Nº 020/2016 DE 10/02/2016” leia-se “DECRETO Nº 033/2016 DE 10/02/2016”.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
em 16 de junho de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 1233/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, o Extrato do Termo de Convênio nº 1233/2016, Processo nº SDR02 1410/2016, que celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha e o Município de Tigrinhos. OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO MULTIUSO ANEXO AO CENTRO DE IDOSOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS; FINALIDADE: propiciar um espaço adequado e de melhores condições de conforto e utilização aos usuários, conforme Proposta de Trabalho nº 17720 e Plano de Trabalho Transferência 2016TR001233. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 221.147,86 (duzentos e vinte e um mil, cento e quarenta e sete reais, oitenta e seis centavos), sendo R\$ 149.982,48 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais, quarenta e oito centavos) concedidos pela CONCEDENTE e R\$ 71.165,38 (setenta e um mil, cento e sessenta e cinco reais, trinta e oito centavos) destinados pelo CONVENIENTE a título de contrapartida financeira. LIBERAÇÃO: os recursos serão transferidos à conta específica do Convênio em 06 (seis) parcelas, na forma estabelecida no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho. PRAZO DE VIGÊNCIA: início a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e fim em 30 de Novembro de 2016.

TIGRINHOS/SC, em 16 de Junho de 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 027-2016

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS  
Processo Licitatório nº. 019/2016  
Convênio nº. 819503  
Contrato de Repasse nº. 1.023.655-29/2015

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 027/2016 com a empresa GAIA RODOVIAS LTDA – CNPJ: 03.257.777/0001-24, para Execução do Projeto de Pavimentação Asfáltica Sobre Calçamento Existente, Drenagem Pluvial e Sinalização das Ruas Alix Osvino Grunwaldt – Trechos I e II e Rua Nossa Senhora da Saúde, com área total de 3.812,10m², sob o regime de menor preço por empreitada global.

TIGRINHOS/SC, em 16 de Junho de 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 028-2016

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS  
Processo Licitatório nº. 020/2016  
Convênio nº. 1233/2016

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 028/2016 com a empresa LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ: 14.419.210/0001-23, para Execução do Projeto de Construção de Um Espaço Multiuso Anexo ao Centro de Idosos

Sagrado Coração de Jesus, com área total de 350,47m², sob o regime de menor preço por empreitada global.  
TIGRINHOS/SC, em 17 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 136/2016

PORTARIA Nº. 136/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O MOTORISTA MUNICIPAL SR. CLAIR JOSÉ BACKES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Motorista Municipal de Saúde, CLAIR JOSÉ BACKES, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor R\$ 198,04 cada, totalizando o valor de R\$ 396,08 (trezentos e noventa e seis reais e oito centavos), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 19 a 22 de Junho de 2016, com objetivos de levar pacientes para tratamento de saúde especializado da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de junho de dois mil e dezesseis.

Macon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

### PORTARIA 137/2016

PORTARIA Nº. 137/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal Sr. NERI ARNOLDO NEU, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor R\$ 938,58 cada, totalizando o valor de R\$ 3.754,32 (três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), para sua viagem à Florianópolis, no período de 20 a 23 de Junho de 2016, com objetivo de buscar recursos junto ao Governo de Estado, Deputados e demais repartições, para o Município de Tigrinhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

#### **PORTARIA 138/2016**

PORTARIA Nº. 138/2016.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O INSEMINADOR  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Inseminador Sr. VOLNEI ANORALINO DA SILVA, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 207,25 cada, totalizando o valor de R\$ 621,75 (seiscentos e vinte um reais e setenta cinco centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 21 a 23 de Junho de 2016, com objetivo do Curso de Procedimentos sobre cadastro e emissão de nota fiscal de Produtor Primário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

#### **PORTARIA 139/2016**

PORTARIA Nº. 139/2016.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O TÉCNICO EM  
AGROPECUÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Técnico em Agropecuária Sr. GILSON MARCIO NEU, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 234,84 cada, totalizando o valor de R\$ 704,52 (setecentos e quatro reais e cinquenta dois centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 21 a 23 de Junho de 2016, com objetivo do Curso de Procedimentos sobre cadastro e emissão de nota fiscal de Produtor Primário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

# Timbó

## PREFEITURA

### **ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO Nº 36 2016 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE 02 (PROPOSTA DE PREÇOS)

TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2016 - PMT

Às nove horas, do décimo sexto dia, do mês de junho de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Kelly Cristina Osti Kannenberg, designada pela Portaria nº 1989, de 01 de junho de 2016, para abertura do ENVELOPE 02 (Proposta de Preços), no processo licitatório Tomada de Preços nº 36/2016 – PMT, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope. Em prosseguimento, passou-se à abertura do envelope de Proposta de Preços, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos.

A Proposta apresentada pela empresa habilitada, Empreiteira de Mão de Obra VB LTDA EPP foi no valor de R\$ 110.999,99 (Cento e dez mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Na sequência a sessão foi suspensa para encaminhamento dos documentos ao Setor de Engenharia da Prefeitura, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI.

A empresa licitante atendeu as exigências do edital e conforme Parecer Técnico, em anexo, verificou-se que não apresentou erro nas planilhas.

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação da proposta e, declara-se vencedora a empresa Empreiteira de Mão de Obra VB LTDA EPP, no valor de R\$ 110.999,99 (Cento e dez mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intímese-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

KELLY C. OSTI KANNENBERG

Membro Substituta

### **AVISO ERRATA EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 06 2015 SAMAE - VIA D'ÁGUA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE ERRATA – EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

A Central de Licitações no uso de suas atribuições, informa que na publicação do Extrato de Primeiro Termo de Apostilamento à

Ata de Registro – 06.2015 SAMAE – Via d'Água, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 08/06/2016, Edição nº. 2011, páginas 535-536, constou informação incorreta relacionada à quantidade acrescida ao item 05. Portanto, onde lê-se “acrécimo de 05 unidades ao item 05 (CAP PVC junta soldável norma ABNT NBR 9821...25mm...)”, leia-se “acrécimo de 07 unidades ao item 05 (CAP PVC junta soldável norma ABNT NBR 9821...25mm...)”

TIMBÓ, 16/06/2016

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 6/2016 FMS

OBJETO: registro de preço para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 30 de junho de 2016. ABERTURA: dia 30 de junho de 2016 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBÓ (SC), 16/06/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

### **DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL-PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015**

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa ARAUJO & ARAUJO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 84/2015, especialmente no que tange a entrega de objeto fora do estabelecido no Edital. Conforme consta dos autos, a empresa pactuou com o Município que forneceria trator de mecanização agrícola novo conforme o Edital de Registro de Preço 84/2015, entregando ao Município, segundo a nota fiscal fornecida, trator agrícola, motor à diesel, 4x4, turbo, potência 100 cv, caixa de câmbio 12 marchas à frente e 12 à ré, sistema hidráulico, levante de 3.200kg, pneus dianteiros 12.4 - 24, traseiros 18.4-30, ambiente do operador plataforma, monobloco: RS81543BS16073X - série: 13G630031, fab/mod: 2013/2013, catálogo: 2499, cor: dive-diversas, modelo: Globalfarm 100, marca: Khun Montana.

Ocorre que, durante os trâmites do processo administrativo nº 01-PP 84/2015, instaurado para verificar a suposta existência de



irregularidades do trator junto à Base de Índice Nacional – BIN, a municipalidade constatou que o trator fornecido possuía descrição em sua nota fiscal ano/modelo 2013/2013.

Após tal constatação o Município de Timbó notificou a empresa para que, caso tal descrição se tratasse de erro de grafia que promovesse a retificação da nota, porém se não fosse o caso, que providenciasse a substituição do trator por um de ano/modelo 2015. Em resposta a notificação enviada, a empresa ARAUJO & ARAUJO COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA ME encaminhou contranotificação ao Município de Timbó declarando a ocorrência de erro material na nota fiscal:

Ante o exposto, a CONTRANOTIFICANTE esclarece primeiramente que entende-se por erro material aquele erro evidente, claro, reconhecido *primu ictu oculi*, consistente em equívocos materiais, como exemplo, mencionem-se os erros de grafia, de nome, valor, datas, etc. Em que pese haja constado no documento fiscal o ano/fabricação 2013/2013, conforme se fez mendaz na Notificação encaminhada por Vossa Senhoria, sendo que no documento de correção realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (em anexo), restou devidamente retificado ANO/FABRICAÇÃO 2015/2015.

Neste diapasão, há que se vislumbrar a ocorrência no caso em tela de erro de digitação no ato da emissão da Nota Fiscal, fato esse legalmente sanado perante a Fazenda Estadual do Estado do Paraná, mediante Carta de Correção em anexo à presente Contranotificação, levada a efeito perante a instituição fazendária competente cuja consulta de autenticidade pode-se se fazer nos sites oficiais: [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br) ou [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br), mediante fornecimento da seguinte chave de acesso: 4115 1207 3347 3800 0134 5500 1000 0010 0810 0001 0081.

Contudo, apesar da afirmação da notificada, o Município de Timbó consultou a empresa fabricante do trator KHUN-MONTANA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS S/A acerca do ano de fabricação da máquina fornecida, obtendo a seguinte declaração:

A empresa Kuhn-Montana Industria de Máquinas S/A, inscrita no CNPJ/MF: 01.186.305/0001-00 com sede sita a rua Francisco Dal Negro, 3400, Colônia Rio Grande, São José dos Pinhais/PR. Declara para os devidos fins que o Trator Agrícola GlobalFarm 100 Monobloco nº RS8154B516073X nº de série 13G6300031 seu ano de fabricação e modelo é 2013/2013, inclusive os dois primeiros números de série referem-se ao ano de produção.

Destarte o Município de Timbó enviou e-mail para a Notificada, requerendo a imediata substituição do veículo por outro com ano de fabricação/modelo 2015, a empresa respondeu que não o substituiria, afirmando que o veículo entregue atende cabalmente as exigências do Edital, oferecendo aditivo da garantia do maquinário no que diz respeito a eventuais defeitos de fabricação.

Assim, instaurou-se o presente processo administrativo, notificando a empresa para que substituisse o trator por outro de ano/modelo 2015 ou que devolvesse o valor pago pela municipalidade atualizado monetariamente, bem como que retirasse o veículo fornecido, informando que o descumprimento da notificação ensejará na aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/1993 e no Edital, bem como na adoção das medidas judiciais cabíveis.

Em sua contranotificação afirma a empresa que não vislumbra seu descumprimento ou inexecução do contrato ou do Edital, alegando que este último em momento algum se refere a trator ano 2015, alega que a municipalidade foi omissa quanto ao requisito ano do trator, reiterou ainda a intenção de conceder aditivo estendendo a garantia do maquinário. A empresa não menciona e nem justifica em sua contranotificação as contradições documentais apontadas na notificação e neste relatório.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado, constata-se que não há dúvidas acerca do descumprimento do pactuado tendo em vista que o trator entregue ao Município tem como ano/modelo 2013, estando sob análise a justificativa apresentada pela empresa para tanto, qual seja, de que não há

descumprimento, considerando sua alegação de que o Edital é omissa quanto ao ano do trator, bem como as contradições documentais apresentadas pela empresa.

Ao analisar o Edital de Pregão Presencial 84/2015 verifica-se que o mesmo tem por objetivo “receber proposta para o fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) trator de mecanização agrícola NOVO, especificado no Anexo I do edital, relacionado ao Contrato de Repasse nº 807340/2014, Processo nº 2622.1019860-06/2014, firmado com a União Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, representado pela Caixa Econômica Federal.”

Desta forma, considerando que o Edital de Pregão nº 84/2015 foi publicado na data de 08/10/2015, entende-se por novo o veículo que tenha por ano/modelo de fabricação o de 2015, ou seja, de pouco tempo de existência, de pouco tempo, recente, que acaba de ser feito, sendo assim, não se pode considerar um veículo de ano/modelo 2013 novo, posto que o mesmo atualmente já tem 3 (três) anos, não atendendo o especificado no Edital.

Tal fato é corroborado pelos orçamentos que serviram como base para o valor de referência, os quais, tomaram por base exclusivamente veículos de ano modelo 2015, consoante infere-se dos documentos de fls. 21 a 37 do processo administrativo.

Ressalta-se que, a empresa ARAUJO & ARAUJO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME apresentou interesse em discutir os termos do Edital somente após não obter êxito em sua tentativa de lograr o Município de Timbó, afirmando que o veículo era 2015/2015, inclusive com a modificação da nota fiscal!!.

Conforme exposto no relatório, o Município notificou a empresa para que corrigisse a nota fiscal, caso erro de grafia, ou substituisse o veículo caso realmente fosse um ano/modelo 2013, em sua resposta, em nenhum momento a empresa pôs em dúvida os termos do Edital, apenas retificou a nota fiscal, declarando o trator como ano/modelo 2015, mesmo sabendo não ser esse o caso, o que evidencia sua má-fé e a tentativa de fraudar a municipalidade. O artigo 96 da Lei 8.666/1993 dispõe a penalidade aplicável a quem tenta fraudar licitação em prejuízo da Fazenda Pública:

Art. 96. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I - elevando arbitrariamente os preços;

II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

III - entregando uma mercadoria por outra;

IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato:

Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

De acordo com o Tribunal Federal Regional da 4ª Região:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A LEI DE LICITAÇÕES. ART. 96, III, DA LEI 8.666/93. FRAUDE À LICITAÇÃO MEDIANTE ENTREGA DE MERCADORIA DIVERSA DA LICITADA. TIPICIDADE. MATERIALIDADE. AUTORIA E DOLO. COMPROVADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DPU. DESCABIMENTO. A entrega de mercadoria diversa da especificada no edital do pregão eletrônico, por parte da empresa vencedora, administrada pelos réus, constitui o crime de fraude à licitação, previsto no art. 96, III, da Lei nº 8.666/93. O delito inscrito no artigo 96, III da Lei nº 8.666/1993 tem como bem jurídico tutelado a moralidade administrativa, especialmente quanto aos princípios da competitividade e da isonomia. É crime de natureza formal que se perfectibiliza com a entrega de mercadoria diversa da licitada, independentemente da demonstração de prejuízo à administração. Materialidade, autoria e dolo comprovados, especialmente, pelo laudo pericial, prova testemunhal e interrogatórios dos réus, que demonstraram que o produto entregue pela empresa vencedora, administrada pelos réus,

não corresponde ao produto que foi licitado (...) (TRF-4 - ACR: 50234495020104047000 PR 5023449-50.2010.404.7000, Relator: JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR, Data de Julgamento: 17/12/2013, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/12/2013)

Pode-se verificar no julgado apresentado que ao entregar mercadoria diversa do especificado configura crime de fraude à licitação, tipificado no artigo 96, inciso III da Lei nº 8.666/1993.

Ademais, tem-se que a Notificada ao alterar a informação da nota fiscal por outra que sabia ser falsa cometeu crime contra a ordem tributária, conforme a inteligência do artigo 1º da Lei nº 8.137/1990:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

Diante do exposto, considerando que a empresa descumpriu o pactuado com o Município entregando veículo diverso do licitado; buscando pelo cumprimento correto das obrigações previstas no Edital, determina-se:

a) que a empresa ARAUJO & ARAUJO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME promova a imediata substituição do trator agrícola monobloco RS81543BS16073X e nº de série 13G630031 por outro de ano/modelo 2015 no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

b) a aplicação da penalidade de multa no percentual de 20% sobre o valor do contrato, à empresa ARAUJO & ARAUJO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME, conforme o disposto no item 14.1, alínea "c" do Edital e artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, resultando na importância de R\$ 19.788,00 (dezenove mil setecentos e novecentos e oito reais) destaca-se que o não pagamento da multa aplicada poderá ensejar na inscrição da empresa em dívida ativa e eventual cobrança judicial;

c) a suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal pelo período de 02 (dois) anos, conforme o disposto no item 14.1, alínea "d" do Edital e artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

d) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;

e) a inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

f) o encaminhamento de toda a documentação referente ao contrato administrativo nº 2015/129 ao Ministério Público a fim de que este apure possíveis irregularidades cometidas pela Notificada ao alterar a informação apresentada na nota fiscal nº 1008.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 16 de junho de 2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário do Desenvolvimento Econômico

## RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 37 2016 PMT - EXECUÇÃO DE PROJETO TÉCNICO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 37/2016 - PMT  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Tomada de Preço nº 37/2016 PMT, que objetiva a contratação de serviços especializados para execução do projeto técnico de trabalho técnico social - PTTS, do Programa Minha Casa Minha Vida, empreendimento Araponguinhas I, convênio nº 0407821-44 e Araponguinhas II, convênio nº 041089827, localizado na Rua Bruno Reinicke, s/n, Bairro Araponguinhas, Timbó - SC, sofreu alterações na descrição que se refere à qualificação técnica.

Retifica-se o subitem 7.1.6, letra a, conforme segue:

Onde se lê:

"7.1.6 - Quanto à Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos junto aos Conselhos de Classes correspondentes, quais sejam: Conselho Regional de Serviço Social - CRES e Conselho Regional de Psicologia;"

Leia-se:

"7.1.6 - Quanto à Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho de Classe relativo à sua atividade preponderante, bem como seus profissionais dos respectivos conselhos."

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 20/07/2016 as 09h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 09h10min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbó/SC, 16 de junho de 2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Assistência Social



# Três Barras

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 22/2016  
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal em vigor e em conformidade com o edital do Concurso Público nº 02/2015, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO para provimento do quadro de pessoal efetivo do Município, conforme resultado final do Concurso Público.

Os convocados deverão comparecer durante o período de 17 de junho a 30 de junho de 2016 das 13:30 horas às 17:00 horas na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, situada na Rua Lumber, s/nº, Centro, Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos constantes no item 12.2.1 do Edital do Concurso Público nº 02/2015.

O não comparecimento do candidato no local e data acima designadas acarretará na renúncia tácita ao direito de ingresso no serviço público.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 15 de junho de 2016.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

#### ANEXO I

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS  
Classificação Candidato  
44 ELIANE APARECIDA ANTONOVICZ  
45 VALQUIRIA APARECIDA RIBAS CUCO  
46 LUCIMARI CARLOS DE MARIA  
47 ELLI LEONILDA BEIJE BURZI  
48 ANDREIA MEYER ADUR  
49 JOELMA PAZDA  
50 MARI ELIANI KAROLESKI  
51 ADRIANA ALVES GODOY  
52 JÉSSICA PAOLA PIAUNOSKI AUGUSTYNIAC  
53 ALICE THIETDKE

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2016  
Vigência: 02/06/2016 à 01/08/2016  
Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.  
Contratado: JRD – A CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 05.978.834/0001-90.  
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para a recuperação asfáltico em trechos da Avenida Rigesa, no Município de Três Barras – SC, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais documentos constantes no anexo VIII, parte integrante e inseparável do Procedimento Licitatório nº 56/2016.  
Valor Total: R\$ 240.041,85 (duzentos e quarenta mil e quarenta e hum reais e oitenta e cinco centavos).

ELOI JOSE QUEGE  
PREFEITO MUNICIPAL  
Três Barras - SC, 16 de junho de 2016.

### PORTARIA Nº. 426 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 426 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora JANE LUCIA MARQUES DOS ANJOS GALOTTI, matrícula 2038.00, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, nomeada em 01 de março de 1985, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.  
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de junho de 2016.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### PORTARIA Nº. 429 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 429 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora CLEIDE DE FATIMA JONKO BUENO, matrícula 2534.18, cargo Professor, 100:00 mês, do quadro de funcionários em estágio probatório desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 01/06/2016, e encaminhado ao INSS no dia 15/06/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de junho de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 430 DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 430 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ANDREA MONCHALOVSKI, matrícula 133310.02, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 200:00 horas mensais, quadro de funcionários efetivos desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 120 (Cento e vinte) dias de licença maternidade; mais 60 (sessenta) dias para amamentação, totalizando 180 (cento e oitenta) dias. A contar o atestado de 07/06/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 432 DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 432 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a senhora ROSELI ULTHES, matrícula 171646.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 433 DE 09 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 433 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o Senhor DANIEL DA CRUZ JUNIOR, matrícula 168769.02, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO, PC 01, Quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Habitação deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO PREGÃO 18.2016 FMSAÚDE

DECISÃO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016

PROCESSO DE COMPRA Nº. 24/2016

Recurso apresentado pela empresa BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP nos autos do Pregão Presencial nº. 18/2016 contra decisão de habilitação e classificação da empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA.

#### 1 – Da admissibilidade do recurso

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestiva, a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma da decisão recorrida.

A Lei nº. 10.520/04, em seu art. 4º, assim disciplinou:

Art. 4. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

O edital do certame também prevê em seu item 8.1 e 8.2 que:

8.1. Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

Na ata da sessão pública realizada em 10/06/2016 consta a apresentação do interesse em recorrer da empresa BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP, tendo sido apresentada as razões do recurso dentro do prazo legal.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação do julgamento, para a inabilitação da empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA.

Contrarrazões apresentadas tempestivamente, pela empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA.

#### 2 – Do mérito do recurso:

A recorrente pretende, através de seu recurso inabilitar a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA e ser declarada vencedora do item 3 do edital. Argumenta que a empresa recorrida não apresentou registro na ANVISA para o item 3 (cadeira odontológica) bem como o referido item (cadeira odontológica) cotado pela recorrida

não apresentava 5 (cinco) terminais, na forma especificada no edital.

Por sua vez, em contrarrazões a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA argumentou que o item 3 do edital (cadeira odontológica) que ofertou está em total conformidade com o descritivo solicitado no edital e que o equipamento possui os solicitados 5 (cinco) terminais, já com relação ao registro na ANVISA sustentou que o edital não solicitava tal exigência.

Pois bem.

De fato o edital do certame não exigia qualificação técnica para o item 3 da licitação (cadeira odontológica), como por exemplo que haveria de apresentar registro na ANVISA.

Nota-se, portanto, que nesse ponto entende-se, que para o item 3 da licitação haveria de ser exigido das empresas participantes a apresentação do referido registro junto

ao órgão competente (ANVISA), dada a natureza e utilidade do produto licitado e descrito no item 3 do edital, ou seja, haveria o edital de exigir qualificação técnica para o referido item.

Sendo assim, por um lado, se acatado o recurso interposto pela empresa BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP, e consequentemente tornando-a vencedora para entrega do item 3 (cadeira odontológica), a municipalidade não estaria garantida de que quando da entrega do produto o mesmo atenderia a todas as exigências, bem como se teria o devido registro junto a ANVISA.

Da mesma forma, caso não acatado o recurso e mantida a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA vencedora do item 3 (cadeira odontológica), não teria a municipalidade a garantia de que o produto a ser entregue estaria cumprindo a todas essas exigências exigidas pela ANVISA.

Isso porque, como o edital de licitação não previu qualificação técnica para o referido item 3 (cadeira odontológica) não haveria a possibilidade de exigir do vencedor, independente de qual fosse (empresa recorrente ou empresa recorrida), a apresentação do competente registro na ANVISA quando da entrega do produto.

Por outro lado, é sabido que antes da adjudicação há apenas mera expectativa de direito, inexistindo aos licitantes direito líquido e certo à contratação, não havendo óbice à revogação da licitação ou de itens do edital. E, no presente caso, pendente ainda está o certame de homologação e adjudicação.

Sendo assim, primando pelo interesse público, de não acabar por adquirir um produto que não cumpra com todas as exigências legais e sanitárias, como é o caso da cadeira odontológica, o mais correto é a revogação do item 3 do certame para que posteriormente seja objeto de nova licitação, oportunidade em que o edital haverá de solicitar das empresas participantes a qualificação técnica para o item, para que, dessa forma a municipalidade, através do Fundo Municipal da Saúde esteja garantida de que estará adquirindo um produto dentro das especificações necessárias e que esteja cumprindo com todas as exigências ditadas pelos órgãos administrativos competentes.

Nesse sentido, vale citar o que ensina Odete Medauar: "Depois de classificadas as propostas e listadas, da primeira em diante, conforme o critério de julgamento adotado, os autos devem ser remetidos à autoridade superior competente. [...] Nessa fase, a autoridade superior competente examina todos os elementos dos

autos, podendo, a partir daí, adotar uma das seguintes decisões: a) anuência a todos os elementos dos autos, homologando a licitação e, portanto, aceitando a classificação apresentada pela comissão, se houver; b) a determinação de retornar os autos ou retificação de lapsos; c) anulação do processo no todo ou em parte, se verificar a ocorrência de ilegalidade; d) revogação da licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente comprovado, suficiente para justificar tal conduta" (Odete Medauar. Direito Administrativo Moderno, São Paulo, RT, 1996, pág. 221). Grifei.

Denota-se, portanto, que o interesse público e a conveniência administrativa em revogar o item 3 do certame (cadeira odontológica) se justifica para que a municipalidade possa adquirir o referido produto oportunamente através de certame onde o edital exija a qualificação técnica pertinente.

### 3 – Da decisão:

Diante do exposto, declara-se revogado o item 3 do Anexo I do certame (cadeira odontológica), que haverá de ser objeto de futuro certame, no qual o edital haverá de indicar a qualificação técnica pertinente para o produto.

Por consequência, considera-se prejudicado o recurso apresentado pela empresa BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP, diante da revogação do item 3 do Anexo I do edital, que foi objeto do maneado recurso.

Importante destacar que esta decisão não vincula-se à decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática com base naquilo que foi carreado no certame, fornecendo subsídios a autoridade administrativa superior a quem cabe a análise desta e a decisão.

Por fim, encaminha-se a presente decisão ao gestor do Fundo Municipal da Saúde para sua apreciação final, devendo dar ciência as empresas recorrente e recorrida.

É o que decidimos.

Tunápolis – SC, 16 de junho de 2016.

Comissão de Licitações:

IVETE ORTH

Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tunápolis

JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN

Membro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tunápolis

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Tunápolis

DESPACHO:

DECISÃO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016

PROCESSO DE COMPRA Nº. 24/2016

RATIFICO nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei nº. 8.666/93 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Por fim, para ciência das empresas recorrente e recorrida.

Tunápolis – SC, 16 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERRE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 01/2016

O Município de Tunápolis, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA COM RECURSOS VINCULADOS DO PROGRAMA DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO(FAN).

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até 9:00 horas, do dia 04/07/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122 e/ou (49) 9136-5329.

TUNÁPOLIS, SC., 16/06/2016.

Bruno José Heberle.

Gestor do Fundo

# Turvo

## PREFEITURA

### CONTRATO 49/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 29/2016  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 29/2016  
CONTRATO N.º 49/2016  
CONTRATADO: NELSON ALVES DA SILVA ME  
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM TRECHOS DAS RUAS  
FREI GREGÓRIO DAL MONT E RUA RÔMULO PESCADOR  
VALOR: R\$ 248.266,55  
VIGÊNCIA: 15/6/16 A 12/12/16

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 176/2016

PORTARIA Nº 176/16, de 10 de Junho de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença resolve,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 12 de Setembro de 2016 a contratação da servidora DAIANA MOSER CPF nº 051.389.559-00, matrícula nº 3377, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 177/2016

PORTARIA Nº 177/16, de 13 de Junho de 2016.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora KELLY DE OLIVEIRA TOMÉ FARIAS, CPF nº 048.482.279-92, matrícula nº 1431, exercendo o Cargo em Caráter Efetivo de Fiscal de Tributos, no período de 16 de Junho de 2016 a 13 de Outubro de 2016.

### PORTARIA 178/2016

PORTARIA Nº 178/16, de 13 de Junho de 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Roberto Carlos Patel, Nestor Reco e Augusto Gabriel Simon, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a avaliar a regularidade da execução do Contrato/PMT nº. 107/2010; Contrato/PMT nº. 60/2013; Contrato/PMT nº. 90/2014 e Contrato/PMT nº. 95/2014.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **EDITAL PL 52 2016 PMU TP 16 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

#### **AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2016/PMU**

Aquisição de material e serviços de iluminação pública referentes a revitalização da Praça Anita Garibaldi em Urussanga/SC. Recursos oriundos do Termo de Convênio nº 2016TR0000896, Governo do Estado de SC. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 04/07/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 do dia 04/07/2016. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência. Outras informações no e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

José Vicente Canonica\_Presidente CPL Urussanga, 16/06/2016

### **EDITAL PL 53 2016 PMU TP 17 /2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

#### **AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2016/PMU**

Objeto: Aquisição de material e serviços para pavimentação com lajotas da Travessa Milano, com recursos oriundos do Convênio com o Estado de SC – Fundo Social – Proposta nº 17911. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 05/07/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 do dia 05/07/2016. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência. Outras informações no e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

José Vicente Canonica\_Presidente CPL Urussanga, 16/06/2016



# Vargeão

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÃO 003/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA - CMDCA VARGEÃO -SC** CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA - CMDCA VARGEÃO -SC

#### RESOLUÇÃO 003/2016

Aprova a construção do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE VARGEÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.538/2013, e:

Considerando o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

Considerando o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Considerando que a elaboração do plano municipal decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

Considerando que no Art. 2º da Resolução 171/2014 do CONANDA que define que o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá criar Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Considerando as deliberações do COMDCA em Assembleia Ordinária, realizada Dia 16 de março de 2016, resolve:

Art. 1º - Aprovar a construção/elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 16 de junho de 2016.

Presidente do CMDCA

Lenice de Matos Lando

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/2016 - EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA HORAS DE RETROESCAVADEIRA**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 51/2016

#### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2016**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA, A SEREM PRESTADOS DE FORMA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O SURGIMENTO DA NECESSIDADE DE APOIO DO REFERIDO EQUIPAMENTO NOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DO DMER, A RETROESCAVADEIRA DEVERÁ TER UMA DIMENSÃO MÍNIMA DE 8.500 KG. NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2016.

**OBS:** O equipamento deverá ser disponibilizado em prazo imediato após emissão de requisição por parte do setor competente da prefeitura, sendo que o serviço deverá ser executado nas diversas localidades do território municipal.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 29 de junho de 2016, às 08:30 hrs.

**LOCAL:** Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 16 de junho de 2016.  
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2016 - ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 52/2016

#### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2016**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 01 (UM) ÁRBITRO, E 02 (DOIS) AUXILIARES PARA APITAR O CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO 2016, DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS", conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo II deste Edital.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 em 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 29/06/2016 às 10:00 hrs.

**LOCAL:** Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 16 de junho de 2016  
LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO Nº. 002/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 46/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS - SC  
Tomada de Preços nº. 46/2016

RETIFICAÇÃO 002/2016  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, a PRESENTE RETIFICAÇÃO:

**Alteração 01:**

Onde se lê:

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 46/2016**

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fabricação e fornecimento de Estrutura metálica e serviços de montagem para cobertura de obra existente com área de 1575 m², no centro de Vidal Ramos. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a

Prefeitura – Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2016, devem do ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2016, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Leia-se:

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 46/2016**

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fabricação e fornecimento de Estrutura metálica e serviços de montagem para cobertura de obra existente com área de 1575 m², no centro de Vidal Ramos. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a

Prefeitura – Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 14:30 horas do dia 04 de julho de 2016, devem do ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14:30 horas do dia 04 de julho de 2016, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

**Alteração 02:**

Onde se lê:

**6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.**

6.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatível com o objeto deste edital;

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.2.3. Certidão Negativa quanto a Fazenda Nacional e à Dívida Ativa da União com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.5. Certidão Negativa com a Fazenda Municipal, da sede da proponente com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.2.9. Certidão Negativa de Títulos e protestos autenticada em cartório.

Leia-se:

**6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.**

6.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatível com o objeto deste edital;

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.2.3. Certidão Negativa quanto a Fazenda Nacional e à Dívida Ativa da União com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.5. Certidão Negativa com a Fazenda Municipal, da sede da proponente com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com validade na data de entrega dos envelopes;

6.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Demais itens ficam ratificados.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 16 de junho de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ATA Nº 007/15 COMAD

ATA 007/2016-COMAD – Aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale do Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque, 99, nesse Município de Videira - SC, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD com a seguinte pauta: 1. Recibo da compra do Logo do COMAD e doações para patrocínio; 2. Capacitação realizada em Fraiburgo; 3. Ofício encaminhado pelo CAPS; 4. Regulamento do concurso de frases para o COMAD; 5. Andamento da Comissão de atualização do Regimento Interno; 6. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada a palavra à Presidente do COMAD, Sra. Jociane de Oliveira Dutra, tratando-se do recibo da compra do Logo do COMAD e doações dos Conselheiros para patrocínio, reiterou-se que se trata de excepcionalidade, que o valor é espontâneo e que poderá ser entregue à Presidente ao final da Reunião. Em seguida à pauta, acerca do “Encontro de COMAD’s”, realizado em Fraiburgo, a Sra. Presidente e o Conselheiro Francisco repassaram informações acerca dos trabalhos realizados pelos Conselhos da região, os quais também iniciaram seus trabalhos recentemente. Informou-se que o CONEN se disponibilizou para Capacitação e que, por ocasião desse Encontro, definiu-se que a capacitação acontecerá em Videira e será para todos os COMAD’s da região, no mês de agosto. Tão logo sejam repassadas mais informações, pelo COMAD de Fraiburgo, os Conselheiros serão comunicados. Após, apresentou-se ao Conselho o Ofício encaminhado pelo CAPS, o qual trata da resposta do ofício que solicitou os dados das famílias residentes no Bairro Amarante e que são atendidas pelo CAPS. O Ofício informa de cerca 30 (trinta) casos. O Conselho reiterou, conforme já afirmado nas últimas reuniões, que é necessária a participação de representante do CAPS no COMAD. Em sequência, quanto ao Regulamento do concurso de frases para o COMAD, definiu-se que deverá ser buscada, com auxílio do Conselheiro Francisco, parceria junto à UNOESC para realização e com a Comunidade para patrocínio da premiação. Após, tratando-se do andamento dos trabalhos da comissão responsável pela atualização do Regimento Interno, informou-se ao Conselho que haverá apresentação de parecer nas próximas reuniões. Encerradas as discussões, às 14h25min, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Reiterou-se, conforme o cronograma, que a próxima reunião do Conselho será na data de 05 de julho de 2016. Registre-se que a Conselheira Ieda se ausentou da reunião às 14h e os Conselheiros Célio e Marilês, às 14h15min. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Jociane de Oliveira Dutra \_\_\_\_\_, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a competente aprovação da redação, assino esta Ata.

### ATA Nº 017/15

ATA 017/2016-CMS – Aos dois dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às 19h, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale do Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque, 99, nesse Município, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Saúde com seguinte pauta: 1. Posse; 2. Apresentação do Estratégia Saúde da Família (ESF) - Vila Verde; e, 3. Solicitação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para credenciamento de cirurgia plástica reparadora de queimados e credenciamento de cirurgias eletivas de alta complexidade em

ortopedia. Instalado o quórum, conforme o art. 4º, do Regimento Interno, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, foi realizada a leitura da Ata 016/2016/CMS, a qual foi aprovada, sem ressalvas. Repassada, então, a palavra à Presidente do CMS, Sra. Maria Eneida Furlin Dresch, tratando-se da posse do novo Conselho, conforme a nomeação pelo Decreto 12.966/2016, houve a formalização da posse e a apresentação de cada Conselheiro. A Sra. Presidente repassou informações acerca do funcionamento do Conselho, definindo-se em plenário pela continuidade do cronograma de reuniões já estabelecido, e desejou boas-vindas aos novos Conselheiros do CMS. Em sequência à pauta, houve apresentação pela servidora Letícia, da Secretaria Municipal de Saúde, do Programa de Atenção Básica que é desenvolvido no Município. Após, acerca da Apresentação do ESF Vila Verde, com os servidores Dr. Gerson, Dr. Paulo, Dra. Michele e Jussara, ocorreu a apresentação do funcionamento do ESF, com os programas e procedimentos desenvolvidos. Em seguida, no que se refere à Solicitação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para seu credenciamento para cirurgias eletivas de alta complexidade em ortopedia a serem realizadas pelo SUS, houve a apresentação do pedido aos Conselheiros e a cientificação de que, em razão do pedido ser anterior à reunião, ocorreu o deferimento do pedido ad referendum pela Presidência. O conselho analisou o pedido e, em unanimidade, aprovou a solicitação. De igual forma, acerca do pedido do Hospital para credenciamento para cirurgia plástica reparadora de queimados a serem realizadas pelo SUS, com a apresentação do pedido pelo Sr. Flamarion da Silva Lucas e pelo Dr. Alexandre Zarpelon, com as devidas discussões, houve a aprovação, em unanimidade, pelo CMS. Encerradas as discussões, às 21h20min, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos e reiterou as boas-vindas aos novos Conselheiros. Cientificou-se ao Conselho que a próxima reunião do colegiado será na data de 30/06/2016 e que esta Ata, em razão do horário, será apresentada e colocada para aprovação, em lista própria de assinaturas, na próxima reunião. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Maria Eneida Furlin Dresch \_\_\_\_\_, Presidente do CMS, após a leitura e a competente aprovação da redação, assino esta Ata.

### ATA Nº 220/15 CMAS

ATA 220-2016/CMAS – Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira - Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para reunião ordinária com a seguinte pauta: 1. Informações sobre o Programa Bolsa Família; 2. Apreciação do Plano de Ação; 3. Cofinanciamento Estadual; 4. Andamento dos trabalhos das Comissões: 4.1. Parecer acerca da atualização do regimento interno (Comissão nomeada pela Resolução 008/2016-CMAS); 4.2. Andamento da análise da documentação das entidades inscritas no CMAS (Comissão de Normas e Regulamentação); 5. Data para a realização de audiência pública para apresentação das entidades inscritas no Conselho e para escolha dos novos representantes dessas entidades e de usuários no CMAS (nova composição); 6. Data para realização de fórum com os trabalhadores do SUAS para eleição de seus representantes no CMAS (nova composição); e, 7. Assuntos Gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Conforme definido na reunião anterior, houve a leitura da Ata 219/2016-CMAS, a qual foi aprovada, sem



ressalvas, conforme a lista de assinaturas. Após, o Presidente do CMAS, Sr. Ademar Gaedke, tratando-se das informações acerca do programa bolsa família, cientificou ao Conselho que a lista de beneficiários é pública e que, a fim de que seja possibilitada maior divulgação, deverá ser afixada cópia em local público e ser criado link junto ao site da Prefeitura. Em sequência à pauta, com a apreciação do Plano de Ação, houve a aprovação em unanimidade pelos Conselheiros presentes. Em seguida, tratando-se do Cofinanciamento Estadual para a Proteção Básica, também com a apreciação pelo Conselho do valor de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil e quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos), houve a aprovação em unanimidade pelos presentes. Acerca do andamento dos trabalhos da Comissão de atualização do regimento interno, apresentou-se ao Conselho o Parecer 001/2016, o qual foi aprovado e, tão logo ocorra a nomeação do CMAS como Instância de Controle do Programa Bolsa Família, deverá ser encaminhado à Administração Municipal. Sobre o andamento da Comissão Permanente de Normas e Regulação com a análise da documentação das entidades inscritas no CMAS, apresentou-se o relatório de reunião (004/2016) e o Parecer 002/2016, o qual sugere a manutenção da inscrição da Entidade Sorria Criança e foi aprovado, em unanimidade, pelo CMAS. O parecer da Comissão em relação às demais Entidades inscritas será apresentado nas próximas reuniões. Em sequência à pauta, quanto à data para a realização de audiência pública para apresentação das entidades inscritas no Conselho, oportunidade na qual também ocorrerá a escolha dos novos representantes dessas entidades e de usuários para a nova composição do CMAS, o Conselho definiu a data de 29/06/2016, às 14h, nas dependências do CEVI. Acerca da data para realização de fórum com os trabalhadores do SUAS para eleição de seus representantes para a nova composição do CMAS, definiu-se a data de 07/07/2016, às 16h, também nas dependências do CEVI. Ao final, apresentou-se ao Conselho, o orçamento previsto para o ano de 2017, o qual foi apreciado pelo Conselho. Encerradas as discussões, às 16h, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Reiterou-se que próxima reunião ordinária do Conselho acontecerá em 14/07/2016. Registre-se que as Conselheiras Helma e Jaqueline ausentaram-se da reunião às 15h45min, anotando-se que concordam com a aprovações tratadas nessa Ata, e que participou da reunião a Sra. Eliana Quartiero, psicóloga e professora, do IFC Campus Videira. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Ademar Gaedke \_\_\_\_\_, Presidente do CMAS, após a leitura e a competente aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

### DECRETO Nº 13.043/16

DECRETO Nº 13.043/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	
01 – Planejamento e Urbanismo	
2.030 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0306 – Aplicações Diretas	46.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	46.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro de 2015 do respectivo recurso vinculado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0004/16

Extrato do Termo Aditivo de Retificação ao Contrato n. 0004/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA APARECIDA DOS SANTOS VIRGUTZ

CPF: 088.130.699-10

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora HELENICE MARIA BASEGGIO PELIN, que se encontra em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica, pela Equipe da Limpeza" para: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 14 de setembro de 2016, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria nº 0435/16 e mais 01 (um) mês, referente à estabilidade da funcionária até 5º (quinto) mês após o parto".

VIGÊNCIA: de 25 de janeiro de 2016 até 14 de outubro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0008/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0008/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANA ALVES

CPF: 005.460.439-76

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0026/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0026/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCELÉIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA

CPF: 042.760.329-38

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 22 de agosto de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0084/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0084/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE BAZEI FRANCISCATTO

CPF: 656.155.229-68

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0107/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0107/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA ELAINE GRANDO GONÇALVES

CPF: 081.044.139-02

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0109/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0109/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUELE ALVES DE LIMA MARASCHIM

CPF: 071.505.239-00

VIGÊNCIA: de 22 de fevereiro de 2016 até 31 de maio de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0109/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0109/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUELE ALVES DE LIMA MARASCHIM

CPF: 071.505.239-00

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora ROSANGELA OSMARIN, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo até que o candidato aprovado seja convocado no concurso em vigor e sua efetiva entrada em exercício, devido à aposentadoria da servidora ROSANGELA OSMARIN".

VIGÊNCIA: de 22 de fevereiro de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0135/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0135/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE APARECIDA BRESSAN

CPF: 006.600.799-25

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0164/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0164/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA BRESCHIANI

CPF: 023.329.109-13

VIGÊNCIA: de 23 de março de 2016 até 05 de julho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0164/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0164/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA BRESCHIANI

CPF: 023.329.109-13

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição da servidora ROSANGELA OSMARIN que se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "em substituição da servidora NEIVA DE FATIMA DEICKE que se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".

VIGÊNCIA: de 23 de março de 2016 até 07 de maio de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0183/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0183/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOELMA ADRIANA DE JESUS

CPF: 693.350.529-49

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2016 até 16 de agosto de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0245/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0245/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA PEREIRA MONTEBLANCO

CPF: 011.190.180-48

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora ELIANE CORREA DA ROCHA, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo até que o candidato aprovado seja convocado no concurso em vigor e sua efetiva entrada em exercício, devido à aposentadoria da servidora ELIANE CORREA DA ROCHA".

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2016 até 30 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0442/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0442/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SIRLEI THIBES

CPF: 425.780.519-68

VIGÊNCIA: de 23 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 61/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MASSA ASFÁLTICA (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS RUAS, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS EXISTENTES, POR MEIO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 12/07/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 16 de junho 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### **RESOLUÇÃO Nº 007/16 CMS**

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/CMS.

Dispõe sobre a aprovação do pedido de habilitação do Hospital Salmatoriano Divino Salvador para o procedimento de cirurgia eletiva de alta complexidade em ortopedia a ser realizado pelo SUS.



O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1º. APROVAR, sob a ata nº 017/2016-CMS, de 02 de junho de 2016, o pedido de habilitação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para o procedimento de cirurgia eletiva de alta complexidade em ortopedia a ser realizado pelo SUS.

2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de junho de 2016.  
Maria Eneida Furlin Dresch  
Presidente do CMS

### **RESOLUÇÃO Nº 008/16** RESOLUÇÃO Nº 008/2016/CMS.

Dispõe sobre a aprovação do pedido de habilitação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para o procedimento de cirurgia plástica reparadora de queimados a ser realizado pelo SUS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1º. APROVAR, sob a ata nº 017/2016-CMS, de 02 de junho de 2016, o pedido de habilitação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para o procedimento de cirurgia plástica reparadora de queimados a ser realizado pelo SUS.

2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de junho de 2016.  
Maria Eneida Furlin Dresch  
Presidente do CMS

### **RESOLUÇÃO Nº 014/16** RESOLUÇÃO Nº 014/2016-CMAS.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para cofinanciamento do governo federal para o sistema único da assistência social no ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 220/2016/CMAS, de 09 de junho de 2016, o Plano de Ação para cofinanciamento do governo federal para o sistema único da assistência social no ano de 2016 (anexo).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira - SC, 10 de junho de 2016.  
Ademar Gaedke  
Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 015/16** RESOLUÇÃO Nº 015/2016-CMAS.

Dispõe sobre a aprovação do Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 220/2016/CMAS, de 09 de junho de 2016, o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil e quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos), referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano (anexo).

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo Município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira - SC, 10 de junho de 2016.  
Ademar Gaedke  
Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 016/16** RESOLUÇÃO Nº 016/2016-CMAS.

Dispõe sobre o acolhimento do Parecer da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC e sobre a manutenção da inscrição da Associação Sorria Criança (ASCRI) no Conselho.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - ACOLHER, em sua integralidade, o Parecer 002/2016 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC, conforme o anexo, e MANTER, nos termos da Ata 220/2016/CMAS, de 09 de junho de 2016, a inscrição da Associação Sorria Criança (ASCRI) no Conselho.

Art. 2º - Cientifique-se à Entidade.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira - SC, 10 de junho de 2016.  
Ademar Gaedke  
Presidente do CMAS

**PARECER 002/2016/COMISSÃO DE NORMAS E REGULAMENTAÇÃO DO CMAS AVALIAÇÃO ANUAL DA INSCRIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA NO CMAS**

A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Videira - SC, no uso de suas atribuições legais, conforme o Regimento

Interno do Conselho e o que dispõe a Resolução 016/2011/CMAS, em seu art. 14, apresenta seu Parecer em relação à avaliação anual da inscrição da Associação Sorria Criança no CMAS.

Trata-se da avaliação anual da inscrição da Associação Sorria Criança no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Videira. Recebida a documentação (Ata 218/2016/CMAS), em reunião realizada no dia 06-06-2016, esta Comissão entendeu por acolher a documentação apresentada pela Entidade, eis que pautada nas exigências legais, com arrimo na legislação vigente, especialmente nos arts. 3º e 14, da Resolução 016/2011-CMAS:

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

[...]

III - elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
  - e.1) público alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recursos financeiros a serem utilizados (alterado pela Resolução CNAS nº 10/2011);
  - e.4) recursos humanos envolvidos;
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:
  - e.1) público alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recurso financeiro utilizado;
  - e.4) recursos humanos envolvidos.
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Art. 14. As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao CMAS:

I - plano de ação do corrente ano;

II- relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Ademais, nos termos da alteração trazida pela Resolução 026/2014-CMAS, a documentação se encontra assinada e rubricada por profissional de Assistência Social inscrito no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

Ante o exposto, sugere-se pela manutenção da inscrição da Associação Sorria Criança no CMAS e, além disso, que seja possibilitada maior aproximação entre as Secretarias Municipais e a Associação.

Esse é o Parecer da Comissão de Normas e Regulamentação do CMAS para avaliação anual da inscrição da Associação Sorria Criança. Encaminha-se ao plenário do Conselho para deliberação.

ADEMAR GAEDKE  
Presidente do CMAS

FRANCIELI AP. VIZOLLI DE SOUZA  
Membro da Comissão

HELMA DE MARTINE  
Membro da Comissão

NEUSA PRIAMO  
Membro da Comissão

Videira-SC, 09 de junho de 2016.

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2016-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a PERMISSÃO DE USO ONEROSO, PARA EXPLORAÇÃO DE BENS/ ESPAÇOS PÚBLICOS DIVERSOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009 E SUAS ALTERAÇÕES, restando vencedoras as empresas Lanchonete Dois Trevos Ltda-ME no item 01 com valor mensal de R\$ 1.530,00 ; Ivone Terezinha Santin no item 02 com valor mensal de R\$ 343,00; Transportes Garra Ltda ME no item 03 com valor mensal de R\$ 345,00; Angel Confeccões e Presentes Ltda no item 04 com valor mensal de R\$ 240,00; Reunidas Turismo S.A nos itens 05 com valor mensal de R\$ 328,00 e 06 com valor mensal de R\$ 328,00; Auto Viação Catarinense no item 07 com valor mensal de R\$ 328,00; Formigão Lanches Ltda no item 09 com valor mensal de R\$ 657,00; Alceu de Souza Campos MEI no item 10 com valor mensal de R\$ 220,00; Nelson Pelentir MEI nos itens 11 com valor mensal de R\$ 325,00 e 13 com valor mensal de R\$ 625,00 e Astral Bar e Lanchonete Ltda – ME no item 12 com valor mensal de R\$ 389,00. Os representantes das empresas participantes presentes desistiram expressamente do prazo recursal contra o julgamento das propostas.

Videira, 16 de Junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 05/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO NO HORTO FLORESTAL (PROGRAMA S.O.S. NASCENTES), COM ÁREA TOTAL: 240,00 M², PELAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PLANEJAMENTO, restando vencedora a empresa Matheus Spricigo EPP vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 181.725,15 (cento e oitenta e um mil setecentos e vinte e cinco reais e quinze centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 16 de junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 007/2016 FMS

Processo de Licitação 007/2016 FMS

Modalidade: Pregão 007/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO ATRAVES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000561, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h00min, do dia 29 de junho de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 17 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

### LEI Nº 0956

Lei Nº 0956, de 16 de junho de 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.015.1016 – Pavimentação de Ruas

44000000 – Investimentos

44900000 – Aplicações Diretas

0.16455 – Transf. de Convênios do Estado – Outros ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos de termos de convênio, celebrado com o Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 – Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3900 – Fundo Especial de Petróleo ..... R\$ 9.500,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.015.1016 – Pavimentação de Ruas

44000000 – Investimentos

44900000 – Aplicações Diretas

0.1.3900 – Fundo Especial de Petróleo ..... R\$ 9.500,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 16 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2016

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0098/2016 – Dispensa de Licitação nº 0022/2016

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal da Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Aquisição de peças e mão de obra para o conserto do veículo da Secretária da Saúde de placa MDS 2671, usado para o transporte de pacientes em tratamento fora de domicílio, no valor de R\$ 5.117,00 (cinco mil cento e dezessete reais), com a Empresa Hensel Veiculos LTDA ME, CNPJ 80.666.340/0001-95. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II Xanxerê/SC, 15/06/2016. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 088/2016

DECRETO Nº AJG 088/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.0201.04.122.0401.2020 – Manutenção das atividades do gabinete do Prefeito

02.0201.04.122.0401.2020.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.0201.04.122.0401.2020 – Manutenção das atividades do gabinete do Prefeito

02.0201.04.122.0401.2020.31900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.33900000.0100 – Aplicações Diretas

R\$ 46.000,00

Art. 3º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 252.371,67 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.365.1201.2041 – Manutenção da educação infantil

07.0701.12.365.1201.2041.33900000.1137 – Aplicações Diretas R\$ 4.002,00

07.0701.12.365.1201.2041.44900000.1137 – Aplicações Diretas R\$ 35.884,67

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.365.1201.2038 – Manutenção do ensino fundamental

07.0701.12.365.1201.2038.44900000.1137 – Aplicações Diretas R\$ 212.485,00

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no excesso de arrecadação da fonte de recursos "37 - Outras transferências do Fundo Nacional de Educação" e nos Termos de Compromisso PAR nº 8912/2012 e PAR nº 201405923 firmados com o Ministério da Educação para aquisição de ar condicionado e conjuntos de mesa e cadeira.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 06 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 105/2016

DECRETO Nº AJG 105/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028.33500000.0102 – Transf. a inst. Privadas R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

**15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde  
15.1501.10.301.1001.2028.317100000.0102–Transf. a consórcios públicos R\$ 5.000,00

**15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde  
15.1501.10.301.1001.2028.319000000.0102 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Art. 3º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**

14.1401.20.606.2001.2051 – Atividades de apoio ao homem do campo  
14.1401.20.606.2001.2051.339000000.1164 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no Convênio 2016TR000929 firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina para a realização da Expo Leite e Beef Show.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, 25 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**EXTRATO 10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0076/2014**

Extrato 10º Aditivo ao Contrato nº 0076/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: P4 Telecon Ltda.

Fica suprimido do Contrato Originário, os Links de internet referente os seguintes itens do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 0076/2014: Praça do Bairro São Jorge, Praça do Bairro La Salle, Praça do Bairro Colatto, Aeroporto Municipal e Praça do Bairro São Romeiro. O valor mensal do contrato passa a ser de R\$ 6.413,33.

Xanxerê-SC, 15 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

**EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 0081/2015**

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0081/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: CONSTRUTORA SARTORI E ZORTEA LTDA.

Objeto: A construção de cobertura da Quadra de Esportes do Bairro Bela Vista com área de 282,86m².

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário até o dia 15 de setembro de 2016, contados a partir de 17 de junho de 2016.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

**EXTRATO 9º ADITIVO AO CONTRATO 0073/2013**

Extrato 9º Aditivo ao Contrato nº 0073/2013

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Construlacer Com. e Const. Lacerdópolis Ltda

Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Tacca.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário para mais 60 dias contados a partir de 15/06/2016 vigorando até 14/08/2016. Xanxerê-SC, 14 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.



# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA 087/2016

PORTARIA Nº 087/2016  
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS Nº 121/2013 e 172/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nºs 121/2013, de 28 de Agosto de 2013 e 172, de 15 de Outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 08 de Junho de 2016.  
CLAUDI BABINSKI  
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA 088/2016

PORTARIA Nº 088/2016

DESIGNA RESPONSÁVEL PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal, Sr. FLADEMIR ADAUTO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista, para responder pela Vigilância Sanitária do Município de Xavantina, SC.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 08 de Junho de 2016.  
CLAUDI BABINSKI  
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA 089/2016

PORTARIA Nº 089/2016  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. SANDRA GODINHO MORETTO, para ocupar a função de Professor Normalista – Auxiliar – 4º ano, Período Matutino, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 13 de junho de 2016, até 21 de Dezembro de 2016, tendo como local de trabalho a EEF Medianeira (Linha das Palmeiras).

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Junho de 2016.  
CLAUDI BABINSKI  
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA 090/2016

PORTARIA Nº 090/2016  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Joselaine Shmidt, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Maria Shmidt;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Joselaine Shmidt, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Maria Shmidt, ocorrido em 12 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Xavantina (SC), 13 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC

#### **RESOLUÇÃO Nº 003/2016**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Xavantina-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 15 de junho de 2016 de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 683/97, de 18 de setembro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Xavantina- SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 15 de Junho de 2016

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 049/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM - PROCESSO LICITATÓRIO N. 093/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de 2(dois) veículos 1 com capacidade mínima de 07 (sete) lugares e outro com capacidade mínima de 05 (cinco) lugares para uso na Secretaria Municipal de Assistência Social (Abrigo) e no (Centro De Referencia Da Mulher) , conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 29 de junho de 2016, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### AVISO DE PREGÃO 53/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 101/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 053/2016 - SRP

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para contratações de serviço/horas de motoniveladora, em atendimento a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 16h: 15min do dia 29 de junho de 2016, procedendo à abertura às 16h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 16 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### AVISO DE PREGÃO 54/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 102/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresas especializadas para reforma em ginásios esportivos (Guarany e Pedro Ivo Campos), de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão

ser entregues até às 12h: 45min do dia 28 de junho de 2016, procedendo à abertura às 13h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 16 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### Decreto 244

DECRETO Nº. 244/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 14 de junho de 2016, o servidor municipal GEISSON TOSETTO ZANOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, portador da matrícula 7371, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

### Decreto 245

DECRETO Nº. 245/2016.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de

2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JOAO MARIA CASEMIRO, no cargo OPERADOR, portador da matrícula 6361, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 17 de junho de 2016, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

# Associações

## EGEM

### EDITAL Nº 40.2016 - SIOPS\_AMAUC

EDITAL Nº 40/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre o Sistema de Informações sobre Saúde - SIOPS

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

- Oferecer aos participantes subsídios para o preenchimento do SIOPS conforme determina a legislação;
- Apresentar as novas regras impostas pelo Plano de Contabilidade Aplicada ao Setor Público PCASP
- Descrever as inovações referentes as Normas Contábeis aplicadas ao rol de contas do sistema;
- Demonstrar as regras básicas e avançadas do Sistema para alimentação, transmissão e homologação dos dados;.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Gestores de Saúde, Contadores, Técnicos que operacionalizam o SIOPS, Controladores, Conselheiros de Saúde e demais interessados em compreender a prestação de contas das ações e serviços públicos em saúde.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	Concórdia/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC Rua Atalípio Magarinos, 277 CEP: 89700-000
Período das inscrições	16/06 à 11/07/2016
Vencimento do boleto de cobrança	12/07/2016
Período de realização	12 e 13/07/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	40

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

## 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

## 6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	1. Apresentação do Sistema e da Página 1.1 Conhecendo a Página do SIOPS (Demonstrativos, Instancias de suporte, Funcionalidades restritas) 1.2 Conhecendo o sistema (Instalação, Preenchimento, Pastas, Críticas, Transmissão, Importação e Exportação de Dados, Relatórios, Certificação digital)  2. PCASP e as necessidades de adaptação do SIOPS (1ª parte) 2.1 Consolidação das Informações Contábeis
13h30 às 17h30	2. PCASP e as necessidades de adaptação do SIOPS (2ª parte) 2.2 Adequações necessárias no Rol de Despesas 2.2.1 Alterações na Codificação das Contas 2.2.2 Inclusão e Exclusão de Contas 2.2.3 Inclusão de Colunas 2.3 Adequações necessárias no Rol de Receitas 2.3.1 Alterações na Codificação das Contas 2.3.2 Inclusão e Exclusão de Contas 2.3.3 Inclusão de Colunas 2.3.4 Procedimentos Contábeis quanto a Dedução da Receita
2º dia	
8h30 às 12h	3. Adequação dos Indicadores ao novo Plano de Contas 3.1 Indicadores da Receita 3.2 Indicadores da Despesa 4. Exemplos Práticos no Preenchimento 5. Dúvidas

## 7. PALESTRANTE

Tatiana Pino Gomes

Contadora, formada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com especialização em Auditoria e Gestão de Contas Públicas no Sistema Único de Saúde pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILE) e Planejamento e Gestão da Informação em Saúde, pela Escola de Saúde Pública de Santa Catarina ESP/SC. É Chefe do Setor de Receitas Especiais e Executiva do Núcleo Estadual de Apoio do SIOPS da Secretária de Estado da Saúde. Tem atuado desde 2006 na elaboração de material didático para diversos cursos de capacitação do Planejassus.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

## 8. ANEXOS

### Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

## **EDITAL Nº 41.2016 - SIOPS\_AMARP**

EDITAL Nº 41/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre o Sistema de Informações sobre Saúde - SIOPS

### 1. OBJETIVO DO CURSO

- Oferecer aos participantes subsídios para o preenchimento do SIOPS conforme determina a legislação;
- Apresentar as novas regras impostas pelo Plano de Contabilidade Aplicada ao Setor Público PCASP
- Descrever as inovações referentes as Normas Contábeis aplicadas ao rol de contas do sistema;
- Demonstrar as regras básicas e avançadas do Sistema para alimentação, transmissão e homologação dos dados;

### 2. PÚBLICO-ALVO

Gestores de Saúde, Contadores, Técnicos que operacionalizam o SIOPS, Controladores, Conselheiros de Saúde e demais interessados em compreender a prestação de contas das ações e serviços públicos em saúde.

### 3. CALENDÁRIO

#### QUADRO I

Cidade/Local	Videira/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP Rua Manoel Roque, 99 CEP: 89560-000
Período das inscrições	16/06 à 13/07/2016
Vencimento do boleto de cobrança	14/07/2016
Período de realização	14 e 15/07/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	40

### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

#### QUADRO I – Dos Valores



Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

## 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

## 6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	<p>1. Apresentação do Sistema e da Página</p> <p>1.1 Conhecendo a Página do SIOPS (Demonstrativos, Instancias de suporte, Funcionalidades restritas)</p> <p>1.2 Conhecendo o sistema (Instalação, Preenchimento, Pastas, Críticas, Transmissão, Importação e Exportação de Dados, Relatórios, Certificação digital)</p> <p>2. PCASP e as necessidades de adaptação do SIOPS (1ª parte)</p> <p>2.1 Consolidação das Informações Contábeis</p>
13h30 às 17h30	<p>2. PCASP e as necessidades de adaptação do SIOPS (2ª parte)</p> <p>2.2 Adequações necessárias no Rol de Despesas</p> <p>2.2.1 Alterações na Codificação das Contas</p> <p>2.2.2 Inclusão e Exclusão de Contas</p> <p>2.2.3 Inclusão de Colunas</p> <p>2.3 Adequações necessárias no Rol de Receitas</p> <p>2.3.1 Alterações na Codificação das Contas</p> <p>2.3.2 Inclusão e Exclusão de Contas</p> <p>2.3.3 Inclusão de Colunas</p> <p>2.3.4 Procedimentos Contábeis quanto a Dedução da Receita</p>
2º dia	
8h30 às 12h	<p>3. Adequação dos Indicadores ao novo Plano de Contas</p> <p>3.1 Indicadores da Receita</p> <p>3.2 Indicadores da Despesa</p> <p>4. Exemplos Práticos no Preenchimento</p> <p>5. Dúvidas</p>

## 7. PALESTRANTE

Tatiana Pino Gomes

Contadora, formada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com especialização em Auditoria e Gestão de Contas Públicas no Sistema Único de Saúde pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILE) e Planejamento e Gestão da Informação em Saúde, pela Escola de Saúde Pública de Santa Catarina ESP/SC. É Chefe do Setor de Receitas Especiais e Executiva do Núcleo Estadual de Apoio do SIOPS da Secretária de Estado da Saúde. Tem atuado desde 2006 na elaboração de material didático para diversos cursos de capacitação do Planejasus.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

#### FIQUE ATENTO!

#### 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

### **EDITAL Nº 42.2016 - SEM CUSTOS**

EDITAL Nº 42/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

I SEMINÁRIO DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

Fomentar a discussão sobre custos no serviço público, e subsidiar o processo de desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação de Custos da Administração Pública Municipal. Discutir sobre o estágio de implantação de procedimentos e informações de custos e estabelecer diretrizes para o avanço de novas experiências.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Secretários municipais de Administração e Finanças, Contadores Públicos, Controladores Internos, técnicos e Assessores das áreas afins.

#### 3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI Rua Alberto Stein, 466 CEP: 89036-200
Período das inscrições	16/06 à 21/07/2016
Vencimento do boleto de cobrança	22/07/2016
Período de realização	22/07/2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	150

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Inscrição no Seminário de Custos	R\$ 150,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

8h30	Solenidade de abertura
10h30	Teoria Aplicada a Gestão de Custos Palestrante: Paulo César Flores - IGAM
12	Intervalo para almoço
13h30	Apresentação de Experiências Municipais 1. Custos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS nos municípios da região da AMMVI Palestrante: Maurélio Soares  2. Aplicação do sistema de custos no município de Rio das Antas Palestrante: Israel Monteiro

17h30	17h30 - Encerramento
-------	----------------------

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

**REALIZAÇÃO**

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

**FIQUE ATENTO!**

**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

**EDITAL Nº 43.2016 - ENCERRAMENTO\_AMAVI**

EDITAL Nº 43/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de Encerramento do Exercício Contábil: Aspectos do final de mandato

**1. OBJETIVO DO CURSO**

Apresentar e discutir os procedimentos contábeis e de Controle Interno a serem observados no encerramento do exercício contábil em ano eleitoral.

**2. PÚBLICO-ALVO**

Contadores, controladores internos municipais.

**3. CALENDÁRIO****QUADRO I**

Cidade/Local	Rio do Sul/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI Rua XV de Novembro, 737 CEP: 89160-000
Período das inscrições	16/06 à 13/07/2016

Vencimento do boleto de cobrança	14/07/2016
Período de realização	14 e 15/07/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	80

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
13h30 às 17h30	<p>1. Obrigações do Último Ano do Mandato</p> <p>a. Vedações, Limites e Condições para:</p> <p>i. Gastos com Pessoal</p> <p>ii. Assunção de Obrigações</p> <p>iii. Montante da Dívida</p> <p>iv. Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária</p> <p>v. Operações de Crédito</p> <p>vi. Empenho da Despesa no Último mês do Mandato</p> <p>vii. Fixação da Remuneração dos Agentes Políticos</p> <p>2. Encerramento do Balanço</p> <p>a. Conferência de Saldos Contábeis</p> <p>i. Classificação das Contas</p> <p>ii. Despesas a Apropriar</p> <p>iii. Multas de Trânsito - Servidores Responsabilizados</p> <p>iv. Adiantamentos Previdenciários (Salário Família e Maternidade)</p> <p>v. Créditos a Receber de Entidades Federais e Estaduais</p> <p>vi. Férias e 13º Salário</p> <p>vii. Restos a Pagar (processados e não processados)</p> <p>viii. DDO</p> <p>ix. Fechamento entre Repasses Concedidos e Repasses Recebidos</p> <p>b. Conferência das Conciliações Bancárias</p> <p>c. Dívida Ativa</p> <p>i. Dívida Ativa de Curto Prazo</p> <p>ii. Atualização Monetária, Juros e Multas</p> <p>iii. RPPS – Regime Próprio de Previdência Social</p> <p>d. Transferências de Longo para Curto Prazo</p> <p>e. Lançamentos e análise do Saldo dos Precatórios</p> <p>f. Lançamento do Cálculo Atuarial (RPPS)</p> <p>g. Registro do Passivo sem execução orçamentária</p> <p>h. Apuração e lançamentos das Disponibilidades Financeiras por Fonte de Recursos</p> <p>i. Análise das Demonstrações Contábeis</p>
2º dia	
8h30 às 12h	<p>3. Análise dos Limites Legais</p> <p>a. Educação</p> <p>b. Fundeb</p> <p>c. Saúde</p> <p>d. Pessoal</p> <p>e. Equilíbrio Orçamentário</p> <p>f. Equilíbrio Financeiro</p> <p>g. Gastos do Legislativo</p> <p>4. Avaliação das Alterações Orçamentárias</p> <p>5. Instrução Normativa 20/2015 do TCE/SC</p> <p>a. Anexo II - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que Acompanha a Prestação de Contas do Prefeito</p> <p>b. Anexo V - Conteúdo Mínimo do Relatório de Gestão do Titular de Unidade Jurisdicionada</p> <p>c. Anexo VII - Conteúdo Mínimo do Relatório do Órgão de Controle Interno sobre a Prestação de Contas de Gestão</p>
13h30 às 17h30	<p>6. Regularidade das Despesas</p> <p>a. Confraternizações</p> <p>b. Distribuição de Brindes</p> <p>7. Restrições que geram recomendação pela Rejeição de Contas Anuais pelo TCE/SC</p> <p>8. Documentos a serem Apresentados na Transmissão do Cargo de Prefeito</p>

## 7. PALESTRANTE

gilberto brasil

Especialista em auditoria governamental. Assessor técnico da Associação de Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS. Professor dos cursos oferecidos pela FECAM na área de contabilidade pública. Membro do Colegiado de Contadores e Controladores Internos da FECAM.



**DISPOSIÇÕES GERAIS**

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

**REALIZAÇÃO**

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

**FIQUE ATENTO!****8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

**EDITAL Nº 44.2016 - LDO E LOA**

EDITAL Nº 44/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Como elaborar LDO e LOA para 2017

**1. OBJETIVO DO CURSO**

Aprofundar os conhecimentos sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, apresentar e discutir as atualizações na legislação.

**2. PÚBLICO-ALVO**

Prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, contadores, controladores internos, técnicos da área contábil e demais interessados.

**3. CALENDÁRIO****QUADRO I**

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras CEP: 88.090-800
Período das inscrições	16/06 à 28/07/2016

Vencimento do boleto de cobrança	29/07/2016
Período de realização	29/07/2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	100

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	1. Instrumentos de Planejamento 1.1. Plano Plurianual - PPA 1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA 2. Planejamento X Controle Interno 3. PPA X LDO X LOA 4. Componentes do Orçamento Anual 4.1. Receita Pública 4.1.1. Classificação da Receita Orçamentária 4.2. Despesa Pública 4.2.1. Classificação da Despesa Orçamentária 4.2.2. Codificação 5. Procedimentos Contábeis Específicos 5.1. Metodologia de Projeção das Receitas Orçamentárias 5.2. Dedução da Receita Pública 5.2.1. Restituição de Receitas Públicas 5.2.2. Retificação de Receitas Públicas 5.2.3. Receitas de Outros Entes 5.2.4. Renúncia de Receita 5.2.5. Fundeb 5.2.6. Redutor Financeiro – FPM 5.3. Suprimentos à Câmara Municipal 5.4. Receitas e Despesas Intragovernamentais 5.5. Transferências Voluntárias 5.6. Transferências e Contribuições ao RPPS 5.7. Transferências a Consórcios Públicos 5.8. Ajustes da Dívida Ativa 5.9. Destinação da Receita Pública 5.10. Reconhecimento da Receita
13h30 às 17h30	6. Plano Plurianual 6.1. Modelo de Projeto de Lei 6.2. Anexos 7. Lei de Diretrizes Orçamentárias 7.1. Modelo de Projeto de Lei 7.2. Anexos 8. Lei Orçamentária Anual 8.1. Modelo de Mensagem 8.2. Modelo de Projeto de Lei 9. Alterações Orçamentárias

## 7. PALESTRANTE

gilberto brasil

Especialista em auditoria governamental. Assessor técnico da Associação de Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS. Professor dos cursos oferecidos pela FECAM na área de contabilidade pública. Membro do Colegiado de Contadores e Controladores Internos da FECAM.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

## 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

## **EDITAL Nº 45.2016 - EQUIPES SINÉRGICAS**

EDITAL Nº 45/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

curso para a CONSTRUÇÃO DE EQUIPES SISTÊMICAS E SINÉRGICAS

### **1. OBJETIVO DO CURSO**

I. Capacitar os participantes a trabalhar de maneira conjunta, focada e organizada;

II. Instrumentalizar equipes para produzirem resultados de alta performance;

III. Transformar grupos em equipes com foco em resultados.

### **2. PÚBLICO-ALVO**

Trabalhadores de organizações (públicas, privadas e mistas) que tenham por objetivo atingir resultado de melhor desempenho.

### **3. CALENDÁRIO**

#### **QUADRO I**

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da ARIS – sala 1201 Rua General Liberato Bitencourt, 1885 – 12º andar – sala 1201 Canto CEP: 88101-800
Período das inscrições	16/06 à 25/07/2016
Vencimento do boleto de cobrança	26/07/2016
Período de realização	26 e 27/07/2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	25

### **4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**

#### **QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

## 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

## 6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h às 12h	<ul style="list-style-type: none"><li>· Introdução e visão geral</li><li>· Autoconhecimento</li><li>· Realização de objetivos e projetos pessoais.</li></ul>
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"><li>· Os sete níveis da formação de uma equipe sistêmica de alto rendimento</li><li>· Equipes e grupos de trabalhos GT</li><li>· Equipes de alta performance ESP</li><li>· Equipe sistêmica de alto rendimento ESAR</li></ul>
2º dia	
08h às 12h	<ul style="list-style-type: none"><li>· Características de Grupos de Trabalho e Equipes</li><li>· Sinergia</li><li>· Função do líder nas Equipes e Grupos de Trabalho</li></ul>
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"><li>· Configuração de Grupos de Trabalho e Equipes</li><li>· Funções do Ego e seu impacto nos Grupos de Trabalho e Equipes</li><li>· Origem dos conflitos em grupos</li><li>· Ciclo de Aprendizagem Vivencial</li></ul>

## 7. PALESTRANTE

Alex Fabian Marques

Psicólogo pela UFSC, Pós-graduando em Avaliação Psicológica, Practitioner em Programação Neuro Linguística, Formação em Terapia da Linha do Tempo, Formação Hipnose Clínica Ericksoniana, Coaching de educação continuada, Certificação Internacional de Coaching, Mentoring & Holomentoring ISOR, Formação PhotoReading; Learning Strategies Corporation; Minnesota USA, Co-autor livro: Planejamento Estratégico para a Vida; ed SerMais, Formação Empretec SEBRAE/ONU, Criador da " PsicoDin - Psicodinâmica Aplicada a Concursos e Vestibulares", Formação Master Player – Metodologia de jogos de estratégia e mercado.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

**REALIZAÇÃO**

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

**FIQUE ATENTO!**

**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM



## Consórcios

### CIMCATARINA

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 04 de julho de 2016 à 30 de setembro de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 17/06/2016 até às 09:00 horas do dia 30/06/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 30/06/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 30/06/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### CIMVI

**LICITAÇÃO Nº 005/2016 - AVISO DE RETIFICAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

LICITAÇÃO Nº 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, a alteração promovida no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 005/2016 pelo Sistema de Registro de Preços que tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora de serviços especializados em alvenaria, hidráulica, elétrica e serralheria/corte e solda.

As alterações promovidas no Edital encontram-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br) > Licitações

Face às modificações promovidas, fica reaberto o prazo para apresentação das propostas e documentos de habilitação, nos termos do que dispõe o art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 30 de junho de 2016, às 09h00min, no Escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 16/06/2016

Hartwig Persuhn

Presidente

---

**CIS/AMURC**

---

**SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

SUSPENSÃO DO EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, vem informar que estão SUSPENSOS por período indeterminado os efeitos do edital de PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, que estava previsto para ter início a DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 17/06/2016.

Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 16 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Presidente

---

**CIS/AMERIOS**

---

**RESOLUÇÃO Nº 003-2016- CIS-AMERIOS - NOMEAÇÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

RESOLUÇÃO nº 003, de 16 de junho de 2016.

NOMEIA ASSESSORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento às disposições das Cláusulas 18 e 19 do Protocolo de Intenções, Cláusulas 18 e 19 do Contrato de Consórcio Público e arts. 26 e 27 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. FABIANE GALERA, brasileira, divorciada, portadora de RG nº. 13C/ 3.765.945, inscrita no CPF sob n. 026.554.299-58, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, nº 1556, Bairro São José, Município de Maravilha/SC, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa Financeira do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas ao cargo no Protocolo de Intenções.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta resolução, corresponde a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a serem executados no turno matutino das 07h30min. às 11h30min.

Art. 3º. Ficam ratificados os registros em CTPS e convalidados todos os atos praticados pela contratada até a presente data.

Art. 4º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROGERIO PERIN

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de FLOR DO SERTÃO/SC

**CONSÓRCIO MAMPITUBA****CONTRATO 8/2016**

Estado de Santa Catarina	
Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	08/2016
Contratante.:	Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba
Contratada.:	CBB Industria e Comercio de Asfaltos e Engenharia Ltda
Objeto ..... :	Este contrato tem por objeto, fornecimento de 10 toneladas de emulsão asfáltica de petróleo tipo RM 1C para pavimentação de vias públicas.
Valor ..... :	R\$ 24.600,00(vinte e quatro mil e seiscentos reais).
PRAIA GRANDE, 02 de junho de 2016.	

# CIASS

## RREO 1 BIM DE 2016

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS OUTRAS RECEITAS CORRENTES RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL	633.000,00	633.000,00	17.849,25	2,82	17.849,25	2,82	615.150,75
	633.000,00	633.000,00	17.849,25	2,82	17.849,25	2,82	615.150,75
	633.000,00	633.000,00	14.000,00	2,21	14.000,00	2,21	619.000,00
	633.000,00	633.000,00	14.000,00	2,21	14.000,00	2,21	619.000,00
	0,00	0,00	3.849,25	0,00	3.849,25	0,00	-3.849,25
	0,00	0,00	3.849,25	0,00	3.849,25	0,00	-3.849,25
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	633.000,00	633.000,00	17.849,25	2,82	17.849,25	2,82	615.150,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	633.000,00	633.000,00	17.849,25	2,82	17.849,25	2,82	615.150,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	48.680,92	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	633.000,00	633.000,00	17.849,25	2,82	66.530,17	10,51	566.469,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	633.000,00	633.000,00	84.292,73	84.292,73	548.707,27	66.530,17	66.530,17	566.469,83	62.826,21
DESPESAS CORRENTES	453.000,00	453.000,00	83.326,73	83.326,73	369.673,27	65.564,17	65.564,17	387.435,83	61.860,21

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.292,73</b>	<b>84.292,73</b>	<b>548.707,27</b>	<b>66.530,17</b>	<b>66.530,17</b>	<b>566.469,83</b>	<b>62.826,21</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	220.000,00	48.099,68	48.099,68	171.900,32	48.099,68	48.099,68	171.900,32	44.673,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	35.227,05	35.227,05	197.772,95	17.464,49	17.464,49	215.535,51	17.186,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>966,00</b>	<b>966,00</b>	<b>179.034,00</b>	<b>966,00</b>	<b>966,00</b>	<b>179.034,00</b>	<b>966,00</b>
INVESTIMENTOS	180.000,00	180.000,00	966,00	966,00	179.034,00	966,00	966,00	179.034,00	966,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.292,73</b>	<b>84.292,73</b>	<b>548.707,27</b>	<b>66.530,17</b>	<b>66.530,17</b>	<b>566.469,83</b>	<b>62.826,21</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.292,73</b>	<b>84.292,73</b>	<b>548.707,27</b>	<b>66.530,17</b>	<b>66.530,17</b>	<b>566.469,83</b>	<b>62.826,21</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.292,73</b>	<b>84.292,73</b>	<b>—</b>	<b>66.530,17</b>	<b>66.530,17</b>	<b>—</b>	<b>62.826,21</b>

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL							SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00

  

DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
<b>(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>								
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00		0,00

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	633.000,00
Previsão Atualizada		—	633.000,00
Receitas Realizadas		17.849,25	17.849,25
Déficit Orçamentário		—	48.680,92
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	633.000,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	633.000,00
Despesas Empenhadas		84.292,73	84.292,73
Despesas Liquidadas		66.530,17	66.530,17
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		84.292,73	84.292,73
Despesas Liquidadas		66.530,17	66.530,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			503.849,54
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	47.207,98
Resultado Primário		0,00	-48.680,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		966,00	179.034,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2049
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Turvo - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			
Total das despesas/RCL (%)		Valor apurado no exercício corrente	
		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 15/06/2016

**RONALDO CARLESSI**  
Presidente do CÍASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	633.000,00	633.000,00	84.292,73	84.292,73	548.707,27	66.530,17	100,00	566.469,83
ASSISTENCIA SOCIAL	633.000,00	633.000,00	84.292,73	84.292,73	548.707,27	66.530,17	100,00	566.469,83
Assistência a Criança e ao Adolescente	633.000,00	633.000,00	84.292,73	84.292,73	548.707,27	66.530,17	100,00	566.469,83
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	633.000,00	633.000,00	84.292,73	84.292,73	548.707,27	66.530,17	100,00	566.469,83

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>25.000,00</b>	<b>4.677,77</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>503.849,54</b>	<b>633.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.F.F		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	4.677,77	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	451.000,29	633.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes		0,00	4.677,77	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	451.000,29	633.000,00
Transferências da LC 61/1989		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	3.849,25	52.849,25	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>25.000,00</b>	<b>4.677,77</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>503.849,54</b>	<b>633.000,00</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI	Jair Antonio Rovaris	Nestor Peco
Presidente do CIAS	Contador	Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	171.765,75	124.557,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	171.765,75	128.261,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	3.703,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-171.765,75	-124.557,77
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-124.557,77</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>47.207,98</b>	<b>47.207,98</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	633.000,00	17.849,25	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	633.000,00	14.000,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	633.000,00	14.000,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	3.849,25	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	3.849,25	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	633.000,00	17.849,25	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	453.000,00	83.326,73	0,00	65.564,17	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	220.000,00	48.099,68	0,00	48.099,68	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.000,00	35.227,05	0,00	17.464,49	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	453.000,00	83.326,73	0,00	65.564,17	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	180.000,00	966,00	0,00	966,00	0,00
Investimentos	180.000,00	966,00	0,00	966,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	180.000,00	966,00	0,00	966,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	633.000,00	84.292,73	0,00	66.530,17	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-66.443,48	0,00	-48.680,92	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
PRESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	180.000,00	966,00	966,00	0,00	179.034,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>180.000,00</b>	<b>966,00</b>	<b>966,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179.034,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-180.000,00</b>	<b>-966,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-179.034,00</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

**RREO 2 BIM DE 2016**

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>133.000,00</b>	<b>21,01</b>	<b>150.849,25</b>	<b>23,83</b>
RECEITAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	133.000,00	21,01	150.849,25	23,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	133.000,00	21,01	147.000,00	23,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	133.000,00	21,01	147.000,00	23,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>133.000,00</b>	<b>21,01</b>	<b>150.849,25</b>	<b>23,83</b>
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>133.000,00</b>	<b>21,01</b>	<b>150.849,25</b>	<b>23,83</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>43.875,85</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>133.000,00</b>	<b>21,01</b>	<b>194.725,10</b>	<b>30,76</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>147.670,20</b>	<b>231.962,93</b>	<b>401.037,07</b>	<b>128.194,93</b>	<b>194.725,10</b>	<b>438.274,90</b>	<b>179.512,11</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>453.000,00</b>	<b>453.000,00</b>	<b>115.234,20</b>	<b>198.560,93</b>	<b>254.439,07</b>	<b>95.758,93</b>	<b>161.323,10</b>	<b>291.676,90</b>	<b>146.556,11</b>

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>147.670,20</b>	<b>231.962,93</b>	<b>401.037,07</b>	<b>128.194,93</b>	<b>194.725,10</b>	<b>438.274,90</b>	<b>179.512,11</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	220.000,00	55.043,94	103.143,62	116.856,38	55.043,94	103.143,62	116.856,38	101.585,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	60.190,26	95.417,31	137.582,69	40.714,99	58.179,48	174.820,52	44.970,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>32.436,00</b>	<b>33.402,00</b>	<b>146.598,00</b>	<b>32.436,00</b>	<b>33.402,00</b>	<b>146.598,00</b>	<b>32.956,00</b>
INVESTIMENTOS	180.000,00	180.000,00	32.436,00	33.402,00	146.598,00	32.436,00	33.402,00	146.598,00	32.956,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>147.670,20</b>	<b>231.962,93</b>	<b>401.037,07</b>	<b>128.194,93</b>	<b>194.725,10</b>	<b>438.274,90</b>	<b>179.512,11</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>147.670,20</b>	<b>231.962,93</b>	<b>401.037,07</b>	<b>128.194,93</b>	<b>194.725,10</b>	<b>438.274,90</b>	<b>179.512,11</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>147.670,20</b>	<b>231.962,93</b>	<b>—</b>	<b>128.194,93</b>	<b>194.725,10</b>	<b>—</b>	<b>179.512,11</b>

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL							SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00

DESPESAS							SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00		0,00

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	633.000,00
Previsão Atualizada		—	633.000,00
Receitas Realizadas		133.000,00	150.849,25
Déficit Orçamentário		—	43.875,85
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	633.000,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	633.000,00
Despesas Empenhadas		147.670,20	231.962,93
Despesas Liquidadas		128.194,93	194.725,10
Superávit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		147.670,20	231.962,93
Despesas Liquidadas		128.194,93	194.725,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			607.171,77
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-43.875,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		33.402,00	146.598,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
			2034
			2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Turvo - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 15/06/2016

**RONALDO CARLESSI**  
Presidente do CÍASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	633.000,00	633.000,00	147.670,20	231.962,93	401.037,07	128.194,93	194.725,10	438.274,90
ASSISTENCIA SOCIAL	633.000,00	633.000,00	147.670,20	231.962,93	401.037,07	128.194,93	194.725,10	438.274,90
Assistência a Criança e ao Adolescente	633.000,00	633.000,00	147.670,20	231.962,93	401.037,07	128.194,93	194.725,10	438.274,90
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	633.000,00	633.000,00	147.670,20	231.962,93	401.037,07	128.194,93	194.725,10	438.274,90

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>100.250,00</b>	<b>32.750,00</b>	<b>607.171,77</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.F.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	78.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	579.322,52
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	78.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	579.322,52
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	3.849,25	0,00	0,00	27.849,25
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>100.250,00</b>	<b>32.750,00</b>	<b>607.171,77</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI	Jair Antonio Roaris	Nestor Peco
Presidente do CIAS	Contador	Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	124.557,77	130.438,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	128.261,73	145.651,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	3.703,96	15.212,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-124.557,77	-130.438,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-124.557,77</b>	<b>-130.438,80</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-5.881,03</b>	<b>41.326,95</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	633.000,00	150.849,25	29.677,77
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	633.000,00	147.000,00	4.677,77
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	633.000,00	147.000,00	4.677,77
Demais Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	633.000,00	150.849,25	29.677,77

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	453.000,00	198.560,93	24.930,00	161.323,10	1.270,00
Pessoal e Encargos Sociais	220.000,00	103.143,62	0,00	103.143,62	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.000,00	95.417,31	24.930,00	58.179,48	1.270,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	453.000,00	198.560,93	24.930,00	161.323,10	1.270,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	180.000,00	33.402,00	0,00	33.402,00	0,00
Investimentos	180.000,00	33.402,00	0,00	33.402,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	180.000,00	33.402,00	0,00	33.402,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	633.000,00	231.962,93	24.930,00	194.725,10	1.270,00

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-81.113,68	4.747,77	-43.875,85	28.407,77
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsável pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	180.000,00	33.402,00	33.402,00	0,00	146.598,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>180.000,00</b>	<b>33.402,00</b>	<b>33.402,00</b>	<b>0,00</b>	<b>146.598,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-180.000,00</b>	<b>-33.402,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-146.598,00</b>

FONTE:

Turvo, 15/06/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIIAS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno